

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves
Organizadora

GESTÃO PÚBLICA EM RORAIMA

ética, política e transformação



GESTÃO PÚBLICA EM RORAIMA
ética, política e transformação

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR

Reitora do IFRR

Nilra Jane Filgueira Bezerra

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Romildo Nicolau Alves

Diretor do Departamento de Políticas de Pesquisa e Pós-Graduação

Amarildo Ferreira Júnior

Coordenação de Publicações

Joelma Fernandes de Oliveira

Editor-chefe

Silvana Menezes da Silva

Supervisão Editorial

Leila Marcia Ghedin

Comissão Científica

Marcos Antônio de Oliveira

Alexandre Soares de Melo

Revisor Textual

Társis Magalhães Ramos



**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Roraima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR
Rua Fernão Dias Paes Leme, nº 11 - Calungá, Boa Vista - RR /CEP: 69.303.220

Site: www.ifrr.edu.br



ANOS | 1993-2023



O IFRR é instituição filiada à:



GESTÃO PÚBLICA EM RORAIMA

ética, política e transformação

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves
Organizadora



Copyright © 2024
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR

Esta obra foi editada com recursos financeiros oriundos do EDITAL 30/2022 - PROPEPI/IFRR - Concessão de ajuda de custo à publicação científica, tecnológica e cultural - 2022.

Prestador de serviço



Editora Poíma
Rua Ana Cecília Mota da Silva, nº 732,
Jardim Floresta Boa Vista – RR – Brasil
Site: editorapoiima.com
E-mail: editorapoiima@gmail.com
Fone: + 55 95 991171663

Capa

George Brendom Pereira dos Santos (Editora Poíma)
Adriana Cristina de Souza Silva (Editora Poíma)

Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos (Editora Poíma)

Revisor Textual

Társis Magalhães Ramos (IFRR)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do Instituto Federal de Roraima - IFRR)

G393 Gestão pública em Roraima: ética, política e transformação /
organizadora: Clarice Gonçalves Rodrigues. – 1.ed. Boa Vista:
IFRR, 2024.

209p. : il., color.

ISBN:978-65-86852-10-3 (Digital)

1.Gestão pública. 2.Políticas públicas. 3.Roraima. I. Rodrigues,
Clarice Gonçalves (org.).

CDD – 320.6098114

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecário
Elaborada por Maria de Fátima Freire de Araújo CRB - 11/374

Todos os direitos reservados ao IFRR, na forma da lei. O conteúdo desta obra é de
exclusiva responsabilidade dos autores e organizadores.

Permite-se a reprodução desta publicação, em parte ou no todo, sem alteração do
conteúdo, desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

*Dedicamos essa obra coletiva aos docentes
e discentes e pesquisadores que atuaram no
curso de Gestão Pública e projetos de pesquisa
e extensão do IFRR-CBVZO e tornaram essa
experiência possível.*

Agradecemos ao apoio da Propespi do IFRR por meio do edital de Concessão de Ajuda de Custo à Publicação Científica, Tecnológica e Cultural, bem como ao empenho dos docentes orientadores de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) e, sobretudo, estudantes do Curso Superior em Tecnologia em Gestão Pública do Campus Boa Vista Zona Oeste do IFRR que tiveram a oportunidade de pesquisar temas tão relevantes para o desenvolvimento do setor público no estado de Roraima

*Temos guardado um silêncio muito parecido
com a estupidez.*
Proclamação Insurreccional Junta Tuitiva, La Paz,
Bolívia, 1890..

APRESENTAÇÃO

O estado de Roraima é um amálgama de culturas diversas. Recebeu ao longo da História migrantes das cinco regiões brasileiras, de países vizinhos e de lugares longínquos, dispostos a viver em território amazônico. Entre roraimenses e “roraimados”, constitui-se enquanto estado rico, diverso e com conjunturas e estruturas sociais, políticas, econômicas específicas.

A fim de compreender seu diferencial e colaborar com a compreensão de temas históricos, sociais, gerenciais, ambientais e econômicos relativos à gestão pública, esta obra foi pensada. Fruto projetos de ensino, pesquisa e extensão, a proposta materializa-se como um trabalho coletivo, feito por muitas mãos e que tem a educação e a gestão como elementos de mudança e transformação social.

Busca-se nesta obra contribuir teoricamente com a compreensão de temáticas que vão desde a discussão orçamentária de uma unidade de ensino até debates sobre cultura, desconstrução de papéis sociais, política fundiária, trabalho infantil, entre outras. Estas miscelâneas de temas foram escolhidas por estudantes de Tecnólogo em Gestão Pública mas revelam também a complexidade de conhecimentos teóricos exigidos no ofício do gestor público.

Os artigos a seguir passaram por edital de seleção interno de seleção e são resultados do investimento intelectual de pesquisadores experientes e em formação. Discussões como orçamento público, educação profissional, trabalho, questões étnicas e de gênero são abordados tendo como elemento norteador sua relação com políticas públicas e sobre o principal meio de transformação social: a educação

Cabe ressaltar que o processo de escrita foi árduo para a maioria dos autores, uma vez que para muitos é o primeiro trabalho acadêmico a ser publicado, fato que reintera seu significado, ao estimular o processo de escrita e popularização de saberes dos discentes em parceria com seus professores orientadores.

A iniciativa pretende ser a primeira de muitas, uma vez que é uma necessidade popularizar e divulgar trabalhos científicos produzidos nesta área e por pesquisadores locais, roraimenses ou “roraimados” que buscam contribuir - teoricamente e na prática - por uma sociedade mais ética, justa e libertadora.

PREFÁCIO

Falar em Gestão Pública é fundamental para uma sociedade que almeja o desenvolvimento econômico, a justiça social e a eficiência na administração dos recursos públicos. O Brasil, um país de dimensões continentais e com diversidade socioeconômica e cultural marcante, enfrenta desafios complexos que demandam uma gestão pública competente e comprometida com o bem-estar coletivo.

Quando falamos da Gestão Pública no Estado de Roraima é imprescindível levar em consideração suas características e desafios que impactam diretamente na eficiência e na eficácia das políticas públicas.

Em relação às características geográficas e demográficas, Roraima faz fronteira por via terrestre com a Venezuela, a Guiana e o estado do Amazonas, contando internamente também com vastas áreas rurais, circunstâncias que apresentam oportunidades e desafios principalmente logísticos e de acesso aos serviços públicos, especialmente em comunidades remotas.

Roraima possui uma significativa diversidade cultural, marcada por forte presença da população indígena, especialmente das etnias Macuxi, Wapichana e Yanomami, juntamente com a presença de imigrantes dos países vizinhos. Entretanto, tamanha diversidade enfrenta imensos desafios, a exemplo da desigualdade social, infraestrutura precária e acesso limitado a serviços básicos de saúde, educação e saneamento.

A obra *Gestão Pública em Roraima: ética, política e transformação* representa muito bem as diversas vertentes da Gestão Pública, pois aborda temas comumente relacionados ao setor público, tais como as políticas públicas desenvolvidas para atender as necessidades dos povos indígenas, a implementação do estudo da constituição federal nas instituições públicas de ensino, a educação profissional e tecnológica e a inserção da mulher brasileira no mundo do trabalho. Mas, para, além disso, coloca em debate ações mais específicas como a avaliação do Programa Qualifica Mais Progredir.

Muitos dos trabalhos deste livro são oriundos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do *Campus* Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), uma das unidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) que fica localizada em uma região da cidade de Boa Vista, capital de Roraima, muito carente de políticas públicas, mas com grande potencial em termo de crescimento econômico e social.

O curso de Gestão Pública é o primeiro curso superior ofertado pelo CBVZO e surgiu na perspectiva de verticalização do ensino e para atender a demanda local quanto à formação de profissionais aptos para atuar em todos os níveis e esferas da Administração Pública de maneira responsável, transparente e participativa, assim como em entidades privadas que demandem profissionais com estas características.

Sendo assim, este livro é em grande parte resultado dos trabalhos desenvolvidos pelos acadêmicos e docentes do curso, que tive a satisfação de acompanhar de perto a atuação como coordenadora de curso no período de março de 2021 a fevereiro de 2024, demonstrando a importância de investir na formação de profissionais capacitados e no aprimoramento das instituições públicas para enfrentar os desafios do presente e construir um futuro melhor para todos.

Embora não seja intuito dos autores responderem a todos os desafios enfrentados na gestão pública, porque sem dúvida alguma são muitos, convido aos leitores que aproveitem ao máximo a leitura dos textos para compreenderem melhor como se desenrola a Gestão Pública em Roraima, com foco na ética, na política e na transformação da sociedade.

SUMÁRIO

O ORÇAMENTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E COMPOSIÇÃO13

Osman Jhonnathan Perez Bolanos

Caio Felipe Fonseca do Nascimento

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: EUROPA E BRASIL E SEUS ITINERÁRIOS34

Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis

Mariana da Silva Souza

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO DOCENTE E SUA QUALIDADE DE VIDA55

Nilza Maria Barros dos Santos

Elaine Ramires Pinto

Antônio Ferreira da Silva

O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROJETOS INTEGRADORES NO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICO DO IFRR71

Mayconn Jymmy Cavalcante Correia

Fabiana Leticia Sbaraini

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

A INSERÇÃO DA MULHER BRASILEIRA NO MUNDO DO TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA GESTÃO PÚBLICA.87

Mirian Suzana Pereira Lima

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

AAVALIAÇÃO DO PROGRAMA QUALIFICA MAIS PROGREDIR EM RORAIMA104

Antônio Ferreira da Silva

Barbara Moraes da Costa de Souza

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

Elaine Ramires Pinto

Pedro Lucius Rodrigues de Oliveira

**TRABALHO INFANTIL E O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO
DO TRABALHO INFANTIL – PETI: UM CONCEITO E UM
IMPACTO119**

Sarah Rodrigues De Sousa Bonfim
Malony Vieira Gomes
Antonio Ferreira da Silva
Elaine Ramires Pinto
Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

**REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA EM DE BOA VISTA
– UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS A PARTIR DO PROGRAMA
“AQUI TEM DONO”131**

Larisse Vieira Normandia
Alexandre Soares de Melo

**POLÍTICAS PÚBLICAS DOS E PARA OS POVOS INDÍGENAS
DE RORAIMA149**

Ester Cardozo Dónisio
Marcos Antônio de Oliveira

**CLIENTELISMO POLÍTICO EM RORAIMA: A PORTA PARA A
CORRUPÇÃO.162**

Ássima Pamela da Silva Rodrigues Medeiros
Clarice Gonçalves Rodrigues Alves
Elaine Ramires Pinto

**O DESCARTE DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE: UMA
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA180**

Eliane Pimentel Trajano
Elaine Ramires Pinto
Barbara Moraes da Costa de Souza

**IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL NO ENSINO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS
DE BOA VISTA-RR193**

Mirian Lopes de Souza
Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

SOBRE OS AUTORES.204

O ORÇAMENTO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RORAIMA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E COMPOSIÇÃO

THE BUDGET OF THE FEDERAL INSTITUTE OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY OF RORAIMA: AN ANALYSIS OF THE ELABORATION AND COMPOSITION PROCESS

*Osman Jhonnathan Perez Bolanos
Caio Felipe Fonseca do Nascimento*

RESUMO: A elaboração do orçamento público é essencial para a definição de execução das políticas públicas no país. Neste sentido, o orçamento público brasileiro se utiliza de três instrumentos de planejamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). As principais normas que disciplinam a matéria orçamentária brasileira são a Constituição Federal, a Lei nº 4.320/64 e a Lei nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal. O presente trabalho se constitui em uma pesquisa qualitativa descritiva, que tem como objetivo geral analisar a composição do orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no período de 2019 a 2021. O levantamento dos dados foi realizado por meio de informações orçamentárias repassadas pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD) da instituição. Por meio desta pesquisa foi possível constatar que o orçamento da instituição apresentou sucessivas quedas em relação aos anos de 2020 e 2021, quando comparado com o ano de 2019. Este cenário recorrente na diminuição do orçamento da instituição causa preocupação para a melhoria no desenvolvimento das ações a serem ofertadas.

Palavras-chave: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Público, Unidade Orçamentária, Unidade Gestora.

ABSTRACT: *The preparation of the public budget is essential for the definition of the execution of public policies in the country. In this sense, the brazilian public budget uses three planning instruments: The plurianual plan, the Budget guidelines law and the Annual budget law. The main rules that deal with brazilian budgetary subject are the Federal Constitution Law, nº 4.320/64 and law nº 101/00 – Fiscal Responsibility Law. This article is a descriptive qualitative research, which has a general objective to analyze the composition of the Budget of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima, in the period from 2019 to 2021. The data collection was carried out through Budget information passed on by Pro-Rector of Administration of the institution. Through this reasearch it was posible to verify that the Budget of the institution presented successive decreases in relation to the years 2020 and 2021, when compared to the year 2019. This recurring scenario in the reduction of the institution's Budget causes concern for the improvement in the developmnet of the actions to be offered.*

Key words: *Plurianual Plan; Budget guidelines law; Anual Budget law Budget unit; Managing unit.*

INTRODUÇÃO

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2013), o orçamento público é visto como um fragmento ou instrumento do planejamento, por meio do qual, conforme as prioridades dos governos ou da Administração Pública são verificadas, analisadas, organizadas e escolhidas às políticas públicas sociais ou setoriais para incorporar o plano global do governo, com arrecadação de recursos relativamente suficientes para o financiamento de tais políticas ou programas, visando resolver ou melhorar determinadas necessidades públicas, sociais ou coletivas.

O orçamento é uma proposta que abrange a previsão da receita e a fixação de despesa, a serem realizadas por um determinado período de tempo, sendo assim destinados para o funcionamento dos serviços públicos. Também adotando a política econômica do país como arrecadação de receitas criadas em lei.

Notando que, além de ser um instrumento de gestão que possibilita a eficácia e eficiência na administração Pública, o planejamento orçamentário promove a transparência na medida em que os recursos destinados para a realização de uma determinada política pública, não podem mudar de rumo para outros fins que não sejam aqueles previstos no plano (CREPALDI e CREPALDI, 2013).

Com a publicação da Constituição Federal de 1988 foi irrompido um processo que modernizou a situação do orçamento no Brasil. Essas mudanças trouxeram maior conexão entre o planejamento e o orçamento com a finalidade de realização pelo Estado da atividade financeira para satisfazer as necessidades públicas que tanto estavam sendo exigidas naquele momento.

O orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR) está sujeito ao processo orçamentário constitucional, pois sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), se engloba ao orçamento da União. A partir desta condição, o orçamento do IFRR está ligado ao planejamento interno no qual o seu principal objetivo é auxiliar a aplicação de recursos conforme as necessidades diretamente ligadas a suas respectivas atividades.

A pesquisa trará um enfoque sobre a análise e processo de elaboração do orçamento do IFRR (Instituto Federal de Roraima) durante o ano de 2019, 2020 e 2021, de modo que se verifique como este orçamento é estruturado, bem como quais foram os principais tipos de despesas realizadas pela instituição durante esses três anos.

A EVOLUÇÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

Pinto (1956) ressalta que o termo “orçamento” está estreitamente vinculado ao termo italiano *urdir*, que significa planejar, calcular. É o instrumento de planejamento que estima as receitas que se espera arrecadar, bem como as despesas que se espera executar ao longo de um determinado período de tempo.

Segundo Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008), o orçamento público é o instrumento que garante o gerenciamento anual das origens e aplicações de recursos. Por meio dele é definido os montantes de recursos e como serão aplicados pela administração pública.

O orçamento público é uma ferramenta de planejamento governamental e realização de políticas organizadas mediante a avaliação das metas e a destinação dos recursos para as ações orçamentárias, contendo no documento legal a previsão de receitas e a fixação de despesas a serem realizadas pelo governo em um determinado exercício.

Pereira (1999) ressalta que o orçamento público somente irá funcionar se existirem fontes de recursos suficientes para que os gestores possam tomar decisões e executar o planejamento. Tal instrumento envolve um processo de várias etapas. No Brasil, o orçamento público é caracterizado pelos seguintes instrumentos de planejamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).

Historicamente, o orçamento, enquanto instrumento de planejamento na Gestão Pública, surgiu em função da insatisfação dos nobres com o crescente volume de tributos impostos pelo governo da Inglaterra no século XIII e, assim, acabou consolidando-se como uma grande e excelente ferramenta administrativa de recursos públicos, principalmente na Europa ao final do século XIX (PIRES, 2011).

Com a vigência da Constituição Federal de 1988, foram introduzidas profundas mudanças quanto às normas de finanças públicas, especialmente quanto ao orçamento público. Foi prevista, no seu art. 165, a existência do plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, que são os instrumentos de planejamento (VASCONCELOS, 2010).

As mudanças no processo político brasileiro, ocorridas ao longo de seus quinhentos anos de história, causaram impacto imediato nos arranjos constitucionais que balizam o processo orçamentário. A história da evolução do orçamento público está intimamente ligada à evolução das instituições

democráticas, à ampliação da complexidade da economia e aos avanços dos conhecimentos, especialmente nas áreas de economia.

A lei 4.320/1964 foi elaborada com o compromisso de consolidar a padronização de procedimentos orçamentários para todos os níveis de governo. Além da classificação da despesa por unidade administrativa e elemento de despesa, essa lei adotou a classificação econômica e funcional, e estabeleceu as bases para implantação do orçamento programa. A lei nº 4.320/1964 também instituiu normas gerais do direito financeiro e plano de contas único para a administração pública federal, estadual e municipal.

Albuquerque, Medeiros e Feijó (2008) lecionam que, em decorrência dessa determinação constante do art. 35 da Lei 4320/64, diz-se que na contabilidade pública adota-se o regime de competência para a classificação da despesa orçamentária.

No dia 31 de dezembro de 1964, foi promulgada a lei nº 4.595 que extinguiu a superintendência da moeda e do crédito e, além disso, criou o Conselho Monetário Nacional (CMN), como órgão formulador de políticas econômicas, e o Banco Central do Brasil (BACEN), como órgão executor e fiscalizador dessas políticas.

Na Constituição de 1967, existia a previsão de uma política de emissão de títulos públicos, a ser regulamentada por lei específica. Na ausência dessa regulamentação, o governo usou decretos-leis como o decreto nº 200/1967, definindo o planejamento como um dos princípios fundamentais da orientação das atividades da administração federal, sendo o orçamento programa anual entendido como um dos seus instrumentos básicos.

O orçamento programa¹ consiste em um plano de trabalho que integra as ações entre o planejamento e o orçamento e que visam ao alcance de objetivos e metas, e posterior avaliação dos resultados, abrangendo indicadores de desempenho que requerem medição de eficácia, eficiência, economicidade e efetividade.

Nos últimos anos, o orçamento programa incorporou novos conceitos, alguns retirados do próprio *Planning Programming Budgeting System* (PPBS). Essa percepção híbrida, dominante inclusive no Brasil, tornou o orçamento programa mais avançado, facilitando sua implementação. (GIACOMONI, 2012).

O orçamento programa representa a evolução do orçamento tradicional, aprimorando a vinculação existente entre orçamento e planejamento,

¹ Aquilo que apresenta os propósitos, objetivos e metas para os quais a administração pública solicita os recursos necessários. Além disso, identifica os custos dos programas propostos para alcançar tais objetivos e os dados quantitativos que medem as realizações e o trabalho realizado dentro de cada programa.

possibilitando o controle da execução do programa de trabalho, identificando os gastos das funções dos recursos.

A elaboração, a execução e o controle do orçamento programa baseiam-se na classificação por atividades. Diferentemente do programa, que visa propiciar análises e avaliações ao nível de escalões mais altos, “a atividade é o instrumento de operacionalização do orçamento e peça básica das funções administrativas e gerenciais” (GIACOMONI, 2012, p.175).

PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO NO BRASIL

O planejamento orçamentário consiste em umas das tarefas essenciais da gestão governamental. Por meio deles se definem as estratégias para orientar o rumo que se deseja para o país, a definição das prioridades do governo federal envolvendo recursos financeiros, organizacionais, informacionais e tecnológicos.

A Constituição Federal de 1988 (art. 165) define os principais instrumentos de planejamento que compõem o planejamento orçamentário no Brasil. Nesse modelo, três leis de iniciativa do poder executivo de todos os entes (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) devem ser elaboradas e encaminhadas ao poder legislativo do respectivo ente para sua aprovação, estabelecendo programas e ações prioritárias para um determinado período, além de fixar o valor máximo gasto por cada um e de onde virão os recursos para pagá-los. Segue abaixo uma breve explanação acerca de cada um destes instrumentos de planejamento.

Plano Plurianual – PPA

De acordo com o artigo 2º, VIII da lei que institui o Plano Plurianual para o período 2020-2023 - Lei Nº 13.971, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019 – o PPA é o “instrumento de planejamento governamental de médio prazo, que define diretrizes, objetivos e metas, com o propósito de viabilizar a implementação dos programas”.

O plano plurianual é hierarquicamente o primeiro desses instrumentos. Nesse documento, que define as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para um período de quatro anos, são estabelecidos os planejamentos de médio prazo para o país. Seu conteúdo é mais estratégico, contemplando despesas de capital, e outras despesas delas decorrentes, bem como programas

de duração continuada, cuja execução dure mais de um ano oferecendo um norte para que os outros dois instrumentos de planejamento orçamentário sejam desenvolvidos de forma mais coesa. O PPA ajuda a garantir a continuidade dos projetos públicos. Sua vigência começa no segundo ano de mandato do chefe do Executivo e encerra no primeiro ano do mandato seguinte.

Este instrumento é desenvolvido por um governante e deverá ser continuado pelo seu sucessor (em seu primeiro ano de governo) independente de questões ideológicas ou partidárias.

Para elaboração do PPA o Poder Executivo deve encaminhar até o dia 31 de agosto do primeiro ano de cada mandato, e o Poder Legislativo deve devolvê-lo para sanção do Chefe do Poder Executivo até o encerramento da sessão legislativa. O plano passa a vigorar em 1º de janeiro do segundo ano do mandato.

Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO

A LDO tem como função fazer um “*link*” entre o PPA e a LOA, extraíndo as metas e prioridades para o próximo exercício financeiro. As principais funções da LDO estão previstas na Constituição Federal e na Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 165, §2º da Constituição Federal regulamenta que:

§ 2º A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 109, de 2021).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, complementa as funções da LDO, estabelecendo que tal lei deve dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho, normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento, bem como demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

ALRF menciona ainda a necessidade de implementação na LDO do Anexo de Metas Fiscais e do Anexo de Riscos fiscais, para garantir melhor acompanhamento das metas estabelecidas e de eventuais riscos capazes de afetar as contas públicas.

Lei Orçamentária Anual – LOA

A LOA estima receitas para o ano seguinte ao da sua elaboração, com base no histórico de arrecadação e em uma previsão de crescimento ou redução de acordo com as metodologias de cálculo a serem realizadas. Tendo como base a informação da provável arrecadação de receitas a serem realizadas no ano seguinte ao da sua elaboração é que serão fixadas as despesas para cada uma dessas ações. Ou seja, depois da aprovação dessa lei, os gestores de cada área saberão qual é o valor máximo que poderão gastar em cada uma das ações listadas no PPA.

Isso não significa, necessariamente, que aquele valor estará disponível em caixa para a realização dessas despesas, já que as receitas foram apenas estimadas e dependem da sua realização para que estejam à disposição. O principal benefício dessa fixação de despesas é oferecer um norte para que os gestores planejem as etapas táticas e operacionais daquelas ações no ano seguinte.

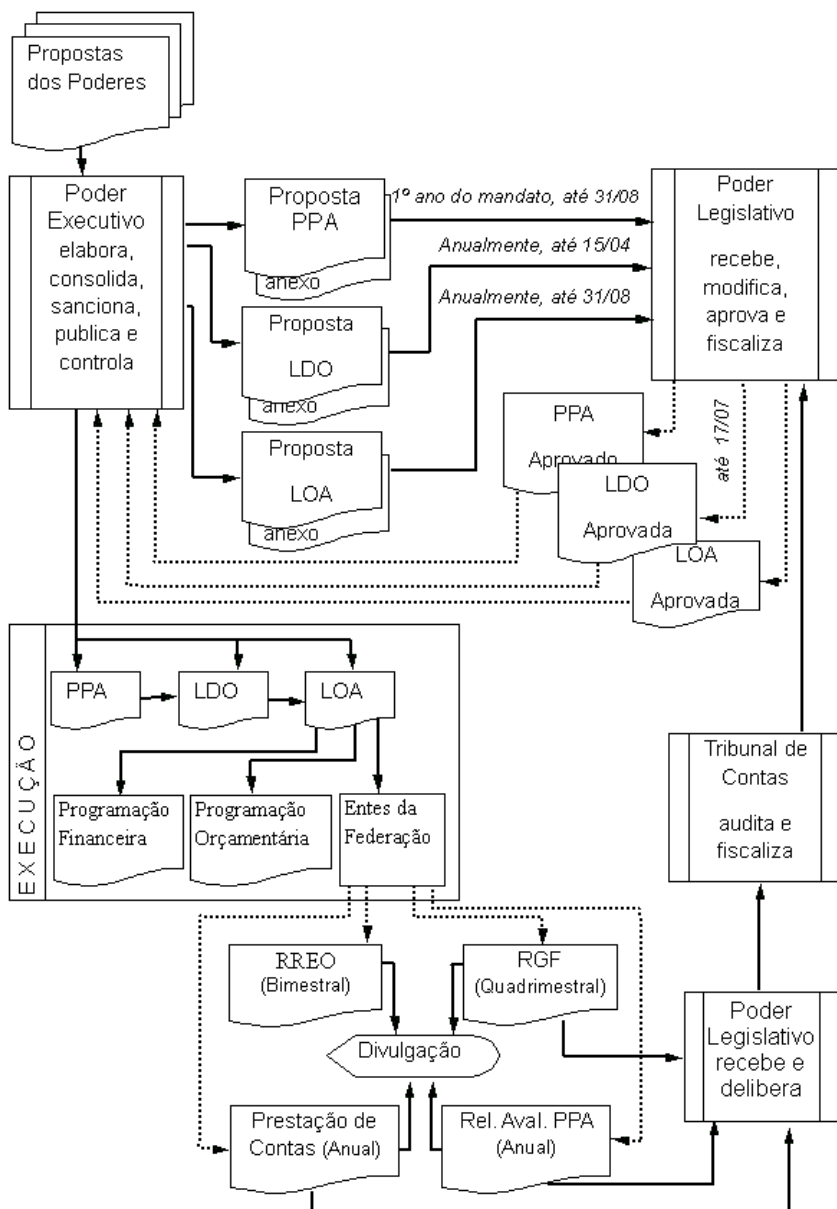
Mognatti (2008) descreve, de forma sucinta, o processo de apreciação do orçamento no Congresso Nacional. Reconhece que é o Poder Executivo quem determina a formação da agenda para o conjunto de políticas públicas a serem formalizadas no orçamento.

No âmbito do poder legislativo federal, a peça orçamentária cabe à comissão mista de planos, orçamentos públicos e fiscalização, composta por 30 (trinta) deputados federais e 10 (dez) senadores da república, com igual número de suplentes, regida pela resolução nº 1 do Congresso Nacional, de 26 de dezembro de 2006.

As emendas podem ser apresentadas pelos parlamentares de forma individualizada ou coletiva. As individuais são apresentadas por qualquer parlamentar detentor do mandato e também por relatores da proposta, sendo estas limitadas a correções de erros ou omissões contidas no projeto em análise. E as coletivas derivam do consenso dos parlamentares reunidos em comissões permanentes de cada casa do congresso nacional ou dos parlamentares pertencentes à mesma unidade da federação.

A figura abaixo demonstra o fluxo envolvendo o Poder Executivo, Legislativo e Tribunais de Contas, desde a elaboração até o controle das peças orçamentárias.

Figura 1: Fluxo do orçamento entre os Poderes Executivo e legislativo



Fonte: Mognatti (2008).

PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES SOBRE ORÇAMENTO PÚBLICO NO BRASIL

Lei 4.320/ 1964

A lei orçamentária é baseada em diversas normas, com a finalidade de cumprir leis e princípios que devem ser levados em consideração no momento da elaboração do orçamento público.

Dentre os princípios criados nesta lei o princípio da anualidade determina que o orçamento seja autorizado por um determinado período de tempo correspondendo a um ano civil. Kohama (2009) refere que se utiliza convencionalmente o critério de um ano para o período orçamentário, por apresentar a vantagem de ser o adotado pela maioria das empresas particulares.

O princípio da universalidade impõe que na lei orçamentária constem todas as receitas e todas as despesas previstas para o ano seguinte. Isso faz com que o poder executivo esteja impossibilitado de fazer qualquer coisa sem o respaldo do poder legislativo. Segundo Mota (2005), a inclusão de todas as receitas e despesas a serem realizadas em determinado período de tempo é essencial no sentido de evitar que a arrecadação de algum recurso financeiro, bem como sua aplicação fuja à competente apreciação do Poder Legislativo.

O princípio do orçamento bruto, previsto no art. 6º da lei nº 4.320/64 estipula que “As receitas e despesas constarão da lei de Orçamento pelos seus valores totais, vedadas quaisquer deduções”.

Conforme Nascimento (2010), o princípio da especificação prevê que as receitas e as despesas devem aparecer no orçamento público de maneira discriminada, demonstrando a origem e aplicação dos recursos, e, além disso, devem ser devidamente especificadas de modo a serem entendidos tanto pelos usuários internos quanto externos (comunidade em geral).

Constituição Federal

A Constituição Federal tem como objetivo adotar a tripartição do planejamento orçamentário.

Nas palavras de Torres (1995, p. 97) “o artigo 167 é todo dedicado aos princípios gerais do orçamento”. De fato, o artigo positivou diversos princípios, como o da legalidade, que subordina matérias orçamentárias à elaboração de lei formal, ou seja, à competência do Congresso Nacional.

O artigo trata de outras matérias orçamentárias, além dos princípios, cada explanação e apontando as dificuldades e o desequilíbrio na repartição das receitas tributárias e a provável fase orçamentária que se destina.

A Constituição Federal de 1988 estabelece normas de controle da despesa, criando cargos de admissão e contratação de pessoal por entidades de administração pública direta e indiretamente que só poderão ser feitas e comprovadas por existência de orçamento.

Segundo JOSÉ PACIULLI (1977, p. 19) define a despesa pública como sendo “o gasto da riqueza pública, autorizado pelo poder competente, com o fim de ocorrer a uma necessidade pública”, de modo que se deve entender a disposição constitucional como sendo impositiva de um limite ao comprometimento da riqueza pública, endereçado tanto aos legisladores, responsáveis pela consolidação legal da programação financeira através da votação e aprovação de um orçamento, quanto aos administradores, responsáveis últimos pela fiel execução deste orçamento aprovado pelo Poder Legislativo respectivo.

O art.169 releva aspectos de aplicação cotidiana e prática na atuação administrativa, com o objetivo de lidar com a ênfase da administração pública de maneira eficiente no dia-a-dia do planejamento e execução orçamentária.

Lei de responsabilidade fiscal

A LRF no Brasil possui ação planejada, transparente e eficiente de controle de condições necessárias para combater a irresponsabilidade fiscal e o alcance do equilíbrio das contas públicas, evitando erros semelhantes das gestões passadas, não excedendo o limite permitido e entregando contas saudáveis.

Segundo (SILVA, 2004), a década de 90 foi palco de um cenário falimentar da administração pública. Os sucessivos déficits fiscais; a má administração dos recursos público sustentada pela impunidade generalizada criou condições que exigiram o estabelecimento de uma norma de controle da gestão dos recursos públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, programa grandes inovações no âmbito do limite de gastos públicos. Essencialmente entre essas despesas destaca-se o limite de gastos com o pessoal. A folha de pagamento de pessoal representa o principal item de despesas de todo o setor público brasileiro.

METODOLOGIA

Este trabalho é caracterizado por empregar técnicas de pesquisa exploratória e descritiva. De acordo com Gil (2017), as pesquisas exploratórias tendem a ser mais flexíveis em seu planejamento, pois pretendem observar e compreender os mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado pelo pesquisador.

Assim, esta modalidade de pesquisa corresponde a concretizar em estudo, fazendo com que a pessoa que está investigando ganhe mais familiaridade com o objeto que está sendo analisado, permitindo que o pesquisador obtenha técnicas mais apropriadas para sua pesquisa. Afim de que ela seja capaz de decidir a respeito de questões que precisam de atenção, possuindo métodos mais flexíveis sem usar os questionários, detalhando ou mostrando muitas complexidades, tendo como objetivo adquirir informações não estatísticas.

Para Malhotra (2001, p.106), a pesquisa exploratória “é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo o fornecimento de critérios sobre a situação-problema enfrentado pelo pesquisador e sua compreensão”. Costumam ser de natureza qualitativa.

Segundo Gil (2017) as pesquisas descritivas buscam levantar opiniões, atitudes e crenças de uma população. Assim, é definida uma característica de determinadas populações, sendo elaboradas contando com a finalidade, identificando possíveis relações entre variáveis com grande número de pesquisa sendo realizada com objetivos profissionais. A pesquisa descritiva é realizada por estudos e pesquisas de opinião, motivação, documental e estudo de caso.

Segundo Malhotra (2001, p.108), a pesquisa descritiva “é um tipo de pesquisa que tem como principal objetivo a descrição de algo”, um evento, um fenômeno ou um fato.

O presente trabalho se constitui em uma pesquisa descritiva, tendo como objetivo prover informações sobre o orçamento do Instituto Federal de Roraima. Para tanto, o trabalho englobou uma parte essencial que se constitui em verificar a legislação e manuais existentes, pertinentes ao processo orçamentário relativo à Instituição Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

A análise apresenta-se na forma de coleta de dados e valores previstos e executados na função do ensino profissional do Instituto Federal de Roraima, coletadas por meio de documentos encaminhados pela própria instituição e analisar a distribuição orçamentária realizada entre as unidades da instituição, bem como a variação no orçamento entre os anos de 2019 a 2021.

Neste sentido, este trabalho possui os seguintes objetivos:

1. Objetivo Geral: Analisar a composição do orçamento do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, no período de 2019 a 2021.
2. Objetivos Específicos: Compreender como o orçamento do Instituto Federal de Roraima é distribuído entre as unidades. Discriminar os principais tipos de despesas realizadas pelo Instituto Federal de Roraima

ANÁLISE DE DADOS

O IFRR consiste em unidade orçamentária vinculada ao Ministério da Educação. O orçamento da instituição é partilhado entre todas as unidades que o compõem, quais sejam: *Campus* Amajari, Avançado Bonfim, Boa Vista, Boa Vista Zona Oeste, Novo Paraíso, além da Reitoria.

De acordo com o art. 14 da lei nº 4.320/1964 a unidade orçamentária é a repartição da administração federal que recebe seus créditos diretamente da LOA. É o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição que serão consignadas de dotações próprias.

Neste trabalho, serão apresentados a seguir os orçamentos dos anos de 2019, 2020 e 2021 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima, os quais foram disponibilizados pela Pró-Reitoria de Administração (PROAD) do IFRR.

É importante destacar que este trabalho se limitou a analisar apenas duas ações, dentre várias que compreendem o orçamento global do IFRR, quais sejam:

Ação 20RL – Funcionamento de instituições federais de educação profissional e tecnológica – e a Ação 20RG – Reestruturação e modernização de instituições da rede Federal de Educação Profissional Científica e tecnológica. Estas são duas das principais ações em relação ao controle administrativo realizado pela própria instituição, que permitem um grau maior de discricionariedade tanto na proporcionalidade de distribuição entre as unidades, como quanto ao tipo de gasto a ser realizado.

Além disso, é importante também ressaltar que o IFRR realiza o gerenciamento das ações 4572 – Capacitação de Servidores – e da ação 2994 – Assistência Estudantil.

Assim, vale ressaltar que as despesas relacionadas à ação 20RL (funcionamento) são utilizadas principalmente para o pagamento de despesas de água, energia, telefone, vigilância, motorista, entre outros. Ou seja, são despesas de custeio, necessárias para o funcionamento da instituição no dia-a-dia.

Por sua vez, as despesas relacionadas à ação 20RG (Reestruturação e Modernização) são utilizadas para o pagamento de despesas com obras, e reformas; pagamento de despesa com aquisição de equipamentos, mobiliários entre outros. Ou seja, são gastos relacionados à aquisição e/ou construção de bens duráveis, tais como a construção de prédios, quadras, aquisição de centrais de ar, mesas, cadeiras, etc.

A partir de então seguimos para a análise dos orçamentos anuais.

ANÁLISE DO ORÇAMENTO DO IFRR DE 2019

O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária das principais ações envolvendo despesas discricionárias do IFRR, no exercício de 2019.

Figura 2: Orçamento do IFRR em 2019.

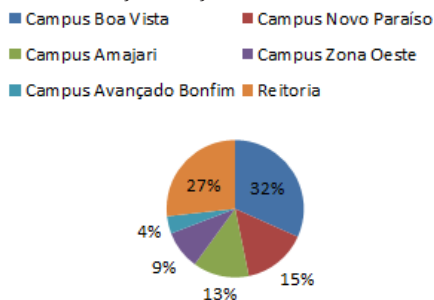
ORÇAMENTO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DISTRIBUÍDO POR CAMPI E REITORIA (FUNCCIONAMENTO, INVESTIMENTO, CAPACITAÇÃO E ASSISTENCIA AO ESTUDANTE)					
Campus Boa Vista		Campus Novo Paraíso		Campus Amajari	
	Empenhado		Empenhado		Empenhado
4572 - Capacitação de Servidores	R\$ 200.353,73	4572 - Capacitação de Servidores	R\$ 15.400,00	20RL Funcionamento Custeio	R\$ 2.167.968,68
20RL Funcionamento Custeio	R\$ 5.194.616,80	20RL Funcionamento Custeio	R\$ 2.469.631,43	20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 459.252,36
20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 373.476,70	20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 469.074,50	2994 -Assistencia ao Estudante	R\$ 1.032.533,01
20RG - Restruturação e Modernização	R\$ 863.845,21	20RG - Restruturação e Modernização	R\$ 1.484.651,09	Valor Total	R\$ 3.659.754,05
2994 -Assistencia ao Estudante	R\$ 723.901,93	2994 -Assistencia ao Estudante	R\$ 1.538.966,59		
Valor Total	R\$ 7.356.194,37	Valor Total	R\$ 5.977.723,61		
Campus Zona Oeste		Campus Avançado Bonfim		Reitoria	
	Empenhado		Empenhado		Empenhado
20RL Funcionamento Custeio	R\$ 1.491.328,29	20RL Funcionamento Custeio	R\$ 451.735,23	4572 - Capacitação de Servidores	R\$ 283.435,23
20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 337.728,82	20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 410.418,08	20RL Funcionamento Custeio	R\$ 4.380.697,51
20RG - Restruturação e Modernização	R\$ 360.791,18	20RG - Restruturação e Modernização	R\$ 166.601,59	20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 103.026,27
2994 -Assistencia ao Estudante	R\$ 173.527,20	2994 -Assistencia ao Estudante	R\$ 29.078,00	20RG - Restruturação e Modernização	R\$ 94.110,93
Valor Total	R\$ 2.393.375,49	Valor Total	R\$ 1.057.832,90	Valor Total	R\$ 4.961.269,94

Fonte: IFRR (2022).

Percebe-se pela análise realizada que o orçamento total executado das despesas discricionárias da instituição no ano de 2019 contemplou o valor total de R\$ 25.306.150,36, sendo dividido em termos percentuais da seguinte maneira: CBV (29,07%), CNP (23,62%), CAM (14,46%), CBVZO (9,46%), CAB (4,18%) e Reitoria (19,21%).

Em relação ao orçamento de funcionamento destinado ao custeio a figura a seguir demonstra a representação gráfica:

Figura 3: Execução orçamentária do custeio do IFRR em 2019.

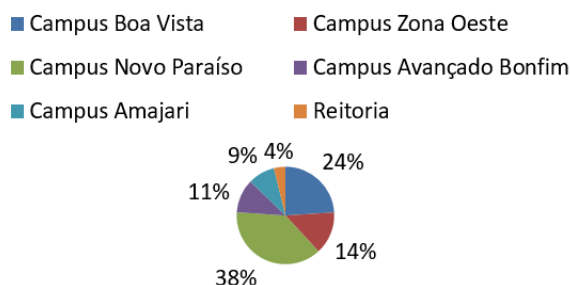


Fonte: IFRR (2022).

De acordo com a figura, percebe-se que o orçamento de custeio do **campus Boa Vista** representa um total de 32,15% do orçamento geral. A **Reitoria** corresponde um total de 27,12%, O **Campus Novo Paraíso** (15%), **Campus Amajari** (13,42%), **Campus Boa Vista Zona Oeste** (9,23%) e o **Campus Avançado Bomfim** (4,18%).

A figura a seguir demonstra a distribuição da execução orçamentária de investimento realizado pela instituição:

Fiura 4: Execução orçamentária do investimento do IFRR em 2019.



Fonte: IFRR (2022).

De acordo com a figura, percebe-se que de um total de R\$ 5.152.976,73, o orçamento de investimento do **Campus Novo Paraíso** representou um total de 38% do investimento geral. O **campus Boa Vista** correspondeu um total de 24%, O **Campus Boa Vista Zona Oeste** (14%), **Campus Avançado de Bomfim** (11%), **Campus Amajari** (9%) e a **Reitoria** (4%).

ANÁLISE DO ORÇAMENTO DO IFRR DE 2020

O quadro a seguir apresenta a execução orçamentária das principais ações envolvendo despesas discricionárias do IFRR, no exercício de 2020.

Figura 5: Orçamento Geral do IFRR em 2020.

ORÇAMENTO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DISTRIBUÍDO POR CAMPUS E REITORIA (FUNCIONAMENTO, INVESTIMENTO, CAPACITAÇÃO E ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE)					
Campus Boa Vista		Empenhado		Campus Novo Paraíso	
4572 - Capacitação de Servidores		R\$ 19.662,00		4572 - Capacitação de Servidores	R\$ 63.678,00
20RL - Funcionamento Custeio		R\$ 4.478.831,79		20RL - Funcionamento Custeio	R\$ 2.574.358,83
20RL - Funcionamento Investimento		R\$ 972.760,07		20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 817.159,49
20RG - Reestruturação e Modernização		R\$ 0,00		20RG - Reestruturação e Modernização	R\$ 800,00
2994 - Assistência ao Estudante		R\$ 1.049.892,00		2994 - Assistência ao Estudante	R\$ 593.514,00
Valor Total		R\$ 6.521.145,86		Valor Total	R\$ 4.049.510,32
Campus Zona Oeste		Empenhado		Campus Avançado Bonfim	
20RL - Funcionamento Custeio		R\$ 1.360.564,82		20RL - Funcionamento Custeio	R\$ 613.139,51
20RL - Funcionamento Investimento		R\$ 2.041.067,50		20RG - Reestruturação e Modernização	R\$ 293.478,86
20RG - Reestruturação e Modernização		R\$ 15.283,45		Valor Total	R\$ 906.618,37
2994 - Assistência ao Estudante		R\$ 187.492,00			
Valor Total		R\$ 3.604.597,77			
				Reitoria	
				4572 - Capacitação de Servidores	R\$ 265.394,78
				20RL - Funcionamento Custeio	R\$ 2.394.785,74
				20RL - Funcionamento Investimento	R\$ 71.298,63
				20RG - Reestruturação e Modernização	R\$ 90.312,49
				Valor Total	R\$ 2.821.791,64

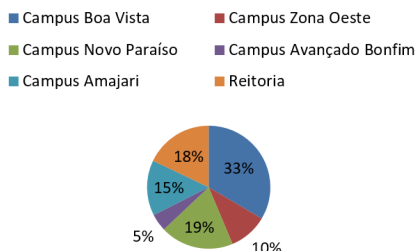
Fonte: IFRR (2022).

Percebe-se pela análise realizada que a execução das despesas vinculadas as ações expostas na figura 5 contemplam o total de R\$ 21.651.618,37, o que representa um decréscimo de 14,44% em relação a execução orçamentária do exercício de 2019, sendo dividido em termos percentuais da seguinte maneira: CBV (30,12%), CNP (18,7%), CAM (17,31%), CBVZO (16,65%), CAB (4,19%) e Reitoria (13,03%).

Podemos perceber no exercício de 2020 que a execução orçamentária do CBVZO e do CAM foram maiores em relação ao ano anterior, em termos proporcionais. Por sua vez, O CNP e a Reitoria tiveram uma redução na fatia proporcional da execução orçamentária.

Em relação ao orçamento de funcionamento destinado ao custeio a figura a seguir demonstra a representação gráfica:

Figura 6: Execução orçamentária do custeio do IFRR em 2020

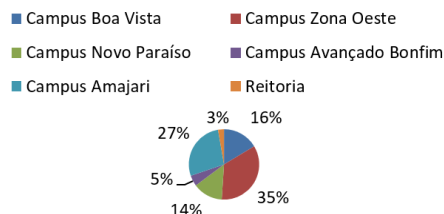


Fonte: IFRR (2022).

Pela análise realizada, percebe-se que de um total de R\$ 13.367.905,21 destinados ao custeio da instituição os gastos do **Campus Boa Vista** representaram um total de 33,50% do orçamento geral. O **Campus Novo Paraíso** correspondeu a um total de 19,26%, A **Reitoria** 17,91%, **Campus Amajari** 17,31%, **Campus Boa Vista Zona Oeste** 10,18% e o **Campus Avançado Bonfim** 4,19%.

A figura a seguir demonstra a distribuição da execução orçamentária de investimento realizado pela instituição:

Figura 7: Execução orçamentária do investimento do IFRR em 2020



Fonte: IFRR (2022).

O total de R\$ 5.933.964,67. Foi dividido da seguinte forma: **Campus Boa Vista R\$: 972.760,07** **Campus Boa Vista Zona Oeste R\$: 2.056.350,95** **Campus Novo Paraíso R\$: 817.959,49** **Campus Avançado de Bonfim R\$: 293 478,86** **Campus Amajari R\$. 1.631.804,18** e a **Reitoria R\$: 161.611,12**.

De acordo com a análise realizada, percebe-se que de um total de R\$ 5.933.964,67 dos recursos de investimentos da instituição o **Campus Boa Vista Zona Oeste** foi responsável pela execução de um total de R\$2.056.350,95

(34,65%). O **Campus Amajari** executou um total de 1.631.804,18 (27,50%), O **Campus Boa Vista** R\$ 972.760,07 (16,39%), **Campus Novo Paraíso** R\$817.959,49 (13,78%), **Campus Avançado Bonfim** R\$ 293 478,86 (4,95%) e a **Reitoria** R\$ 161.611,12 (3%).

ANÁLISE DO ORÇAMENTO DO IFRR DE 2021

Figura 8: Orçamento Geral do IFRR em 2021

ORÇAMENTO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DISTRIBUÍDO POR CAMPI E REITORIA (FUNCIONAMENTO, INVESTIMENTO, CAPACITAÇÃO E ASSISTENCIA AO ESTUDANTE)							
Campus Boa Vista			Campus Novo Paraíso			Campus Amajari	
	Empenhado			Empenhado			Empenhado
4572 - Capacitação de Servidores	R\$27.745,00		20RL Funcionamento Custeio	R\$1.843.583,14		20RL Funcionamento Custeio	R\$1.667.441,24
20RL Funcionamento Custeio	R\$3.668.271,15		20RL - Funcionamento Investimento	R\$1.296.256,23		20RL - Funcionamento Investimento	R\$1.144.700,00
20RL - Funcionamento Investimento	R\$1.209.433,00		2994 -Assistencia ao Estudante	R\$21.411,00		4572 - Capacitação de Servidores	R\$52.548,00
2994 -Assistencia ao Estudante	R\$678.098,00						
			Valor Total	R\$ 3.161.250,37		Valor Total	R\$ 2.864.689,24
Valor Total	R\$5.583.547,15						
Campus Zona Oeste			Campus Avançado Bonfim			Reitoria	
	Empenhado			Empenhado			Empenhado
20RL Funcionamento Custeio	R\$1.296.201,52		20RL Funcionamento Custeio	R\$573.817,39		4572 - Capacitação de Servidores	R\$280.105,89
20RL - Funcionamento Investimento	R\$1.413.558,06					20RL Funcionamento Custeio	R\$3.457.421,57
						20RL - Funcionamento Investimento	R\$119.997,00
Valor Total	R\$ 2.709.759,58					Valor Total	R\$ 3.857.524,46

Fonte: IFRR (2022).

Percebe-se pela análise realizada que o orçamento do IFRR no exercício de 2021 totalizou R\$ 18.750.588,19, o que representa um decréscimo de 25,91% em relação ao exercício de 2019 e de 13,4% em relação ao exercício de 2020.

Em relação ao orçamento de funcionamento destinado ao custeio a figura a seguir demonstra a representação gráfica:

Figura 9: Execução orçamentária do custeio do IFRR em 2021

- Campus Boa Vista

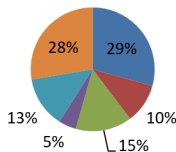
Campus Zona Oeste

Campus Novo Paraíso

Campus Avançado Bonfim

Campus Amajari

Reitoria

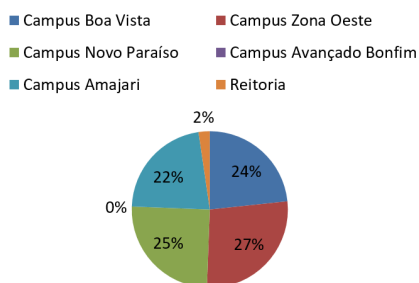


Fonte: IFRR (2022).

Pela análise realizada percebe-se que o total executado com o custeio da instituição totalizou R\$ 12.506.736,01. Esse gasto foi realizado da seguinte maneira entre as unidades: **Campus Boa Vista** R\$ 3.668.271,15 (29,33%), **Campus Boa Vista Zona Oeste** R\$ 1.296.201,52 (10,36%), **Campus Novo Paraíso** R\$ 1.843.583,14 (14,74), **Campus Avançado de Bomfim** R\$ 573.817,39 (4,59), **Campus Amajari** R\$ 1.667.441,24 (13,33%) e a **Reitoria** R\$ 3.457.421,57 (27,64%).

A figura a seguir demonstra a distribuição da execução orçamentária de investimento realizado pela instituição:

Figura 10: Execução orçamentária do investimento do IFRR em 2021



Fonte: IFRR (2022).

De acordo com a análise realizada, percebe-se que o orçamento total de investimento da instituição foi de R\$ 5.183.944,29. Deste total o **Campus Boa Vista** executou um total de R\$ 1.209.433,00 (23,33), o **Campus Boa Vista Zona Oeste** R\$ 1.413.558,06 (27,27%), o **Campus Novo Paraíso** R\$ 1.296.256,23 (25%), **Campus Amajari** R\$ 1.144.700,00 (22%) e a **Reitoria** R\$ 119.997,00 (2,31%). O Campus Avançado Bonfim não executou recursos de investimento no exercício de 2021.

Importante demonstrar que novamente no exercício de 2021 o CBVZO executou a maior parcela dos recursos de investimento destinado ao IFRR, seguido de CNP, CBV e CAM, respectivamente.

Com base na análise dos orçamentos de 2019 a 2021, percebemos que os valores totais sofreram queda ano após ano, o que certamente compromete a execução das atividades realizadas pela instituição. Enquanto a execução com custeio demonstrou enorme queda, foi possível perceber aumento nos gastos

destinados com investimento. Esses fatores decorrem da diminuição nos gastos com custeio em virtude das atividades remotas nos anos de 2020 e 2021, o que possibilitou o remanejamento de parte do orçamento para ações de investimento, o que se torna vantajoso pela melhoria da infraestrutura física da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu compreender a composição orçamentária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. Todo o material utilizado para a análise de dados foi disponibilizado pela PROAD, através de solicitação.

Por meio deste trabalho, foi possível verificar a variação no orçamento do IFRR no período dos três anos analisados. O orçamento da instituição apresentou sucessivas quedas em relação aos anos de 2020 e 2021, quando comparado com o ano de 2019. Este cenário recorrente na diminuição do orçamento da instituição causa preocupação para a melhoria no desenvolvimento das ações a serem ofertadas.

Além disso foi possível compreender os gastos necessários entre as unidades da instituição para a manutenção de sua infraestrutura física, realização de investimentos, capacitação de servidores e auxílio para assistência estudantil dos alunos.

Com base na pesquisa realizada, percebe-se que os objetivos propostos foram atendidos, na medida este trabalho possibilita compreender a composição do orçamento do IFRR junto aos *campi* e reitoria, bem como é possível analisar a execução do orçamento realizado por todas as unidades em relação ao custeio e ao investimento.

Desta forma, os objetivos apresentados sobre o presente trabalho foram adequadamente atendidos. Apesar da complexidade da pesquisa sobre a análise orçamentária do IFRR, o tema não foi completamente explorado neste trabalho, podendo ser realizado estudos futuros que possibilitem complementar esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M.; FEIJÓ, P. H. **Gestão de Finanças Públicas: Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e**

Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 2ª edição. Brasília: 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.**

BRASIL. **Decreto lei 200 de 1967.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm> Acesso em: 23 de mar. 2022.

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm> Acesso em: 18 de mar. 2022.

CREPALDI, A. S.; CREPALDI, S. G. **Orçamento Público: Planejamento, Elaboração e Controle.** 1ª edição. São Paulo: editora Saraiva, 2013.

GIACOMONI, J. **Orçamento público.** 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1992.

GIACOMONI, J. **Orçamento Público.** 11ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, C. A. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa,** 6ª edição. *São Paulo*, Atlas, 2017.

IFRR. Disponível em <<https://www.ifrr.edu.br/campi/zona-oeste/institucional/historico>> Acesso em: 23 de mar. 2022.

IFRR. Disponível em <https://www.ifrr.edu.br/acessoainformacao/institucional/historico-1> Acesso em: 23 de mar. 2022.

KOHAMA, H. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática.** 5ª edição. São Paulo, Atlas, 2008.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.** 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOGNATTI, M. C. de F. **“Transparência e Controle na Execução das Emendas Parlamentares ao Orçamento da União”** - Monografia – Curso de Especialização em Orçamento Público – Tribunal de Contas da União, Câmara dos Deputados e Senado Federal – 2º Semestre 2008. Brasília, DF.

MONTEIRO, Á.; LACERDA, M. M.; LUZ, R. S. **A transparência da gestão fiscal na administração pública sob a ótica da sociedade.** 79 f., 2004. Disponível em <http://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/ucs/externos/monografias/monografia_alvaro_manuel_reginaldo.pdf>. Acesso em: 01 de abril 2022.

- MOTA, F. G. L. **Curso Básico de Contabilidade Pública**. 1ª ed. Brasília, 2005.
- NASCIMENTO, E. R. **Gestão pública**. 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2010
- PACIULLI, J. **Direito Financeiro**. 3ª edição. São Paulo: José Bushatsky Editor, 1977.
- PEREIRA, J. M. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. São Paulo: Atlas, 1999.
- PINTO, P. A. **Dicionário de sinônimos**. Rio de Janeiro. Editora Científica, 1956
- PIRES, V. A. **Orçamento público: abordagem tecnopolítica** / Valdemir Pires. – São Paulo : Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2011.
- SCHWARZER, H. (Org.). **Estudos e pesquisas da Secretaria de Políticas de Previdência Social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2009. (Previdência Social, Série Debates; v. 31)
- SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2004.
- SILVA, M. C., CHACON, M. J. M., PEDERNEIRAS, M. M. M., LOPES, J. E. G. **Procedimentos metodológicos para a elaboração de projeto de pesquisa relacionados a dissertações de Mestrado em Ciências Contábeis**. Revista Contabilidade & Finanças. São Paulo, ano XV, nº 36, v. 4, set/dez, p.97 – 104, 2004.
- SILVA, R. L. M. da. **A lei de responsabilidade fiscal e a limitação da despesa na Administração Pública Federal**. R. CEJ, Brasília, n. 26, p. 69-78, jul./set. 2004.
- TORRES, R. L. **O orçamento na Constituição**. Rio de Janeiro: Renovar, 1995.
- TRIVIÑOS, A. N. S. - **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo, Atlas, 1987.
- VASCONCELLOS SANTOS, G. K. dos; RAUPP, F. M.; SECCHI, L. **Usos e limitações da gestão de custos no Setor Público: evidências baseadas na percepção dos gestores e contadores do Poder Executivo de Santa Catarina**. In: PIRES, V.; SATHLER, A. R. (Org.) **Gestão orçamentária inovadora: desafios e perspectivas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018.
- VASCONCELLOS, A. **Orçamento público**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Ferreira, 2009.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: EUROPA E BRASIL E SEUS ITINERÁRIOS

PROFESSIONAL EDUCATION: EUROPE AND BRAZIL AND THEIR ITINERARIES

Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis
Mariana da Silva Souza

RESUMO: Debates sobre a educação profissional são plurais, mas convergentes quanto à subordinação, em maior ou menor grau, à lógica do mercado, ao seu fundamental papel no desenvolvimento econômico, a necessidade de abrangência, de inclusão e convergência, seja para além das fronteiras ou limites geográficos de cada nação. O presente texto explora, primeiramente, os debates em voga sobre o ensino e formação profissional na Europa. Passando depois, a explorar o debate no Brasil, finalmente, debruça-se sobre o papel dos recentes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Não se tratando de uma análise pormenorizada, buscou-se de forma holística relatar os processos históricos que modelam as atuais discussões tanto no Brasil, quanto na Europa, sempre que possível explorando a educação profissional de nível médio e seus desafios institucionais. Constata-se que enquanto na Europa o objetivo ainda é a busca de construção de referências comuns para a formação profissional, no Brasil o ensino profissional, semelhante ao modelo burocrático francês, diante de sua complexidade estrutural, ainda luta por maior adesão discente e madurez institucional.

Palavras-chave: Educação profissional; Formação profissional na Europa; Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

ABSTRACT: *Debates on professional education are plural, but convergent in terms of subordination, to a greater or lesser extent, to the logic of the market, its fundamental role in economic development, the need for scope, inclusion and convergence, whether beyond borders, limits or geographical areas of each nation. The present text explores, firstly, the current debates about vocational education and training in Europe. Moving on to explore the debate in Brazil, finally, it focuses on the role of the recent Federal Institutes of Education, Science and Technology. As this is not a detailed analysis, we sought to holistically report the historical processes that shape current discussions both in Brazil and in Europe, whenever possible exploring mid-level professional education and its institutional challenges. It appears that while in Europe the objective is still the search for the construction of common references for professional training, in Brazil professional education, similar to the French bureaucratic model, in view of its structural complexity, still fights for greater student adherence and institutional maturity.*

Keywords: *Professional education; Vocational training in Europe; Federal Institutes of Education, Science and Technology.*

CONTEXTO DO ENSINO PROFISSIONAL NA EUROPA

Os pontos de vista históricos não são convergentes quanto aos modelos de educação e formação profissional na Europa, demonstrando harmonia somente quando o assunto se dá em torno da origem.

Difundidas em quase todo continente europeu¹ a partir do século XII, as corporações de ofícios, popularmente intituladas guildas, são apontadas pela semelhança do trabalho e ensino artesão e construtor, senão como a origem, o embrião da formação profissional na Europa medieval. Influente na vida política e econômica das sociedades europeias, um conjunto rígido de regimentos, normas, regulamentações, padrões de constituição, de admissão, ensino, e aprendizagem precedem sua notoriedade histórica. Com as profundas transformações sociais, decorrentes da invenção da máquina a vapor, de fiação e do tear mecânico, têm-se o declínio das corporações de ofício. Afinal, a operacionalização das máquinas não exigia maiores qualificações para o então, novo proletário, migrante das zonas rurais para as cidades. Soma-se ao fato, o esgotamento do poder político das corporações para legitimar as profissões recém-criadas pela revolução industrial (JAGUARIBE E VIEIRA, 2016; WOLLSCHLÄGER E GUGGENHEIM, 2004).

Se a uniformidade fez-se presente na formação profissional durante o regime das corporações de ofício, desde a Revolução Industrial, os sistemas de ensino profissional europeus são divergentes quanto aos modelos de educação e formação profissional (WOLLSCHLÄGER E GUGGENHEIM, 2004). Apresentando alternativa à dicotomia ideológica de orientação a formação acadêmica e mercadológica, mesmo admitindo hipótese redutora, Wollschläger e Guggenheim (2004) classificam três modelos clássicos, criados no limiar da ascensão do regime industrial; i) o liberal, ii) o burocrático e iii) o dual-empresarial.

No modelo liberal britânico, a organização do ensino, formação profissional e conteúdos programáticos são estabelecidos por empresas, trabalhadores e gestores de centros de formação profissional em conformidade com as necessidades do mercado. Para formação conta-se com escolas e empresas em simultâneo. O ensino é financiado pelos próprios formandos e algumas empresas que ministram seus próprios cursos, limitando-se ao ensino de competências profissionais parciais, havendo pouca supervisão e exames

¹ Segundo Wollschläger (2004, p. 8), a Rússia medieval é uma exceção por não haver corporações de artífices passíveis de serem comparadas às guildas.

finais para reconhecimento público. No modelo burocrático francês, adotado pelos países do sul da Europa (PEREIRA, 2012, p.15), a organização do ensino e a formação são de iniciativa do Estado em escolas especializadas. O conteúdo dos programas é organizado em conjunto com parceiros sociais, assentando-se numa formação mais geral e teórica ante a prática empresarial. As aulas são ministradas em escolas especializadas, chamadas escolas de produção. O financiamento do ensino se dá via imposto, recolhido das empresas e destina-se a um determinado número de alunos. Os certificados de caráter público permitem aos alunos, formados com distinção, a progressão para níveis superiores de especialização. O modelo dual empresarial alemão tem nas Câmaras de Comércio, agrupadas por profissões e regulamentadas pelo Estado, a organização do ensino e formação profissional. A instrução é alternada entre empresas e escolas profissionais, sendo que seus conteúdos programáticos são elaborados em conjunto por estado, sindicato e empresas. As empresas que financiam a formação dentro dos seus limites, recebem dedução dos impostos. As escolas profissionais são financiadas pelo governo e os alunos recebem subsídio. Aos formandos é permitido o exercício da profissão, e diferentemente do modelo francês, o prosseguimento para níveis superiores de especialização é garantido a todos (WOLLSCHLÄGER E GUGGENHEIM, 2004).

A identificação de três modelos clássicos como guia de referência inicial, só não impossibilitam, como são o ponto de partida para as transformações dos sistemas nacionais de educação e formação profissional. Estes que se adequando aos seus processos culturais, sociais e produtivos emergentes, desenvolveram seus intrínsecos sistemas de formação profissional. De lá para cá, a heterogeneidade dos sistemas de formação profissional têm sido, senão dentre outros, o principal obstáculo a ser superado para a criação de uma política efetiva de integração do mercado de trabalho europeu para fortalecimento econômico do bloco. Segundo Petrini (2004), desde o tratado de constituição da Comissão Econômica Européia (CEE) em 1957, estava previsto (art. 118º) um conjunto de princípios gerais para uma política comum de formação profissional, objetivando o desenvolvimento de um mercado comum. Segundo o mesmo autor, as tentativas sucederam-se na primeira década de existência da Comunidade, ganhando vida novamente ao longo da década de 1970, mas esbarraram sempre nos embargos da Alemanha e da França²

2 Segundo Petrini (2004), Alemanha e França já possuíam sistemas altamente desenvolvidos para se sujeitarem às pressões integracionistas.

e na oposição dos governos à pressão de uma política considerada “ultraintegralista”. Para Rodrigues (2016, p. 140), ainda que de responsabilidade legal dos estados membros, somente a partir dos anos de 1970, efetivamente uma política comum para o ensino profissional é assumido como objetivo político global a ser perseguido novamente pelo bloco³. Essa política, *a priori*, mostra-se concretizada com a criação em 1975 do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (Cedefop). Segundo Wollschläger e Guggenheim (2004, p.5) a Cedefop nasce da observação da articulação de governos e sindicatos que preocupados em desenvolver a formação inicial e continuada, não tardaram a criar instituições para sua melhoria. Dessa forma, o Conselho de Ministros, acatando a proposta do Comitê Econômico e Social Europeu, desenvolveu uma agência descentralizada da União Européia para barrar o processo diversificador de qualificação para coordenar e desenvolver políticas comuns ao bloco.

Se as tentativas anteriores não lograram êxito no curto prazo, contribuíram na definição de objetivos de médio e longo prazo (BROCKMANN et al, 2013; WOLLSCHLÄGER E GUGGENHEIM 2004). Estabelecida a importância do ensino e formação profissional como política econômica, social e de emprego, esse tipo de formação passa a ser de efetiva prioridade enquanto política de cooperação e integração europeia a partir dos anos 2000. A começar da conferência de Lisboa, até às Conclusões de Riga em 2015⁴, os membros da união europeia buscam estabelecer para a educação e formação profissional, para além de formas de financiamento e processo de colaboração, o aumento da atratividade, do nível de inclusão (por meio de ações de envolvimento de *stakeholders*), da mobilidade de trabalhadores, do desenvolvimento da cidadania e do fortalecimento dos mecanismos de informação e transparência para obtenção de melhor nível de qualidade.

Para cumprimento dos objetivos propostos, resultante dessa série de documentos de enquadramento estratégico da educação e formação profissional⁵, foram desenvolvidos instrumentos comuns, referências para a

3 Segundo Wollschläger (2004), o terreno para uma ação política conjunta foi preparado a partir da década de 1950, com a criação da Comunidade Européia do Carvão e do Aço, embora não houvesse menção direta ao ensino profissional.

4 Os ministros da União Europeia responsáveis pela educação e formação profissional subscreveram as prioridades de cooperação estabelecida no Comunicado de Bruges em 2010 para os países candidatos, Islândia, Noruega e Liechtenstein.

5 Documentos de Referência Europeus de Formação Profissional. São eles; a Declaração em Copenhagen (2002), Comunicado de Maastricht (2004), Comunicado de Helsínquia (2006),

busca de convergência, diante de um quadro já dito, heterogêneo. Dentre eles, o primeiro é o Método Aberto de Coordenação (MAC). Embora desenvolvido na década de 1990, foi institucionalizado como instrumento no ano de 2000, na Estratégia de Lisboa. Não exigindo medidas legislativas, figura-se como um método intergovernamental para elaboração de políticas de cooperação futuras nas áreas de emprego, proteção social, inclusão social, educação, juventude e formação, ainda baseando-se na: i) identificação e definição de objetivos comuns, ii) definição de instrumentos comuns de aferição e iii) no *benchmarking*. Lançado em 2007, o Quadro Nacional de Qualificações (QEQ) funciona como um mecanismo de tradução e equivalência. Possui o objetivo de integrar e articular as qualificações dos diferentes subsistemas de educação, formação profissional e ensino superior de cada país, atribuindo dupla certificação. O Sistema Europeu de Créditos para a Educação e Formação Profissional (ECVET) é um quadro metodológico criado em 2009, objetiva através da acumulação de créditos, facilitar a transferência de estudantes entre instituições. A transferência de créditos entre qualificações permite a comparação e complementaridade das qualificações. Por último, em 2009 nasce o Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para o Ensino e a Formação Profissional (EQAVET). Recomendado pelo Parlamento e Conselho europeu e de adesão voluntária, o quadro dispõe de um conjunto de ferramentas comuns de gestão, destinadas a apoiar os Estados membros a promover e supervisionar seus sistemas de educação e formação profissional para aprimoramento dos seus processos de transparência, fomentando assim, a convergência da educação e formação profissional.

Atualmente nos países signatários do modelo liberal⁶, a competência da educação e formação profissional é descentralizada do Reino Unido. Independentemente da consolidação do Brexit⁷, todos os fatores ainda implicam em um sistema heterogêneo interno, cuja prévia compreensão está na separação entre educação e formação. A primeira é ligada ao desenvolvimento pessoal e a segunda com o desenvolvimento de aptidões práticas (BROCKMANN et al,

Comunicado de Bordeaux (2008), Comunicado de Bruges (2010), Prioridades de cooperação europeia reforçada de 2011-2020 (2010), Novas prioridades para a cooperação europeia no domínio da educação e formação (2015) e Conclusões de Riga em (2015). (<https://www.dgert.gov.pt/documentos-de-enquadramento-estrategico-do-ensino-e-formacao-profissional>, recuperado em 20, janeiro, 2020)

6 Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte e Escócia.

7 Processo de saída do Reino Unido do Bloco da União Europeia.

2013, p.35). Implica dizer que no modelo de educação continuada britânico, ao final do ensino secundário obrigatório⁸, após realização do exame final, o *General Certificate of Secondary Education* (GCSE)⁹, o aluno que deseja prosseguir os estudos, opta pela formação profissional ou a formação acadêmica¹⁰. A formação profissional¹¹ engloba; i) a *vocational qualifications*, com duração aproximada de dois anos, é dirigida para carreiras específicas, ii) os *traineeships*, cursos de curta duração, resumem-se a ações limitadas na oferta de competências profissionais parciais e iii) os *apprenticeships*, compõe-se de postos de trabalho assalariado para treinamento. Tanto nos *traineeships*, quanto nos *apprenticeships*, as práticas de formação são acordados em mercado e normalmente são praticadas nas empresas ou escolas, ao passo que nas *vocational qualifications*, o ensino ocorre em institutos públicos, privados, escolas especializadas, *colleges* e universidades. Os fundos públicos financiam os *colleges* e também oferecem empréstimos aos estudantes, mas cobram taxas para os cursos. Existem também, a depender do caso, gratuidades e descontos para os alunos. O Reino Unido, alinhado aos planos estratégicos do bloco, tem colocado em prática desde 2002 o sistema de qualificação comum e reconhecimento de créditos para educação e formação profissional. (JAGUARIBE E VIEIRA, 2016).

Atualmente no país matriz do modelo burocrático, a constituição incumbe à exclusividade da formação profissional ao Estado e aos seus órgãos competentes. Na França, o ensino profissional e tecnológico é iniciado após o Collège (segundo ciclo do ensino básico) e ofertado em liceus profissionalizantes. O aluno finalista após obter o título de *baccalauréat professionnel* tem a educação contínua asseverada por três caminhos cursados no lycée, seguindo; i) no superior geral preparatório para universidade, ii) no tecnológico (técnico superior) ou iii) no profissional (voltado para ingresso no mercado de trabalho). As últimas opções atribuem o certificado *brevet de technicien supérieur* (certificado técnico superior). Para a formação profissional adulta de cunho generalista¹², a França conta com agrupamentos

8 Equivalente ao ensino médio no Brasil. Obrigatório até os 16 anos na Escócia, País de Gales e Irlanda e obrigatório até os 18 anos na Inglaterra.

9 Na Escócia o exame equivalente ao GCSE chama-se *Scottish Qualifications Authority* (SQA).

10 Intitulado *6th Form*, constitui-se em um ciclo de dois anos, preparando alunos para as universidades.

11 Subentende-se também a formação tecnológica.

12 Os Greta's prestam serviços de formação profissional generalistas em línguas, atividades específicas, preparação para exames profissionalizantes e orientação e acompanhamento dos profissionais para certificação.

educacionais, os *Groupements d'établissements* (Greta). A França segue no objetivo de universalização do ensino profissional, sendo pioneira em suas iniciativas frente ao bloco. Vêm buscando gradativamente parcerias privadas e desde 2002, tem implementado o *Acquis de l'Experience* (VAE), um sistema inovador que determina que qualquer cidadão após três anos de exercício de atividade profissional seja certificado (DE OLIVEIRA CAMPOS et al, 2016).

Pelo alto índice de competitividade de sua indústria e baixo índice de desemprego entre jovens, o modelo dual alemão ainda hoje é de interesse mundial. De tal maneira, o modelo é exportado por meio de cooperações internacionais de intercâmbio de experiências, formação profissional, pesquisas e promoção comercial de empresas no exterior. O sistema de ensino alemão é baseado no desempenho do ensino básico, podendo o aluno matricular-se em três tipos de escola de primeira fase secundária, da ordem de conteúdos mais aprofundados para elementares. A *Gymnasium* recebe os alunos com melhor desempenho, preparando-os para a segunda fase do ensino secundário no *gymnasiale Oberstufe*, onde obterão o certificado *Abitur* para acesso às instituições de ensino superior. O aluno de desempenho intermediário é admitido na *Realschule*, a obtenção do certificado *Mittlere Reife*, após seis anos de estudo, permite acesso a instituições profissionalizantes superiores, ligadas às áreas de negócios, as *Fachoberschulen*. O aluno com pior desempenho ingressa na *Hauptschulen*, após 5 anos de uma educação secundária mais generalista torna-se apto para o exercício de uma profissão mais prática que teórica. Entretanto, a formação profissional e tecnológica está presente em todas as etapas de formação. No sistema dual, mais de 70% da grade curricular é cumprida em treinamento na empresa, da mesma maneira o componente técnico está presente na maior parte do currículo escolar. As empresas podem estabelecer critérios mínimos para admissão. A formação dual é realizada em dois ou três anos e o aluno aprovado recebe o diploma de habilitação profissional da câmara de indústria, comércio ou artífice. O sistema dual oferece experiência prática e remuneração e na maioria dos casos os alunos são empregados pelas próprias empresas nas quais foram formados. Cabe ao governo a regulamentação e supervisão das escolas vocacionais e dos centros de treinamentos das empresas, limitando-se apenas ao financiamento das escolas. O treinamento empresarial é custeado pelas próprias empresas. Os desafios que o sistema alemão enfrenta estão ligados aos mesmos problemas que as principais economias europeias enfrentam, resultantes do envelhecimento da população, do aumento da imigração, da menor participação

do setor industrial na economia e o crescente desinteresse das novas gerações pelo ensino vocacional perante o ensino acadêmico. Como forma de manter o prestígio da educação profissional, o governo alemão enxerga no aumento do seu protagonismo o caminho para melhorias em seu sistema de ensino. Em 2005, a reformulada lei 1969 de Formação Profissional (*Berufsbildungsgesetz*) unificou diferentes regulamentações profissionais, regulamentou novas profissões e creditou treinamentos realizados fora do país (VIOTTI, 2016).

De acordo com dados do Monitor da Educação e da Formação¹³, na modalidade de dupla certificação, que confere a certificação profissional e do ensino secundário (nível 4 QNQ), o continente europeu em 2017 contabilizou o número de 2.849 cursos, ofertados em 1868 (61%) estabelecimentos de ensino pertencentes ao poder público. Na modalidade de curso vocacional¹⁴, que também assegura a certificação do ensino secundário e profissional, no mesmo período foram contabilizados 168 cursos, ofertados em 128 (76%) estabelecimentos públicos. Na modalidade cursos de aprendizagem¹⁵, que também asseguram dupla certificação, houve a oferta de 549 cursos, todos ofertados em estabelecimentos públicos. Em 2016 a média na OCDE de alunos matriculados em cursos de dupla certificação no ensino secundário era de 44%, contra 48% da União Europeia.

CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Hoje, embora necessite ser mais inclusiva e abrangente, a educação profissional e tecnológica é reconhecida e demandada por milhões de brasileiros, contudo, nem sempre foi assim. Em um país de raiz escravocrata, atividades manuais eram vistas com desprezo pelas famílias abastadas. A priori, a instrução teórica e prática eram destinadas às classes menos abastadas, direcionadas especialmente para as crianças órfãs e abandonadas. A cargo desse objetivo estavam as Escolas de Aprendizes e Artífices, fundadas em 1909 (Decreto nº 7.566), sob responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Nesse contexto, da Brasil Colônia até meados de 1920 do Brasil republicano, as primeiras iniciativas de organização do ensino profissional, frente à indústria

¹³ <https://ec.europa.eu/education/policy/strategic-framework/et-monitor> (Recuperado em 25, janeiro, 2020)

¹⁴ O curso é uma alternativa ao ensino profissional e ao ensino regular, tratando-se de uma oferta mais técnica.

¹⁵ Maior componente curricular preparado para o contexto da empresa e o prosseguimento de estudos de nível superior.

embrionária, não foram suficientes para a consolidação de um sistema contínuo e organizado. É com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) e a execução de um projeto desenvolvimentista, em resposta às mudanças estruturais e conjunturais impostas pelo capitalismo industrial, que em 1932 surge à primeira proposta de organização do ensino profissional, esta capitaneada pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (RAMOS, 2014, p.26).

Entretanto, é sobre a égide da Constituição de 1937 que ao Estado é facultado à responsabilidade da fundação de instituições de ensino profissional e o subsídio para as instituições criadas pelos estados e municípios. Também passa a ser de responsabilidade das empresas e sindicatos, a criação de escolas de aprendizes em suas respectivas áreas de atuação (AZEVEDO, 1993, p. 739).

Ao passo que o Governo Vargas difundia cursos técnicos por meio das escolas e universidades públicas para cumprimento do projeto nacional de industrialização, as Escolas de Aprendizes e Artífices transformam-se em Liceus Profissionais, de vários ramos de qualificação. Do compromisso imputado às empresas, juntamente com a criação do sistema de contribuição compulsória sobre folha de pagamento das mesmas, instituído na Reforma Educacional do Ministro Capanema¹⁶ em 1942, resulta, no mesmo ano, a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), seguindo em 1946, da criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Escolas profissionais financiadas pelo poder público e administradas por entidades patronais. Atualmente tanto o SENAI quanto o SENAC, em conjunto com outras instituições¹⁷, compõe o Sistema S. Rede privada dedicada a prestação de serviços de treinamento profissional de curta duração para o trabalhador, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica aos diferentes setores da economia. (SILVA, 2010)

No ano de 1959, o decreto nº 47038 mudou de forma significativa os rumos da educação profissional no país, federalizando as instituições de ensino profissional, antes sob jurisdição dos estados e municípios. As novas Escolas Técnicas Federais passam a gozar de personalidade jurídica própria, autonomia didática, administrativa e financeira (OLIVEIRA e CÓSSIO, 2013, p.5). Outra

16 Decreto-lei de 30 de janeiro de 1942, nº 4.073 (Organizou o ensino industrial) e Decreto-lei de 28 de Dezembro de 1943 nº. 6.141 (Lei Orgânica do Ensino Comercial)

17 Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Serviço Social do Transporte (SEST), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Atualmente os serviços prestados pelo Sistema S atendem 12 milhões de pessoas.

importante medida é tomada em 1961, com a intenção de romper com a dualidade sistêmica educacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 4.024) integra o ensino profissional ao ensino regular, assegurando à certificação profissional a continuidade de formação de nível superior. Mediante nova fase de industrialização e persistente dualidade educacional, no período conhecido como milagre econômico, o governo militar instaurado em 1964, busca impor pela Lei nº 5.692/197 a profissionalização para todo ensino médio. Tal iniciativa não obtém êxito, a implantação do modelo para uma pluralidade de escolas, representou um significativo empecilho, posto de lado, diante do enfrentamento da crise econômica¹⁸ que assolou o mundo na década de 1970 (GOMES et al, 2017, p.177; SILVA, 2010, p.5). A falência do plano foi decretada na década de 1980. A Lei n.º 7.044/82 afirma que a organicidade do ensino médio deve ocupar-se da preparação geral, restringindo novamente a educação profissional para as instituições desenvolvidas para este fim (ROMANELLI, 1995; KUENZER, 2007).

A década de 1990 resume-se para o Brasil, como um período extraordinário. Ao tempo que a inflação força a abertura da economia, o setor terciário cresce frente ao industrial. O processo de reestruturação produtiva, iniciado nas principais economias do mundo na década passada, colidiu com um mercado de trabalho estagnado, reformulando o papel do trabalhador através da exigência de novas competências.

Para se adequar ao processo de reorganização produtiva se fez necessário rearranjos e novas reformas político-educativas. Estas mais frequentes e orientadas por organismos internacionais¹⁹ iniciam-se com a Lei Federal nº 8948/1994, instituindo o Sistema Nacional de Educação Tecnológica como propósito de transformar as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (OLIVEIRA e CÓSSIO, 2013, p.6). Continuam com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/1996), a regulação complementar, Decreto nº 2.208 de 1997 e a portaria 646/97 do MEC. Resumidamente ao retirar o caráter assistencialista, estabelece-se ao ensino profissional; i) o caráter complementar, uma vez que a certificação fica amarrada a conclusão do ensino básico ou a outras diferentes estratégias de educação continuada (instituições especializadas e empresas) ii) a dissociação por meio

18 A desvalorização do dólar em 1971 desregulou o sistema monetário internacional. Contribuiu também para a crise econômica da década, os choques do petróleo em 1973 e 1979.

19 O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Cepal/Unesco.

da separação curricular, ofertando o ensino técnico de forma concomitante ou sequencial ao ensino médio iii) a formulação de regulamentação específica para as escolas federais, priorizando a oferta de ensino profissional para o nível básico e técnico em detrimento do ensino médio e iv) progressiva universalização (OLIVEIRA e CÓSSIO, 2013; RAMOS, 2014; MOEHLECKE, 2012; VIEIRA e SOUZA JUNIOR, 2016) acrescentam que a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 foi à primeira norma a libertar a educação profissional do cariz assistencialista, tendendo a inclusão por meio da certificação profissional.

Em 2003 ocorrem dois seminários nacionais, organizados pelo Ministério da Educação/SEMTE no Distrito Federal. Da discussão sobre a realidade e perspectivas do ensino médio e da educação profissional, é lançado em 2004 pelo MEC, o documento “Proposta em discussão: Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica”. Da discussão dos especialistas resultou um consenso que era necessário superar a dualidade entre educação básica e profissional ancorada no Decreto nº. 2.208/97. Para esse propósito, o Decreto 5.154/2004²⁰ constituiu-se em um projeto de articulação da educação com o plano de desenvolvimento nacional. Reafirmando assim a possibilidade da oferta de educação profissional de maneira integrada ao ensino médio em um mesmo curso e currículo para uma formação integrada (GRABOWSKI 2006).

Entre questionamentos e dúvidas sobre a efetividade do decreto, intensifica-se a começar de 2004, a expansão da rede federal de educação técnica e tecnológica²¹. A construção de mais Universidades Tecnológicas, CEFETs, Escolas Técnicas vinculadas a Universidades e, sobretudo a criação dos Institutos Federais e seu audacioso objetivo institucional de desenvolvimento regional, suscitaram novos debates e críticas sobre a educação profissional no Brasil.

OS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Desde 2004, sob o então Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, tem sido conduzida uma política de expansão e descentralização das instituições federais de ensino superior e técnico no Brasil, nos quais os Institutos Federais

20 Texto transferido em 2008 para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

21 De 2002 até 2019, a rede passou do número de 140 unidades para 640. Os Institutos Federais contribuem com 39 unidades, presentes em todo o país.

de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) fazem parte. A expansão dos IFs ocorreu sob a expectativa de que seu espraiamento, sobretudo nos interiores, levaria ao desenvolvimento local e a partir daí ao desenvolvimento em escala regional (GOUVEIA, 2016).

Os objetivos políticos resumidamente e retoricamente são simples; i) busca-se reduzir as desigualdades de oportunidades principalmente entre os jovens no acesso à educação, atendendo a esta demanda social por meio de formação técnica, tecnológica e superior alinhada com as necessidades locais e, ii) espera-se que a consolidação dos IFs estimule a permanência e fixação de profissionais qualificados nos interiores atendidos (FRIGOTTO, 2016; MOURA, 2010; PACHECO, 2011; SOUZA, 2017; SILVA, 2018). Transversalmente aos objetivos propostos, os IFs deveriam ofertar uma educação ampla, para além da instrumentalização técnica, e o mais importante, essas instituições de ensino deveriam intervir diretamente em suas respectivas regiões, identificando e solucionando problemas através de soluções técnicas e tecnológicas de forma sustentável e em articulação com os arranjos produtivos locais (FAVERI, *et al.*, 2018). Resumidamente ao exposto, temos que os IFs possuem a responsabilidade de fomentar os potenciais arranjos produtivos locais e oferecer melhorias sociais às comunidades onde estão estabelecidos, isto por meio do indissociável tripé formado pelo ensino, pesquisa e extensão (GAIOFATTO, 2015). A expansão da rede federal de ensino tem sido objeto de inúmeros estudos críticos, que vão desde os impactos socioeconômicos ao papel dos profissionais de educação nessas novas unidades. O holofote das críticas está direcionado principalmente ao cumprimento dos seus objetivos políticos e pedagógicos propostos nas três diferentes fases da implementação da rede (GOUVEIA, 2016). Parte das críticas atribuídas pelos autores, institutos técnicos de avaliação e tribunais de contas da União (TCU) à expansão dos IFs são endereçadas ao baixo impacto técnico, tecnológico e extensivo dos institutos na realidade das regiões onde estão instalados (MAGALHÃES, 2016; SOUZA, 2016). Demais críticas destinam-se a sua natureza conservadora responsável por manutenção de elites, projetos pedagógicos, controle administrativo e as definições dos locais onde as unidades estão residindo (FRIGOTTO, 2016; GOUVEIA, 2016; MAGALHÃES, 2016).

As buscas de solução dos problemas apresentados pela expansão dos Institutos Técnicos Federais esbarram em complexos problemas: nas diferentes institucionalidades: culturas, novas estruturas *multicampus* autônomas,

precariedades nas infraestruturas e gerações de servidores públicos com diferentes projetos políticos de educação (MAGALHÃES, 2016). Todos esses fatores são creditados às mudanças de fases e suas novas abordagens de conceptualizações. A Rede Federal de Educação Técnica passou de sua fundação em 1909 de Escolas de Aprendizizes e Artífices para Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em 1978, para depois em 2008 estabelecer-se como Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

Para Souza & Colares (2017) embora sob outra identidade, os IFs disponibilizam cursos tecnológicos de nível superior desde a década de 1990, sua distinta institucionalidade de formação em relação às universidades mantêm-se. Sua responsabilidade social mediante a oferta de educação profissional sempre objetivou primeiramente a inclusão social através da capacitação para o trabalho em sobreposição a legitimação de reconhecimento público distintivo, característico das universidades. No que se refere à reestruturação e aproveitamento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica das estruturas anteriores das escolas técnicas, Domingues et al, (2015) acrescentam que para além do objetivo inclusivo, os IFs adaptaram-se a realidade moderna, sua nova institucionalidade deve contribuir também para a disseminação e o desenvolvimento científico, tecnológico e sociocultural em suporte à necessidade dos arranjos produtivos locais.

Não aprofundando a discussão sobre a reestruturação histórica e sua principal função social, temos por consenso que os IFs são instituições singulares do ponto de vista da governança pública no Brasil, tal fato leva Arcary (2015) a afirmar que a atual configuração dos IFs torna sua administração uma tarefa quase impossível. A Rede Federal de Educação atua em diferentes frentes, estas que não se restringem apenas a oferta de educação pluricurricular de nível básica, profissional e superior, tendo também por finalidade e responsabilidade de política pública, sua inserção territorial e consequente desenvolvimento econômico e social local.

Os IFs disponibilizam cursos de nível básico, técnico subsequente e superior tecnológico. Os cursos de nível básico decorrem da oferta articulada de formação integrada profissional ao ensino médio, prevista no decreto nº 5.154/2004 (BRASIL, 2004), posteriormente incluído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LDB), lei nº 11.741, de 2008 (BRASIL, 2008a). O curso técnico subsequente, regido pela LDB (Lei nº 9.394/96), é destinado

ao aluno que já concluiu o ensino médio, sua formação deve ser ofertada de forma integral dentro de uma perspectiva omnilateral (FRIGOTTO, 1996).

Diante de uma multiplicidade de objetivos e o questionamento social quanto a sua efetividade, foi firmado um Acórdão²² entre o Tribunal de Contas da União (TCU), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) e os próprios Institutos Federais em torno de ações de estruturas que objetivem a diminuição da evasão escolar. Compromissos estes, que surgiram após auditoria do TCU aos diversos IFs espalhados pelo território nacional, mas que abrangem todos os cursos ofertados por essas unidades, independente da natureza. O Acórdão estabeleceu parâmetros embasados em metas de gestão e ensino, baseados na racionalização, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade dos recursos investidos no processo de reestruturação da Rede Federal de Ciência e Tecnologia.

Dado a complexidade institucional de oferta formativa e estrutural dos IFs, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), lançou em 2018 a Plataforma Nilo Peçanha²³. Esta plataforma reúne dados das mais de 650 (seiscentas e cinquenta) unidades de ensino que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Os dados de cunho estatístico contemplam informações sobre matrículas, oferta de cursos e investimentos realizados, tendo por objetivo a avaliação situacional da rede para subsidiar e fomentar políticas públicas direcionadas à educação profissional. A criação da Plataforma Nilo Peçanha é um importante passo no reconhecimento das peculiaridades institucionais dos Institutos Federais por parte da SETEC, mas a monitorização e acompanhamento dos resultados quantitativos ainda não representam um processo de avaliação sistemática da oferta de ensino profissional não superior da rede federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A diversidade social, cultural e econômica, fonte das diferentes formas de imersão no processo de industrialização, coloca em xeque a proposta de um

22 Acórdão TCU nº 2.267/2005 – Plenário, Termo de Acordos e Metas (TAM) e o Manual para Cálculo dos Indicadores de Gestão das Instituições da Rede Federal, versão 2.0. (<https://auditoria.cgu.gov.br/download/11549.pdf>) Acesso em junho de 2019.

23 Plataforma Nilo Peçanha. <https://www.plataformanilopecanha.org/>

modelo de mercado global de livre circulação de trabalhadores na Europa. O projeto, cujo êxito, depende da construção e adesão de referências comuns para a educação e formação profissional por parte dos Estados membros, arrasta-se desde a década de 1950 e ainda moldam o debate atual. Para sua concretização se faz necessária a superação não só do equacionamento de antigas e novas formas de educação e formação, mas também, da complexa tarefa de apreensão do nível de relação de cooperação existente entre os diferentes agentes participantes do jogo, em especial governos e empresas.

Sabe-se que o Brasil, é um país com dimensões continentais, populoso (5º maior do mundo) e desigual, é uma afirmação inexorável cuja citação não se faz necessária. Essa nota, por si só, representa o tamanho da complexidade da concepção e gestão das políticas públicas. Não obstante, o modelo federativo que concede autonomia política, inclusive educacional, para os 26 (vinte e seis) estados, distrito federal e 5570 (cinco mil, quinhentos e setenta) municípios, muitos sobreviventes de repasses federais e estaduais impõe, especialmente a política educacional profissional e tecnológica maior desafio; o da integração de seus sistemas de ensino, da redução das assimetrias regionais, causada pela desigualdade de renda, isto por meio da garantia de acesso, permanência e aprendizagem geral e específica para inserção no mercado de trabalho.

No Brasil as políticas de educação profissional são historicamente organizadas e efetivadas por meio do poder público. Embora as instituições privadas também ofereçam qualificação profissional, a maioria dos cursos é de curta duração, não possibilitando a dupla certificação junto ao ensino médio. Pode-se inferir que o modelo de educação e formação profissional é compatível com o modelo burocrático Francês, se ainda considerarmos que grande parte da oferta de cursos privados conta com o apoio financeiro do governo, este que muitas vezes por meio de parcerias em programas, do mesmo modo, estrutura e gerência de forma conjunta. Tal cenário direcionou devida atenção ao Sistema S²⁴, que apesar dos convênios celebrados com os governos federais, estaduais e municipais, os programas ainda suprem em parte o ensino básico e médio. Os esforços do poder público para ampliar essa cobertura arrastam-se desde 2005, a contar disso, a tônica do debate está em torno do questionamento de quanto dos valores recebidos são convertidos para o benefício da maior parte da população. Este questionamento fez com que em 2013 a Lei de Diretrizes Orçamentárias estipulasse a publicação na internet

24 São escolas profissionais compostas pelo SENAI, SESI, SEBRAE, SEST, entre outras instituições.

da aplicação de recursos e em 2015 o Sistema S se comprometesse a reverter 66% dos recursos recebidos em cursos e ações gratuitas, ofertando formações de no mínimo 160 (cento e sessenta) horas. Porém, a insistência nos cursos de curta duração pagos, fez novamente com que em 2018 se especulasse algumas medidas relativas a repasse de fundos destas entidades para o ensino médio e sistema de repasse proporcional ao número das gratuidades concedidas. Em 2019, o governo volta a pressionar a funcionalidade do Sistema S, prometendo auditorias de recursos e cogitando e corte de recursos²⁵.

Quanto à educação e formação profissional pública no Brasil, direcionando-a para a oferta de dupla certificação, embora o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) seja disseminado como âncora do processo de formação profissional no Brasil, sobretudo possuindo os mesmos objetivos dos Institutos Federais (expansão, democratização, fomento à expansão, melhoria da qualidade, integração e articulação com os setores produtivos, etc.), a urgência de uma política de inclusão efetiva se faz mais do que urgente para atribuir a tão almejada qualificação para inserção no mundo do trabalho e prosseguimento dos estudos por parte dos indivíduos. Segundo documento Todos Pela Educação²⁶ de dezembro de 2018 as matrículas de estudantes no ensino médio cursando educação profissionalizante representam menos de 10% do total de matrículas do ensino médio. Se compararmos com os 49%, da União Européia, cuja atual preocupação situa-se na ampliação dessa formação por meio da convergência de seus sistemas nacionais, essa realidade nos deixa muito aquém do principal objetivo da educação profissional no mundo, da ampliação e inclusão.

A baixa adesão aparenta, antes de tudo, ser resultante das cisões e rupturas do ensino profissional e médio, vigentes desde sua fundação, fruto de interesses políticos de classe. Infelizmente dados como este passam despercebidos mediante outros debates, como os expostos sobre a falta de articulação, a ausência de dispositivos de avaliação e controle, medidas efetivas para alcance dos objetivos e identidade institucional conflitante, principalmente

25 <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,auditoria-do-tcu-questiona-contas-do-sistema-s-e-aponta-inconsistencias,70002677288> e <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/apropriacao-de-recursos-do-sistema-s-fechara-escolas-e-reduzira-atendimento-ao-trabalhador>

26 Organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, fundada em 2006, com objetivo de impulsionar a qualidade e a equidade da educação básica no Brasil. Focada em contribuir para o avanço das políticas públicas educacionais, busca criar senso de urgência para a necessidade de mudanças, qualificar o debate sobre educação no Brasil e construir propostas técnicas por meio de articulação com o poder público. Ver (www.todospelaeducacao.org.br)

quando pensamos nos Institutos Federais, bolsões de qualidade, protagonistas da estratégica política de educação para o ensino médio técnico no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. R. dos S. de. Avaliação do ensino profissional: O Quadro Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 47. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.34626/esc.vi47.191>. Acesso em 17 maio 2023

ARCARY, V. **Uma nota sobre os Institutos Federais em perspectiva histórica**, 2015. Disponível em: <https://espaçoAcademico.wordpress.com/2015/03/25/uma-nota-sobre-os-institutos-federais-em-perspectiva-historica/>. Acesso em 11 maio 2023

BRASIL. **Lein° 4.024, de 20 de Dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de Setembro de 1909**. Crêa nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em:

BROCKMANN, M.; CLARKE, L. & WINCH, C. **Aptidões e qualificações transnacionais: um estudo de quatro profissões em quatro países no contexto do quadro europeu de qualificações (QEQ)**. Coleção: Questões chave da Educação. Trad. Sara Nogueira. Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa, 2013. 135p.

CAPELARI, M. G. M.; ARAÚJO, S. M. V. G.; CALMON, P. C. P. **Advocacy Coalition Framework: Um Balanço Das Pesquisas**

Nacionais. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 7, n. 2, p. 91-99, 2015. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/34861/advocacy-coalition-framework--um-balanco-das-pesquisas-nacionais/i-pt-br>. Acesso em 11 maio 2023.

DE OLIVEIRA CAMPOS, P.; QUINTÃO, G.; TORRECUSO, P. Ensino profissionalizante e sistema de certificações na França: o exemplo da Validation des Acquis de l'Expérience (VAE). **Revista Mundo Afora**, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, n.14, p.283-295. 2016

DEITOS, R. A.; LARA, A. M. de B. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n.64, p.165-188. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782016216409>>. Acesso em 11 maio 2023

DOMINGUES, M. J. C. D. S., MARANGONI, A.; Souza, S. R. D. Avaliação institucional no contexto dos Institutos Federais de Santa Catarina: a prática em questão. In. XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 2015. **Anais Desafios da Gestão Universitária no Século XXI**. Mar del Plata – Argentina 2, 3 e 4 de dezembro de 2015.

FAVERI, D. B. de; PETTERINI, F. C.; BARBOSA, M. P. Uma Avaliação do Impacto da Política de Expansão dos Institutos Federais nas Economias dos Municípios Brasileiros. **Planejamento e Políticas Públicas, IPEA**, n. 50, jan./jun, 2018. Disponível em: www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/742. Acesso em: 12 maio 2023.

FRIGOTTO, G. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: gênese e indeterminação da identidade e campo de disputas. In FRIGOTTO, G. (coord. geral). Ofertas formativas e características regionais: A Educação Básica de nível médio no Estado do Rio de Janeiro. **Relatório de Pesquisa apresentado à FAPERJ em julho de 2015**, pp. 85-99.

GAIOFATTO, N. G. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015

GOMES, V. C., ARAÚJO, C. C. MORAIS, R. P. Profissionalização no ensino médio no brasil: a educação dirigida à classe trabalhadora. **Revista Educação em Debate**, v.73, p. 171-190, jan./jun. 2017.

GOUVEIA, F. P. de S. **A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional.** Espaço e Economia [Online]. Ano V, v.9, 2016. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>>. Acesso em 17 maio 2023.

GRABOWSKI, G. Proposta Pedagógica: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Brasília. **MEC/SEED/Tv Escola**, maio/junho. 2006. Disponível em: Microsoft Word - 060529_ensinomedio[1].doc (mec.gov.br). Acesso em: 17 maio 2023

JAGUARIBE, R. & CAVALCANTE VIEIRA, M, C, B. Educação Profissional e Tecnológica no Reino Unido. **Revista Mundo Afora**, Brasília, n.14, p.382-396. 2016.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada; o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, São Paulo, v. 28, p. 1153-1178. 2007.

MAGALHÃES, G.; LIMA, R. **Para que(m) servem os institutos federais?** Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal2/9148>>. Acesso em: 20 janeiro 2020.

MOEHLECKE, S. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista brasileira de educação**, v,17, n.49, p.39-58. 2012

MOURA, D. H. A relação entre a educação profissional e a educação básica na Conae 2010: possibilidades e limites para a construção do novo PDE. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 31, p. 875-894. 2010.

OLIVEIRA, A. C.; CÓSSIO, M. D. F. O atual cenário da educação Profissional no Brasil. In Trabalho apresentado no XI Congresso Nacional de Educação–EDUCERE. Pontífica Universidade católica do Paraná. **Anais...** Curitiba. 2013, p. 1579

OPPENHEIMER, J. A. **Principles of politics: a rational choice theory guide to politics and social justice.** New York. Cambridge University. 2012. 278p.

PACHECO, E. (Org.). **Institutos federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica.** São Paulo: Editora Moderna. 2011. 122p.

PEREIRA, A. C. R. **Ensino dual em Portugal: estudo e trabalho na educação secundária**. 2012. 97 f.. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2012.

PETRINI, F. A política comum de formação profissional da CEE de 1961 a 1972. **Revista Europeia de Formação Profissional**, Thessaloniki, v.2 n.32, 49-59. 2004.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. 2014. 129p.

ROMANELLI, O. de O. História da educação no Brasil (1930/1973). 17. ed. Petrópolis: **Cortez**. 1995. 267p.

SILVA, K. N. P.; RAMOS, M. O ensino médio integrado no contexto da avaliação por resultados. **Educação & Sociedade**, v.39, n.144, 2018. Disponível em <https://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302018186794>. Acesso em: 17 maio 2023.

SILVA, L. P. da. Formação profissional no Brasil: o papel do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI. **História** (São Paulo), v.29, n.1, 2010. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0101-90742010000100022>>. Acesso em 17 maio 2023

SOUZA, V. R. D.; MENDES, M. A. C. Reflexões sobre a avaliação institucional nos Institutos Federais: Formação ou regulação? In AVALIES 2017 - 3º Simpósio Avaliação da Educação Superior. Florianópolis, 5 e 6 de setembro, 2017. **Anais Avalies**. Florianópolis, IMPEAU, 2017, s/p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179394>. Acesso em 17 maio 2023.

STEWART, J. **Public Policy Values**. Palgrave. Disponível em: <[https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DRvuCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Stewart+\(2009\).+Public+Policy+Values.+Palgrave.+New+York.&ots=uVJiZYVhiX&sig=jNmMs95oEG1tADw4-AiacEAw4cMA](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=DRvuCwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=Stewart+(2009).+Public+Policy+Values.+Palgrave.+New+York.&ots=uVJiZYVhiX&sig=jNmMs95oEG1tADw4-AiacEAw4cMA)>. Acesso em 17 maio 2023.

VIEIRA, A. M. D. P.; de Souza Júnior, A. A educação profissional no Brasil. **Interacções**. Curitiba, v. 12, n. 40, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25755/int.10691>. Acesso em 17 maio 2023.

VIOTTI, M. L. R.; KOSMISKAS, E. T.; LACERDA, B. A. N. Educação profissional e tecnológica na Alemanha: o sistema dual de ensino. **Revista Mundo Afora**, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, n. 14, p.25-45. 2016

WOLLSCHLÄGER, N.; GUGGENHEIM, É. Uma história da formação profissional na Europa: Da divergência à convergência. **Revista Europeia de Formação Profissional**, 2004, n. 32, p.18-26.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO DOCENTE E SUA QUALIDADE DE VIDA

THE TRANSFORMATIONS IN THE WORLD OF ACADEMIC WORK AND ITS QUALITY OF LIFE

Nilza Maria Barros dos Santos

Elaine Ramires Pinto

Antônio Ferreira da Silva

RESUMO: Atualmente, o avanço das tecnologias aplicadas ao processo de produção apresenta cenário complexo no mundo do trabalho, o que demanda mudanças de comportamento e inovações constantes, mudando sobretudo o perfil do trabalhador. Este último, compreendido como parte da máquina no início da revolução industrial (marco da industrialização no mundo) passa a ser percebido como parte estratégica nas organizações e, neste sentido, a profissão de docente que é aquela que prepara e capacita os trabalhadores para atuarem no mundo do trabalho, também sofreu impactos em seu papel. O estudo objetivou conectar o florescimento da Revolução Industrial e a atuação do docente no mundo do trabalho, além disso, fomentou informações que subsidiam a cognição entre causas e efeitos e, explorou cenários na busca de explicações da relação mudanças no trabalho e na atuação e qualidade de vida do docente no trabalho. Utilizou-se da metodologia qualitativa com natureza exploratória por meio de acesso no *Google Acadêmico* e plataformas digitais voltadas ao trabalho docente. Resultados obtidos demonstram que a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos docentes necessitam de atenção especial por se tratar de uma profissão que pode trazer alto nível de estresse por vários fatores. Ao final, conclui-se que o docente é importante na vida da sociedade e pouco valorizado seja por motivação ou condições adequadas de trabalho e que as instituições e Estado precisam adotar novas formas de auxiliar esses profissionais.

Palavras-chave: Docentes; Qualidade de Vida no Trabalho, Revolução Industrial.

ABSTRACT: *Currently, the advancement of technologies applied to the production process presents a complex scenario in the world of work, which demands changes in behavior and constant innovations, mainly changing the profile of the worker. The latter, understood as part of the machine at the beginning of the industrial revolution (a landmark of industrialization in the world) is now perceived as a strategic part in organizations, and in this sense the teaching profession, which is the one that prepares and trains workers to act in the world of work also suffered impacts on their role. The study aimed to connect the flourishing of the industrial revolution and the role of teachers in the world of work, in addition, it fostered information that subsidize the cognition between causes and effects and explored scenarios in the search for explanations of the relationship changes in work and in performance and quality of the teacher's life at work. A qualitative methodology of an exploratory nature was used through access to Google Scholar and digital platforms aimed at teaching work.*

Results obtained show that the Quality of Life at Work (QWL) of teachers needs special attention because it is a profession that can bring a high level of stress due to several factors. In the end, it is concluded that the teacher is important in the life of society and little valued either for motivation or adequate working conditions and that institutions and the State need to adopt new ways to help these professionals.

Keywords: Teachers; Quality of Life at Work; Industrial Revolution.

INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, apontada sua evolução em 04 (quatro) fases, trouxe mudanças significativas em cada uma delas, gerando grandes impactos, dentre outros, sociais e econômicos. A primeira e a segunda fases que compõem a evolução da revolução industrial têm seu marco entre os séculos XVIII e XIX e encaminhou mudanças importantes para as indústrias e transformações no mundo do trabalho, iniciando desde a criação da máquina a vapor, petróleo, transporte, telefone, energia e outras inovações que trouxeram em seu arcabouço a divisão do trabalho braçal e intelectual.

Enquanto, a terceira e a quarta fase da evolução da revolução industrial tiveram seu início no século XX e vêm perdurando até os dias de hoje, houve melhorias. Nestas, houve melhorias e aperfeiçoamento das tecnologias trazidas pelas revoluções anteriores, além do surgimento da Internet e a globalização; o que intensificou grandes avanços na modernização e aprimoramento na qual houve grandes transformações para a sociedade de um modo geral e, especialmente, no âmbito do trabalho, uma vez que houve a remodelagem da relação entre empregador e empregado.

Todos esses avanços aplicados ao mundo do trabalho motivaram a sociedade a buscar conhecimentos e capacitação para se manter no mercado de trabalho, que se tornou global e que se intitula: “mundo do trabalho”. Assim, o setor de educação sentiu os impactos das tecnologias aplicadas no processo de produção e de trabalho. O docente, figura principal nesta ação, por ser um profissional habilitado ao ensino, foi desafiado a se readaptar e empenhar-se de forma rápida a novas formas de educar, compatíveis com a modernização, o que veio a afetar sua saúde física e mental.

Certificou-se que o docente é um profissional fundamental na vida escolar do ser humano, contribuindo socialmente e economicamente com o desenvolvimento de toda estrutura organizacional do país e o mesmo demanda

uma percepção sensível em relação à sua Qualidade de Vida no Trabalho e valorização pelo Estado e sociedade.

A qualidade de vida no seu trabalho cotidiano é conceituada inicialmente pela a quantidade e forma como a sociedade consumia materiais, logo depois esse conceito foi modificado e passou a incluir o bem estar financeiro, saúde, educação e as condições de saneamento básico; e no trabalho se refere ao conjunto de ações de uma empresa, envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, originando o termo Qualidade de Vida no Trabalho.

A qualidade de vida do docente está ligada a um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional passando por uma Gestão de Qualidade e a valorização do docente com salário justo e ferramentas para o desenvolvimento de suas atividades dentro e fora de sala de aula.

Inicialmente, foram estudadas as mudanças promovidas em cada fase da evolução da Revolução Industrial e seus impactos na sociedade, a partir disto, verificou-se a contribuição das escolas e dos docentes nas mudanças compulsórias à sociedade de cada época, e finalmente, discutiu-se a Qualidade de Vida e Qualidade de Vida no Trabalho, associando estas ideias ao trabalho docente.

A Revolução Industrial, relatada por enfoques diferenciados em suas 4 (quatro) fases, não se resume apenas ao surgimento das máquinas e suas evoluções, mas sim, demonstram aspectos sociais diversos e grandes mudanças na economia.

A fase 1 da Revolução Industrial configurou-se na substituição da energia produzida pelo esforço humano pela energia da máquina. O que proveu qualidade multiplicada e aumento na produção da matéria-prima.

Em 1730, a importação de tecidos realizada pela Índia e China à Inglaterra impulsionou a produção de algodão e aprimoramento na forma de tecer, produzindo peças maiores e com maior rapidez. Por volta de 1765 surgiu a máquina que possibilitou a fiação mais eficiente. Da mesma forma houve na indústria de ferro grandes inovações com o aprimoramento de máquinas e forma de produção e a fabricação de parafusos e pregos ganhou destaque. Nessa mesma fase surgiram os primeiros trilhos e vagões mas, foi a fabricação da estrada de ferro que trouxe grande crescimento de produção, triplicando a produção de ferro e carvão. As indústrias já não necessitavam de instalações às margens dos rios para facilitar a sua produção, a inovação também veio na forma de trabalho dos operários pautado pelo surgimento da divisão de trabalho no processo manual e intelectual, em que os operários possuíam função específica, com a finalidade de produzir mais em menos tempos.

Com a chegada do aço e do petróleo, os navios substituíram os transportes de madeiras e automaticamente levaram a um grande crescimento nas estradas rodoviárias (DATHEIN, 2003).

Naquele tempo, as fábricas ganharam espaço no mundo demarcando a segunda fase da Revolução Industrial (1850 a 1950), ou seja, a expansão além da Inglaterra voltada para países da Europa e do mundo, nesta os trabalhadores foram obrigados a se adequarem ao ritmo da máquina a vapor, a qual iniciaram um grande impulso ao setor têxtil. As mudanças não foram, contudo, da mesma forma na Inglaterra e menos ainda na Europa, cada país teve mudanças e características diferentes. A mudança do sistema de produção artesanal para o sistema fabril, foi marcada por inovações técnicas, no qual a nova forma de trabalho teve início na produção têxtil (OLIVEIRA 2004).

A Revolução Industrial veio aumentar a exploração da mão de obra, o tempo dos trabalhadores começou a ser controlado pelas indústrias e já que os trabalhadores dificilmente poderiam concorrer com elas, tornando-os subordinados. O processo produtivo e as relações de trabalho foram modificadas pela inserção de novas práticas e invenções que mais tarde difundidas no continente no mundo facilitaram o ritmo do trabalho, o que oportunizou maior produtividade, inovação de produtos e criação de novos mercados.

Já na Terceira Revolução Industrial, mais conhecida como Revolução Técnica-Científica-Informacional iniciada após a segunda guerra mundial, trouxe grandes avanços tecnológicos e científicos, que contribuíram significativamente para o desenvolvimento da humanidade. Segundo Sousa (2023) a Terceira Revolução foi marcada pelas transformações socioeconômicas pautadas pela criação da internet e da globalização das nações, na área da tecnologia um avanço foi significativo no setor científico, marcando a “Era da Informação” e dando início aos novos tempos, transformando o setor social e econômico trazendo um novo de relação entre o homem e o meio ambiente. Ela caracterizou-se por vários avanços tecnológicos e aperfeiçoamento na área da robótica, transporte, telecomunicações, infraestrutura e eletrônica. Um dos avanços que marcaram mais nessa fase foi o surgimento na área eletrônica, pois foi por meio dela que os computadores e telefones foram modernizados. A Terceira Revolução Industrial veio com força total, mudanças rápidas aconteceram em todas as áreas, inclusive na medicina com produção de remédios e aparelhos para a melhoria da saúde, ambiental e social.

De acordo com Rossato (2001), com a terceira Revolução Industrial predomina uma nova tecnologia e prevalece um novo tipo de trabalho e uma nova situação para os trabalhadores e o emprego do tempo. Ribeiro (2002), avalia que, paralelamente à redução quantitativa do operariado tradicional, ocorre uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho. Ou seja, diminuiu o quantitativo de trabalhadores das indústrias no formato tradicional e aumentou a qualidade do novo formato no setor de serviços. E, neste cenário, surgem trabalhadores excluídos do formato tradicional dando espaço para a contratação informal e temporária.

Na atualidade, o trabalho tem passado por variadas mudanças dos mais diferentes em razão das novas formas, produção e avanços da tecnologia. Dentre as transformações no mundo do trabalho (RIBEIRO, 2006), destaca os problemas criados pela terciarização (setor terciário) aliado a uma crescente intelectualização do trabalho, e ainda o impacto causado pelas inovações tecnológicas. Dessa forma, com o avanço da tecnologia nas indústrias, por exemplo, há uma redução dos postos de trabalho, abrindo, também, o mercado a trabalhadores com habilidades para as novas tecnologias e mais produção fazendo com que os trabalhadores sejam multifuncionais.

Nessa perspectiva veio a visão de menos trabalho e mais desocupação, sendo assim alguns trabalhavam mais, outros menos e outra parte ficavam sem trabalho. No século XX notou-se que a jornada de trabalho reduziu, ficando bem claro que para produzir já não necessitava mais de tantos trabalhadores, pois tecnologias faziam mais com menos pessoas e, em relação ao trabalhador, houve-se mais exigências; eles foram pressionados a produzir mais e cumprir metas, assim levando a quadro depressivo e estresse.

As mudanças também ocorreram naqueles com nível superior as vagas a serem ocupadas tiveram novas exigências para esses trabalhadores. O mercado de trabalho tinha necessidade de trabalhadores capazes de desenvolver várias funções que fossem dinâmicas, com ampla formação e habilidades de resolver conflitos e problemas em equipe. Aqui, Pode-se observar claramente que os profissionais do futuro precisarão se qualificar e ter bastante conhecimento para atuar no mundo tecnológico (RIBEIRO, 2006).

Segundo Sousa (2023), a Quarta Revolução Industrial, ou 4RI, surgida em meados de 2010, está trazendo uma nova era de transformação digital e tecnológica, com a convergência de tecnologias avançadas, como inteligência artificial, robótica e Internet. Então é nesse novo contexto que está impactando

profundamente as formas de trabalho, comunicação e interação entre empresas e pessoas, abrindo novas possibilidades para inovação e crescimento em diferentes setores. No entanto, a 4RI também apresenta uma série de desafios e riscos, especialmente no que diz respeito à segurança cibernética, proteção de dados, regulação e ética, que precisam ser enfrentados para que as transformações promovidas pela revolução tecnológica sejam realmente benéficas para a sociedade como um todo.

E ao analisar as quatro revoluções industriais fica evidente o avanço da tecnologia e a necessidade que a sociedade tem em buscar cada vez mais o aprendizado e a qualificação profissional, assim exigindo dos profissionais de educação e dos governos novas formas de ensino, aprimoramento e modernização das escolas. É fato que o século XXI demanda adequação do trabalhador ao mundo do trabalho.

O MUNDO DO TRABALHO DO SÉCULO XXI E O PAPEL ESCOLAS E DO DOCENTE

A educação é a base social pois proporciona conhecimento por meio do ensino-aprendizagem. Com a educação forma-se a sociedade para o mundo do trabalho e, é na escola que as pessoas são preparadas para atuar na sociedade e no mundo do trabalho. A educação é um direito fundamental no Brasil e, de acordo com Gadotti (2005, p.1), ela é: “(...) um dos requisitos fundamentais para que os indivíduos tenham acesso ao de bens e serviços disponíveis na sociedade”. Além disso, o autor discute a diferença entre a educação formal e informal, e destaca que a educação formal é desenvolvida nas escolas, espaços regulamentados e burocráticos que possuem formalidade, regularidade e sequencialidade.

Nos dias atuais com as transformações da revolução técnica, científica e informacional o mercado de trabalho se transformou no “mundo do trabalho”, sublinhando o seu aspecto competitivo. Neste sentido, o trabalho das escolas, centros formais de ensino tiveram que se adequar a novas realidades e a demanda de novos aportes tecnológicos.

Mundialmente já é comprovado que investir em educação é indispensável para o desenvolvimento social e econômico, pois ela cria possibilidades de cidadania para todos. Assim, ao socorro desta ação, no Brasil a Lei de nº 9.394/1996 conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB),

vem subsidiar o trabalho das escolas e da educação e, a vincula ao mundo do trabalho, o seguinte:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LDB, 1º artigo).

Sendo assim, a educação precisa garantir a formação completa aos indivíduos, preparando-os para exercerem a cidadania, o que vem exigindo posturas diferentes proporcionadas pela 4RI que transformou a sociedade e suas demandas no mundo do trabalho.

A educação tem buscado responder a estas demandas. Nos últimos anos houve discussões a respeito das perspectivas e realidades. O modo como as escolas e instituições ensinam e adotam o material pedagógico no contexto escolar tem um papel fundamental no aprendizado dos indivíduos, no meio social e profissional. É na escola que os alunos são provocados a desenvolver suas habilidades para dominar diferentes áreas de conhecimento.

O mundo do trabalho, no que lhe concerne, tem se mostrado competitivo e cada dia mais exigente de conhecimentos, comportamentos e habilidades. As escolas, por sua vez, buscam se aproximar dessas exigências. É certo que ainda existem escolas de modelo padrão que não atendem esse formato competitivo, e falham ao preparar os alunos para o primeiro emprego, mas a educação não pode mais ter um conteúdo determinado que o aluno assimila e carrega para o resto da vida, e sim, considerar a diversidade na qual vivemos, implicando em um ciclo de aprender a aprender (MARTINEZ e PERIC, 2009).

Neste sentido, Oliveira e Souza (2020) reforçam a incumbência das escolas no preparo dos indivíduos para sociedade digital que se acentuou com a pandemia do Covid-19 associada ao desenvolvimento das tecnologias e da globalização, promovendo o desaparecimento de algumas profissões e aparecimento de outras, o que demanda reestruturação organizacional da escola no desenvolvimento da educação 4.0, por meio da criação de um ambiente “inclusivo, coeso e produtivo”.

Os docentes, agentes ativos no processo de ensino-aprendizagem devem se adequar à nova realidade para preparar os estudantes no desenvolvimento de suas próprias habilidades no contexto de incerteza imposto pela realidade.

Assim, o docente atua na escola como habilitador e deve atuar no ensino de forma que possa ensinar a:

Aprender a aprender, fornecer *feedback* constante, integrar tecnologias digitais para o ensino universal, saber o que utilizar de acordo cada necessidade, trabalhar e planejar em equipe, uso de tecnologias digitais para o ensino e aprendizagem pessoal e coletivo, utilizar abordagens pedagógicas inovadoras (OLIVEIRA e SANTOS, 2020, p.5).

Dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico OCDE(2021) corroboram para a importância do ensino ao mostrar que 13,7% dos adultos que não concluíram o Ensino Médio ficaram desempregados, enquanto que, entre aqueles que têm nível superior completo foi de apenas 5,3%. Isso mostra que, adultos que terminaram a faculdade permaneceram nos empregos, deixando claro que a educação e o aprendizado é um aliado fundamental na busca e na permanência do mercado de trabalho. É evidente que as escolas e comunidade vem trabalhando para que esse quadro melhore mas, é preciso que os governantes assumam o seu papel dando suporte para que os profissionais de educação estejam preparados para passar o conhecimento aos alunos de forma eficiente e eficaz.

Desta maneira, foi recomendado que o Brasil melhorasse a qualidade da educação, assegurando que o ensino fosse visto como uma carreira gratificante e de alto status, atraindo os graduados mais qualificados. Isso também poderia ser alcançado com melhor remuneração, formação e incentivos de desempenho, sugeriu ainda recompensar as escolas com excelente desempenho e oferecer mais apoio a escolas de baixos resultados para que melhorem. Com base nas recomendações fica evidente que a educação no Brasil necessita de grandes reformas e políticas públicas voltadas para o ensino de qualidade em toda área da educação e com consequência disso trazer para o mercado de trabalho profissionais mais qualificados e com mais habilidades capazes de aplicar todo o seu conhecimento na sua profissão.

É nessa busca de resultados e melhor qualidade no ensino e sem o apoio devido por instituições, gestores e Estado que os docentes sofrem pressão causando uma má qualidade de vida em toda a área da sua vida. Ribeiro (2015, p.83) descreve que a qualidade de vida no trabalho está diretamente ligada à motivação pois:

Ela é responsável por afetar nas atitudes pessoais e comportamentais relevantes para a produtividade individual e grupal, tais como: motivação para o trabalho, adaptabilidade a mudanças no ambiente de trabalho, criatividade e vontade de inovar ou aceitar mudanças e, principalmente, agregar valor à organização (RIBEIRO, 2015, p.83).

É nesse sentido que a profissão docente exige um equilíbrio entre a vida pessoal e profissional. No entanto, percebe-se que um dos grandes causadores da má qualidade de vida do docente é o estresse causado por grande quantidade de trabalhos, cobranças de resultados e pouco suporte por parte das instituições que consequentemente acarreta doenças físicas e emocionais.

Desta maneira, cabe destacar que é de grande importância que o docente esteja bem, e para que isso aconteça é fundamental que as escolas e instituições de ensino deem apoio necessário para esses profissionais, desde projetos voltados para a saúde como também motivações e reconhecimento do seu trabalho, equilibrando qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho, para maiores e melhores resultados.

QUALIDADE DE VIDA E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Conforme exposto anteriormente, o termo Qualidade de Vida (QV) era conceituada inicialmente pela a quantidade e forma como a sociedade consumia materiais, logo depois esse conceito foi modificado e passou a incluir o bem estar financeiro, saúde, educação e as condições de saneamento básico. De acordo com Gomes et. al. (2017) a QV por muito tempo foi esquecida, e só em 1964 com a declaração do presidente dos Estados Unidos Lyndon, que o bem estar da sociedade deve ser medida pelo o bem estar dos cidadãos. Apesar de ter várias pesquisas a respeito da QV, ainda não se tem um conceito exato que varia da percepção de cada indivíduo e que depende de cada objetivo e sonhos. No mundo do trabalho, surge o termo Qualidade de Vida no Trabalho - QVT e está ligada a satisfação no ambiente de trabalho e outros fatores como: acesso à cultura, lazer, educação e saúde.

Segundo Rodrigues (1991), a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um modelo que surgiu na década de 1950, na Inglaterra, a partir dos estudos de Eric Trist e colaboradores, do Tavistock Institute, pretendendo analisar a tríade indivíduo-trabalho-organização. Esses pesquisadores ao longo do tempo

desenvolveram uma abordagem sócio-técnica na organização da atividade laboral, tendo como base a satisfação do trabalhador no trabalho e com a realização das suas tarefas. Desde então o tema QVT vem sendo discutido por parte de empresas e sociedade em geral e têm-se buscado melhorias quando se trata do bem estar do trabalhador.

Segundo França (1996) o conceito de Qualidade de Vida no Trabalho é um conjunto de ações de uma empresa que envolve diagnóstico e implantação de melhorias e inovações gerenciais, tecnológicas e estruturais, dentro e fora do ambiente de trabalho, visando propiciar condições plenas de desenvolvimento humano durante a realização do trabalho. Algum tempo atrás, os trabalhadores eram vistos e tratados como máquinas. As empresas não tinham consciência que o trabalhador era a parte principal do seu lucro, com a evolução e a chegada do século XXI essa percepção mudou, hoje o mundo do trabalho tem se preocupado com a QVT pois está comprovado que colaboradores satisfeitos são capazes de produzir mais com melhor resultado. Segundo Lima e Santos (2011), Richard Walton foi um dos primeiros pesquisadores a trabalhar diretamente com o tema qualidade de vida no trabalho, apresentado em 1973.

É preciso destacar que, quanto à expressão “qualidade de vida no trabalho” considerando-se exaustiva revisão bibliográfica sobre o tema, não se pode atribuir uma definição consensual. O conceito engloba, além de atos legislativos que protegem o trabalhador, o atendimento a necessidades e aspirações humanas, calcado na ideia de humanização do trabalho e na responsabilidade social da empresa (FERNANDES 1996).

Além de trazer várias questões sobre o que define a QVT para chegar de fato a um conceito definido é preciso que sejam feitas pelas empresas auditorias internas com os colaboradores, para ouvi-los em suas insatisfações de forma humanizada. O que não se pode medir, não se consegue melhorar, e com qualidade de vida no trabalho não é diferente (FERNANDES 1996). Com todas as transformações evidenciadas no mundo do trabalho associadas a QVT, destaca-se o papel das instituições de ensino que exigem dos docentes o desenvolvimento de novas habilidades e competências para a formação dos cidadãos. Neste sentido, a profissão docente está sendo obrigada a compreender e se preparar para essa nova realidade e com isso os docentes ficam visíveis aos riscos de saúde física e mental. O docente está sobrecarregado com suas atividades laborais que acabam sem ter o tempo necessário para sua vida pessoal e consequentemente sua qualidade de vida e Qualidade de Vida no

Trabalho é afetada. É evidente que os docentes precisam de equilíbrio em todas as áreas da sua vida. É de grande importância que tenham flexibilidade nas suas atividades laborais para que não precise levar trabalho para o seu ambiente familiar (JÚNIOR, 2010).

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DO DOCENTE

Segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT (1984), considerou as condições de trabalho dos docentes e percebeu a importância que eles têm para a formação da sociedade, garantindo que eles são responsáveis pelo o preparo do cidadão para a vida. Ainda de acordo com a OIT os aspectos para se ter um ambiente de trabalho com higiene nos quais são desde a iluminação, temperatura, ventilação e ruídos, além do espaço e materiais para o desenvolvimento do trabalho de forma satisfatória.

Recentemente, com o avanço das novas tecnologias proporcionadas pela 4RI, a profissão docente não exige somente a responsabilidade do professor para com o aluno, mas outras necessidades e exigências vêm tornando essa profissão multifuncional com responsabilidades que ultrapassam as salas de aulas, e em alguns casos, a administração escolar não fornece os meios pedagógicos necessários à execução destas tarefas que se mostram cada vez mais complexas, possibilitando maior esforço físico e psíquico dos docentes (GASPARINI, BARRETO, ASSUNÇÃO, 2005).

Segundo SÁNCHEZ (2015), a função docência é muito importante, pelo o fato de terem comprometimento tanto com os alunos quanto a sociedade com suas atividades na busca dos resultados positivos e isto pode refletir negativamente na sua QV e QVT pois o trabalho direto com pessoas exige um equilíbrio e que por muitas vezes afeta a sua saúde em geral chegando a ficar fragilizada, podem ter ainda tarefas acumuladas, exigindo uma readaptação da rotina para que não afete novamente sua QVT.

Nesse sentido, os professores adoecem; e somente o afastamento das suas atividades laborais não os deixam com a QV melhor, é preciso revelar que as instituições e governantes desenvolvam ações que promovam melhores condições de trabalho e divisões de tarefas, evitando possíveis doenças e afastamentos. De acordo com Delboni (2021) a falta de estrutura educacional,

conhecimento de ferramentas digitais e sobrecarga no trabalho dos docentes agravou o estado de saúde mental de 72% destes.

Para além deste cenário, a pandemia do covid-19 veio demonstrar uma realidade fatigante. Em estudo realizado pela Nova Escola e o Instituto Ame a Sua Mente (2022), com público alvo de 84% de docente advindos de escola pública revelou que:

As consequências negativas da pandemia destacam-se sentimentos intensos e frequentes de ansiedade (60,1%), seguidos por baixo rendimento e cansaço excessivo (48,1%) e problemas com sono (41,1%). Há, ainda, outros problemas apontados, como dificuldade de socialização e isolamento, sensação de tristeza e aumento do consumo de psicoativos e álcool (NOVA ESCOLA¹, 2022).

No entanto, há outros motivos que levam o docente ao afastamento de suas atividades como baixa remuneração e a sobrecarga de trabalho. Muitos docentes têm jornada tripla de trabalho e, por fim, são cobrados por resultados pelo Ministério da Educação. Com o objetivo de reduzir o analfabetismo no Brasil, escolas são cobradas para terem bons resultados e os docentes são os profissionais que recebem diretamente o anseio de melhores resultados. Com isso lhe traz frustração por terem um ambiente escolar precário sem o apoio devido por partes da instituição e sociedade (SOUZA, SANTOS, ALMEIDA, 2016). Desta forma, percebe-se que há uma grande necessidade de investimentos no ambiente de trabalho de forma geral e um olhar mais criterioso para o profissional docente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória realizada revisão bibliográfica com base nos artigos publicados de autores de acordo com o tema proposto. Os assuntos levantados de acordo com as palavras chave: docentes, qualidade de vida no trabalho e Revolução Industrial no *Google Acadêmico*, banco de dados que contempla literaturas científicas. A pesquisa qualitativa é baseada em pensamentos e colocações de autores diferentes mas com o mesmo conceito ou definição, enquanto, a natureza

1 <https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022>

exploratória traz resultados de acordo com as pesquisas utilizada desenvolvida a partir de teorias que fundamentam os motivos da pesquisa ou seja causas ou razões para se chegar ao tema pesquisado (GASQUE, 2007).

Assim, revisou-se resumos dos artigos resultados da pesquisa elencada, e considerou-se pesquisas em revistas e jornais que trouxeram um contexto atualizado, demonstrando um aspecto relevante deste estudo, porém o tema é amplo e exige maiores discussões a respeito pois engloba vários fatores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do século XVIII à atualidade, é possível verificar que a Revolução Industrial em todas suas fases agregou muitas mudanças no mundo do trabalho, desde avanços tecnológicos até a forma de produção, transporte e comunicação, produzindo o ambiente social atual.

A terceira fase da revolução industrial com o surgimento da Internet e a globalização dos países, tornaram as mudanças ainda mais complexas que se disseminaram em todas as áreas e negócios. Na 4RI intensificou-se o uso das tecnologias digitais desencadeando na última década a substituição do trabalho mental pela inteligência artificial. Assim, redes de ensino, docentes, trabalhadores da educação tem um novo desafio, o de transformar a educação que era de transmissão do conhecimento para a construção de uma educação 4.0 que demanda a criação de competências e habilidades voltadas para as tecnologias digitais.

Todas as mudanças impactam no papel do docente que atua por meio de novas abordagens para alcançar os nativos da tecnologia. Tudo isso gera ansiedade, cansaço, sobrecarga do trabalho (Nova Escola, 2022).

E nessa busca por um ensino moderno e de qualidade os professores não tiveram outra opção a não ser se adequar ao novo sistema de ensino, causando prejuízo a sua Qualidade de Vida no Trabalho, pois muitos docentes tiveram que aprender a lidar com ferramentas nunca trabalhada ou pouca trabalhada o que acarretou estresse e preocupação por parte destes levando a escassez na Qualidade de vida (QV) e Qualidade de Vida no Trabalho (QVT).

A qualidade de vida se deriva e envolve vários fatores a partir de sonhos e objetivos de cada ser humano, porém a qualidade de vida do docente no trabalho em pleno século de XXI tem tido um efeito negativo com a educação

4.0 que exige habilidades desses profissionais, escolas precisam urgentemente se adequar a essa nova realidade a fim de darem total apoio à implementação de políticas públicas para melhoria de ensino adequadas à qualidade de vida dos profissionais do ensino. De acordo com Oliveira e Souza (2020), à medida que a globalização e os rápidos avanços tecnológicos transformaram o modo de convivência humana e o mundo do trabalho, os sistemas dos educacionais cresceram desconectados das realidades e necessidades da sociedade e economia global.

A pandemia do covid-19 veio acelerar a falta de qualidade de vida dos docentes, demonstrando que após esse evento, muitos docentes desenvolveram doenças mentais que impactaram em suas ações na vida e no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a sociedade sofreu muitas mudanças com a evolução da Revolução Industrial em suas fases 1, 2, 3 e 4, impactando drasticamente o mundo do trabalho e transformando o trabalhador, antes artesão ou operário de fábrica em profissional multifuncional e digital. Todas as mudanças pautadas no mercado de trabalho demandou profissionais habilitados com competências e habilidades múltiplas exigindo das escolas e dos docentes ensinamentos nos quais não foram preparados, e com isso gerando sobrecarga de trabalho na tentativa de responder a sociedade e continuar a se preparar para o novo mercado de trabalho.

Antes a educação pautada na transmissão do conhecimento se modifica com uso das novas tecnologias desenroladas ao longo da Revolução Industrial, sendo preciso arrolar novas ações que proporcionassem adequação a realidade vivida. E, ao relacionar novas ações ao cenário disposto resultou cobranças à aplicação de novos métodos de aprendizagem. Tornando essencial que haja complemento para a aprimorar o que já existe. Os docentes, por sua vez, são pressionados a produzir educação com eficiência, o que gera em muitos casos, estresse e afeta sua saúde mental e física, levando-o ao tratamento psicológico e afastamento das salas de aulas.

É evidente que o docente precisa estar bem com sua saúde e satisfeito no seu ambiente de trabalho para desenvolver melhor suas atividades. A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) do docente poderia ser melhor se tivesse mais políticas públicas e a

revisão das mesmas, a QVT tem um conceito muito amplo e envolve vários fatores por isso fica claro a necessidade de mais estudos e investimentos nessa área, pois está nítido que professores do século XXI estão ficando doentes tanto físico como emocionalmente.

REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA. **Revolução Industrial: o que foi, fases, consequências.** Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial.htm>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 28 mar. 2023.

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE. Disponível em: <<https://unibave.net/>>. Acesso em: 28 mar. 2023.

GASPARINI, S. M. BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189–199, ago. 2005.

LYRA, T. Pesquisa revela que saúde mental dos professores piorou em 2022. **Nova Escola**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/21359/pesquisa-revela-que-saude-mental-dos-professores-piorou-em-2022>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

MARTINEZ, S. R. M.; PERIC, R. B. A, **As exigências educacionais para o mercado de trabalho no século XXI.** 2009. Disponível em: <https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170419175452.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2023

OECD. **Education Policy Outlook: Brasil** com foco em políticas internacionais. 2021. Disponível em: <<https://www.oecd.org/education/policy-outlook/country-profile-Brasil-2021-INT-PT.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2023

OLIVEIRA, K.; SOUZA, R. Habilitadores da transformação digital em direção à Educação 4.0. **Revista Novas Tecnologias na Educação**, v. 18, nº1, julho, 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/351566305_Habilitadores_da_transformacao_digital_em_direcao_a_Educacao_40>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PIZZIO, A.; KLEIN, K. Qualidade de vida no trabalho e adoecimento no cotidiano de docentes do Ensino Superior. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 493–513, jun. 2015. universitários. 24 nov. 2015.

SANCHEZ, H. M. Qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho de docentes universitários. 2015. 100 f. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/ace013e7-b39e-47bb-9a95-685aa07c1d82>>.

SANTOS, T. C. J.; SOUZA, V. P.; BONFIM, R. J. A postura do docente na atualidade: responsabilidade no desafio de se alcançar a educação de qualidade. **Anais do 1º Simpósio de TCC, das faculdades FINOM e Tecsoma**. 2019, p. 1850-1864. Disponível em: <<https://finom.edu.br/assets/uploads/cursos/tcc/202104261604269.pdf>>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

O ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: PROJETOS INTEGRADORES NO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇOS PÚBLICO DO IFRR

HISTORY TEACHING IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: INTEGRATIVE PROJECTS IN THE TECHNICAL COURSE IN PUBLIC SERVICES OF THE IFRR

Mayconn Jimmy Cavalcante Correia

Fabiana Leticia Sbaraini

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

RESUMO: O presente texto, apoiado em princípios e concepções norteadoras da Educação Básica e Tecnológica, pretende apresentar possibilidades concretas de integração entre a disciplina de História e componentes da área técnica. As propostas foram executadas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR-CBVZO), localizado no bairro Laura Moreira, capital do estado de Roraima (RR). O estudo teve como amostra 5 (cinco) turmas do Ensino Médio Integrado e um total de 283 (duzentos e oitenta e três) estudantes do Curso Técnico em Serviços Públicos. Utilizou-se de uma abordagem qualitativa, análise do Documento Base da Educação Profissional e Tecnológica e concatenando com autores que discutem sobre os princípios dessa modalidade de ensino. Ainda, correlacionando discussões teóricas, legislação e uma síntese dos projetos “Informação: a fonte mais segura e Concurso de Admissão à Carreira Diplomática – CACD”. Com isso, pretende-se colaborar com a construção de uma educação mais crítica e contextualizada, bem como incentivar que o ensino de História seja uma ferramenta de conhecimento e transformação social.

Palavras-chave: Educação Profissional. Ensino de história. Formação docente.

ABSTRACT: *The present text, supported by principles and guiding concepts of Basic and Technological Education, intends to present concrete possibilities of integration between the discipline of History and disciplines of the technical area. The proposals were executed in the Federal Institute of Education, Science and Technology of Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste (IFRR-CBVZO), located in the Laura Moreira neighborhood, capital of the state of Roraima (RR). The study had a sample of five classes of Integrated High School and a total of 283 students from the Technical Course in Public Services. It used a qualitative approach, analysis of the Basic Document of Vocational and Technological Education and concatenating with authors who discuss the principles of this education modality. Also, correlating theoretical discussions, legislation and a synthesis of the projects & quot;Information: the safest source and Competition for Admission to the Diplomatic Career – CACD. With this, it is intended to collaborate with the construction of a more critical and contextualized education, as well as to encourage that the teaching of History be a tool for knowledge and social transformation.*

Keywords: *Professional Education; History teaching; Teacher training.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa refletir sobre o Ensino de História na Educação Profissional e Tecnológica, concebendo o processo a partir da formação docente. Busca ainda refletir sobre o currículo integrado articulado à proposta de projetos integradores a fim de demonstrar possibilidades de ensinar História relacionada aos componentes do Curso Técnico de Serviços Públicos Integrado ao Ensino Médio. Para tanto, serão observados dois projetos: Informação: a fonte mais segura e Concurso de Admissão à Carreira Diplomática – CACD, desenvolvidos nesta unidade.

Este trabalho justifica-se pela necessidade, cada vez mais presente, de promover na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, a proposta de trabalho de aplicação de Projetos Integradores, pois constitui-se como uma ferramenta metodológica capaz de articular os componentes curriculares, conceitos e métodos das demais áreas do conhecimento científico.

Um dos desafios da EPT nasce da própria proposta curricular dos cursos técnicos, pois a grande demanda de disciplinas básicas e técnicas, a redução de carga horária de alguns componentes e a fragmentação do conhecimento, como é o caso da disciplina de História, impõe o desafio da seleção de conteúdos e abordagens metodológicas diferentes das tradicionais. Por isso, a proposta de trabalho por Projetos Integradores possibilita um trabalho articulado entre os mais variados componentes, bem como, busca a superação da compartimentalização do conhecimento.

DESENVOLVIMENTO

No primeiro momento refletir-se-á sobre as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica sob o olhar do Ensino Médio Integrado, considerando o Documento Base que norteia os princípios dessa modalidade de educação. Posteriormente, discutir-se-á sobre a formação de professores que atuam na EPT, bem como, os vários tipos de escola destacada por Moura (2014) e o estrato social que a frequenta, pensando a formação docente em relação aos princípios prescritos da EPT. Por fim, apresentar-se-á um breve percurso histórico do Ensino de História no Brasil e suas concepções para a EPT a partir de um currículo integrado.

BASES CONCEITUAIS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Neste tópico discutir-se-á quais os principais princípios e concepções que devem nortear a Educação Profissional e Tecnológica - EPT a fim de compreender suas bases conceituais e abordar o papel do docente como agente articulador dos mesmos no percurso formativo dos estudantes. Não há outra abordagem para iniciar estes apontamentos que não sejam aquelas esboçadas no Documento Base (2007) da Educação Básica Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio.

Inicialmente, destaca-se que o Documento Base é elaborado em um contexto de disputa na educação profissional, materializada pelos Decretos n. 2.208/1997 e n. 5.154/2004. Segundo Moura (2014, p.46), o Decreto nº 5.154/2004 “representa alguma expectativa de avanço na caminhada em direção ao EM igualitário para todos”. Naquele uma educação marcada pelo tecnicismo¹, neste uma possibilidade ou travessia para um currículo integrado.

Devido ao embate de propostas, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) constituiu um grupo de trabalho que teve como resultado final a produção do Documento Base da Educação Profissional e Tecnológica ancorado nas possibilidades do Decreto nº 5.154/2004. Neste documento são apresentados os princípios basilares da EPT e o que se espera do percurso formativo dos estudantes. É neste contexto que passaremos a apresentar suas concepções e princípios norteadores.

O documento apresenta cinco concepções fundamentais para a EPT no Brasil, são elas: formação humana e integral; trabalho, ciência, tecnologia e cultura como categorias indissociáveis da formação humana; o trabalho como princípio educativo; a pesquisa como princípio educativo; e relação parte-totalidade na proposta curricular.

Quanto à concepção de formação humana e integral apresentada, o primeiro aspecto levantado é sobre a própria expressão integral. O entendimento acolhido pelo grupo de trabalho e o que ficou proposto no Documento Base é a proposta de compreensão apresentada por Ciavatta, na qual remete “ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, o que implica tratar a educação como uma totalidade social”. (BRASIL, 2007, p.41).

1 O tecnicismo educacional aqui é entendido como uso de práticas educacionais rígidas, muitas vezes centrados em tarefas mecânicas em detrimento de um aprofundamento teórico acerca das atividades desenvolvidas.

A proposta é que a educação integrada esteja vinculada: educação profissional e a preparação para o mundo do trabalho, no viés de superação da divisão entre trabalho manual e intelectual desenvolvendo um percurso formativo que propicie que os estudantes possam atuar, também, como dirigentes. (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, “a ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar”. (BRASIL, 2007, p.41). Convém ressaltar, que ligado a esse pressuposto da integração, há a compreensão - a ele alinhado - de que a realidade concreta deve ser analisada considerando sua totalidade.

Assim, a concepção de formação humana integrada tem como fundamento a associação/articulação entre formação profissional e básica, sob a lógica da superação da divisão entre trabalho manual e intelectual fundada na concepção do trabalho como princípio educativo, no qual passaremos a discutir no próximo parágrafo.

No que tange à concepção do trabalho como princípio educativo, a proposta elencada no documento considera o ser humano como produtor da sua realidade. Nesse sentido, a formação profissional deve propor a compreensão das contradições sociais e produtivas do mundo do trabalho atual. Nesse sentido, o trabalho como princípio educativo aparece como fundamento da educação como prática social.

O texto destaca o trabalho em um duplo sentido: o ontológico e o histórico, aquele se constitui como forma de produção da existência do homem e como ele se relaciona com a natureza e com o outro; este na compreensão do trabalho no modelo capitalista de produção da existência humana. (BRASIL, 2007), uma vez que “o trabalho, no sentido ontológico, é princípio e organiza a base unitária do ensino médio”. (BRASIL, 2007, p.46). Consequentemente este princípio surge como elo de ligação entre todos os demais, pois o sentido ontológico do trabalho possibilita a integração sob a perspectiva da totalidade. Assim, “pela formação geral as pessoas adquirem conhecimentos que permitam compreender a realidade, na formação profissional o conhecimento científico adquire, para o trabalhador, o sentido de força produtiva”. (BRASIL, 2007, p.47).

A pesquisa como princípio educativo está articulada ao princípio anterior, pois a pesquisa que considera o olhar para a totalidade possibilita a formação de estudantes autônomos, no trabalho e pelo trabalho em transformação com a natureza pensando as necessidades coletivas da sociedade. Conforme aponta o Documento

Base “(...) é necessário que a pesquisa como princípio educativo esteja presente em toda a educação escolar dos que vivem e viverão do próprio trabalho”(BRASIL, 2007, p.48). Por isso, a pesquisa deve ser estimulada já nas primeiras etapas do processo formativo escolar, pois provoca a inquietação, investigação e solução de problemas do entorno do estudante. Além disso, possibilitará uma melhor instrumentalização dos procedimentos e técnicas de pesquisa quando o estudante avançar para os níveis mais superiores de escolaridade.

O próximo princípio apresentado representa a totalidade da proposta da Educação Profissional e Tecnológica: Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura como Categorias Indissociáveis da Formação Humana. Como a finalidade é superar a divisão entre aqueles que “pensam” e os que “executam” é por isso, que essas categorias devem ser trabalhadas ao longo do processo de formação do estudante de maneira integrada/articulada.

A indissociabilidade justifica-se pela dimensão ontológica do trabalho que deve constituir o ponto de partida para a produção do conhecimento na EPT. A ciência é o conhecimento sistematizado, representado por categorias que considera determinada realidade apreendida. (BRASIL, 2007). Por isso, é fundamental que os princípios norteadores de EPT estejam concatenados, principalmente no que se refere às categorias do trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

O princípio da relação parte-totalidade na proposta curricular tem conexão com a “integração de conhecimentos gerais e específicos correspondentes à formação básica e profissional”. (BRASIL, 2007, p.49). Toda a proposta curricular fundamentada nos demais princípios da EPT, deve trabalhar em um esforço conjunto e articulado para que as especificidades de cada área do conhecimento vislumbrem sempre a totalidade. Cada fragmento da realidade concreta deve convergir para a compreensão do todo.

Evidentemente é impossível em uma proposta curricular abordar todo o conteúdo, mas é possível fazer uma seleção de conteúdos curriculares que visem uma compreensão mais global. O ponto fundamental constitui-se em relacionar a parte com a totalidade. Assim os conteúdos devem promover uma relação ampla e profunda com o fenômeno analisado. Além disso, deve-se considerar que nessa relação com o todo há uma percepção histórica do conhecimento, pois a ciência contemporânea guarda em si o seu processo de construção ao longo do tempo. (BRASIL, 2007).

Com isso, finalizamos a discussão sobre os princípios que constituem a Educação Profissional e Tecnológica e como eles se relacionam entre si na

busca da compreensão da realidade concreta. Discutir-se-á, a partir de agora, sobre os principais aspectos da formação docente e o contexto no qual esse profissional irá atuar.

FORMAÇÃO DOCENTE E A EPT

Refletir sobre a formação docente é pensar o papel da educação na formação humana. No caso do Ensino Médio Integrado (EMI), tem-se que considerar o debate da formação para o mundo do trabalho.

Moura (2014) destaca que há vários tipos de escola e que, quem a frequenta, tem perfil socioeconômico e social distintos. Assim, elenca ao menos cinco grupos: o primeiro, representa uma parcela muito pequena da população, estuda na escola da rede privada que foca na formação para ingressar nas melhores universidades públicas. O segundo, ingressa na rede federal de educação pública que tem como formação a continuidade nos estudos e a formação profissional. O terceiro, estuda na rede estadual que articula a formação geral e técnica. O quarto, é constituído por jovens pobres que estudam na educação básica estadual que, segundo Moura (2014), nem formam para o academicismo, nem para o mundo do trabalho. Por fim, o último grupo, não está matriculado em uma rede de ensino e representa milhões de jovens e adultos.

Esse cenário da educação brasileira apontado acima, que se insere um elemento importante no debate sobre a formação docente. Segundo o autor:

É nesses espaços de contradições e disputas políticas em torno a distintas concepções de formação humana que atua o professor da educação em geral e, particularmente, do ensino médio e da educação profissional. É nesses espaços que se forja a sua concepção de sociedade, de ser humano e de educação. (MOURA, 2014, p. 32).

Nesse sentido, considerando as múltiplas escolas como deve ser a formação docente para atuar na Educação Profissional e Tecnológica? Um primeiro fator que precisa perpassar na formação docente diz respeito à dualidade histórica que é estrutural e não se constitui como fruto da escola. (MOURA, 2014).

O docente, já no seu percurso formativo, necessita compreender esse aspecto fundamental, pois auxiliará no seu posicionamento ético e moral frente

a esta dualidade: formação para o “mercado” de trabalho ou uma formação humana ampla que possibilite o prosseguimento nos estudos. A ideia proposta é potencializar omnilateralidade em vez da unilateralidade.

Isso se coaduna com o que Moura considera como um pressuposto da formação humana, “formação omnilateral, integral ou politécnica de todos, de forma pública e igualitária e sob a responsabilidade do Estado” (MOURA, 2014, p.15). Esse é o primeiro princípio que o docente que atua na EPT deve compreender, pois pode orientar a sua prática docente ao longo da carreira.

Um segundo fator é assimilar o Ensino Médio Integrado como um caminho para a formação humana integral dos sujeitos. Ciavatta (2014) aponta que as categorias ensino integrado, politecnia e educação omnilateral não são sinônimos, estão no campo das ações educativas. Por isso, destaca o ensino integrado como um caminho de luta para a formação omnilateral.

Nessa mesma perspectiva, Moura (2014) aponta que a escola integral complementa a omnilateralidade, no sentido de ponte ou travessia para a formação humana. Consequentemente, ambos consideram a escola integral como uma travessia necessária para a omnilateralidade.

Dito isto, o professor que atua na EPT precisa ter isso muito claro, pois seu trabalho não está descolado da realidade do capital, que pressiona por mão de obra qualificada e de baixo custo. Destaca-se que não se constitui, necessariamente, a um chamado à militância, mas a uma tomada de consciência do local no qual se atua como profissional e para o qual se formam os estudantes.

Ademais, cabe refletirmos no questionamento de Moura (2014, p.713): “diante da realidade concreta pode-se hoje, no Brasil, pensar na educação escolar dos adolescentes e jovens da classe trabalhadora negando qualquer possibilidade de que eles tenham que trabalhar antes dos 18 anos de idade?”. A resposta é não; e por isso, a escola integral é visualizada como um caminho para a omnilateralidade, pois não é possível adotar no contexto atual uma escola sem pensar que grande parte desses estudantes estão inseridos no mundo do trabalho.

Por fim, o terceiro fator é compreender a relação entre trabalho e educação. Nessa perspectiva, Ciavatta (2014) destaca três lições da pedagogia socialista: primeiro, que essa relação perdurará como objeto de disputa no modelo do capital; segundo, a pedagogia socialista pensa a educação para a humanização, preserva a história e a humanização; terceiro, a luta por uma nova relação de trabalho deve caminhar com pautas de melhoria de vida para toda a população.

Isso sugere que a formação integrada vai além de uma forma de articular ensino médio e EPT. Visa recuperar “a concepção de educação politécnica, de educação *omnilateral* e de escola unitária”. (CIAVATTA, 2014, p.197). Em função disso, é que na realidade brasileira, o EMI coloca-se como uma necessidade para a classe trabalhadora. A mediação do trabalho como princípio educativo - neste contexto - é fundamental para a finalidade de se alcançar a omnilateralidade na educação.

Destacou-se aqui alguns aspectos conceituais que devem nortear o processo de formação, inicial ou continuada, de professores que atuam na EPT, sejam docentes dos componentes das áreas básicas ou técnicas. São fundamentos imprescindíveis para que ele compreenda o local no qual está inserido e possa atuar nele com plena consciência da sua prática docente.

A partir de agora, discutir-se-á quais as concepções do Ensino de História na EPT e como a disciplina pode contribuir para a formação humana integral, considerando os aspectos levantados na formação de professores.

CONCEPÇÕES DE ENSINO DE HISTÓRIA PARA A EPT A PARTIR DE UM CURRÍCULO INTEGRADO

Refletir sobre a importância do ensino de História na Educação Profissional e Tecnológica considerando o processo formativo do estudante, o contexto social no qual está inserido é pensar a prática docente sob o olhar da integração. Tendo em vista que este diálogo amplia novos olhares sobre a mesma temática e desenvolve a criticidade e capacidade analítica dos discentes.

A importância da integração como um caminho para a formação humana ampla, coloca-se como proposta de superação da dualidade estrutural, marcada historicamente nas políticas públicas para EPT, entre educação básica e técnica e resgata o trabalho como princípio educativo. (MOURA, 2014, p.16).

Contudo, antes de iniciar o debate sobre a relação do ensino de História com a proposta do EMI é necessário analisar como essa prática foi se constituindo nas últimas décadas.

A História como disciplina escolar sistematizada em uma proposta curricular começou a constituir-se efetivamente a partir do século XIX sob o viés de uma formação da identidade nacional (BITTENCOURT, 2009). Com isso, os conteúdos eram cunhados sob a proposta de um senso de pertencimento

de um Estado-nação com pano de fundo de uma “história oficial do Brasil”. (VITORINO; BELOTO, 2021). Como afirma Bittencourt:

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou primárias brasileiras [...] a partir da década de 1970 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma história nacional e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma identidade nacional. Esse objetivo sempre permeou o ensino de História para os alunos das primeiras letras e ainda está presente na organização curricular do século XXI. (2009, p.60).

Além disso, os conteúdos eram organizados e estruturados na prática escolar sob a perspectiva de construir a ideia de nação e pátria. Isso após o Brasil se tornar um Estado independente essa necessidade tornou-se premente. Assim, buscavam a homogeneização da sociedade brasileira na prerrogativa de sedimentar na cultura escolar a premissa de um passado único e, provavelmente, inquestionável.

Posteriormente, com a abolição da escravidão, no final do século XIX e forte processo de imigração e urbanização ocorriam no país, os debates escolares em torno do ensino de história, passou a ser a concepção de cidadania, mas não a cidadania plena. Era uma cidadania que estava a serviço de situar os “novos” grupos sociais aos seus respectivos lugares, “cabia ao político cuidar da política, e ao trabalhador comum restava o direito de votar e de trabalhar dentro da ordem institucional”. (BITTENCOURT, 2009, p.64).

Segundo Bittencourt (2009), no transcorrer das primeiras décadas do século XX, o que prevalecia com relação aos conteúdos abordados em sala de aula eram os seguintes:

A Língua Portuguesa, a História do Brasil, acompanhada de Educação Moral e Cívica, juntamente com a Geografia, constituíam os conteúdos fundamentais para a formação nacionalista e patriótica, sedimentando o culto aos heróis e a criação de tradições nacionalistas nas aulas e nas festa cívicas. (BITTENCOURT, 2009, p.66)

Em todo esse contexto, do viés de formação nacionalista e patriótica, a questão do ensino de História girava em torno do Positivismo², a ideia de progresso, uma história factual, dos grandes heróis nacionais, que deveria ser memorizada a qualquer

2 O positivismo é uma corrente teórica surgida no século XIX, na França, e inspirada no ideal de progresso contínuo da humanidade, tendo como principal pensador Augusto Comte. Os positivistas acreditavam que o progresso moral e científico da sociedade seria conquistado pelo desenvolvimento das ciências e na ordem moral.

custo. Era uma historiografia factual, despolitizada e sem relação com a realidade vivenciada pelo estudante. O docente era um transmissor de conhecimentos que deveriam ser apreendidos pelos estudantes. (CAETANO, 2020).

Já no período do da ditadura civil-militar foi introduzido nos currículos escolares a proposta dos Estudos Sociais, em substituição às disciplinas de História e Geografia. Além da introdução de disciplinas como: Organização Social e Política do Brasil e Educação Moral e Cívica, houve uma diminuição da carga horária da disciplina de História, que ficou relegada a temas como moral, patriotismo e civismo. (CAETANO, 2020).

Ao tratar sobre o debate histórico da constituição do currículo de História no Brasil, Bittencourt (2009) destaca que no decorrer do século XX houve um certo embate entre o currículo humanista e o científico. Como pano de fundo dessa disputa, tinha-se o processo de modernização do país, fundado na necessidade do capitalismo industrial. (BITTENCOURT, 2009).

Esse cenário já vem sofrendo críticas desde o curso de formação de professores de História nas décadas de 1950 e 1960, que refletiam sobre os objetivos e métodos de ensino e ganha nova força:

Apartir do final da década de 1980, com a reabertura política do país, os pesquisadores começaram a estudar novas formas de se ensinar História, tornando-a mais atraente para a nova geração, que se forma sobre a hegemonia da cultura da imagem. Em consequência, tal geração coloca a linguagem escrita em plano secundário. Então, faz-se necessária a utilização dos recursos tecnológicos em sala de aula a fim de melhorar o ensino de História. Dessa forma, as novas tecnologias não podem ser consideradas inimigas e sim auxiliares e aliadas no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. (CAETANO, 2020, p.24).

Considerando o contexto atual brasileiro, a importância da disciplina de História está em contestação, redução na carga horária do componente, que limita ainda mais o desenvolvimento dos conteúdos e de temáticas contemporâneas, censura do trabalho docente e restringindo novos debates por falta de tempo. (MORENO, 2019). Na Educação Profissional e Tecnológica - EPT, ainda há o fator que os conteúdos referente ao ensino técnico acabam tornando-se, em muitos campi, prioridade no processo formativo do estudante em detrimento aos componentes “tradicionais”. Considerando, nesse caso, o recorte institucional realizado bem como a matriz curricular observada.

Dessa forma, o ensino de História na EPT deve considerar as experiências de vida dos estudantes, o trabalho como um princípio educativo, o conteúdo

deve estar relacionado com o itinerário formativo escolhido por eles, mas sem perder de vista os debates gerais, promover a ampliação da visão de mundo e sociedade e analisar a História como um processo que parte dos questionamentos e problematizações do presente.

Por fim, a proposta dos projetos integradores possibilita superar a fragmentação do conhecimento, interagir com outras abordagens a partir dos métodos das outras áreas do conhecimento. Além disso, torna o conhecimento aplicável no cotidiano dos estudantes, bem como, nas respectivas áreas em que atuarão no mundo do trabalho.

No próximo tópico, apresentar-se-á dois projetos integradores desenvolvidos no IFRR, *campus* CBVZO, com estudantes do EMI, que teve como parte integrante o componente de História.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se da pesquisa documental e do relato de experiência sobre os projetos integradores. O universo amostral foram duas turmas do Ensino Médio Integrado do IFRR Campus Boa Vista Zona Oeste que participaram dos projetos integradores. Tomou-se como fonte de coleta de dados o Documento Base da Educação Profissional e os Projetos Integradores, possibilitando caracterizar os princípios da Educação Profissional e com estes relatar a proposta dos projetos integradores.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalhar a proposta de projeto integradores na Educação Profissional e Tecnológica é articular metodologias de trabalho, compartilhar conceitos, procedimentos de pesquisa e aprendizagem colaborativa entre os estudantes de determinado curso.

Como proposta de relato de experiência, apresentam-se duas propostas de trabalhos com projetos integradores que foram desenvolvidos no IFRR *campus* CBVZO com as seguintes temáticas: projeto 1, informação: a fonte mais segura e projeto 2, Concurso de Admissão à Carreira Diplomática.

No projeto que tratou da temática sobre: informação: a fonte mais segura, que foi construída pelos estudantes sob a coordenação da docente da disciplina de Gestão de Documentação e Arquivística, trouxe como proposta: desenvolver no discente uma percepção integrada sobre a importância do uso, guarda e manipulação da informação desde a sua origem histórica, ao uso contemporâneo nos arquivos públicos e privados.

O referido projeto foi aplicado em três turmas turma do primeiro ano do Ensino Médio Integrado - EMI, contou com a participação de 112 (cento e doze) estudantes professores dos seguintes componentes:

QUADRO 1: Componentes curriculares envolvidos no projeto.

TÍTULO: Informação: a fonte mais segura.
ÁREAS DE ATUAÇÃO: ENSINO (X) PESQUISA () EXTENSÃO ()
CURSO(S): Técnico em Serviços Públicos Integrado ao Ensino Médio
COMPONENTES CURRICULARES E CARGA HORÁRIA POR COMPONENTE: Gestão de Documentação e Arquivística - 19 h História - 05 h Gestão de Pessoas - 05 h Fundamentos de Administração Pública - 05 h Informática Básica - 04 h

FONTE: Departamento de Ensino do *campus* CBVZO

Cada docente do respectivo componente ficou responsável por trabalhar determinado conteúdo que tivesse relação com a temática do projeto e que estivesse articulado com o objetivo da proposta, sem perder de vista a relação com os outros componentes.

A parte do componente de História foi apresentar a linha do tempo do desenvolvimento da arquivologia, considerando o processo da Pré-história até Idade Contemporânea, como as sociedades organizavam os registros no tempo. Como por exemplo: escrita, tipos de escrita, uso de pedras, barro, papel, invenção da imprensa, sistemas de informação e outros tipos de registros utilizados pelos respectivos grupos sociais.

A proposta de produto final que coube à História foi a apresentação de uma Linha do Tempo que tivesse o olhar sobre a evolução histórica da informação observando as sociedades estudadas.

Ao analisar a relação proposta pelo objetivo geral em articulação aos específicos, percebe-se a proposta de construção do conhecimento articulado entre os componentes envolvidos no projeto.

QUADRO 2: Objetivo geral e específicos do Projeto: informação: a fonte mais segura.

OBJETIVOS:
GERAL: Desenvolver no discente uma percepção integrada sobre a importância do uso, guarda e manipulação da informação desde a sua origem histórica, ao uso contemporâneo nos arquivos públicos e privados.
ESPECÍFICOS: ● Relacionar os conhecimentos adquiridos nos componentes curriculares envolvidos no projeto de maneira integrada; ● Correlacionar os fatos históricos com a origem dos arquivos; ● Identificar a importância do registro das informações e seus aspectos institucionais; ● Compreender a importância da guarda de documentos permanentes com informações de uso institucional; ● Compreender a necessidade de burocratização para o funcionamento das instituições; ● Selecionar os melhores sistemas de informação de forma a adequá-los à realidade das empresas.

FONTE: Departamento de Ensino do *campus* CBVZO

Pela proposta apresentada no documento, a integração não existe apenas porque a palavra aparece nos objetivos gerais e específicos, mas a articulação em formar o estudante em uma percepção integrada sobre a qualidade da informação, considerando os aspectos históricos em conexão com as formas de organização institucional contemporânea, indica que a propositura está alinhada ao percurso formativo do estudante do EMI do Curso de Técnico em Serviços Públicos.

Já o segundo projeto, tem como tema: Concurso de Admissão à Carreira Diplomática – CACD. O projeto se justifica pois:

A cooperação entre povos e países no século XXI demandará esforço e atenção contínuos. O Brasil, por sua história e tradições diplomáticas, tem autoridade para reivindicar papel ativo na construção de um mundo mais próspero, estável e justo. E isso é possível por meio dos diplomatas que são servidores públicos, aprovados em concurso de admissão, que representam e promovem os interesses brasileiros no plano internacional, fortalece os laços de cooperação do Brasil com seus parceiros externos e prestam assistência aos brasileiros no exterior. (IFRR, 2019, s.p.).

O que se esperava-se ao final do projeto é que os estudantes, por meio de uma atividade prática de admissão, percebam a relevância histórica dos países estudados no componente de História. O projeto contou com a participação de 3 (três) turmas de estudantes do primeiro ano e duas turmas do segundo ano do Curso Técnico em Serviços Públicos. Os componentes envolvidos no projeto foram:

QUADRO 3: Componentes que compuseram o projeto.

TÍTULO: Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CACD
ÁREAS DE ATUAÇÃO: ENSINO (X) PESQUISA () EXTENSÃO ()
CURSO(S): Técnico em Serviços Públicos integrado ao Ensino Médio
COMPONENTES CURRICULARES E CARGA HORÁRIA POR COMPONENTE: História - 10h Gestão de Pessoas - 10h Fundamentos de Administração Geral e Pública- 10h Cerimonial, Protocolo e Eventos - 10h Legislação de Pessoal Aplicada ao Setor Público - 10h

FONTE: Departamento de Ensino do *campus* CBVZO.

Na composição dos componentes deste segundo projeto, percebe-se uma distribuição igualitária da carga horária entre eles. Diferentemente do anterior que teve o componente de Gestão de Documentação e Arquivística com uma carga horária superior aos demais. Isso se deve à proposta específica de cada projeto articulada com a necessidade de cada componente que possuem necessidades metodológicas e procedimentais diferentes. Quanto aos objetivos estavam assim distribuídos:

QUADRO 4: objetivos do projeto **Concurso** de Admissão à Carreira Diplomática - CACD

OBJETIVOS:
GERAL: Desenvolver habilidades e competências dos alunos do curso Técnico em Serviços Públicos através da atividade prática da realização do concurso de admissão à carreira diplomática, incluindo a cerimônia de posse.
ESPECÍFICOS: ● Compreender a importância das relações diplomáticas nos países estudados no componente curricular de História; ● Saber quais os aspectos legais da realização do concurso de admissão à carreira diplomática; ● Identificar a espécie de servidor público; ● Compreender a estrutura do cargo e da função pública;

FONTE: Departamento de Ensino do *campus* CBVZO.

Em relação a esta proposta, houve uma grande mobilização dos alunos. Além de premiação, notas e certificação, os diplomatas eleitos tiveram a cerimônia de posse no auditório da escola onde, para surpresa das professoras proponentes, os alunos foram com ternos, vestidos longos e alguns levaram os pais para prestigiarem a “posse”. Como desde o edital, a apresentação e a cerimônia foi organizada por eles, houve muito trabalho, no entanto, o retorno foi excelente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de discussões teóricas e exemplos práticos, buscou-se ressaltar a importância de realizar um ensino de História dinâmico, criativo e baseado nos princípios da Educação Profissional e Tecnológica. O esforço para articular conteúdos é maior se comparado ao de ministrar aulas individualmente, pois requer maior planejamento. Ao explicitar os projetos ‘Informação: a fonte mais segura’ e ‘Concurso de Admissão à Carreira Diplomática - CACD’ pode-se ter uma ideia prática de articulação de componentes das áreas básicas e técnicas de maneira criativa e com temas já previstos nos seus respectivos currículos. Isso sinaliza a importância da integração na Educação Profissional e reforça os princípios estabelecidos no Documento Base.

Ao analisar o Documento Base, visou-se explicitar os fundamentos da Educação Profissional e destacar a importância da formação continuada dos docentes que atuam na EPT, principalmente daqueles que não possuem a formação nas licenciaturas. Nesse sentido, entende-se como vital esse processo na formação docente pela dinamicidade da sociedade em que vivemos.

Considerando a disputa de interesses de estudantes e professores no que se refere aos componentes curriculares e suas temáticas é fundamental que o docente saiba articular os mais variados saberes e abordagens em uma perspectiva de integração e principalmente com os componentes das áreas técnicas. Isso permite integrar e não diluir o conhecimento dando mais ênfase a um do que ao outro.

Além disso, com a redução da carga horária do componente de História, que tem sido paulatina nos diferentes campi da rede federal, os projetos integradores possibilitam discutir outras temáticas sem precisar sacrificar ainda mais conteúdos essenciais da disciplina. Por fim, fundado em uma consciência dos princípios da Educação Profissional, sob a perspectiva de uma prática pedagógica articulada e integradora, o docente de História pode contribuir para uma formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** Coleção docência em formação. 3.^a ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em 20 fev. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio/ MEC.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arq/uivops/pdf/documento_base.pdf. Acesso em 25 fev. 2022.

CAETANO, W. da S. **O Ensino de História na Educação Profissional e Tecnológica:** contribuições de uma sequência didática interativa com os recursos da web 2.0 para a formação da consciência histórica. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) - Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.xhtml?popup=true&id_trabalho=9720650. Acesso em: 14 jan. 2022.

CIAVATTA, M. *et al.* O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Porque lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v.23, n.º1, p.187-205. Jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303/6679>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MORENO, J. C. Didática da história e currículos para o ensino de história: relacionando passado, presente e futuro na discussão sobre o eurocentrismo. **Transversos: Revista de História**. Rio de Janeiro, n. 16, p.125 - 147. Ago. de 2019. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>. Acesso em: 14 jan. 2022.

MOURA, D. H. **Trabalho e formação docente na educação profissional.** Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica, v. 3). Disponível em: <https://curitiba.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2016/05/Trabalho-e-Forma%C3%A7%C3%A3o-Docente.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

A INSERÇÃO DA MULHER BRASILEIRA NO MUNDO DO TRABALHO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA GESTÃO PÚBLICA

THE INSERTION OF BRAZILIAN WOMEN IN THE WORLD OF WORK: CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Mirian Suzana Pereira Lima
Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

RESUMO: O referido artigo tem a finalidade de discorrer sobre ‘A inserção da mulher brasileira no mundo do trabalho: desafios e possibilidades numa gestão pública’. Com o passar dos anos as mulheres lutaram para ocupar um importante espaço em diferentes setores da sociedade, inclusive, no âmbito da gestão. Antigamente, viviam diante de um contexto conservador e ditatorial que não valorizava a inserção da mulher no trabalho e na política. Ela não podia estar inserida no meio social, pois tinha somente o papel de cuidar da casa e da educação aos filhos, mas devido há muitas mudanças ocorridas neste cenário, as mulheres passaram a perceberem-se e serem vistas por um olhar mais crítico e reflexivo, onde foram valorizadas pelo papel desempenhado no seu contexto social. Sendo assim, a problemática que norteou a presente pesquisa buscou saber, quais os desafios e possibilidades enfrentadas pela mulher na inserção no mundo do trabalho? A pesquisa buscou elaborar uma revisão bibliográfica sobre os desafios e adversidades enfrentadas pelas mulheres no ingresso e na ocupação de cargos na gestão pública. Enfatizando a posição da mulher no meio social, a qual ocorre de forma satisfatória e elas sobretudo passam a ocupar um maior número de empregos tanto nas esferas federal, estadual e municipal, igualando-se numericamente aos homens e somente na política que elas ainda são a minoria. Logo, este trabalho busca retratar a importância do espaço que as mulheres vêm conquistando, rompendo barreiras, silêncios e antigas limitações impostas na busca de estar cada vez mais inseridas na sociedade.

Palavras-chaves: Sociedade. Liderança Pública. Mulher.

ABSTRACT: This article aims to discuss ‘The insertion of Brazilian women in the world of work: challenges and possibilities in public management’. Over the years, women have struggled to occupy an important space in different sectors of society, including management. In the past, they lived in a conservative and dictatorial context that did not value the insertion of women in work and politics. She could not be inserted in the social environment, as she had her role of taking care of the house and educating the children, but due to many changes that have taken place in this scenario, women began to perceive themselves and be seen by a more critical and reflective look, where they were valued for their role in the social context. Therefore, the problem that guided this research sought to know, what are the challenges and possibilities faced by women in the insertion in the world of work? The research sought to elaborate a literature review on the challenges and adversities faced by women in entering and occupying positions in public management. Emphasizing the position of women in the social environment,

which occurs satisfactorily and above all as they start to occupy a greater number of jobs both in the federal, state and municipal spheres, equaling numerically to men and only in politics that they are still the minority. Therefore, this work seeks to portray the importance of the space that women have been conquering, breaking barriers, silences and old imposed limitations and seeking to be increasingly inserted in society.

Keywords: *Society; Challenges; Woman.*

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca refletir acerca da inserção da mulher brasileira no mundo do trabalho e os desafios e possibilidades encontrados por esta no contexto da gestão pública. Considera-se que o referido tema seja de suma importância, pois as mulheres estão a cada dia ocupando o seu espaço na sociedade, mas ainda há muito o que mudar para que elas alcancem, definitivamente, a liberdade que tanto almejam sem que haja qualquer desigualdade. Ao abordar este assunto espera-se que possamos refletir sobre as mudanças ocorridas durante séculos, desde o período que a mulher era vista somente como a dona do lar, que deveria ficar em casa cuidando dos filhos e do marido, até o presente momento.

Observa-se que há muito tempo vem sendo discutida a participação da mulher no mercado de trabalho e que o número de vagas ocupadas por elas vêm sendo alterado diante das suas especialidades e habilidades, logo, esta pesquisa tem a finalidade de analisar a participação das mulheres e as funções exercidas por elas nos dias atuais, além de analisar as mudanças ocorridas nos últimos anos, abordando também a questão salarial entre os gêneros, tendo em vista que as mulheres realizam atividades tão importantes quanto os homens.

Para que a mulher alcançasse sua independência houve, ao longo dos tempos muitos movimentos sociais em prol dessas conquistas femininas, assim, por meio deste projeto buscou-se compreender como as mulheres conseguiram alcançar sua independência, seus desafios e as possibilidades diante do mundo do trabalho.

A classificação utilizada no presente artigo indica um tipo de pesquisa de cunho de natureza qualitativa, exploratória e descritiva. Onde foi realizado um desenvolvimento de pesquisa com a escolha de tópicos relevantes ao tema. Atráves do acesso às plataformas de pesquisa brasileiras e às obras de autores como Marconi, Marinho e Nogueira, realizou-se um análise minuciosa para não só

mensurar o assunto proposto, mas também descrevê-lo levando em consideração pontos de vistas e opiniões de terceiros relacionados a mulher no mundo do trabalho. Dessa forma esta natureza de pesquisa tem a seguinte definição:

A pesquisa qualitativa busca entender fenômenos humanos, buscando deles obter uma visão detalhada e complexa por meio de uma análise científica do pesquisador. Esse tipo de pesquisa se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais. Mas sendo uma análise relacionada também à subjetividade, quais são os critérios do pesquisador? Bem, ele leva em consideração as motivações, crenças, valores e representações encontradas nas relações sociais (KNECHTEL, 2014).

Trata-se também de um artigo puramente bibliográfico, onde os dados do estudo foram obtidos por meio de pesquisas em *sites*, artigos e livros. Marconi define a pesquisa bibliográfica da seguinte forma:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto a de campo (documentação direta) exigem, como premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como primeiro passo de toda pesquisa científica. (LAKATOS, 1992, p. 44)

Nesse sentido, ao optar por este método foi possível uma boa investigação científica, compreendendo em detalhes o embasamento teórico do assunto que só pôde ser obtido através de uma bibliografia composta de obras de referências e de trabalhos sobre o tema.

Operacionalmente, a análise temática percorreu os seguintes passos: pesquisas referentes às teorias de ensino que defendem o tema e que tratam da importância do mesmo, exploração do material, leitura compreensiva e interpretativa. E também foram incorporados conceitos com base no estudo das fontes os quais contribuíram para o enriquecimento do mundo do trabalho.

O MERCADO DE TRABALHO E AS MULHERES NO PÓS 2ª GUERRA MUNDIAL

Um marco significativo foi a inserção da mulher no mundo do trabalho durante a 2ª Guerra Mundial, onde atuavam como operárias nos bastidores de fábricas de

material bélico e diante da necessidade mudou-se completamente a rotina dos lares em todo o globo na época. O pós-guerra acelerou a auto-organização feminina e estas saíram às ruas reivindicando seus direitos. A valorização da mulher ganhou significativa evolução no mundo do trabalho, com isso a autorganização feminina com o foco de lutar pela igualdade é vista neste artigo como principal fator para mudar ainda mais a questão da discriminação de gênero ainda presente na sociedade brasileira. Contudo, deve-se ressaltar que as mulheres alcançaram muitas conquistas como o direito à educação, ao exercício de uma carreira profissional e a licença maternidade garantida pela constituição.

A violência contra a mulher, em contrapartida, marcou fortemente a sociedade brasileira e prejudicou por longos anos a visão da sociedade em relação à mulher. Assim, qualquer mulher, independentemente de renda ou classe social, está sujeita a sofrer algum tipo de violência que acarretam marcas psicológicas, físicas e sociais, afetando, inclusive, suas relações com o trabalho.

Por muito tempo o papel da mulher na sociedade era de ser submissa ao homem. O machismo, que favorece o gênero masculino em detrimento do feminino, prevalece nos dias de hoje. Embora haja muitos avanços, a mulher ainda é tratada de forma remuneração salarial. Depois de muitas lutas em busca dos direitos, as mulheres hoje podem celebrar cada conquista por elas já alcançadas. Por meio de uma revisão bibliográfica este artigo visa aprofundar ou verificar os desafios e as adversidades enfrentadas pelas mulheres no ingresso e na ocupação de cargos na gestão pública

MULHER BRASILEIRA, TRABALHO E GESTÃO PÚBLICA

A valorização das mulheres e a inclusão deste grupo no círculo social trabalhista passou por muitas mudanças com o passar dos anos pois, antigamente, não podiam realizar determinadas atividades. Diante das necessidades as mulheres foram observando que podiam conciliar os afazeres de casa com trabalho e daí então iniciou-se a luta por uma dupla jornada de trabalho (MARINHO, 2016). Hoje em dia, além de trabalharem e ocuparem cargos considerados de responsabilidade, elas também se encarregam de outras atividades: a de ser mãe, esposa e dona de casa.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres trabalham, em horas, mais que os homens levando em consideração essa dupla

jornada de trabalho. São cerca de quase sete horas e meia a mais que o gênero oposto, tendo em vista o acúmulo de funções vividos por elas, como emprego e as atividades do próprio lar.

Mesmo qualificadas, as mulheres possuem mais dificuldades para ingressarem no mercado de trabalho e, muitas vezes, acabam aceitando salários que não condizem com a suas qualificações para poderem conquistar este espaço. Mas trabalhar fora de casa é uma conquista para elas que há muito tempo lutaram por este momento, desafiando-se e conquistando cada vez mais reconhecimento perante à sociedade. Nesse sentido, Marinho (2016, p. 81), discorre que “o empoderamento visa também práticas coletivas que sustentem a autonomia e a “superação da desigualdade de poder em que as mulheres se encontram”, afirmando ainda que:

A compreensão do empoderamento como tomada de decisão individuais e coletivas, engajamento em ações individuais e coletivas, autonomia pessoal e de grupos oprimidos, mudanças nas relações entre homens e mulheres, empoderamento dentro de um modelo conceitual relacional. (MARINHO, 2016, p.85)

Embora atualmente a proporção de mulheres brasileiras com títulos acadêmicos de nível superior seja maior que a de homens, elas ainda enfrentam muitas barreiras para ocuparem posições de comando na gestão pública ou no setor privado. Segundo dados divulgados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no relatório *Education at Glance* de 2019, as mulheres brasileiras têm 34% mais probabilidade de se formar no ensino superior do que seus pares do sexo masculino. O documento aponta que, apesar da disponibilidade na educação favorecer as mulheres, o mercado de trabalho não o faz, e elas possuem menos chances de conseguir um emprego pois, como afirma o relatório.

A luta das mulheres por igualdade profissional tem sido de longa data, não é de hoje que elas buscam oportunidades por melhores empregos e salários, respeito profissional, valorização social, enfim, que sejam vistas pelo que são capazes de fazer. Um levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BGE) em 2019, revela que 54,5% das mulheres com 15 (quinze) anos ou mais integravam a força de trabalho no país no corrente ano. Entre os homens, esse percentual foi de 73,7%.

A desigualdade e a dificuldade de inserção de mulheres no mercado de trabalho é evidenciada quando, de acordo com a pesquisa, o nível de ocupação entre as mulheres (entre 25 e 49 anos), que têm filhos de até 3 (três) anos, é

de 54%, abaixo dos 67,2% daquelas que não têm. Mesmo assim, a inserção tem sido crescente e se dá devido ao avanço e crescimento das indústrias e da prestação de serviços no Brasil. Dessa forma, percebe-se que as mulheres vêm criando mecanismos que possam protegê-las de todas essas desigualdades e sobretudo garantir a participação e presença na vida pública.

A representatividade feminina no mercado de trabalho tem o 5º ano de alta, como mostra dados do IBGE/ANO 2019, mas elas continuam recebendo salário menor. De acordo com Daniel Silveira (G1, 2021):

O levantamento mostra que a taxa de participação das mulheres na força de trabalho aumentou em 2,9 p.p. em 8 anos, enquanto a dos homens caiu 1 p.p. no mesmo período. Remuneração do trabalho para elas é, em média, 22% menor que a deles e essa diferença chega a 38% em cargos gerenciais.

Os dados são de 2019 e mostram que, naquele ano, a taxa de participação feminina na força de trabalho era de 54,5%, enquanto a masculina era de 73,7%.

Com isso, nota-se que é necessário a implementação de políticas públicas que fomentem novas alternativas para que haja a diminuição nesse patamar que ainda diferencia homens e mulheres no mercado de trabalho e que priorizem abertura de vagas visando uma sociedade mais igualitária.

De acordo com o IBGE, em 2014 as trabalhadoras mulheres receberam 80% do salário dos homens, diferença que foi de 25,3% em 2012 e de 25,8% em 2013, passou a ser de 25% em 2014.

De 2013 para 2014, o aumento de mulheres foi de 2%, diminuindo os homens em -0,1%, recuando no mercado de trabalho em 0,5 pontos percentuais em 2014 e que a das mulheres aumentou na mesma proporção. A administração pública e as entidades sem fins lucrativos apresentaram maior participação feminina entre seus trabalhadores. Em 2014, nas entidades empresariais predominava o profissional masculino, a entrada é facilitada pelos concursos, em que a qualificação é que conta, mas a participação feminina também está crescendo nas empresas privadas, embora em menor número. Conforme o IBGE (2018, p. 38):

Seja no conjunto da população, seja no universo do trabalho, as mulheres são mais escolarizadas do que eles, mas o rendimento médio delas equivale a cerca de $\frac{3}{4}$ dos homens. Além disso, no Brasil, 60,9% dos cargos gerenciais (públicos ou privados) eram ocupados por homens, enquanto que apenas 39,1% pelas mulheres, em 2016.

Com base nos dados apresentados constata-se que as mulheres tiveram um grande avanço no que diz respeito ao trabalho fora de casa, estudos e capacitação. Entretanto, a média ainda continua menor que a dos homens em relação à valorização nos cargos e/ou funções mais bem remuneradas. Quando a comparação entre os rendimentos das mulheres e dos homens é feita de acordo com a ocupação, o estudo mostra que as diferenças ainda continuam.

As mulheres estão em desigualdade com os homens no que se refere aos cargos gerenciais, tanto no setor público quanto no privado. Considerando cargos gerenciais por sexo, 62% dos homens ocupavam cargos gerenciais, contra 37,8% das mulheres. Nas faixas etárias mais jovens, entre 16 e 29 anos de idade, em especial, as mulheres apresentam melhor desempenho: 43,4% contra 56,6% dos homens. (IBGE, 2016).

Ainda há muito a ser feito para enfrentar essas diferenças existentes, desde o incentivo às mulheres em cargos de liderança ou até o engajamento de todos os servidores públicos e privados em ações que combatam a desigualdade de gêneros dentro e fora destes setores.

MULHER, VIOLÊNCIA E MUNDO DO TRABALHO

A violência é um assunto de difícil conceituação, não se trata de um fenômeno recente no mundo contemporâneo. Historicamente mesmo com tantos avanços acerca da aceitação e valorização das mulheres no meio social e no ambiente de trabalho, diariamente ainda nos deparamos com notícias no que tange a violência contra elas, principalmente a doméstica, aquela que ocorre em casa, no ambiente familiar em que quase sempre o agressor possui um relacionamento afetivo com a vítima.

A violência doméstica não distingue classe social, religião, orientação sexual, raça, etnia, idade e escolaridade. A maioria das agressões é praticada no interior da própria residência da vítima. Frequentemente somos impactados por notícias de mulheres que foram assassinadas por seus companheiros ou ex-parceiros e, maioria desses casos, elas já vinham sofrendo diversos tipos de violência há algum tempo.

Existem diversas causas comuns aos casos de violência doméstica e familiar, dentre as quais podemos citar: o ciúme, a necessidade de poder e o controle, ou em outros casos, fatores externos como bebidas alcoólicas e drogas.

Com o passar dos anos, as mulheres lutam cada vez mais para se igualar perante a sociedade em que vivem, quebrando tradições culturais, para que seus direitos sejam reconhecidos. Os direitos assegurados à mulher foram estabelecidos na legislação brasileira, devido às grandes evoluções, lutas femininas e movimentos reivindicatórios, buscando a garantia de igualdade, direitos, equidade e respeito.

Atualmente as mulheres podem optar pelo voto, educação, liberdade civis, controle de natalidade, e muitos outros direitos. Um passo significativo para as mulheres no Brasil, foi a aprovação da Lei Maria da Penha, em 07 de agosto de 2016, que altera o Código Penal Brasileiro e prevê pena para os agressores envolvidos em situações de violência doméstica. A lei vem trazendo nos artigos 2º e 3º, em destaque abaixo, alguns dos direitos assegurados à mulher.

- Art.2º - Toda mulher, independente da classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.
- Art.3º - Serão assegurados às mulheres condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Apesar dos amparos legais que asseguram direitos e condições igualitárias, as mulheres e a cultura do preconceito e da violência ainda é bastante predominante no ambiente de trabalho e o primeiro passo para mudar essa situação é admitir sua existência e que as mulheres estejam sempre atentas e preparadas para inibir as atitudes que a reproduzem.

Outra prática comum é o machismo, um conjunto de atitudes e comportamentos que tem como crença central a superioridade dos homens em relação às mulheres. Esse pressuposto pode acarretar em discriminações e na violência de gênero em todas as esferas da sociedade, inclusive no trabalho.

No entanto, a violência no local de trabalho não se limita a incidentes que ocorrem dentro de um local de trabalho apenas. A violência relacionada ao trabalho pode ocorrer em eventos fora do local de trabalho, em eventos sociais relacionados a este (conferências e feiras, por exemplo), na casa de clientes ou fora do trabalho, mas que sejam atrelados ao trabalho, numa ligação telefônica ameaçadora por parte de clientes ou qualquer outra pessoa por exemplo.

Apesar dessas discrepâncias existirem e de se perpetuarem na sociedade, as mulheres vêm conquistando cada vez mais espaços na esfera produtiva. No entanto, essa ocupação da esfera pública ainda representa uma conquista incompleta, uma vez que elas continuam assumindo praticamente sozinhas as atividades domésticas, o que vem limitando seu desenvolvimento profissional, implicando em carreiras descontínuas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade.

Um estudo recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), lançado em março de 2020, analisou que cerca de 9 (nove) em cada 10(dez) pessoas (entre homens e mulheres) apresentam algum tipo de preconceito contra as mulheres. Por exemplo, quase 50% dos respondentes acreditam que os homens são líderes superiores às mulheres, principalmente no que se refere à ocupação de espaços de poder e consideram a mulher como pessoa de capacidade inferior para assumir tais funções.

A partir do conhecimento de práticas como estas e dos estudos realizados, uma das formas de combater a essas condutas seria estabelecer políticas preventivas internas nos setores públicos e privados, para instauração de procedimentos de segurança de maneira a garantir às mulheres mais tranquilidade, de segurança além de poder encorajá-las a romper a barreira do silêncio e denunciar essas atitudes assediadoras e discriminatórias.

PADRÕES DE BELEZA COMO FATOR DE INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Outro ponto desafiador para algumas mulheres são aqueles que envolvem elementos visuais, ou seja, julgamentos em relação a sua aparência física que as desmerecem enquanto trabalhadoras. Um padrão de perfeição para a aparência masculina jamais chegou a ser determinado e, embora se considere que ele tem existência material, o próprio padrão feminino nunca foi definido. No entanto, direta ou indiretamente a aparência feminina acaba sendo um critério de escolha, sobretudo, em processos seletivos de atendimento ao público e relacionados a vendas.

Certamente o cuidado com a beleza faz parte da cultura da mulher brasileira, prova disso é que as empresas de cosméticos continuam crescendo dia após dia em meio à crise. Porém, o problema no contexto organizacional

começa quando padrões estéticos são tidos como critério para manter ou conseguir um emprego. Roupas adequadas, questões de higiene e cuidados pessoais são necessários mas a relevância deve ser sempre a competência profissional e a capacidade técnica da trabalhadora.

É inadmissível que uma mulher não possa ser aceita ou até mesmo venha ser demitida por não ter uma aparência correta, pois a questão da aparência correta nunca foi definida e ainda permanece em aberto longe de uma interpretação sensata. Por outro lado, Naomi Wolf (O Mito da Beleza, 1991, p. 39) relata:

As trabalhadoras mais emblemáticas do Ocidente continuavam visíveis se fossem “lindas”, mesmo que não realizassem bem seu trabalho. Poderiam realizar um bom trabalho e ser “lindas”, portanto visíveis, mas sem receber nenhum crédito pela competência. Ou poderiam, ainda, ser competentes e “sem beleza”, portanto invisíveis, de tal forma que a competência de nada lhes valia. Num último caso, podiam ser tão competentes e bonitas quanto se poderia querer — por um período longo demais, após o qual, ao envelhecerem, desapareceriam.

O modelo de vestimenta e aparência no trabalho, em geral, vai de encontro com os padrões que a sociedade estabelece e determina. Lemoine (2008, p 13) pondera que, como a sociedade é permeada de preconceitos, o mercado de trabalho os repete. E, para piorar, além de cobrar cuidados com o visual, o ambiente corporativo julga, em muitos casos, características estruturais e biológicas, como: cabelo, pele, altura; sofrem com isso certos perfis de mulheres, como: as que não têm um estilo feminino de se vestir, as gordas, as que assumem o cabelo afro, as que têm *piercing* e tatuagens, entre outras.

Segundo Claudia Lemoine, é válido que as instituições apostem em ferramentas de governança corporativa, como políticas voltadas a coibir discriminações, comitês, ouvidorias e caixa de denúncias. Quando um funcionário sofre com o preconceito de um colega, ele processa a empresa, que é corresponsável pelo que acontece no ambiente. Uma empresa que faz discriminação (estética ou de outro tipo) com funcionários ou potenciais funcionários, e também é passível de discriminar os clientes. É contraproducente querer restringir a mão de obra a um padrão, pois, se não há diversidade dentro da instituição, perde-se a chance de trabalhar com isso estrategicamente, sendo capaz de criar soluções para um público diverso. É uma atitude disfuncional.

De qualquer maneira, manter ou eliminar uma candidata em um ambiente corporativo por sua aparência torna-se bastante antiético e discriminatório, pois no âmbito profissional todas as mulheres têm o direito de serem avaliadas pela sua capacidade e grau de instrução.

MULHER E GESTÃO PÚBLICA: COMPREENDENDO DESAFIOS

Nas últimas décadas, as mulheres têm marcado bastante presença na gestão pública, mas ainda há muito espaço a ser conquistado. Apesar de haver mudanças periódicas em razão do reconhecimento perante a sociedade, nota-se que as mulheres ainda desempenham papéis sociais muito distintos em relação aos homens. O papel social diz respeito às funções e atividades exercidas pelo indivíduo no convívio em sociedade, e as relações sociais ao convívio do grupo. E a compreensão de si, de seu papel e da relação com o trabalho permitem que estas assumam novos desafios a fim de romper com esta dicotomia masculino x feminino no contexto laboral.

Portanto, a trajetória da mulher na sociedade está cercada por diferentes transformações que geraram resultados no modo de vida feminino, sendo reflexos das construções sociais produzidas ao longo dos tempos. Sendo assim, conforme estas mudanças efetivam-se, a mulher vai buscando cada vez mais adequar-se aos novos modelos, procurando conquistar cargos os quais eram ocupados somente pelos homens, como os de chefia, executivos, à frente de gestões importantes entre outros cargos/ocupações. Demonstrando que competência e capacidade e qualificação podem, gradativamente, suplantam modelos machistas junto às organizações públicas e privadas.

Nota-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho gerou fortes mudanças nas relações sociais e mudanças nos paradigmas familiares culturais. Assis (2009, p.3-4) demonstra que:

Essa expansão da participação da mulher no cenário econômico, não se explica apenas por ser, a mulher, uma renda complementar da família, vai além disso. Acontecem grandes mudanças sociais que envolvem transformações nas expectativas de vida pessoal, nas relações familiares, autorrealização, independência financeira, entre outras coisas. O que ocorre no cenário mundial é uma mudança social.

Com as mudanças sociais pode-se considerar que os avanços foram significativos, as mulheres conquistam seu espaço e ao mesmo tempo provocam novos ramos de trabalho que contribuem para a economia, para as conquistas e avanços seja no âmbito pessoal ou coletivo.

Para a compatibilização dos trabalhos das mulheres, Nogueira (2010, p. 224-225) destaca que:

A questão que se mantém é de como compatibilizar o acesso ao trabalho pelas mulheres, que, por certo, faz parte do processo de emancipação feminina, com a eliminação das desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho, já que essa situação de desigualdade entre trabalhadores e trabalhadoras atende aos interesses do capital. Isso se verifica, por exemplo, ao constatarmos que a tendência do trabalho parcial está reservada mais para a mulher trabalhadora. E isso ocorre porque o capital, além de reduzir ao limite o salário feminino, ele também necessita do tempo de trabalho das mulheres na esfera reprodutiva, o que é imprescindível para o seu processo de valorização, uma vez que seria impossível para o capital realizar seu ciclo produtivo sem o trabalho feminino realizado na esfera reprodutiva.

O trabalho das mulheres ainda é marcado por um elevado grau de diferença salarial referente aos homens demonstrando que há um caminho a percorrer, apesar de tantas mudanças significativas. Nessa perspectiva, mesmo as mulheres à frente de uma gestão pública, onde ficam com um elevado grau de responsabilidade, tendo em vista que a função ocupada é responsável pelo desenvolvimento urbano e econômico de uma cidade, elas ainda ganham ou tendem a ganhar menos que os homens. Desta forma para que haja eficiência na gestão correspondente à administração de um município há que se estabelecer a organização na gestão, criar missões correspondentes ao desenvolvimento que se almeja alcançar para, enfim, realizar a gestão de forma eficiente e perspicaz.

Nota-se que a gestão deve ocorrer de forma com que valorize e respeite o todo, agindo de forma democrática, de acordo com Benevides (2002, p. 72-73):

Democracia é o regime político da soberania popular, porém com respeito integral aos direitos humanos. A fonte do poder está no povo que é radicalmente o titular da soberania e que deve exercê-la seja através de seus representantes, seja através de formas diretas de participação nos processos decisórios. É o regime de separação de poderes e, essencialmente, é o regime da defesa e da promoção dos direitos humanos. E quando me refiro à garantia dos direitos humanos, estou unindo a democracia política e a democracia social. A democracia política, herdeira do

liberalismo, com as liberdades individuais e as liberdades públicas, que são o fundamento dos direitos civis elementares. A democracia social, fruto de lutas sociais e da consolidação dos valores da igualdade e da solidariedade, acrescidos ao valor da liberdade.

Vale ressaltar, que antes a figura da mulher estava ligada única e exclusivamente ao papel social de cuidadora do lar, dos filhos e do marido, porém, a mulher ganhou força e voz, alcançou o direito ao voto, conseguiu acesso ao mercado de trabalho e à participação em diferentes tipos de lideranças. Contudo, apesar das grandes conquistas e significativos avanços, as mulheres ainda enfrentam desafios que precisam ser superados.

De acordo com os dados do Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 50% dos servidores públicos são mulheres, porém quanto maior é o poder de decisão dos cargos, menor é a ocupação feminina. Além disso, apesar da queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as trabalhadoras ganham, em média, 20,5% menos que os homens no país.

Ainda segundo o IBGE (2020, p. 38) destaca-se que, “as maiores proximidades de rendimento, mesmo que não haja igualdade, ocorrem no caso dos professores do ensino fundamental, em que as mulheres recebiam apenas 9,5% a menos que os homens”, afirmou a analista da Coordenação de Trabalho do IBGE.

Em seguida, destacam-se as trabalhadoras de central de atendimento e de limpeza de interiores de edifícios, escritórios e outros estabelecimentos, que recebiam respectivamente, 12,9% e 12,4% a menos que os homens.

Entretanto, é na agricultura e nos comércios varejistas e atacadistas que se encontram as maiores disparidades salariais entre homens e mulheres. Quando ocupam a função de agricultoras e gerentes de comércios, chegam a receber, respectivamente, 35,8% e 34% menos que os homens.

Eventualmente, a pergunta que nos ronda no momento é tão somente uma: por que essa diferença média de salários entre os gêneros? Seria preconceito contra as mulheres ou o mercado de trabalho é estruturalmente machista? Para responder a essas perguntas, é preciso encontrar fatos que fundamentam essa diferença média entre os salários. Se eles existirem, as hipóteses citadas nas perguntas perdem força, senão, possam ser isso mesmo. Demonstram que a lógica deve ser mudada, a fim de equiparar as remunerações, informar e educar a sociedade, a fim de primar pela equidade de gêneros.

Segundo dados provenientes do IBGE, ano de 2014, ao que tudo indica um dos motivos é que em geral as mulheres acabam tendo mais obrigações domésticas e outros cuidados familiares que do em detrimento dos homens. Fato que muitas vezes leva as mulheres a optarem por trabalhos com características mais flexíveis (como carga horária) e posteriormente menores salários para poder cumprir com essas obrigações dentro de casa.

Outro ponto significativo, mas que vem perdendo força é que, historicamente, os homens apresentavam maior tempo de estudo que as mulheres, lhes garantindo um maior grau de instrução que é um fator importante para maiores chances e oportunidades de inclusão no mercado de trabalho com melhores salários. Porém, as mulheres têm ganhado este espaço à medida que elas estudam mais. O salário delas aumentou significativamente e a redução da diferença de salário entre os gêneros também, contudo, na comparação entre cargos e salários ainda há um caminho a percorrer.

Com isso, o papel das mulheres diante da gestão pública vem percorrendo de forma satisfatória, elas têm se preocupado diariamente em desenvolver suas habilidades, buscando proatividade, aumentando seu grau de instrução, capacidade de tomar decisões entre outras características que são julgadas importantes e essenciais ao olhar crítico e reflexivo da sociedade do que realmente será necessário para sua evolução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a realização deste artigo, observamos o importante papel das mulheres na atual sociedade, onde elas severamente precisaram enfrentar grandes desafios, preconceitos e várias adversidades para conquistar o seu espaço de forma emblemática no mercado de trabalho, seja ele público ou privado. Sendo assim, com as mudanças no atual cenário, é notório que a participação feminina tem apresentado destaque. As mulheres estão cada vez mais preparadas para enfrentar, diariamente, barreiras que são reflexo da desigualdade entre os gêneros perpetuada por séculos.

Nota-se também que no ambiente de trabalho elas têm contribuído para o desenvolvimento de modo geral, no que diz respeito a conquistas coletivas, participação ativa nas tomadas de decisões, e buscando estar mais presentes

em cargos considerados de maior responsabilidade, onde é o espaço ideal para que desenvolvam suas habilidades e todo o seu pleno potencial.

As mulheres estão cada vez mais à frente de uma gestão pública, onde trazem inspirações e estímulos demonstrando de forma clara o que realmente almejam para seu crescimento pessoal e para melhoria para sociedade, colocando os seus pontos de vista e lutando pelos seus ideais. Hoje em dia elas têm apresentado grande participação na sociedade, preocupadas em demonstrar por meio do seu trabalho muita dedicação e empenho para garantir que são capazes de fazer parte e contribuir para evolução da sociedade.

Outro assunto abordado no artigo é a questão da violência e discriminação contra as mulheres que ainda se faz presente em algumas situações, prejudicando sua autonomia pessoal, financeira e laboral. A maioria de nós pensa na violência como um ataque físico. No entanto, a violência no local de trabalho é um problema muito mais amplo. É qualquer ato em que uma pessoa é abusada, ameaçada, intimidada ou agredida em seu emprego. Embora existam leis como a Maria da Penha e políticas públicas que inibem a ocorrência de muitos casos ainda é fundamental a implementação de regras e de comportamentos que sejam estabelecidos e cobrados de todos para que haja um ambiente de trabalho harmonioso organizado e eficaz.

Tendo em vista o avanço no caminho para a equidade entre os sexos, pela permanente luta feminina em busca de espaço e reconhecimento profissional, as mulheres só começaram a obter resultados eficazes a partir de 1917, quando foi regulamentado o direito das mulheres de ingressarem no serviço público no Brasil.

Já o direito à equiparação salarial para cargos iguais e direito ao voto veio um pouco mais tarde em 1933. Desde então, as mulheres brasileiras vêm conquistando seu espaço no mercado de trabalho por competência e merecimento, mas ainda existe disparidade nos rendimentos de homens e mulheres que ocupam os mesmos cargos.

Apesar de não haver diferença salarial nos serviços públicos em ocupações iguais, tendo em vista que os rendimentos já estão previstos em folha de pagamento independente de gênero. Na administração pública ainda existe um resquício de desigualdade quando se trata de cargos de dirigentes, onde as mulheres. Segundo Gabinete de Estudos Sociais da CGTP-IN, baseada em dados do quarto trimestre de 2020, correspondem apenas 41% em relação aos homens no setor, o que no final acaba refletindo a mais nos salários deles.

Contudo, se não houver um tratamento preventivo e de orientação quanto a estas ações e comportamentos, dificilmente o cenário irá se alterar, tendo em vista que, muitas vezes, as condutas são praticadas em virtude dos conceitos culturais e estruturais formados pela sociedade.

Posteriormente, verifica-se que os problemas e as adversidades enfrentadas pelas mulheres têm raízes históricas e, portanto, é necessária uma mudança, tanto na forma de pensar, quanto na forma de agir das empresas públicas e privadas, para romper os padrões de séculos atrás, que têm seu tempo para que sejam minimizados ou eliminados nas práticas cotidianas.

Por fim, é importante que as mulheres continuem lutando para estabelecer a igualdade de tratamento entre os servidores e combater a discriminação na gestão pública. Mesmo que não seja uma tarefa fácil, é preciso reivindicar uma mudança cultural e ações institucionais. Essas ações devem estar focadas em construir modelos de gestão que promovam a igualdade de acesso e intensifiquem os programas de capacitação e profissionalização visando à promoção da igualdade por meio de reflexão, pesquisa, divulgação e diretrizes – tanto da gestão pública quanto privada – que garantam a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20232-estatisticas-de-genero-responsabilidade-por-afazer-es-afeta-insercao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>> Acesso em: 27 de set. de 2020.

ASSIS, R. H. **A Inserção da Mulher no Mercado de Trabalho**. VI Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Disponível na internet em http://www.convibra.com.br/2009/artigos/140_0.pdf Acesso em: 18 de dezembro de 2021.

BBC NEWS. **Mulheres são maioria nas universidades brasileiras, mas têm mais dificuldades em encontrar emprego**. Disponível na internet em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-49639664/>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. **Desigualdade salarial entre gêneros ainda é um problema no Brasil**. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense>

com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/05/4926384-desigualdade-salarial-entre-generos-ainda-e-um-problema-no-brasil.html>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

CORREIO BRAZILIENSE. **Não faltam oportunidades.** Disponível na internet em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2016/12/11/interna-trabalhoeformacao-2019,560888/nao-faltam-oportunidades.shtml>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

G1 GLOBO. **Participação de mulheres no mercado de trabalho tem 5º ano de alta, mas remuneração segue menor que dos homens, diz IBGE.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/03/04/participacao-de-mulheres-no-mercado-de-trabalho-tem-5o-ano-de-alta-mas-remuneracao-segue-menor-que-dos-homens-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2022.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** São Paulo: editora Atlas, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório de publicações e trabalhos científicos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARINHO, P. A. S.; GONÇALVES, H. S. **Práticas de empoderamento feminino na América Latina**. Revista de Estudios Sociales, núm. 56, 2016, Universidad de Los Andes Bogotá, Colombia.

NOGUEIRA, C. M. F. M.. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização.** O Averso do Trabalho. 2.ed. São Paulo: Expresso Popular 2010 336p.

VERGARA, S. C. **Projeto e Relatórios de pesquisa em administração.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA QUALIFICA MAIS PROGREDIR EM RORAIMA

AN EVALUATION OF THE PROGRAM QUALIFIES FURTHER PROGRESS IN RORAIMA

Antônio Ferreira da Silva

Barbara Moraes da Costa de Souza

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

Elaine Ramires Pinto

Pedro Lucius Rodrigues de Oliveira

RESUMO: O presente trabalho busca avaliar o Programa Qualifica Mais Progredir no estado de Roraima e sua relação com o contexto nacional de elevado crescimento dos Microempreendedores Individuais (MEIs). Por meio de entrevistas semiestruturadas, dados quali e quantitativos, buscou-se analisar o programa, suas falhas e acertos no sentido de potencializar o empreendedorismo em nível local, bem como o fortalecimento de políticas públicas voltadas para a geração de renda e formalização de atividades empresariais. O Instituto Federal Campus Boa Zona Oeste (IFRR) ofertou esta qualificação junto a comunidade por meio de um curso de 160 (cento e sessenta horas) e os resultados servirão também para o planejamento interno e execução de futuras ações nesta área.

Palavras-chave: Microempreendedor individual. Políticas Públicas. Qualifica Mais Progredir.

ABSTRACT: *The present work seeks to evaluate the Qualifica Mais Progredir Program in the state of Roraima and its relationship with the national context of high growth of Individual Microentrepreneurs (MEIs). Through semi-structured interviews, qualitative and quantitative data, we sought to analyze the program, its failures and successes in order to enhance entrepreneurship at the local level, as well as the strengthening of public policies aimed at generating income and formalizing business activities. The Instituto Federal Campus Zona Oeste (IFRR) offered this qualification to the community through a course of 160 (one hundred and sixty hours) and the results will also serve for internal planning and execution of future actions in this area.*

Keywords: *Individual microentrepreneur; Public policy; Qualify More Progress.*

INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro para os Microempreendedores Individuais (MEIs) sofreu mudanças significativas ao longo das últimas décadas. A Lei Complementar 128/2008 com vigor em 2009, trouxe e transformações

importantes; a título de exemplo, houve variação do valor do limite de faturamento anual de 60 mil para 81 mil reais; cobertura previdenciária englobando proteção à aposentadoria, salário maternidade, auxílio doença; e, isenção da taxa de formalização com cadastro pela internet. Todas estas políticas públicas contribuíram para o desenvolvimento destes negócios do Brasil e que, no terceiro semestre de 2020, apresentaram o índice de 11.262.383 MEIs ativos. Este número expressivo responde a 56,7% das empresas estabelecidas (BRASIL, 2022).

De acordo com o Ministério da Economia (2021), só em 2020 foram abertas 3.359.750 MEIs no país, alcançando um recorde histórico. Cabe lembrar que neste período estávamos enfrentando a pandemia global do COVID-19. O crescimento foi promovido pela Estratégia do Governo Digital, que aconteceu sob a formalização do Decreto 10.332 de 28 de abril de 2020, o qual instituiu o Comitê de Governança Digital para possibilitar uso de recursos tecnológicos da informação e comunicação na desburocratização do papel do Estado. Desta maneira, foi possível alcançar a diminuição de tempo de abertura de empresas em todo o país em 34,4%.

A região norte do país ocupa a terceira posição no *ranking* relacionada ao tempo médio de abertura de empresas. Estados como Sergipe, Goiás e Distrito Federal realizam a abertura de empresas em menos de 24 (vinte e quatro) horas. Estados como Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Amapá, Acre, Rondônia, Espírito Santo, **Roraima**, Rio Grande do Norte, Amazonas, São Paulo, Rio de Janeiro e Maranhão alcançaram até 2 (dois) dias para realizar a abertura de empresas. Dos estados com maior percentual de empresas abertas em 2020 identifica o estado do Amazonas, Pará, Sergipe, **Roraima** e Maranhão (BRASIL, 2021)

O estado de Roraima tem se mostrado paradoxal, já que em levantamento de empresas ativas por atividade econômica o estado se configura no final de todos os estados listados do país, com 30.499 empresas ativas, sendo que mais da metade destas são formalizadas como microempreendedor individual (16.127). Em relação à quantidade de número de empresas, o estado se classifica apenas acima de empresas externas ao Brasil. Contudo, aparece com diminuição da burocracia, se classifica como quarto estado que mais abriu empresas em 2020. (PAINEL MAPA DE EMPRESAS, 2020).

Depreende-se que, em 2020, Roraima foi um dos estados que mais criou novos negócios, no entanto, ainda existe um número baixo de empresas, necessitando de aplicação de uma política pública que possa auxiliar o

desenvolvimento regional (BRASIL, 2021). Diante da realidade posta, e reconhecendo a importância do setor, o governo federal vem fortalecendo as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos MEIs. Neste mesmo período (2020) implanta o programa ‘Qualifica Mais’ no intuito de incentivar o empreendedorismo, fomentar parcerias e gerar novos empregos e rendas.

Assim, governos se unem em ações que possibilitam o desenvolvimento e melhoria da vida cidadã. O governo federal por meio da Resolução CODEFAT Nº 907, de 26 de maio de 2021, reestrutura o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que passa a ser denominado Programa Brasileiro de Qualificação Social e Profissional Qualifica Brasil. A execução deste programa ficou a cargo do Ministério da Economia (ME) e por meio §1º do artigo 2º estabelece parcerias a serem criadas (BRASIL, 2022).

Em agosto de 2021, foi criada parceria com o Ministério da Cidadania que estabeleceu cursos de capacitação para jovens acima de 18 (dezoito) anos que possuíam o ensino fundamental e que residam em alguma das 100 (cem) cidades indicadas por este ministério. Desta forma, foi realizada parceria com o Ministério da Educação (MEC) e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (REFEPCT) para aplicação de recursos financeiros na ordem de 37 milhões e alcance de 65 mil pessoas (BRASIL, 2022).

O Ministério da Educação por meio do ANEXO Nº 2818278/2021/GERENCIA I/DAF/SETEC/SETEC, fez chamamento público para adesão da REFEPCT, a linha de fomento da bolsa formação Qualifica Mais que listou cem cidades prioritárias classificando a cidade de Boa Vista em Roraima na posição de número 50 (cinquenta) (MEC,2022).

Como resultado estabeleceu-se parceria entre os Ministérios da Educação, Cidadania e Instituto Federal de Roraima (IFRR) no desenvolvimento do programa Qualifica Mais, que foi desenvolvido em três vertentes: Progredir; EnergIF e EmpregaMais. O Programa Qualifica Mais Progredir foi desenvolvido pelo IFRR-Campus Boa Vista Zona Oeste (CBVZO), que é uma unidade de ensino voltada ao perfil empreendedor e localizada em Boa Vista, capital do estado de Roraima. Seu objetivo centrou-se na qualificação profissional dos microempreendedores individuais (MEIs), sobretudo para beneficiários do Programa Auxílio Brasil, a fim de possibilitar o aumento da renda e empregabilidade dos mesmos. (IFRR, 2022)

O presente estudo objetivou conhecer oportunidades criadas pela política pública social Qualifica mais Progredir desenvolvida no âmbito do IFRR-CBVZO voltadas para o empreendedorismo local. O curso Qualifica

Mais Progredir por meio do FIC MEI ofereceu três ofertas, sendo a primeira programada para 28/03/2022 a 30/05/2022; segunda oferta, de 13/06/2022 a 15/08/2022 e a terceira oferta entre 05/09/2022 e 07/11/2022.

No total foram ofertadas 500 (quinhentas) vagas em que o beneficiário desta política conseguiu capacitação em assuntos específicos do microempreendedorismo, tais quais: Introdução ao Empreendedorismo; Empreendedorismo com foco no MEI; *Marketing* e Ferramentas Digitais; Técnicas de Vendas e Negociação; Controle Financeiro e Acesso ao Crédito; e Plano de Negócios, totalizando em 160h de estudo de acordo com o plano de curso.

As informações coletadas e trabalhadas na fase de implementação do Programa Qualifica Mais Progredir poderão fornecer conhecimentos importantes para subsidiar o fortalecimento da política pensada e executada, o que pode gerar novos empregos e renda no estado de Roraima, além de auxiliar órgãos federais e estaduais na continuidade dos planejamentos em foco. Além disso, os resultados encontrados poderão subsidiar a tomada de decisão pelos atores públicos envolvidos: Ministério da Educação, Ministério da Cidadania e Ministério da Economia e suas respectivas secretarias. De maneira mais específica, o governo estadual de Roraima e o próprio IFRR-CBVZO - unidade responsável pela execução da proposta - podem, por meio destes dados mensurar o perfil empreendedor dos partícipes e, por meio destes, construir políticas públicas voltadas para a realidade local (MEC, 2021).

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso, contando com análise de dados quantitativos e qualitativos. Utilizou-se do *Google Acadêmico* e materiais contidos em *sites* especializados como os do SEBRAE, IBGE, Data SEBRAE e outros vinculados aos respectivos ministérios envolvidos na execução da política em estudo, para que houvesse uma coletânea de dados com base concreta.

Estabeleceu-se uma amostra simples com 30 (trinta) participantes que foi aplicada até o dia 07/11/2022, período em estava previsto o término da execução da política. Utilizou-se também dados de registros acadêmicos do *Campus* ao qual foi aplicada a política.

Porém, até esta data, houve 29 (vinte e nove) respondentes, totalizando o final da amostra que foi aplicada de forma aleatória para os alunos aprovados

no curso de Formação Inicial Continuada de Microempreendedor Individual, desenvolvido pelo Campus Boa Vista Zona Oeste *por meio do Google forms* (<https://forms.gle/wAWmXpq5uAhs9QNz6>) com questões abertas e fechadas, possibilitando dois tipos de análise: qualitativa e quantitativa.

Ainda realizou-se uma entrevista de forma semiestruturada com o supervisor do FIC- MEI do Campus Boa Vista Zona Oeste, dispondo a seguinte questão: “Na sua opinião, quais foram os principais fatores de sucesso ou de dificuldades apresentadas na aplicação da política Qualifica Mais Progredir com foco no desenvolvimento do empreendedorismo local?” Sua percepção, enquanto agente de aplicação da política em estudo, agrega valor ao resultado e pode resultar na melhoria desta ou de propostas similares.

O projeto de pesquisa juntamente com o questionário foram submetidos à avaliação da Plataforma Brasil juntamente com Termo de Consentimento Livre e Esclarecido TCLE, atendendo ao seguinte critério: ser bolsista do curso FIC MEI do *Campus* Boa Vista Zona Oeste com formação realizada no período de 28/03/2022 a 07/11/2022 (período previsto na finalização da política pública em avaliação).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O empreendedorismo sempre foi tema de relevância entre pares que atuam na economia e política. Argumentos sobre o crescimento econômico, empregabilidade, inovação, geração de renda, processos e mercados são discutidos e costumam se findar na burocracia, processos que impedem os avanços de pequenas empresas (GOMES; ALVES; FERNANDES; 2013).

Cabe destacar que, avanços nesta área, foram empenhados desde 1960 quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) buscou promover o desenvolvimento dos pequenos negócios, reconhecendo a evolução da importância da economia informal que era ocupada por pessoas pobres de baixa instrução e jovens.

A OIT iniciou seus estudos e ações sobre a economia informal a partir 1960 e conseguiu identificar que a mesma é formada por pessoas pobres de baixa instrução e jovens. No Brasil, alguns eventos econômicos impuseram dificuldades à formalização dos negócios. Em 2009 com a Lei Complementar 128, surge a figura do microempreendedor individual que vem ganhando

espaço no mercado cada vez mais. Exemplo disto, é o número de empresas e do alto valor que responde na formação da economia do país.

No período de 2009 a 2022, muitas políticas públicas relacionadas ao microempreendedor individual foram assentadas, como: alteração nos limites de faturamento anual que mudou inicialmente, de 36 mil para 60 mil e atualmente, 81 mil reais anuais. Outras mudanças estão ligadas a cobertura previdenciária, proteção à aposentadoria, salário maternidade, isenção da taxa de formalização, diminuição do tempo de abertura, diminuição de burocracias e diminuição da carga tributária. Todas estas ações contribuíram para o aumento deste tipo de negócio que contribui anualmente com 140 bilhões de reais no mercado (SEBRAE, 2022).

No Brasil a informalidade foi construída a partir de alguns eventos, destes, cita-se em 1970 a crise do Petróleo quando o mercado de trabalho não absorveu a população, criando uma debandada de pessoas para o setor informal. A década de 1980 foi marcada pela diminuição da presença do estado no mercado, elencando a privatização pública e o baixo crescimento econômico, gerando assim, alto grau de informalidade. Neste contexto, a aplicação da política pública da criação da figura do Microempreendedor Individual (MEI), desenvolvida a partir de 2009, veio em socorro à diminuição da informalidade. Para tal, foi realizado alternativas a fatores incipientes à informalidade como alta carga tributária, alto custo de abertura, burocracia exagerada, centralização de regulamentos e controles tributários disponibilizados nas esferas estaduais, municipais e federais (PIRES, 2015).

A *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM), que estuda a atividade empreendedora há mais de 20 anos, serve como bússola orientadora sobre esta atividade. Neste sentido, evidenciou que a ocorrência da Covid-19 acarretou mudanças no papel do empreendedor em todo, exigindo adequação a oportunidades e atitudes. Em 2020, a pesquisa mostrou que 44,2% dos empreendedores eram formalizados, demonstrando que ainda existe muita informalidade e que novas políticas públicas cumprem o papel de suporte e favorecimento ao empreendedorismo (GEM, 2020). Assim, as políticas públicas passam a exercer papel importante no atendimento às demandas da população com decisões voltadas para obrigações e direitos (TUDE, FERRO; SANTANA, 2015).

Secchi, Coelho e Pires (2019, p.2) acreditam que na literatura ainda não existe uma ideia consensual sobre política pública e a definem como: “*orientação à atividade ou passividade de alguém e possuem dois elementos*

fundamentais, a intencionalidade pública e a resposta do problema público entendido como coletivamente relevante”. A partir desta ideia os referidos autores discutem várias percepções que perpassam abordagens, tipologias, ciclos, implementação, extinção, participação das instituições, processo de execução, atores envolvidos, estilos e o orçamento público.

Entre os anos de 2009 a 2020 algumas políticas públicas foram criadas para o setor das MEIs, como por exemplo a formalização realizada pela internet proporcionando agilidade e comodidade, diminuição no percentual de contribuição previdenciária de 11% para 5%, teto de faturamento sofreu elevação de 36 mil anuais para 60 mil e, em 2018 para 81 mil reais. E no final deste período o país já contava com mais de 11,4 milhões de MEIs (LEITE, 2022).

O SEBRAE (2022), que é uma entidade especialista no desenvolvimento de políticas públicas direcionadas aos pequenos negócios, realizou publicação comemorativa de 50 anos, na qual inventariou o desenvolvimento dos pequenos negócios no país. Nesta, explicitou que 86 milhões de brasileiros (40% da população) são beneficiados pelos pequenos negócios, enquanto, que os empregos formais criados em 2021 giraram em torno de 78% que estão alocados em 99% do número de empresas ativas no mercado. A partir disso, sublinhou a importância do Microempreendedor Individual (MEI), já que, o mesmo responde por 140 bilhões de reais anuais que circulam na economia, sendo que o norte do país possui a maior proporção de jovens negros à frente destes empreendimentos.

Os estados de Roraima, Amapá e Acre são os que apresentam donos de negócios jovens de até 34 anos, no entanto, o primeiro estado - foco desta pesquisa - apresenta menor proporção de donos há 2 (dois) anos à frente do negócio no mercado. Ao estudar o lado financeiro identificou que o mesmo responde em 93% como possuidor de conta bancária própria, tendo como maior foco de atuação o setor de construção civil. Conclui-se que o estado de Roraima demanda ações públicas para reforçar os jovens empreendedores locais.

À vista disso, a cidade de Boa Vista/ RR foi classificada na lista das 100 (cem) cidades com maior concentração de beneficiários do Programa Auxílio Brasil e contemplada com a política pública Qualifica Mais Progredir. Esta ação ocorreu por meio de parcerias entre os Ministérios da Educação e Ministério da Cidadania, que estabeleceu como público-alvo os beneficiários do Programa Auxílio Brasil, tendo como base a linha de fomento e qualificação profissional de MEI (BRASIL, Ministério da Educação, 2021).

As ações desta política iniciaram no Campus Boa Vista Zona Oeste sendo executadas em três períodos distintos. No total foram ofertadas 500 vagas, havendo 383 matrículas efetivadas.

A **Tabela 1** demonstra número de inscritos, concluintes por sexo em cada oferta e total e de desistentes na execução da política pública FIC MEI, desenvolvida no *Campus* Boa Vista Zona Oeste.

Tabela 1: Análise de inscritos no curso FIC MEI aplicado no IFRR-CBVZO.

OFERTAS por períodos.	Nº DE MATRÍCULAS		Nª DE CONCLUINTES		Nª DE DESISTENTES	
	H	M	H	M	H	M
1ª OFERTA realização: 28/03 a 06/06/2022	23	128	11	87	12	41
2ª OFERTA realização 10/08 a 31/10/2022	46	161	13	69	33	92
3ª OFERTA- ainda em execução Início - 20 11 a 26/12/2022	7	18	0	0	0	0

Fonte: Supervisor do Curso FIC MEI/CBVZO (2022).

Destes dados se depreende que a desistência foi alta (46,47%). Entre os homens, houve uma desistência ainda maior do que a das mulheres, correspondendo a 59%, enquanto a das mulheres foi 43,33%. Além disso, o número de mulheres matriculadas no curso corresponde a 80,15%, do total geral. O que destaca a força da mulher no empreendedorismo local. Outro aspecto é que do total de vagas ofertadas 23,4%, ficaram ociosas.

Ao traçar o perfil do MEI o SEBRAE (2019) destaca a maior participação dos homens (57%) e em 39% dos casos preferem se capacitarem em cursos presenciais optando em ordem crescente de percentual objetivando aprender: controles financeiros (54%), orientação para o crédito (50%), propaganda e *marketing* (48%), melhoria de produtos e serviços (46%), uso das redes sociais (41%), atendimento ao cliente (39%).

Neste sentido, o aluno/a concluinte se capacitou em assuntos específicos do microempreendedorismo, tais quais: Introdução ao Empreendedorismo; Empreendedorismo com foco no MEI; *Marketing* e Ferramentas Digitais;

Técnicas de Vendas e Negociação; Controle Financeiro e Acesso ao Crédito e Plano de Negócios, totalizando em 160h de estudo de acordo plano de curso.

Em entrevista realizada no dia 09 de set. 2022 o professor: Wilson Alves da Silva Filho Supervisor da Política Qualifica Mais Progredir no CBVZO apontou que:

O programa trouxe a possibilidade de atender público específico de baixa renda e objetivou ampliar suas rendas e recursos. Além disso, o programa trouxe infinitas possibilidades de desenvolvimento, não só socialmente, mas também economicamente. O curso é específico para quem está cadastrado no CADÚnico ou para quem recebe o Auxílio Brasil que tenha concluído o ensino fundamental, resida em Boa Vista, e tenha idade mínima de 18 anos. Assim, as ações acabam tendo um nicho bem específico, para atender a parceria com o Ministério da Cidadania. Percebemos que as pessoas que estão sendo atendidas estão tendo uma grande possibilidade de melhorar sua vida, claro que se colocar em prática todo esse conhecimento. Foi percebido como problema ou obstáculo, a questão da distância. Muitas pessoas que se inscreveram, por exemplo, na primeira oferta, não residiam nas proximidades e muitos residiam um pouco distantes, mais de 15Km e isso trouxe desistências. Outro apontamento foi a ajuda de custo no início, pois é previsto o pagamento de uma ajuda de custo para aquisição de transporte e alimentação. Estava previsto de forma clara e detalhada no edital de chamamento público que o interessado deveria cursar metade do curso para receber a primeira parcela da ajuda de custo relativo à alimentação e transporte, e cursar o restante do curso para receber a segunda parcela. Percebemos que alguns chegaram sem essa informação, embora todas as orientações estavam explícitas. Houveram aqueles que ousaram desembolsar seus recursos próprios, mas não conseguiram. Então o transporte continua sendo problema”.

Para os cursistas tomadores desta política, o gênero feminino (75,9%) foi a grande maioria e destacou como principais motivações para fazer parte do programa: agregar conhecimentos profissionais para fazer a diferença no mercado de atuação (58,6%) e desejo de uma fonte de renda (20,7%).

Sobre a ocupação a que pertencem apenas 3,4% afirmaram estar desempregados, 24,1% foi o mesmo percentual para empreendedores informais e os que têm carteira assinada, 20,7 % são estudantes e 10,3% são donos de casa, 6,9% respondem com o mesmo percentual para empreendedor formalizado e empregado formalizado que tem uma renda complementar. O interessante deste perfil é que os donos de casa (incluindo, homens e mulheres) aparecem quebrando paradigmas, geralmente, são pessoas que estão há algum tempo sem estudo ou trabalho.

O ramo de atuação demonstrou diversidade. Concentrando em mais da metade da amostra na opção: Outro. Veja o Gráfico 1:

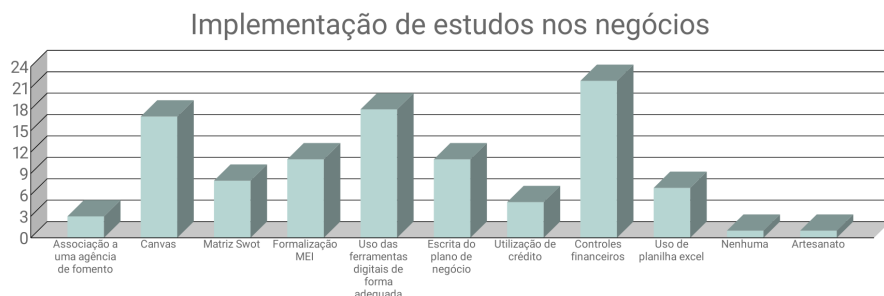


Dessas pessoas em 65,5% dos casos foi a primeira vez a realizar um curso voltado para este segmento e em 100% dos casos consideraram que o programa Qualifica Mais Progredir ajudou a melhorar a performance no mercado de atuação. Estas respostas foram subsidiadas na “aprendizagem de como abordar um cliente, melhor uso das redes sociais na internet, conhecimentos novos relacionados ao MEI, CNPJ, Fluxos de caixa e outros como a abertura de negócios e sua formalização, técnicas em *marketing*”. Sobre as disciplinas disponibilizadas consideraram que: “as aulas foram de grande valor para ampliação do conhecimento, preparando-os para planejar, definir metas e expor o negócio com mais qualidade no mercado. Consideraram novidade a técnica de vendas, negociação, controle financeiro e marketing e ferramentas digitais.

Dos assuntos estudados que foram implementados no negócio, os considerados mais frequentes foram: controles financeiros, uso das ferramentas digitais de forma adequada e CANVAS (Veja o gráfico 2).

Ao concluir o curso, apenas 13,8% irão formalizar o seu negócio e ofertar emprego. No entanto, metade dos respondentes expressam o desejo de ter um negócio formal seguido pelo desejo de usufruir os benefícios do INSS. Consideraram ainda que o curso ofereceu bons professores e foi

muito produtivo pois agregou conhecimentos de finanças, gestão, abertura do negócio. Foi sugerido ainda que deveria se acompanhar os participantes do curso em suas ações.



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O empreendedorismo, é muito discutido, porque tem força para mudar realidades, especialmente, sociais e econômicas.

O estado de Roraima, que fica no extremo norte do país, possui baixo número de empresas ativas, sobressaindo acima apenas das empresas que estão no exterior. Porém, possui alguns aspectos que merecem atenção, como quase metade das empresas são microempresas individuais. Além disso, o estado conseguiu se destacar no tempo de abertura com a diminuição da burocracia que passou a ser de dois dias. Seu empreendedor é formado em maioria por negros e tem idade de até 34 anos e, 93% destes, possui conta bancária própria, o que demonstra entrosamento com as novas tecnologias bancárias.

O desenvolvimento da política pública “Qualifica Mais Progredir” que é uma linha de fomento voltado à qualificação profissional de Microempreendedor Individual (MEI), veio ao encontro as insuficiências do estado de Roraima, as quais, classificaram a cidade de Boa Vista na quinquagésima posição entre as cem cidades listadas pelo Ministério da Cidadania, onde há a maior concentração de beneficiários do Programa Auxílio Brasil.

Esta política veio fomentar mudanças econômicas e sociais encontradas no desenvolvimento deste tipo de negócio. Por meio de formação de parceria entre IFRR, Ministério da Educação e Ministério da Cidadania, o programa foi

lançado com o curso FIC MEI, composto com disciplinas orientadoras para o *marketing*, finanças, abertura de negócios e perfil empreendedor. Das 500 vagas oferecidas, apenas 383 (trezentos e oitenta e três) foram preenchidas, ou seja, 76,6% do total de vagas em 03 ofertas subsequentes, considerando que a última concluirá no mês de dezembro. As motivações não estavam relacionadas exatamente com o recebimento da bolsa que foi ofertada, inclusive muitos cursistas, quiseram se manter no curso com recursos próprios, mas muitos não conseguiram. Assim, as motivações mais citadas sobre a realização do curso foi: a vontade de agregar conhecimentos profissionais que façam a diferença no mercado de atuação (56,5%); quer ter uma fonte de renda (20,7%); vontade de ser independente (6,9%); achou a proposta do curso interessante (10,3%) e outros motivos não citados respondem por 3, 4%.

Ao concluir o curso as mulheres se destacaram respondendo por mais de 80% dos inscritos e em apenas 13,8% irão formalizar o seu negócio, no entanto, mais da metade anseiam por esta oportunidade.

Os tomadores do serviço, ou seja, os cursistas afirmaram que o curso oferecido em 65,5% foi o primeiro a ser realizado na área e possibilitou a criação de novas atitudes em relação aos clientes, como por exemplo, a realização de uma abordagem eficaz.

Além disso, compreendeu a montagem do negócio e a importância do planejamento, aprendeu a formar novas estratégias e se tornou mais profissional.

Os atores envolvidos na implementação da política reconhecem a importância de execução e de como estas ações podem conduzir a mudanças profundas na sociedade, pois melhoram o ambiente econômico.

Na execução do programa estudado, é recomendável que ao repetir a política, sejam revistos os pontos falhos, como: maior divulgação e conhecimento de minúcias dos editais. O público alvo, como sugestão, pode ser atingido em locais específicos, como por exemplo: filas de bancos, postos de saúde, ou seja, em locais que o público do Auxílio Brasil frequenta.

As pessoas que se candidatarem precisam conhecer os principais aspectos envolvidos, ainda neste sentido e em relação às bolsas pagas, devem ser quitados os valores de transporte de forma inicial, possibilitando a frequência no curso.

O curso atendeu bem os alunos que sentiram satisfeitos em 100%, um número alto, assim, estes aspectos positivos devem ser reforçados.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto 10.332 de 28 de abril de 2020, que instituiu o Comitê de Governança**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília. DF. 29 de abr. 2020. Edição 1. Seção 1. p.6. Atos do Poder Executivo.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Governo Federal anuncia nova fase do Programa Qualifica Mais. Iniciativa oferta cursos de qualificação profissional a jovens beneficiários do Auxílio Brasil**. Publicado em 19/08/2021 11h55. Atualizado em 19/08/2021 11h57. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/08/governo-federal-anuncia-nova-fase-do-programa-qualifica-mais>> Acesso em: 25 de fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Cresceu o número de microempreendedores individuais em 2020**. O setor responde por 56,7% do total de negócios em funcionamento no país. Publicado em 02/03/2021 10h53 atualizado em 02/03/2021 11h47. Disponível em; <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/03/cresceu-o-numero-de-microempreendedores-individuais-em-2020>>. Acesso em: 02 de mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Mapa de Empresas**. Boletim do 3º quadrimestre 2020. Publicado em 02 de fev. 2021. Disponível em <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/boletins/mapa-de-empresas-boletim-do-3o-quadrimestre-de-2020.pdf>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Economia. **Painel Mapa de Empresas**. Visão Geral. Publicado em 17 de abr. 2020 as 16h17 e atualizado em 23 fev. 2022 às 17h30. Disponível em: <<https://www.gov.br/governodigital/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>>. Acesso em 25 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qualifica Mais Progredir**. Publicado em 01 de set. 2021. Atualizado e 13 de set. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/secretarias/secretaria-de-educacao-profissional/programa-qualifica-mais/qualifica-mais-progredir>>. Acesso em: 21 de nov. 2022.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil – 2020: Relatório Executivo**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/356565215_Global_Entrepreneurship_Brazil_GEM_Brazil_2020>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

GOMES, M. V. P. **Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo e as micro e pequenas empresas**. FGV. 2013. Disponível em< https://ceapg.fgv.br/sites/ceapg.fgv.br/files/u26/politicas_publicas_de_fomento_ao_empreendedorismo_e_as_micro_e_pequenas_empresas_alta.pdf>. Acesso em 21 de nov. de 2022.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Com a pandemia, 20 estados tem taxa média de desemprego recorde em 2020**. Publicado:10/03/2021 09h00 atualizado em 28/04/2021 09h20. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>>. Acesso em 25 de fev. 2022.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. **Apresentação**. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/qualificamais/>>. Acesso em 24 de fev. 2022.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima. **Qualifica Mais - IFRR prorroga inscrições em seleção para curso gratuito de Microempreendedor Individual**. Disponível em: <<https://www.ifrr.edu.br/campi/zona-oeste/noticias/qualifica-mais-2013-ifrr-prorroga-inscricoes-em-selecao-para-curso-gratuito-de-microempreendedor-individual>>. Acesso em 25 de fev. 22.

LEITE, V. A década do Microempreendedor Individual: a evolução do MEI nos últimos 10 anos. **BLOG. Nubank**. Criado em 01 fev. 21. Atualizado em 02 ago 21. Disponível em: <<https://blog.nubank.com.br/a-decada-do-mei-evolucao-nos-ultimos-10-anos/>>. Acesso em: 23 fev.2022.

PIRES, J. C. F. **Estudo sobre a importância do microempreendedor individual (MEI) para a redução da informalidade no Brasil**. Bacharel em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Paraná. 46 pp. 2015. Disponível em: <<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45080/MONOGRAFIA15-2015-1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> . Acesso em 18 de nov. 2022.

SEBRAE. **50+50 Sebrae 50 anos**. 50 anos conectando o Brasil e os pequenos negócios. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Sebrae%2050+50/Not%C3%ADcias/PRESSKIT%2050%20ANOS.pdf>>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

SEBRAE. **Café com o presidente da pesquisa GEM:** aumento do número de negócios com mais de 3,5 anos no país. Disponível em <<https://static.poder360.com.br/2022/03/sebrae-empreendedorismo-24mar2022.pdf>>. Acesso em 21 de nov. de 2022.

SECCHI, L.; COELHO, F. de S.; PIRES, V. **Políticas Públicas, conceitos, casos práticos, questões de concurso.** Cengage Learning Ltda. 3ª ed. 250 p, São Paulo-SP.

TUDE, J. M.; FERRO, D.; SANTANA, F. P. **Gestão de políticas públicas.** 1ª ed. Curitiba, PR, 2015, 136 p. Disponível em: <http://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_gestao_de_politicas_publicas.pdf>. Acesso em 21 de nov. 2022.

TRABALHO INFANTIL E O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI: UM CONCEITO E UM IMPACTO

CHILD LABOR AND THE CHILD LABOR ERADICATION PROGRAM – PETI: A CONCEPT AND AN IMPACT

Sarah Rodrigues De Sousa Bonfim

Malony Vieira Gomes

Antonio Ferreira da Silva

Elaine Ramires Pinto

Clarice Gonçalves Rodrigues Alves

RESUMO: O trabalho infanto-juvenil não é novidade no cenário mundial. Durante os séculos XVIII e XIX esta ocorrência se intensificou e ganhou nova roupagem em face da Revolução Industrial. No Brasil, os primeiros relatos de trabalho infantil datam dos tempos de escravidão. A partir da década de 1990, o Brasil dispõe de mecanismos para a erradicação do trabalho infantil, sendo o principal mecanismo o Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil. A Atividade trabalhista infantil possui diversos aspectos negativos, que se estendem desde a exploração até a falta de formação acadêmica (em face do trabalho, nega-se a escola). Portanto, o trabalho infantil traz consigo diversas negativas, sendo a educação a mais prejudicada. O objetivo deste trabalho é buscar compreender as faces do trabalho infantil, e relacionar a educação destas crianças, bem como compreender de que forma pode-se resolver ou apontar a direção que pode ser adotada para o combate do trabalho infantil.

Palavras-chave: Brasil; Educação; PETI.

ABSTRACT: *Child labor is nothing new on the world stage. During the 18th and 19th centuries this occurrence intensified and gained new guise in the face of the Industrial Revolution. In Brazil, the first reports of child labor date back to the times of slavery. From the 1990s, Brazil has mechanisms for the eradication of child labor, the main mechanism being the Program for the Eradication of Child Labor. Child labor activity has several negative aspects, ranging from exploitation to lack of academic training (in the face of work, school is denied). Therefore, child labor brings with it several negative aspects, with education being the most affected. The objective of this work is to seek to understand the faces of child labor, and to relate the education of these children, as well as to understand how one can resolve or point out the direction that can be adopted to combat child labor.*

Keywords: *Brazil; Education; PETI.*

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da humanidade o trabalho pensava-se sobre o valor do trabalho e sua relação com virtude e honra. Na Grécia Antiga, por exemplo, o trabalho braçal não era visto com bons olhos, apenas o trabalho intelectual. A Filosofia e a Arte eram dignas de serem realizadas pelos cidadãos; cabendo aos escravos o trabalho cotidiano. Neste contexto histórico, assim como no nosso, cabe questionarmos sobre a relação da criança neste mundo do trabalho.

Hodiernamente, a família é composta por adultos que primam e esmeram-se em trabalhar e buscar recursos de modo a suprir toda e qualquer necessidade das crianças, contudo, esta realidade nem sempre se faz verossímil. O Brasil, por exemplo, é um país de dimensões continentais que utilizou a escravização de povos nativos e africanos até o séc. XIX. Há pouco tempo, um quarto da população situava-se abaixo da “linha da pobreza” acarretando uma desestruturação da ordem familiar e obrigando de forma indireta as crianças a participarem do próprio sustento alimentar (MONTEIRO, 2003).

O trabalho infanto-juvenil não é novidade no cenário mundial. Durante os séculos XVIII e XIX esta ocorrência se intensificou e ganhou nova roupagem em face da Revolução Industrial. Todavia, nos séculos seguintes o termo “infantil” passou a ser tratado com a seriedade necessária, levando ao reconhecimento da necessidade de proteção das crianças ou, ao menos, elucidou a necessidade de maiores cuidados com este público ficando claro que os menores não podem trabalhar como um adulto, ficando a responsabilidade pelo trabalho e sustento aos adultos do grupo familiar (ARIÈS, 1981).

A esta nova concepção de trabalho e infância somou-se o incentivo ao letramento e alfabetização das crianças, sobretudo a partir do século XIX. Apesar das discrepâncias entre filhos da elite e do trabalhador, da negligência com escravizados ou filhos de escravizados, tendo em vista que o fim da escravidão deu-se, efetivamente, em 1988, o Brasil foi acompanhando as percepções e perspectivas mundiais sobre a importância da educação escolar, sobretudo dos mais jovens até chegar a construção de políticas públicas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), analisado neste trabalho.

Criado em 1996, para combater o trabalho infantil nas carvoarias na região de Três Lagoas (MS), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi progressivamente expandido para todo o país num esforço do Estado Brasileiro com apoio do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPE¹). O PETI é um programa que conta com diversas

1 FNPE (Fórum Nacional Popular de Educação).

ações e métodos de combater o trabalho infantil, desde a transferência de renda direta às famílias de baixa renda ao combate no campo jurídico de abusos do trabalho infantil. Em 2005, o PETI foi incorporado ao Bolsa Família² (Programa assistencial do governo) o que fez com que o programa ganhasse mais notoriedade e pudesse se beneficiar de uma equipe de organização maior (BRASIL, 2019). Atualmente, o PETI realiza diversas ações de conscientização além do combate intenso à prática ilegal de exploração do trabalho infantil.

Este artigo é uma revisão da literatura de cunho exploratório sobre o Trabalho Infantil e suas consequências na vida das crianças, bem como objetiva compreender de que forma este Programa pode contribuir para a segurança da educação infantil. Desse modo, busca-se fomentar o conhecimento para a comunidade acadêmica podendo este ser usado como base para novos estudos e pesquisas sobre a temática. Nos tópicos a seguir serão abordados a metodologia de pesquisa, o contexto histórico do trabalho infantil, a análise do programa e sua abrangência no combate do trabalho infantil, sobretudo no município de Boa Vista/RR, além dos resultados, discussão e conclusões da mesma.

METODOLOGIA

A revisão de literatura é um método de pesquisa que busca reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre um determinado tema ou questão, de modo sistemático e ordenado, objetivando o aprofundamento no entendimento de determinado fenômeno baseando-se em estudos anteriores (BROOME, 2000).

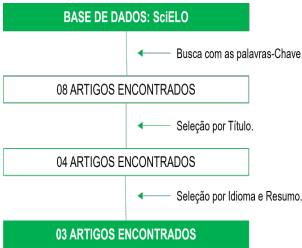
O corrente estudo consiste em uma revisão da literatura científica com base nos artigos científicos selecionados, foram encontrados por meio de busca eletrônica nas bases de dados (SCIELO)³. Os estudos encontrados nas bases de dados foram levados em consideração: idioma, título e resumo. Estes critérios delimitaram a seleção visando apurar somente artigos que possuísem relação direta e relevância na elucidação do tema. Analisou-se primeiramente o idioma dos artigos, desprezando desta forma, os artigos que não estavam escritos em língua inglesa ou portuguesa. Consecutivamente, avaliou-se o título dos artigos, desconsiderando aqueles cujos títulos não se enquadravam na proposta da pesquisa com as palavras-chave. Posteriormente,

2 A Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

3 Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Eletrônica Científica Online) é uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico

alguns artigos não possuíam um resumo bem detalhado, sendo assim, fez-se necessário a leitura dos artigos na íntegra, para uma correta seleção e inclusão ao estudo, como o exemplificado na Figura 1:

Figura 1: Fluxograma de Busca nas Bases de Dados.



Fontes: Autores (2023).

Mediante esta metodologia de pesquisa, encontrou-se apenas 3 (três) artigos científicos que possuíam todos os critérios de elegibilidade para o corrente estudo conforme descrito na Tabela 1:

Tabela 1: Compilação de Artigos encontrados na busca em base de dados.

Base de Dados	Título	Autores	Ano	Tipo de Estudo	Resumo
Scielo	Quando a Educação Não é Solução: Política de Enfrentamento ao Trabalho Infantil.	ALBERTO, M. F. P.; YAMAMOT, O. H.	2017	Revisão de Literatura.	Este artigo apresenta um levantamento do PETI no Brasil em 1990. Apresentar a pobreza como causa e consequência do trabalho infantil são omitir as relações com o capitalismo e o significado da desigualdade social. Uma política pública entendida como uma ação setorizada e fragmentada pode resolver uma questão que é estrutural.
Scielo	Trabalho infantil: representações Sociais de sua instituição em Blumenau/SC.	MARCHI, R. C.	2013	Estudo Qualitativo.	O enfoque analítico deste estudo aponta, portanto, para a inadequação da dicotomia entre “razões econômicas” e “culturais” da aceitação do fenômeno, enfatizando a articulação dialética entre a ação dos indivíduos (e suas representações) e a estrutura social.
Scielo	Erradicação do trabalho infantil: ações extensionistas e protagonismo.	M. F. P.; et. al.	2012	Qualitativo e Exploratório.	Neste artigo é necessário que questionamentos sobre a eficiência do PETI, feitos pelas próprias crianças e adolescentes, destaquem as restrições do programa, que, apesar de ter conseguido diminuir as estatísticas do trabalho infantil, necessita de avanços tanto no que diz respeito à sistemática das ações socioeducativas e à melhoria da qualificação dos monitores como também às ações mais próximas com as famílias, pois muitos continuam reproduzindo a cultura de que crianças e adolescentes devem trabalhar para evitar a marginalidade e a vagabundagem.

Fonte: Autores (2023).

O TRABALHO INFANTIL: UM HISTÓRICO DE ABUSOS

Não sendo um fenômeno recente, há relatos ou representação de imagem do trabalho infantil desde os primórdios da humanidade. Segundo Tuttle (1999), crianças e jovens abaixo dos 18 (dezoito) anos representavam mais de um terço dos trabalhadores em indústrias têxteis da Inglaterra no início do século XIX e mais de um quarto nas minas de carvão. Ou seja, estes jovens trabalhadores arriscavam suas vidas, uma vez que as minas não possuíam segurança, e seguridade sanitária, fato que levou milhares deles a contrair doenças ou mesmo lesões reversíveis ou não.

Além do elevado índice de trabalho infantil na Inglaterra, outros países também apresentavam taxas altas de crianças trabalhando entre 1830 e 1840, como: França, Bélgica e Estados Unidos (KASSOUF, 2005).

No Brasil, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2019, havia 1,768 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, o que representa 4,6% da população (38,3 milhões) nesta faixa etária. A maior concentração de trabalho infantil está entre 14 e 17 anos, representando 78,7% do total. Já a faixa de 5 a 13 anos representa 21,3% das crianças exploradas pelo trabalho infantil (CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL, 2019).

Ainda existem quase três milhões de crianças e jovens de 5 a 17 anos trabalhando, o que corresponde a 7,8% do total nessa faixa etária, que demonstra ter ocorrido um declínio acentuado, principalmente, a partir da metade da década de 90, que em meados dos anos de 1992, havia cerca de 5,5 milhões de crianças trabalhando, o que correspondia a 14,6% da população entre 5 e 17 anos de idade (ALBERTO & YAMAMOTO, 2014).

De acordo com o PETI, são consideradas como trabalho infantil as diversas atividades econômicas ou atividades visando à sobrevivência praticada por crianças ou adolescentes em idade inferior a 17 anos, com exceção na modalidade de aprendiz, que a partir dos 14 anos já podem ser caracterizadas, e ainda assim com diversas restrições sejam elas remuneradas ou não, com ou sem finalidade de lucro (BRASIL, 2019).

O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Fundado em 1996, visando o combate do trabalho infantil em carvoarias na região de Três Lagoas (MS), o PETI ganhou notoriedade nacional no combate da exploração do trabalho infantil. O programa ganhou força e foi progressivamente expandido para todo o país num esforço do Estado Brasileiro com apoio do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPE). O PETI é um programa que dispõe de diversas ações e métodos de combater o trabalho infantil, como a principal metodologia de transferência de renda direta às famílias de baixa renda *per capita*, além do combate no campo jurídico de abusos do trabalho infantil, palestras, simpósios, e diversas ações de cunho pedagógico para a conscientização sobre a temática.

No ano de 2005, ocorreu a integração do PETI com o Programa Bolsa Família, levando mudanças significativas para o aprimoramento da gestão da transferência de renda e expandindo o alcance do programa. Com o passar dos anos, em 2011, o PETI foi instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um programa de caráter intersetorial, assim cada seção fica responsável por comandar ações alusivas ao combate do trabalho e exploração de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Em meados de 2013, deu-se início a discussão sobre a reformulação do PETI, levando em consideração avanços da estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴ e das políticas de prevenção e erradicação do trabalho infantil, além da nova configuração do trabalho infantil no Brasil, baseadas no Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

ATUAÇÃO AO COMBATE DO TRABALHO INFANTIL POR MEIO DO PETI NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR

Em 2017, havia no estado de Roraima 8.460 (oito mil quatrocentos e sessenta) crianças e adolescentes com menos de 14 (catorze) anos de idade em situação de trabalho, segundo dados do Censo Agropecuário de 2017. Destas, 7.183 (sete mil, cento e oitenta e três) encontravam-se ocupadas em

4 Sistema Único de Assistência Social (Suas) esta presente em todo o Brasil e tem como objetivo garantir a proteção social aos cidadãos, ou seja, apoio a indivíduos, famílias e à comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social (gov.com).

estabelecimentos da agricultura familiar, montante que representava 84,9% do total de crianças e adolescentes nesta condição (FNPETI). Na agricultura não familiar, haviam 1.277 (mil duzentos e setenta e sete) crianças e adolescentes trabalhadores, ou 15,1% do total observado. Já em 2019, havia 5.070 (cinco mil e setenta) crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade em situação de trabalho infantil. Dado que a população estimada na faixa etária de 5 a 17 anos no estado era de 126.999 (cento e vinte e seis mil, novecentos e noventa e nove) no mesmo ano, o universo de crianças e adolescentes trabalhadores equivalia a 4,0% do total de crianças e adolescentes do estado, abaixo da média nacional que era de 4,8% do total (FNPETI)⁵, conforme descrito na Tabela 2.

TABELA 2: Número e distribuição de crianças e adolescentes com menos de 14 (catorze) anos de idade ocupadas em estabelecimentos agropecuários por tipo de agricultura Roraima 2017.

Total de ocupados com menos de 14 anos	8.460
Total de ocupados com menos de 14 anos em estabelecimentos da agricultura familiar	7.183
Percentual de ocupados em estabelecimentos da agricultura familiar no total de ocupados	84,9%
Total de ocupados com menos de 14 anos nos demais estabelecimentos da agricultura	1.277
Percentual de ocupados nos demais estabelecimentos da agricultura familiar no total de ocupados	15,1%

Fonte: FNPETI (2017).

Diante dessas informações, assim como ocorreu a implantação do PETI em demais estados brasileiros, em Roraima não foi diferente, havendo a implantação piloto em Boa Vista, capital do Estado e, posteriormente, expandindo-se aos demais municípios. Por meio de atividades educativas, recreativas, esportivas e culturais desenvolvidas fora do horário escolar, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil pretende, como o próprio nome sugere, proteger crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos do trabalho infantil (CANAL DO CIDADÃO).

As atividades do PETI são desenvolvidas em 12 (doze) núcleos implantados no bairro Caetano Filho, centro, antigo beiral; nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) dos bairros Centenário, Cauamé, União, Nova Cidade, Silvio Leite e Pintolândia, e nas praças do bairro Aparecida, 13 de Setembro, Asa Branca, Cidade Satélite e Mané Garrincha localizados na zona oeste de Boa Vista (CANAL DO CIDADÃO).

5 FNPETI. Fórum nacional de prevenção e erradicação do trabalho infantil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiro aspecto a se analisar é a opção pelo Governo Brasileiro na criação do PETI, que ataca diretamente as diversas situações de pobreza e miséria, usando da transferência de renda para isso, tendo em vista que o trabalho infantil é uma consequência do capitalismo e de questões sociais que há muito precisam ser resolvidas no país. (YAMAMOTO & OLIVEIRA, 2010).

Segundo Yamamoto e Oliveira (2010) considera-se questão social o conjunto dos problemas políticos, sociais e econômicos expressos por meio da contradição capital-trabalho e das exigências do processo de construção da sociedade capitalista, pautada num modelo produtivo gerador de desigualdades.

No enfrentamento do trabalho infantil, optou por uma linha de ação que, do ponto de vista do enfrentamento do trabalho infantil, é equivocada, exatamente por não ser universalista e por privilegiar políticas de assistência social em detrimento de políticas educacionais que, efetivamente, dariam mais subsídios para que estes jovens e crianças desenvolvam-se, instruem-se e qualifiquem-se para o mundo do trabalho futuramente. As políticas de assistência social diminuem os gastos porque são seletivas e têm condicionantes, atingem certos segmentos, mas não são universais (BEHRING, 2011,). Por serem mais pontuais e imediatistas, não adentram na profundidade das mazelas sociais atreladas ao trabalho infantil.

Por outro aspecto, o programa afeta diretamente a educação infantil ao impedir o trabalho precoce, retirando esta criança ou adolescente de situações de vulnerabilidade social e atacando a fonte do problema (questões econômicas) dá-se a oportunidade de a criança estar “livre” para desempenhar o papel de estudante. Isto não significa que com a política do PETI crianças e adolescentes alcancem a emancipação humana, até porque mesmo acessando a escola, esta continua sem promover para os filhos da classe trabalhadora atividades emancipatórias. Embora as políticas educacionais não tenham a capacidade de erradicar o trabalho infantil e nem de resolver problemas como a fome e a pobreza, elas consistem em ferramentas de transformação social, a começar pela construção e reprodução do ser social, este sim, capaz de produzir transformações. (TONET, 2005; ALBERTO, M. F. P.; *et. al.*, 2012).

Ressalta-se a necessidade do esclarecimento do conceito de ‘Trabalho Infantil’, pois, em muitos casos as próprias crianças não classificam as atividades exercidas como trabalho. Em seu estudo, Marchi (2013) fez alguns

questionamentos para algumas crianças que se encontravam em situação de trabalho, se estas estavam trabalhando ou se possuíam alguma remuneração, estas, porém, responderam que não trabalhavam, levando a autora a chegar a duas conclusões: a primeira seria de que elas não consideravam certas atividades como “trabalho”, isto é, pedir esmolas, trabalhos domésticos, catação de materiais recicláveis, entre outros. A segunda, é que a negativa quanto ao exercício do trabalho foi levantada por temor em “assumir” o fato e de alguma forma prejudicar os pais ou responsáveis. As hipóteses foram levantadas a partir dos comportamentos das crianças ao responder algumas perguntas, alterações comportamentais visíveis como: nervosismo, alterações no volume de voz, respostas curtas e comportamento de defesa.

Nota-se que as ações dos indivíduos estão diretamente relacionadas às suas condições de vida, e isto configura-se com estratégias de sobrevivência. Apesar de o trabalho infantil ser considerado pela “lógica cultural” em famílias pobres como “natural” devido às necessidades econômicas, é compreensível em função do quadro econômico, mas deve-se encarar a situação um problema sério e caracterizar as atividades como trabalho infantil, independente de haver outros abusos ou não, pois desta forma será possível mapear e buscar proposições para saná-los e garantir às crianças seus direitos (MARCHI, 2013).

Em seu estudo, Alberto & Yamamoto (2017), apontam que programas como: Salário Educação⁶; Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), criado em 1996; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), criado em 1968; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955, mas descentralizado em 1994; Educação de Jovens e Adultos (EJA), Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), Programa Nacional de Saúde Escolar (PNSE), criado em 2006; Fundo Nacional de Ensino Básico (FUNDEB), que em 2006 substituiu o FUNDEF, dentre outros, que foram criados para alcançar objetivos educacionais, mas não possuíam relação de enfrentamento ao trabalho infantil.

Contudo, o PETI, quando auxiliou na retirada de milhares de crianças da situação de miséria, permitiu que estas pudessem ter acesso à educação. Isso ocorre devido ao fato de após o ano de 2005, o PETI ser incorporado ao Bolsa Família

6 O Salário-Educação é uma contribuição social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública, conforme previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal de 1988.

que possuía como um dos critérios para fazer jus ao benefício, o comprovante de matrícula da criança. Sendo assim, proporcionando não somente o combate ao trabalho infantil, mas também o acesso à escola e a educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o trabalho infantil ainda configura uma realidade na sociedade atual, contudo, o governo brasileiro desde a década de 1990 desenvolve políticas públicas visando sua erradicação. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um dos principais programas criados, pois visa à contenção do trabalho infantil em todas as áreas da sociedade, seja ela urbana ou rural. Após sua incorporação ao Programa de Renda, Bolsa Família ocorrido em meados de 2005, o PETI sofreu diversas alterações e sendo uma das principais vantagens da fusão, foi o aumento da abrangência e das pessoas qualificadas à frente do programa. Um dos problemas da inclusão do programa assistencial Bolsa Família, é que o combate direto ao trabalho infantil acabou tornando-se ofuscado, ou como um combate secundário.

Nota-se ainda que o trabalho infantil é um evento que ocorre desde os primórdios da civilização, sendo ainda presente na era atual, mas deve-se atentar para a devida e correta classificação e nomeação. Ressalta-se ainda que a maioria das crianças em situação de trabalho infantil não o denomina como tal, e isso ocorre por diversos fatores, pois para ela não é necessariamente um trabalho, mais sim, uma brincadeira, ou o simples intuito de querer ajudar seus pais. Cabe ao poder público, campanhas de conscientização e assistência às famílias em vulnerabilidade social e econômica, possibilitando assim que as crianças deste contexto possam frequentar escolas e não o mercado de trabalho, evitando prejuízos acadêmicos e diversas formas de abuso, que posteriormente possam vir a prejudicá-los.

REFERÊNCIAS

ALBERTO, M. F. P.; et. al. Programa de erradicação do trabalho infantil: ações extensionistas e protagonismo. **Psicologia, Ciência e Profissão**, v. 32, n. 2, p. 516-532, Paraíba, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TGt9n3vnK8cfKZmM4YgWJCb/?lang=pt>. Acesso em: 08 de dez. de 2022

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro. Editora Guanabara, ed. 2, 1981. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5525040/mod_resource/content/2/ARI%C3%88S.%20Hist%C3%B3ria%20social%20da%20crian%C3%A7a%20e%20da%20fam%C3%ADlia_text.pdf Acesso em: 08 de dez. de 2022.

ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Ministério do Esporte**. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>. Acesso em 12 abr. 2023

BEHRING, E. **Política social - fundamentos e história**. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/renata.gomes/2020.1/estagio-supervisionado-ii/Bibliografia/complementar/Politica%20social%20-%20fundamentos%20e%20historia%20-%20BEHRING-%20ELAINE.pdf/view> Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, DF: Ministério da Cidadania. Brasília, 2007.

BROOME, M. E. **Integrative literature reviews in the development of concepts** W. B. Saunders Company. p. 231-250 In: RODGERS, B. L. & KNAFL, K. A. (Eds.), Philadelphia, PA, 2000.

CANAL DO CIDADÃO. Projetos. **Programa de erradicação do trabalho infantil**. Prefeitura de Boa Vista. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/canal-do-cidadao/projetos/programa-de-erradicacao-do-trabalho-infantil-peti/>. Acesso em 26 abr. 2023

CCTI. **Prefeitura apresenta ações de prevenção ao trabalho infantil durante Encontro Estadual**. Disponível em: <https://boavista.rr.gov.br/noticias/2016/05/prefeitura-apresenta-acoes-de-prevencao-ao-trabalho-infantil-durante-encontro-estadual>. Acesso em: 12 abr. 2023.

CRIANÇA LIVRE DE TRABALHO INFANTIL. **Estatísticas**. 2019. Disponível em: <https://livedetrabalho infantil.org.br/trabalho-infantil/estatisticas/>. Acesso em: 09 de Dez. de 2022.

FORRPETI. **FNPETI**. Disponível em: <https://fnpeti.org.br/foruns/roraima>. Acesso em :01 de maio de 2023.

KASSOUF, A. L. **Trabalho Infantil: Causas e Consequências**. 2005. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/artigos/trabalho-infantil->

causas-e-consequencias-a-estudo-realizado-para-apresentacao-no-concurso-de-professor-titular-do-depto-de-economia-administracao-e-sociologia-da-esalq-usp-em-9-de-novembro-de-2005.aspx. Acesso em: 09 de Dez. de 2022.

MARCHI, R. C. Trabalho infantil: representações sociais de sua instituição em Blumenau/SC. **Educar em Revista**, n. 47, p. 249-265, Curitiba, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/bdw6GPVGTdBNfn6L7pJSm6h/?lang=pt>>. Acesso em: 07 de dez. de 2022.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, n. 17, v. 48, São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/PcfwPvTcqCT7P4vS8KFZYjQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 de dez. de 2022.

PNAD. **Síntese de indicadores 2007**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/19897-sintese-de-indicadores-pnad2.html>. Acesso em: 25 abr. 2023.

RESUMO DAS DISCIPLINAS. **Atualidades**. Trabalho conceito e a relação com o tempo livre ao longo da história. Uol. Disponível em <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/trabalho-o-conceito-e-a-relacao-com-o-tempo-livre-ao-longo-da-historia.htm>. Acesso em 28 de abr. 2023

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. 1. ed. [s.l.] Unijui. 2005.

TUTTLE, C. **Hard at work in factories and mines: the economics of child labor during the British industrial revolution**. Westview Press, 1999. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/books/mono/10.4324/9780429036989/hard-workfactories-mines-carolyn-tuttle>. Acesso em: 10 de nov. de 2022.

YAMAMOTO, O. H., & OLIVEIRA, I. F. Política Social e Psicologia: Uma trajetória de 25 anos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 9-24, Brasil, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722010000500002&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 09 de Dez. de 2022.

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA EM DE BOA VISTA – UMA ANÁLISE DOS DESAFIOS A PARTIR DO PROGRAMA “AQUI TEM DONO”

URBAN LAND REGULARIZATION IN BOA VISTA – AN ANALYSIS OF THE CHALLENGES FROM THE “AQUI TEM DONO” PROGRAM

Larisse Vieira Normandia
Alexandre Soares de Melo

RESUMO: O artigo aborda a importância da regularização fundiária no Estado de Roraima, que enfrenta grandes desafios relacionados ao acesso à terra e à segurança fundiária. O artigo analisa a efetividade do programa “Aqui tem dono”, que visa promover, dentre outras questões, a regularização fundiária urbana em Boa Vista - RR, e como ele contribui para a justiça social, desenvolvimento econômico e social do estado. O estudo utilizou metodologia baseada na revisão de literatura referente ao tema. Trata-se de estudo qualitativo, ancorado na análise da legislação e aplicação de entrevista semiestruturada com a Direção de Gestão e Desenvolvimento Fundiário da agência Iteraima para obter dados quantitativos sobre os impactos do programa na regularização fundiária em Boa Vista no período de 2019 a 2021. O artigo discute a importância da regularização fundiária urbana e como ela promove o desenvolvimento urbano sustentável, por meio da garantia de acesso à moradia digna e a regularização dos assentamentos informais.

Palavras-chave: Regularização fundiária; Programa “Aqui tem dono”; Iteraima.

ABSTRACT: The article discusses the importance of land regularization in the State of Roraima, which faces significant challenges related to land access and land tenure security. The article analyzes the effectiveness of the “Aqui tem dono” program, which aims to promote urban land regularization in Boa Vista - RR, among other issues, and how it contributes to social justice and the economic and social development of the state. The study used a methodology based on a literature review on the topic. It is a qualitative study, anchored in the analysis of legislation and the application of a semi-structured interview with the Management and Land Development Directorate of the Iteraima agency to obtain quantitative data on the program's impacts on land regularization in Boa Vista from 2019 to 2021. The article discusses the importance of urban land regularization and how it promotes sustainable urban development through the guarantee of access to decent housing and the regularization of informal settlements.

Keywords: Land regularization; Program “Aqui tem dono”; Iteraima.

INTRODUÇÃO

A falta de acesso à terra é um problema global que afeta principalmente as populações mais vulneráveis, como os povos indígenas, as comunidades rurais e os migrantes. A concentração de terras nas mãos de poucos proprietários, muitas vezes associada a práticas de corrupção e especulação imobiliária, contribui para a exclusão social e a pobreza. Além disso, a falta de segurança da posse da terra, a degradação ambiental e a violência são problemas comuns enfrentados pelas populações que lutam pelo direito à terra.

A segregação socioespacial é um fenômeno que ocorre quando as diferentes classes sociais e grupos étnicos se separam em espaços distintos dentro da cidade. Isso pode acontecer devido a uma série de fatores, como a especulação imobiliária, a falta de políticas públicas eficazes e a discriminação racial. A segregação espacial pode levar à exclusão social e à marginalização das comunidades que vivem em áreas desfavorecidas, afetando diretamente o direito à terra e a dignidade humana. Segundo Maricato (2003), a segregação urbana ou ambiental é uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma.

Boa Vista, capital do estado de Roraima, serve como um exemplo importante de como a urbanização pode levar a maiores desigualdades socioespaciais. A população de Boa Vista aumentou significativamente nas últimas décadas. Segundo o censo de 2010, a população da cidade era de cerca de 284.313 habitantes. As estimativas do IBGE indicam que em 2021 a população atingiu aproximadamente 436.591 habitantes.

A zona oeste de Boa Vista é a região urbana que apresentou o maior crescimento populacional durante a expansão da cidade. Ela é formada por aproximadamente 40 bairros e tem uma população de cerca de 250 mil habitantes.

Medeiros (2014) atribui como principal causa do crescimento desordenado da zona oeste, a corrida pelo ouro durante o período de 1987 a 1990, como também políticas assistencialistas patrocinadas pelo Estado com a doação ilegal de terrenos. Por sua vez, Silva, Almeida e Rocha (2009), chamam atenção para o efeito segregador provocado pelo processo de urbanização de Boa Vista, através da especulação imobiliária na zona leste da cidade, que conta com imóveis de alto padrão, dotados de toda infraestrutura de serviços e equipamentos públicos e ocupado por pessoas com maior nível de renda na cidade, em detrimento da zona oeste, caracterizada pela alta demanda por serviços públicos, grande densidade demográfica, precarização da situação de moradia, com um contingente de imóveis em situação irregular.

A falta de regularização fundiária é um problema que afeta diversas regiões do país, principalmente as áreas periféricas e rurais. A ausência de documentação da propriedade torna os moradores dessas áreas vulneráveis a despejos arbitrários, conflitos e exclusão social. Além disso, a falta de regularização impede o acesso dessas pessoas a serviços públicos básicos, como água, luz e saneamento, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade.

Portanto, é importante que as políticas públicas busquem promover a justiça social e a integração urbana, garantindo o acesso à terra e aos serviços básicos para todos os cidadãos.

Diante desse cenário, surge a necessidade de discutir a respeito de um importante instrumento de planejamento urbano, que é a regularização fundiária urbana, previsto tanto no art.4º, inc. IV, “q” da Lei Federal nº 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) como também na Lei nº 13.465/2017 (Lei da Reurb).

A regularização fundiária urbana é um instrumento importante para o desenvolvimento das políticas urbanas, pois permite garantir os direitos dos cidadãos e fomentar a inclusão social através do acesso à terra na cidade. Esse processo consiste na concessão de títulos de propriedade para pessoas ou famílias que ocupam áreas urbanas ou rurais sem os devidos documentos. Além disso, a regularização fundiária é necessária para uma boa gestão urbana e territorial, capaz de promover o desenvolvimento econômico e social dessas áreas. Ao conceder títulos de propriedade ou segurança jurídica da posse. Além disso, a regularização fundiária possibilita o acesso a crédito, programas habitacionais e participação nas políticas públicas, fortalecendo a cidadania e a participação ativa da população na construção das políticas locais.

Dessa forma, a regularização fundiária se mostra como uma medida essencial para garantir a justiça social, a equidade e o pleno exercício dos direitos dos cidadãos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O presente estudo, diante do contexto apresentado, visa realizar uma análise do programa “Aqui Tem dono” criado pelo governo do Estado de Roraima em 2019, com a finalidade de promover a regularização fundiária das terras no Estado. O programa é gerenciado pelo Instituto de Terras e Colonização de Roraima - INTERAIMA, que tem a responsabilidade de emitir os títulos definitivos de propriedade para os proprietários de imóveis e lotes em todo o Estado, inclusive no perímetro urbano do município de Boa Vista.

O tema da regularização fundiária é de grande importância especialmente em estados como Roraima, que enfrentam problemas graves em relação ao acesso à terra e à segurança da posse. Por isso, analisar o programa instituído no âmbito do Estado de Roraima, denominado “Aqui tem dono”, destinado a promover regularizações fundiárias, se torna fundamental, dada a sua relevância para a promoção da justiça social e do desenvolvimento econômico e social no Estado. A análise da efetividade do programa “Aqui Tem dono” na regularização fundiária de terras em Roraima pode contribuir para a compreensão dos desafios, limites e as possibilidades dessa política pública, bem como para o aprimoramento de suas ações.

O presente estudo aborda os temas da regularização fundiária urbana, e tem como suporte teórico autores como Veras (2009), Maricanto (2003), (Negri 2010), Medeiros (2014), Brasil (1997), Rocha (2017) e 2013. O objetivo geral é analisar o programa “Aqui Tem dono” como uma iniciativa de regularização fundiária de terras na cidade de Boa Vista - RR. Por sua vez, o estudo tem como objetivos específicos caracterizar o programa, analisando as competências na execução da política de regularização fundiária urbana em Boa Vista e como isso afeta a eficiência da implementação da política. Analisar as modalidades de titulação utilizadas pelo programa e seus efeitos na segurança jurídica dos títulos expedidos aos ocupantes de áreas públicas. O estudo também objetiva analisar o marco regulatório para a regularização fundiária urbana em Boa Vista e seus efeitos na segurança jurídica dos títulos expedidos aos ocupantes de áreas públicas.

O presente estudo possui caráter interdisciplinar e envolvendo tema de grande interesse para as áreas de direito, geografia, planejamento urbano e desenvolvimento regional, sendo relevante para a formação de profissionais nessas áreas. O estudo da efetividade do programa Aqui Tem dono pode contribuir para a formação de profissionais mais qualificados e conscientes sobre a importância da regularização fundiária para a promoção do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, será abordado o tema do desenvolvimento urbano da cidade planejada, visando o entendimento sobre o estudo histórico da cidade de Boa Vista. No segundo capítulo, abordaremos o tema da regulamentação fundiária urbana, tema central deste estudo, com a finalidade de compreendermos a funcionalidade e a efetividade da regularização fundiária urbana. No terceiro capítulo abordaremos o Programa Aqui tem dono, ocasião em que serão apresentados dados e resultados do programa.

DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE PLANEJADA

A partir da década de 1960, os governos militares brasileiros começaram a desenvolver projetos que influenciaram significativamente a urbanização da região amazônica. Tais projetos tinham como objetivo principal garantir a consolidação econômica da região, que era considerada estratégica para a segurança nacional, sobretudo em termos de fronteiras. Com isso, houve uma crescente implementação de infraestrutura, transportes e centros urbanos na Amazônia, o que gerou profundas transformações na região.

Um importante marco na história da Amazônia foi o Decreto-Lei Federal nº 5812, promulgado em 13 de setembro de 1943 e retificado pelo Decreto-Lei nº 5839 em 21 de setembro de 1943. Esse decreto criou o Território Federal de Roraima, que inaugurou um processo de ocupação na região. A criação do território gerou novas oportunidades empregatícias na região, o que atraiu pessoas de outras partes do país em busca de trabalho e melhores condições de vida.

A urbanização da Amazônia, impulsionada pelos projetos dos governos militares, trouxe consigo muitas transformações para a região. Além de estimular a criação de centros urbanos, a implementação de infraestrutura e transportes também teve impactos significativos na ocupação do território amazônico. A construção de rodovias, por exemplo, permitiu a expansão das fronteiras agrícolas e pecuárias, o que gerou um grande impacto ambiental na região. O processo de ocupação da Amazônia a partir da década de 1960 foi acompanhado por uma intensa migração de pessoas de outras regiões do país. A busca por trabalho e melhores condições de vida, aliada às políticas de incentivo à ocupação da região, levou a um grande fluxo migratório em direção à Amazônia.

A migração para a Região Norte, na década de 70, ainda teve fortes influências das políticas que foram desenvolvidas pelo Governo Federal com o intuito de permitir a integração da Região ao resto do País, e que vinha se delineando, progressivamente, desde a década de 50. Estas políticas atuaram nos mais diversos setores, como no incentivo aos grandes projetos agropecuários e minerais, colonização dirigida, à construção de estradas de rodagem, à criação da Zona Franca de Manaus, só para citar alguns exemplos, que tiveram impacto decisivo para a atração de novos contingentes populacionais (BRASIL, 1997, p.64).

A capital planejada, como é conhecida atualmente a cidade de Boa Vista, teve sua origem no antigo Território Federal do Rio Branco, ainda em 1940.

No entanto, foi apenas na década de 1970 que a cidade começou a crescer e se desenvolver, impulsionada pelo garimpo e atividades agrícolas irregulares, além de especulações imobiliárias. Esses fatores foram intensificados pela influência das políticas assistencialistas do governo de Ottomar de Sousa Pinto, que estimularam a migração de pessoas para a região.

Boa Vista teve sua ocupação intensificada com a migração a partir de 1940 incentivada pelo governo federal, bem como pelo governo estadual através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/INCRA, pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), além do Plano de Integração Nacional. (ROCHA, 2017, p.36).

Com o aumento da população, a cidade cresceu desordenadamente, o que resultou na criação de novos bairros sem um planejamento urbano adequado. Esse crescimento desordenado, aliado à ineficiência das políticas públicas urbanas, resultou em problemas como a falta de infraestrutura básica e a ocupação irregular de áreas de proteção ambiental. Atualmente, a zona oeste da cidade concentra mais de 80% da população, tornando-se uma área crítica em termos de desenvolvimento urbano e social.

A formação socioespacial de Boa Vista e os problemas na morfologia urbana que deles decorrem envolvem uma conjuntura de questões econômicas, sociais, políticas e institucionais, sendo estas, ademais, enfocadas sob os mais diversos ângulos e vertentes ideológicas. A noção dominante é a de que a estrutura do espaço intra urbano resulta da ocupação desordenada do seu solo, resultando em desequilíbrios ou disfunções urbanas (VERAS, 2009, p.17).

A segregação espacial e social é uma realidade presente em muitas cidades brasileiras, incluindo Boa Vista, capital do estado de Roraima. Nessa cidade, a segregação é em grande parte atribuída e induzida por regiões com maior desenvolvimento, que acabam favorecendo a especulação imobiliária e, conseqüentemente, gerando desigualdades socioeconômicas entre diferentes regiões da cidade. Um exemplo disso é a zona oeste de Boa Vista, que concentra a população de baixa renda e é marcada por ocupações irregulares e pela utilização do programa habitacional federal Minha Casa Minha Vida.

A segregação socioespacial em Boa Vista tem sido um problema crescente nos últimos anos, e a população de baixa renda é a mais afetada. Muitas vezes, essas pessoas são forçadas a viver em áreas periféricas da cidade, com pouca infraestrutura e serviços básicos. Além disso, essas áreas são frequentemente

afetadas por problemas como violência, falta de saneamento básico e acesso limitado a serviços de saúde e educação de qualidade.

A complexidade da sociedade atual face à questão da habitação leva-nos a buscar entender a produção e a separação entre as classes sociais nas cidades, a separação está não só espacial, como também, social. Como por exemplo, através da renda, do tipo de ocupação e do nível educacional. (NEGRI, 2010, p.130).

Apesar de medidas governamentais, como o programa Minha Casa Minha Vida, terem sido implementadas para tentar solucionar a questão habitacional em Boa Vista, a segregação socioespacial ainda persiste como um problema grave. O programa, embora tenha beneficiado muitas famílias de baixa renda, não foi capaz de solucionar a raiz do problema, que é a falta de políticas públicas integradas para o desenvolvimento equilibrado da cidade.

É necessário que haja uma ação coordenada e planejada por parte dos órgãos governamentais para enfrentar essa questão de forma mais ampla e estruturada. Isso inclui a promoção de investimentos em infraestrutura, transporte público, serviços básicos, e a oferta de oportunidades de emprego em todas as regiões da cidade. Além disso, é fundamental que a população seja ouvida e incluída nas discussões e decisões sobre o desenvolvimento da cidade, para que as políticas públicas reflitam suas necessidades e interesses. Somente assim será possível construir uma cidade mais justa e integrada, onde todas as pessoas possam viver com dignidade e qualidade de vida.

REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

A regulamentação fundiária urbana é um conjunto de normas, políticas e ações voltadas para a gestão, organização e regularização dos terrenos urbanos, visando garantir o acesso à moradia digna, a regularização dos assentamentos informais, a promoção da justiça social e a ordenação do espaço urbano.

Por meio dessa regulamentação, busca-se estabelecer critérios claros para a posse, uso e ocupação do solo nas áreas urbanas, promovendo a regularização dos imóveis, a titulação dos moradores e a promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

A regulamentação fundiária urbana envolve ações como a identificação e cadastramento dos terrenos, a delimitação de áreas de uso especial, a criação

de zonas urbanísticas, a definição de normas de edificação, entre outras medidas que têm como objetivo promover a efetivação do direito à cidade, o ordenamento territorial e a justiça social no contexto urbano.

O ordenamento do parcelamento de áreas urbanas é de extrema importância para garantir um crescimento urbano organizado e sustentável. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu artigo 30, inciso VIII, que aos municípios compete promover o ordenamento territorial, uso, parcelamento e ocupação do solo urbano. Essa regulamentação também é prevista na Lei nº 6.766/79, que define loteamento e desmembramento como formas de subdivisão de terrenos destinados à construção.

No cenário da regulamentação do parcelamento do solo urbano, a Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade, tem uma importância crucial ao definir diretrizes abrangentes para a política urbana e a regulamentação fundiária.

O Plano Diretor é um instrumento de extrema importância na gestão do desenvolvimento e crescimento urbano, e é produzido pelo Executivo Municipal em colaboração com a sociedade civil. Sua finalidade é organizar o espaço urbano e tratar de temas como a regularização fundiária, o uso do solo, a proteção do patrimônio cultural e ambiental, a locomoção urbana, à moradia para população de baixa renda, dentre outros.

A regularização fundiária urbana é regida pela Lei nº 13.465/2017, que abrange a regularização de terras em áreas rurais e urbanas. A legislação trouxe inovações importantes para o processo de regularização fundiária no país, simplificando e acelerando os procedimentos de titulação de ocupações em áreas urbanas e rurais.

No entanto, é essencial que esses procedimentos estejam em conformidade com os princípios do Estatuto da Cidade, que garantem o acesso democrático e justo à terra urbana, promovendo o desenvolvimento urbano sustentável e a integração social.

Além disso, a regulamentação fundiária urbana está intimamente relacionada com a função social da propriedade urbana, prevista no artigo 182 da Constituição Federal de 1988, que estabelece a obrigação de a propriedade urbana atender às necessidades da coletividade em relação à moradia, trabalho, lazer, entre outros.

É possível afirmar que a regularização fundiária apresenta interfaces com a propriedade, notadamente sua função social, tendo em vista que a regularização fundiária em grande medida busca, justamente, garantir que a função social da

propriedade seja concretizada e, com o direito à moradia, na medida em que surge como mecanismo capaz de dar efetividade ao direito. (NASCIMENTO, 2013, p.28).

Em resumo, a regulamentação fundiária urbana é uma ferramenta crucial para incentivar um crescimento urbano organizado e sustentável, assegurar o acesso democrático e justo à terra urbana, garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana e promover a integração social.

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRAS AQUI TEM DONO

No Brasil, a questão da regularização fundiária é ainda mais complexa, uma vez que o país possui um histórico de desigualdade social e de concentração fundiária. Assim, a falta de regularização de terras é uma realidade enfrentada por milhões de famílias em áreas urbanas e rurais, especialmente aquelas que vivem em comunidades tradicionais e em assentamentos informais.

No entanto, enfrenta-se vários desafios para efetivar essa regularização, como a deficiência de equipes dedicadas a essa tarefa. Além disso, a falta de registros históricos das ocupações informais dificulta os levantamentos necessários para subsidiar os diagnósticos.

Outro fator importante é a falta de recursos financeiros para custear os programas de regularização, que muitas vezes são bancados com recursos próprios dos municípios. Segundo a Confederação Nacional de Municípios - CNM, esse é um dos principais obstáculos enfrentados pelos gestores municipais¹.

No caso de Boa Vista o programa “Aqui tem Dono” foi criado em 2019 pelo Instituto de Terras de Roraima – INTERAIMA, com o objetivo de promover a Regularização Fundiária Urbana - Reurb de áreas ocupadas ilegalmente ao longo dos anos e que pertencem ao Estado de Roraima. Embora o processo de regularização urbana seja de competência dos municípios, em Roraima, a transformação de Território para Estado em 1988 não foi acompanhada do repasse e regularização

¹ Pesquisa realizada pela CNM no dia 17 de abril de 2023, revela que cerca de 2.117 dos municípios entrevistados têm dificuldade de realizar a regularização fundiária urbana por falta de recursos federais, aproximadamente 67,9% dos municípios utilizam recursos próprios e apenas 7,2% utilizaram fundos federais.

imediate das terras da União em favor do Estado, existindo glebas e frações de terras que não são de titularidade municipal, mas do Estado de Roraima.

A urbanização de Boa Vista apresenta contradições evidentes, em especial na zona oeste da cidade, onde a desigualdade socioespacial é acentuada. Essa disparidade indica um descompasso histórico entre as políticas integradas e os esforços governamentais para a regularização fundiária urbana, o que se contrasta com o grande número de imóveis em situação irregular na área.

O número de famílias despejadas em Boa Vista é alarmante e reflete uma situação difícil enfrentada por muitas pessoas que vivem em ocupações informais na cidade. Segundo o movimento nacional Despejo Zero², cerca de 485 famílias foram despejadas em Boa Vista, sendo que 87 delas foram despejadas durante uma pandemia, como o argumento de reintegração de posse. Entre 2018 e 2020, outras 384 famílias foram despejadas com a justificativa de reintegração de posse ou violação de posse. Além disso, cinco famílias da comunidade São Bento, localizadas na zona oeste da cidade, foram despejadas em 2021 com a justificativa de irregularidades urbanísticas.

A situação se agrava ainda mais quando se leva em consideração que grande parte das famílias despejadas são migrantes venezuelanos que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Muitas dessas famílias ocupam espaços abandonados pelo governo e enfrentam diversas dificuldades para conseguir um lugar para morar. Em 2020, por exemplo, 96 famílias venezuelanas foram despejadas da antiga Secretaria de Estado da Educação - SEED com o argumento de que a área era de risco. É preciso buscar soluções para garantir o direito à moradia digna para todas as pessoas, independentemente da sua nacionalidade ou condição socioeconômica, e evitar o despejo arbitrário e violento das famílias que ocupam espaços abandonados.

Diante do contexto acima destacado, iniciativas como a adição do Programa Aqui tem Dono esse iniciativa é de grande importância para a população do Estado, uma vez que a regularização fundiária é um processo que traz segurança jurídica para os proprietários de imóveis e lotes, além de permitir que eles tenham acesso a crédito e outras oportunidades de desenvolvimento. Com a entrega desses títulos, o programa Aqui tem Dono dá um importante passo em direção à efetivação desse processo em Roraima.

2 A Campanha Nacional Despejo Zero foi criada em 2020 por organizações e movimentos com o objetivo de amparar famílias em situação de vulnerabilidade e situação de rua na pandemia de COVID-19.

O programa “Aqui tem Dono” tem revelado elementos que favorecem o avanço da política de Reurb nos bairros da zona oeste de Boa Vista. No entanto, também existem desafios e limites que incidem sobre a política pública, como as razões das ocupações desordenadas nos bairros da cidade.

A Lei Estadual nº 1.063/2016 autorizou a regularização fundiária de ocupações em imóveis urbanos de domínio do Estado de Roraima. Essa lei é a base normativa que orienta atualmente a política desenvolvida pelo Iteraima em matéria de Reurb, e que vem sendo utilizada para a regularização de áreas pertencentes ao Estado em Boa Vista. Entretanto, doações de áreas e terrenos realizadas antes da promulgação da Lei no 1.063/2016 são nulas de pleno direito, na medida em que não havia lei autorizativa nesse sentido.

A lei em análise apresenta uma definição abrangente de envolvimento da regularização fundiária, que engloba uma série de medidas que envolvem aspectos técnicos, jurídicos, urbanísticos, ambientais e sociais. Essas medidas têm como objetivo regularizar ocupações em imóveis urbanos de propriedade do Estado de Roraima, por meio da emissão de instrumentos de titulação aos ocupantes. Dessa forma, busca-se garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito a um ambiente equilibrado e saudável.

O Estado de Roraima tem, portanto, um desafio a ser enfrentado em relação a esses imóveis, uma vez que decerto gerou-se um passivo de regularização ou regularização ilícita ao longo dos anos que deverá ser considerado pelos governos em termos de regularização fundiária plena para os próximos anos.

A criação de uma Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Fundiário do Iteraima no ano de 2018 permitiu o tratamento específico das questões fundiárias urbanas, com suas especificidades, certamente contribuindo para o aperfeiçoamento dos processos e identificação dos gargalos à regularização no âmbito do município de Boa Vista. Além disso, o mapeamento das áreas pertencentes ao Estado e situadas no município de Boa Vista, com o aperfeiçoamento e atualização da base imobiliária estadual, foi possível realizar intervenções no sentido de conhecer o acervo patrimonial imobiliário e identificar as áreas irregularmente ocupadas, favorecendo a adoção de uma política de regularização dos imóveis com a concessão de títulos aos ocupantes de forma mais eficiente.

A concorrência entre o Município de Boa Vista e o Governo do Estado na execução da política pública de regularização fundiária urbana tem

gerado conflitos e sobreposição de processos. Isso acarretou restrições na implementação da política pública e dificuldades na definição de responsabilidades sobre o processo de regularização de áreas na cidade. Essa situação é extremamente importante, uma vez que pode impactar significativamente o desenvolvimento da política pública e prejudicar a população que vive em ocupações informais.

Em resumo, a regularização fundiária é um processo fundamental para garantir a segurança jurídica e o acesso a direitos básicos da população que vive em áreas irregulares, sendo ainda mais importante no Brasil, onde a desigualdade social e a concentração fundiária são históricas. O programa “Aqui tem Dono”, criado em 2019 pelo Iteraima em Roraima, tem o objetivo de promover a regularização fundiária urbana de áreas ocupadas ilegalmente pertencentes à Boa Vista.

METODOLOGIA

O estudo em questão utilizou uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, revisão da literatura em matéria de regularização fundiária urbana, além de pesquisa de dados na internet de artigos científicos. A pesquisa é de natureza exploratória e descritiva, utilizando-se do método qualitativo.

Para identificar as principais características da política pública em análise, foi realizada uma revisão da legislação sobre o tema no Estado de Roraima. Além disso, foi empregada entrevista semiestruturada com a gestora da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Fundiário do Iteraima, a Sra. Dilma Lindalva Pereira da Costa, para obter informações quantitativas sobre os impactos do programa Aqui tem Dono, para regularização fundiária urbana em Boa Vista, no período de 2019 a 2021.

A entrevista semiestruturada foi realizada através de questionário, contendo seis perguntas. As perguntas tinham como objetivo, basicamente, compreender como foi pensado e executado e executado o programa. A entrevista foi integralmente gravada, mediante consentimento da gestora, estando a entrevista disponível em arquivo de áudio.

A entrevista foi realizada no dia 24/10/2022 na sede do Iteraima as respostas aos questionamentos na entrevista foram devidamente tabuladas e compõem o conjunto de resultados apresentados no tópico a seguir. A

pesquisa também foi subsidiada por uma bolsa de estudo, concedida através de projeto de pesquisa aprovado junto ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Inovação Tecnológica - PIBICT, que concedeu apoio financeiro à pesquisadora para realizar o estudo no período de abril/2022 a dezembro/2022.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo revelaram que em Boa Vista, a política pública de regularização fundiária urbana é executada simultaneamente pelo Município de Boa Vista, através da Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - EMHUR, e pelo Governo do Estado, através do Iteraima. Essa sobreposição de ações muitas vezes gera conflitos de competência quanto à titularidade do processo de Reurb na cidade. Esses conflitos podem causar atrasos e ações duplicadas, resultando em uma ineficiência na implementação da política de regularização fundiária urbana e consequentemente, em um prejuízo aos cidadãos.

Além disso, a sobreposição de competências também pode gerar tensões entre o Município e o Governo do Estado. Essas tensões muitas vezes são fruto de diferenças de opinião sobre como a política de regularização fundiária urbana deve ser implementada. A falta de uma coordenação adequada entre os dois níveis de governo pode levar a um impasse na implementação da política e até mesmo a uma descontinuidade das ações em andamento.

O programa “Aqui tem dono” foi criado para regularizar imóveis ocupados por famílias de baixa renda em áreas públicas do Estado de Roraima. Durante a entrevista realizada, foi observado que a modalidade de titulação mais utilizada pelo programa, no período de 2019 a 2021, foi a “autorização de ocupação”, que é uma modalidade provisória e menos segura juridicamente. Isso ocorre porque boa parte das áreas do Estado, especialmente aquelas localizadas na zona oeste da cidade, ainda dependem de aprovação dos loteamentos por parte do município.

Por outro lado, a modalidade de “concessão de uso especial para fins de moradia” é considerada mais segura e definitiva juridicamente. No entanto, ela só foi utilizada pelo programa nos imóveis situados no bairro São Bento onde todos os loteamentos já foram regularizados, tornando possível a concessão de um título mais seguro aos ocupantes.

Além disso, foi observado que o marco regulatório para a regularização fundiária urbana em Roraima só foi promulgado em 2016, com a Lei Estadual nº 1.063/2016. Isso revela um histórico de insegurança jurídica e precariedade dos títulos expedidos pelo Estado de Roraima aos ocupantes de áreas públicas, durante o período de 1988 até 2016, em que não havia lei autorizando doações de áreas.

Esses resultados evidenciam a importância de se ter um marco regulatório adequado para a regularização fundiária urbana, a fim de garantir a segurança jurídica dos títulos expedidos aos ocupantes de áreas públicas. Além disso, é fundamental que o programa “Aqui tem dono” continue a trabalhar na regularização dos imóveis ocupados por famílias de baixa renda em Roraima, buscando utilizar modalidades de titulação mais seguras e definitivas, a fim de garantir a moradia digna e a segurança jurídica dessas famílias.

A solução para os conflitos de competência entre as entidades envolvidas na implementação da política de regularização fundiária urbana em Boa Vista passa necessariamente por uma maior coordenação e colaboração entre essas entidades. É fundamental que haja uma definição clara de papéis e responsabilidades, e a criação de um mecanismo efetivo para a resolução de disputas quando elas surgirem.

Deve-se destacar que a criação de um Departamento específico no âmbito do Iteraima, a Diretoria de Gestão e Desenvolvimento Fundiário do Iteraima, foi importante para priorização dos processos de regularização fundiária urbana. Além disso, a gestora designada para o departamento, reunia, por sua experiência com o tema, condições de aperfeiçoar os processos de regularização fundiária urbana a cargo do Iteraima, através do programa Aqui tem dono. A Sra. Dilma Lindalva Pereira da Costa, gestora da política pública, é bacharel em Administração de Empresas com Especialização em Gestão de Pessoas e Direito, tendo sido servidora efetiva do Incra. Durante a gestão do governador Antônio Denarium (2019/2022), ela ocupou a posição de diretora de Gestão e Desenvolvimento Fundiário do Iteraima, com foco na Regularização Urbana, de 26 de dezembro de 2018 a 05 de janeiro de 2023.

Em suma, a implementação da política de regularização fundiária urbana em Boa Vista exige uma abordagem mais integrada e colaborativa, que contemple a participação ativa das comunidades e uma coordenação efetiva entre as diferentes entidades envolvidas. A resolução dos conflitos de competência e a articulação adequada entre os diferentes níveis de governo

são fundamentais para garantir a efetividade dessa política e a garantia do direito à cidade para todos os cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas sobre o processo de urbanização de Boa Vista, é possível concluir que as políticas públicas implementadas não foram suficientes para resolver a desigualdade socioespacial na cidade. A zona oeste é um exemplo claro dessa situação, onde há um grande contingente de imóveis em situação irregular e uma necessidade urgente de regularização fundiária. Embora o programa “Aqui tem dono” tenha apresentado alguns avanços nesse sentido, ainda existem desafios e limites a serem superados para garantir a efetividade da política de Reurb.

A legislação específica promulgada pelo Estado de Roraima demonstra um passo importante na promoção da regularização fundiária de áreas urbanas ocupadas. A Lei Estadual nº 1.063/2016 fornece o suporte normativo para o desenvolvimento de políticas de Reurb em Roraima, orientando o trabalho realizado pelo Iteraima. Através desta lei, tem sido possível regularizar áreas pertencentes ao Estado em Boa Vista, o que representa um avanço significativo no reconhecimento do direito à moradia para a população de baixa renda.

Além disso, a lei em questão representa uma resposta à necessidade de políticas públicas que garantam o acesso à moradia digna e a regularização de ocupações informais em áreas urbanas. É importante destacar que o trabalho realizado pelo Iteraima deve continuar, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária para outras áreas do Estado. Dessa forma, será possível oferecer mais segurança jurídica e qualidade de vida para milhares de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade em Roraima.

No entanto, apesar do progresso feito através da legislação específica e do trabalho do Iteraima na regularização fundiária de áreas pertencentes ao Estado em Boa Vista, ainda existem desafios a serem enfrentados. Um desses desafios é o déficit de regularização dos loteamentos urbanos por parte do município de Boa Vista. Isso representa um obstáculo significativo para a expansão da política de Reurb, uma vez que o Iteraima depende da regularização prévia dos loteamentos por parte da municipalidade para concluir os processos de titulação das áreas aos ocupantes. É necessário que haja uma ação coordenada entre o Estado e o município para superar esse entrave e avançar na garantia do direito à moradia para a população de baixa renda em Roraima.

Em suma, a análise do processo de urbanização em Boa Vista aponta para a insuficiência das políticas públicas no combate à desigualdade socioespacial na cidade. Embora o programa “Aqui tem dono” tenha dado alguns passos importantes em direção à regularização fundiária, ainda há muito a ser feito para tornar efetiva a política de Reurb. Ainda assim, a Lei Estadual no 1.063/2016 representa um marco importante na luta pela garantia do direito à moradia e deve ser utilizada como base para a ampliação do trabalho de regularização fundiária em Roraima.

Por fim, é essencial que haja uma articulação entre as esferas estadual e municipal para superar os desafios enfrentados pelo Iteraima na regularização dos loteamentos urbanos em Boa Vista. A garantia do direito à moradia é um imperativo ético e legal que deve ser cumprido pelo Estado e pela sociedade em geral. Assim, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que assegurem o acesso à terra urbana e a regularização das ocupações informais, promovendo a justiça social e a melhoria da qualidade de vida para toda a população.

Para garantir a efetividade da política de Reurb e superar as barreiras como a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governo, ausência de articulação entre as instituições públicas e para a regularização fundiária em Boa Vista, é crucial que haja um esforço conjunto e coordenado pelos governos municipal e estadual e também pela sociedade civil. Além disso, é fundamental que sejam adotadas medidas que promovam a inclusão social e o desenvolvimento urbano sustentável, como a melhoria da infraestrutura e a oferta de serviços públicos de qualidade. Dessa forma, será possível garantir um futuro mais justo e equitativo para todos os habitantes da cidade, especialmente para aqueles que vivem em condições precárias e em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BATISTA, A. N.; DA SILVA, J. B. Políticas públicas, planejamento urbano e a produção do espaço em Boa Vista-RR. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 38, n. 1, p. 1-24, 2018. de São Paulo, São Paulo, 2009.

BRASIL, M. C. Os fluxos migratórios na região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Cadernos de estudos sociais**, v. 13, n. 1, 1997.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília - DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm> Acesso em 06/03/2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília - DF: Presidência da República, 2022. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao.htm> Acesso em 06/03/2023.

_____. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.** Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L13.465.htm> Acesso em: 18/03/2023.

CALEGARI, D.; PRIETRO, I.; MENEZES, M. **Plano diretor:** como é feito e para que serve. Politize, 2017. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/plano-diretor-como-e-feito/>>. Acesso em 28/04/2023.

CARVALHO, E. C. L. O processo de colonização e urbanização na Amazônia. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, 2017.

CHEGANDO O AQUI TEM DONO. **Agência Norte Online – AGNORTE**. 2019. Disponível em: <<https://www.agnorte.com.br/index.php/oraima1/item/4243-chegando-o-aqui-tem-dono>> Acesso em 07/03/2022.

DE OLIVEIRA, J. V.; COSTA, M. C. L.. Expansão urbana de Boa Vista (RR) e os reflexos sobre a desigualdade socioespacial. **GEOSABERES: Revista de Estudos Geoducacionais**, v. 9, n. 18, p. 1-18, 2018.

MAPEAMENTO NACIONAL DE CONFLITOS PELA TERRA E MORADIA: Despejo Zero, 2023. Disponível em: <<https://mapa.despejozero.org.br/?modo=listagem&recorteTerritorial=municipio&localizacao%5B%5D=boa-vista-rr>>. Acesso em 03/05/2023.

DO NASCIMENTO, W. J. F.; JÚNIOR, A. C. R. A. Gestão do espaço urbano a partir do plano diretor: uma análise da zona oeste de Boa Vista-RR. **Acta geográfica**, v. 10, n. 24, p. 34-52, 2016.

FERNANDES, E. Desafios da regularização fundiária de assentamentos informais consolidados em áreas urbanas. **Fórum de Direito Urbano e Ambiental**, Belo Horizonte, v. 9, n. 49, p. 177-187, 2010.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. *Revista Estudos avançados USP*, v. 17, p. 151-166, 2003.

MEDEIROS, C. F.; VERAS, A. T. de R. Segregação socioespacial na Amazônia brasileira: as contrastantes realidades das zonas leste e oeste de Boa Vista/RR. *Revista Eletrônica Casa de Makunaima*, v. 1, n. 1, p. 66-77, 2018.

NASCIMENTO, M. C. G. **Regularização fundiária urbana de interesse social no direito brasileiro**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

NEGRI, S. M. Segregação sócio-espacial: alguns conceitos e análises. *Coletâneas do nosso tempo*, v. 8, n. 08, 2010.

REIS, R. R. **O direito à terra como um direito humano**: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROCHA, H. A. A. **O rural e o urbano**: um estudo sobre a dinâmica socioespacial no bairro operário, na cidade de Boa Vista-RR. 2017. 91 f.. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2017.

RORAIMA. **Lei Estadual nº 1.063, de 16 de junho de 2016**. Dispõe sobre a regularização fundiária em imóveis urbanos de domínio do Estado de Roraima e da outras providências. <Disponível em: <<http://https://www.tjrr.jus.br/legislacao/index.php/leis-ordinarias/124-leis-ordinarias-2016/1331-lei-n-1063-de-16-de-junho-de-2016>. > Acesso em: 18/03/2023.

VERAS, A. T. de R. **A produção do espaço urbano de Boa Vista – Roraima**. 2009. 236 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

POLÍTICAS PÚBLICAS DOS E PARA OS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA

PUBLIC POLICIES OF AND FOR THE INDIGENOUS PEOPLES OF RORAIMA

*Ester Cardozo Dionisio
Marcos Antônio de Oliveira*

RESUMO: Essa temática torna-se importante devido a formação das populações do entorno do Campus Boa Vista Zona Oeste e da própria cidade de Boa Vista. A capital de Roraima possui em sua composição uma grande presença de indígenas. A presença indígena em Boa Vista é muito relevante, dados do IBGE apontam, por exemplo, vinte mil quatrocentos e dez (20.410) indígenas, mas não especificam as etnias. Assim sendo, o capítulo ‘Políticas públicas dos e para os povos indígenas de Roraima’, tem como objetivo principal verificar quais são as políticas públicas disponibilizadas aos povos indígenas em Roraima e como essas políticas são percebidas e sentidas pelas principais organizações indígenas dos povos originários que vivem no estado de Roraima. Esse texto é resultado de uma pesquisa financiada pelo PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (PIBICT) do IFRR em 2021, em virtude da pandemia de covid-19, realizamos pesquisas bibliográficas sobre políticas públicas específicas para os povos indígenas de Roraima. Posteriormente pesquisamos sites, publicações oficiais do governo federal e estadual a respeito dessas políticas. Além das pesquisas em *sites*, redes sociais, *lives* e publicações sobre as opiniões das organizações indígenas e como essas políticas estão sendo aplicadas aos povos indígenas de Roraima, organizamos junto com outros/as docentes um curso de extensão de forma remota com o tema de nossa pesquisa. Nossa hipótese, que foi comprovada, para essa pesquisa é que existem ou deveriam existir diversas políticas públicas voltadas para as populações indígenas, todavia, essas políticas não são aplicadas de forma adequada e eficiente ou são desconhecidas pelos indígenas que poderiam delas se valer. Portanto, torná-las conhecidas e identificadas poderiam estimular as cobranças junto ao poder público responsável. As reivindicações principais das organizações e lideranças indígenas fazem referência ao direito constitucional do território, o direito à saúde e à educação. O direito ao território tem sido ameaçado pelas constantes invasões de garimpeiros, madeireiros e fazendeiros nas terras indígenas, existindo propostas de reformas constitucionais que retirariam a posse de vários territórios em processo de demarcação. A saúde é afetada pela falta de medicamentos e estruturas de postos de atendimentos e equipes de atendimento médico para a população indígena, onde os indígenas estão vivendo situações precárias, com doenças infecciosas que nos casos mais graves levam a morte de centenas de indígenas, e na educação com a falta de estrutura adequadas para a educação escolar indígena. Sendo assim, na prática, o direito dos povos indígenas não são respeitados, tendo que lutarem para manter e ampliarem as políticas públicas constantemente. Concluimos que, vivemos em um momento onde o Estado Brasileiro é Anti-Indígena, não tendo interesse em colaborar com a população indígena, a menos que a população abra mão do seu controle sobre o território, permitindo que esses espaços sejam explorados de formas inconstitucionais.

Palavras-chave: Indígenas; Políticas públicas; Povos originários.

ABSTRACT: *This theme becomes important due to the formation of the populations surrounding the Campus Boa Vista Zona Oeste and the city of Boa Vista itself. The capital of Roraima has a large presence of indigenous people in its composition. The indigenous presence in Boa Vista is very relevant, IBGE data indicate, for example, twenty thousand four hundred and ten (20,410) indigenous people, but do not specify the ethnic groups. Therefore, the chapter 'Public policies of and for the indigenous peoples of Roraima', has as its main objective to verify what are the public policies made available to the indigenous peoples in Roraima and how these policies are perceived and felt by the main indigenous organizations of the original peoples that live in the state of Roraima. This text is the result of research financed by the IFRR's SCIENTIFIC AND TECHNOLOGICAL INITIATION PROGRAM (PIBICT) in 2021, due to the covid-19 pandemic, we carried out bibliographical research on specific public policies for the indigenous peoples of Roraima. Later we searched websites, official publications of the federal and state government regarding these policies. In addition to research on websites, social networks, lives and publications about the opinions of indigenous organizations and how these policies are being applied to the indigenous peoples of Roraima, we organized, together with other teachers, a remote extension course on the theme of our search. Our hypothesis, which was proven, for this research is that there are or should be several public policies aimed at indigenous populations, however, these policies are not applied properly and efficiently or are unknown to the indigenous people who could use them. Therefore, making them known and identified could encourage demands from the responsible public authorities. The main claims of indigenous organizations and leaders refer to the constitutional right of the territory, the right to health and education. The right to territory has been threatened by the constant invasions of prospectors, loggers and farmers in indigenous lands, with proposals for constitutional reforms that would remove the possession of several territories in the process of demarcation. Health is affected by the lack of medicines and the structure of care centers and medical care teams for the indigenous population, where the indigenous people are living in precarious situations, with infectious diseases that in the most serious cases lead to the death of hundreds of indigenous people, and in education with the lack of adequate structure for indigenous school education. Therefore, in practice, the rights of indigenous peoples are not respected, having to constantly fight to maintain and expand public policies. We conclude that we live in a moment where the Brazilian State is Anti-Indigenous, having no interest in collaborating with the indigenous population, unless the population relinquishes its control over the territory, allowing these spaces to be exploited in unconstitutional ways.*

Keywords: *Indigenous peoples; Public policies; Native peoples.*

INTRODUÇÃO

No Brasil, as populações indígenas atingem um total aproximado, segundo censo IBGE de 2022, de 1.693.535 pessoas em um contingente de 255 povos listados. O estado de Roraima possui 97.320 indígenas, desse total 71.412 residem em terras indígenas. Em 2022, quando o censo do IBGE foi realizado,

Roraima era o estado com o maior número de pessoas que se declaravam indígenas, 15,29% de uma população total de 636.303 pessoas (G1 RR, 2023).

Segundo o CIR (Conselho Indígena de Roraima) existem 470 comunidades indígenas, distribuídas em 10 etnias (Macuxi, Wapichana, Taurepang, Patamona, Saporá, Yanomami, Ye'kuana, Ingaricó, Wai-Wai e Waimiri-Atroari). Essas etnias vivem diversos conflitos com regionais, em sua maior parte relacionados a disputas pela posse de suas terras originárias.

Em Roraima, existem trinta e duas (32) terras indígenas, divididas entre terras contínuas (Yanomami, São Marcos e Raposa Serra do Sol), que, a grosso modo, são demarcações que não permitem a presença de não indígenas de qualquer tipo, exceção aos autorizados pelos próprios indígenas, situação que resulta em sentimentos contraditórios na população do estado. A TI Yanomami, cobiçada por garimpeiros e mineradoras, a Raposa Serra do Sol e a São Marcos por fazendeiros. A título de exemplo, somente na Raposa Serra do Sol, já foram assassinadas 21 lideranças indígenas durante o processo de demarcação, que durou 10 anos e só foi concluído em 2005 (ISA, 2019). As Tis restantes foram demarcadas em blocos ou ilhas (Ponta Serra, Araçá, Barata/Livramento e Mangueira), sendo seis de predominância Wapichana, cinco Macuxi e outras dezessete mistas entre Macuxi, Wapichana e Taurepang. A maioria dos Macuxi se concentra nas reservas São Marcos e Raposa Serra do Sol (PERES, 2013).

Entre 2018 e 2022 o Governo Federal deixou claro suas intenções de rever demarcações, permitir o acesso às terras indígenas a mineradoras, madeireiras, agricultores e garimpeiros, dando a sensação de insegurança aos povos indígenas da região, colocando em risco os habitantes das Tis e permitindo sérias ameaças à manutenção dos direitos humanos nestas áreas (ISA, 2019).

Assim sendo, torna-se imprescindível tornar visível a atual situação dos povos indígenas e, tendo os discentes dos cursos técnico em Serviços públicos e superior em Gestão pública condições de serem profissionais que irão atuar em órgãos públicos e privados voltados para políticas públicas, torna-se necessário serem sensibilizados a essa realidade.

Entretanto, não foi encontrado no Plano de Curso do técnico em serviços públicos integrado ao ensino médio e subsequente (IFRR, 2014) juntamente com o superior em Gestão Pública (IFRR, 2019) nenhuma referência específica em seus componentes curriculares a situação de políticas públicas das populações indígenas em Roraima. Essa situação reflete a invisibilidade que os povos originários são submetidos. Assim, esse capítulo pretende

alertar sobre essa lacuna nos componentes curriculares dos cursos e, também, a invisibilidade imposta às populações indígenas em todas as instâncias da sociedade roraimense, trazendo uma reflexão sobre essa questão.

As principais reivindicações das organizações e lideranças indígenas fazem referência ao direito constitucional do território, do direito à saúde e à educação. Temas que serão abordados de forma mais aprofundada no decorrer deste artigo. Nosso objetivo foi valorizar a visão e ponto de vista de representantes indígenas, a insatisfação do seu povo em relação a violação de seus direitos e a maneira equivocada que várias ações estatais estão sendo conduzidas, como a incapacidade ou desinteresse para impedir as invasões dos garimpeiros, madeireiros e representantes do agronegócio. Essas ações descontroladas têm ocasionado a contaminação de indígenas por doenças infecciosas, como a SARS-CoV-2, a malária e a gripe além de conviver com a precariedade do atendimento médico que vem agravando a situação sanitária, principalmente na Terra Indígena Yanomami.

Exemplificando as dificuldades em políticas públicas para essas populações, basta atentar a inexistência dessas ações no enfrentamento da pandemia de Covid-19 para os povos indígenas. No dia 12 de março de 2021, os povos indígenas brasileiros chegaram à triste marca de Mil e um (1001) indígenas mortos em decorrência da covid-19, sendo cinquenta mil e quatrocentos e sessenta e oito (50.468) casos com cento e sessenta e três (163) povos atingidos. Segundo Comitê, criado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), as capitais de Manaus e Boa Vista concentram o maior número de indígenas mortos pela pandemia (BRASIL DE FATO, 13/03/2021). Acreditamos ser importante refletir sobre essas ausências do estado na condução de políticas públicas a essas populações.

CAMINHOS DA PESQUISA

Este capítulo é resultado de um projeto de pesquisa PIBICT (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) do IFRR (Instituto Federal de Roraima) com o mesmo título, onde nosso objetivo foi verificar quais são as políticas públicas disponibilizadas aos povos indígenas em Roraima e como essas políticas são percebidas e sentidas pelas organizações indígenas dos povos originários que vivem no estado de Roraima. Nossa hipótese, que foi

comprovada, para a pesquisa é que existem ou deveriam existir diversas políticas públicas voltadas para as populações indígenas, todavia, essas políticas não são aplicadas de forma adequada e eficiente ou são desconhecidas pelos indígenas que poderiam delas se valer. Portanto, torná-las conhecidas e identificadas poderiam estimular as cobranças junto ao poder público responsável.

MATERIAL E MÉTODOS OU DESENVOLVIMENTO

Durante o desenvolvimento da pesquisa estávamos vivendo a pandemia de covid-19, onde o distanciamento social e físico fazia-se necessário, nossa pesquisa teve como fonte principal a bibliografia disponível sobre o tema de políticas públicas dos povos indígenas e a verificação nos *sites*, redes sociais, publicações oficiais e *lives* de lideranças e representantes das organizações indígenas que enfocavam as políticas públicas voltadas para essa população.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito de políticas públicas remonta aos estudos clássicos de Laswell (1936), Simon (1957), Lindblom (1959; 1979) e Easton (1965).

Para Mead (1995), política pública constitui-se como um campo da política que analisa o governo à luz de grandes questões políticas. Lynn (1980) o entende como um conjunto de ações do governo que produzirão efeitos específicos. Para Peters (1986), política pública é a soma das atividades do governo, mediadas pelas ações empreendidas por seus representantes e que influenciam a vida dos indivíduos na sociedade. A conceituação de Dye (1984) sobre política pública é emblemática para os dias atuais, pois simboliza as decisões dos governos e o que estes desejam ou não executar. Essa definição é peculiar, na medida em que o autor considera que uma decisão governamental de fazer ou não algo em relação a um problema ou questão relevante para a sociedade, já é, por si só, uma política pública.

Diante das diversas interpretações sobre as políticas públicas e, em particular, a relacionada às populações indígenas, optou-se por discutir as concepções que tratam de políticas indigenistas, pois, o que se tem observado em relação às ações do Estado brasileiro dirigidas aos povos indígenas

resultam em contradições diante das políticas públicas elaboradas e aplicadas para essa população.

A análise sobre as políticas públicas no Brasil tem sido objeto de reflexão por diversos autores, como Draibe (1989), Simonian (2000), Castro (2001), entre outros. O conceito utilizado neste trabalho segue o mesmo entendimento de Simonian (2000, p. 14), a qual enfatiza que:

[...] Um conceito de políticas públicas implica propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que podem incluir o Estado e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e à sociedade, onde e com quem são implementados.

As políticas públicas específicas para os povos indígenas passaram a ser visibilizadas a partir da Constituição de 1988, principalmente voltada para as temáticas fundiária, da educação e saúde. Silva Lima (2017), Mello (2018), Repetto (2008), Oliveira (2020), entre outros, abordam as políticas públicas específicas para as populações indígenas no estado de Roraima e Ximenes Pontes (2011), Viana (1996), Assis (2006) enfatizam a região Amazônica. Coelho (2003), Guirau e Silva (2013) e Bernardes (2011) apontam diversas inadequações nas implantações das políticas públicas específicas para os povos indígenas.

Comumente, as políticas públicas são as totalidades de ações, metas e planos que os governos traçam para alcançar o bem estar da sociedade e do interesse público. Dentro dos ramos da política pública, existem as políticas públicas específicas para os povos indígenas, onde são reconhecidos como campos das políticas indigenistas; o reconhecimento e regularização jurídica das terras indígenas (constituição de 1988); o atendimento à saúde (Lei nº9.836/99); a formulação de políticas educacionais (decreto nº26, de 1991) e o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições (Constituição de 1988 Cap. VIII). Porém, apesar de existir esse conjunto de leis e decretos que deveriam atender aos povos indígenas e sustentar seus direitos, na prática os indígenas têm que lutar muito, até hoje pela efetivação das políticas públicas que deveriam está sendo direcionadas aos povos originários.

Exemplificando, o direito à terra, sendo fundamental compreender a função de algumas instituições; como a FUNAI (Fundação Nacional dos Indígenas) o órgão indigenista oficial do território brasileiro criado sobre a lei nº 5.371 de 5 de dezembro de 1967, sendo a principal coordenadora e

executora das políticas indigenistas do governo federal, tendo como missão institucional proteger e promover os direitos indígenas, cabendo também a FUNAI estudos sobre identificação, demarcação, delimitação, monitoramento e preservação das terras (MUNDO EDUCAÇÃO, 2019) tradicionalmente ocupada por esses povos.

A Constituição de 1988 entende que as terras indígenas são direitos originários, pois os povos indígenas já ocupavam tradicionalmente essas terras antes da chegada dos colonizadores europeus, entendendo que o direito é anterior ao estado e que ele independe de qualquer registro oficial. Como consta no parágrafo 1, artigo 231 da constituição federal de 1988, “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Entretanto, apesar de descrito na constituição, ainda persistem inúmeros conflitos e disputas fundiárias envolvendo os povos indígenas.

Tendo de um lado a Constituição defendendo os direitos dos povos originários, e em contrapartida, grande parte das terras indígenas sendo invadidas e ocupadas por garimpeiros, madeireiros, caçadores e fazendeiros que ameaçam os habitantes originários. Não esquecendo a existência de reformas constitucionais que retirariam a posse de vários territórios em processo de demarcação, como é o caso da tese do Marco Temporal que vem sendo defendida no Congresso Nacional e por alguns ministros do Supremo Tribunal Federal. Tese essa que propõem a possibilidade de demarcação de terras indígenas somente a partir da data de promulgação da Constituição de 1988.

Dário Vitório Kopenawa Yanomami, líder conhecido por defender os direitos do povo Yanomami e um dos mais destacados advogados indígenas, aborda no encontro (Luta Yanomami: Cinema Como Aliado) a luta dos povos indígenas pelo exercício pleno de seus direitos constitucionais. Condena a presença do garimpo ilegal nas proximidades das comunidades indígenas, afetando a vida e a saúde dos povos que dependem das terras e rios para sobreviverem e preservarem suas tradições, denuncia que os rios estão sendo contaminado pelo mercúrio, metal utilizado para extração do ouro, causando danos permanentes ao povo como; “perda da visão, irritação e corrosão do sistema digestivo, implicações renais, cardíacas e no sistema reprodutor” (Antigo. Saúde 2017), além do desmatamento que é causado, destruindo grandes hectares do que eram antes grandes áreas de florestas, transformando em uma

destruição das terras “sagradas” que os povos indígenas preservam. Na terra Yanomami o garimpo ilegal já degradou certa de duzentos (200) hectares de florestas segundo um levantamento feito pela Hutukara associação Yanomami (G1, 2021). A presença do Garimpo ilegal dentro das terras indígenas tem levado a morte, a violência e a poluição das águas pelo mercúrio.

O povo indígena vem alertando as autoridades sobre essa realidade devastadora em que se encontram, visando a melhoria e a efetivação dos seus direitos constitucionais.

Todavia as devastações ainda assim continuam a aumentar nos territórios indígenas, juntamente com as mortes de crianças, jovens e idosos, nas comunidades, pela falta de atendimento adequado para a prestação de serviço público de atendimento à saúde destinado aos indígenas dentro das comunidades.

Responsável por assegurar a saúde dos indígenas dentro do território brasileiro, a secretaria especial de saúde indígena (SESAI), tem como missão desenvolver ações de atenção integral, saneamento e edificações de saúde indígena, juntamente com as políticas e os programas do sistema único de saúde (SUS), (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Apesar de terem o amparo de algumas secretarias, grande parte da população indígena ainda sofre com a realidade de precariedade dos atendimentos básicos, causando muitas vezes o agravamento de doenças e infecções que poderiam facilmente serem tratados e controlados com o atendimento à saúde adequadamente. Como a malária, doença que se agravou na vida de duas crianças da terra Yanomâmi, que morreram pela falta de transporte que pudesse removê-las da comunidade para tratamento na capital do estado, Boa Vista, revelando a falta de estrutura para os atendimentos dos moradores das regiões da comunidade Xaruna (G1, 2021) que continua levando a vida de muitos outros indígenas.

O professor Mendes, (professor da Faculdade Cathedral, em Boa Vista) em sua participação na palestra no curso de extensão políticas públicas para a saúde indígena, disse acreditar que “o que falta para as políticas públicas antes de tudo, em se pensar em curar doenças, é fazer com que elas não aconteçam, prevenir essas doenças, por meio da demarcação das terras, crendo que essas terras são necessárias para o bem estar dessas comunidades, de sua reprodução física e cultural”, visto que eles dependem dela para sobreviver, se sustentar e preservar suas tradições. Sendo assim, a preservação do ambiente se torna extremamente necessário, pois é

de suma importância para a qualidade de vida desses indivíduos, pois eles utilizam dos meios naturais para sobreviver, como das águas dos rios, seus peixes, e caças como principal fonte de alimento. Porém como visto anteriormente, as águas dos rios e todos os animais que de suas águas dependem estão sendo contaminadas pelo mercúrio e outros metais perigosos que são espalhados nas águas pelo garimpo ilegal dentro das terras habitadas pelos indígenas. E não havendo estruturas, profissionais e materiais para o atendimento a essa população, vários indígenas acabam morrendo de doenças pela contaminação das águas e aquelas que vieram juntamente com aproximadamente vinte mil (20.000) invasores presentes nos territórios indígenas (Brasil de fato.2021), além dos casos graves de desnutrição e malária, evidenciando a precariedade de assistência à saúde.

O decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991, dispõe sobre a educação indígena no Brasil. Onde se é decretado que:

- Art. 1º - fica atribuída ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino
- Art. 2º - As ações previstas no Art. 1º serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação.

O estado de Roraima ainda conta com a participação da organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR), que possui representantes com a presença de lideranças indígenas, professores e estudantes dos povos Wapixana, Makuxi, Taurepang, Ingarikó, Y'ekwana e Wai-Wai (ENSINO SUPERIOR INDÍGENA, 2012) que exercem a função de defesa da educação de qualidade para os povos indígenas, sem que a cultura e costumes sejam esquecidos durante o processo. Reforçando sempre que a ideia não é criar uma escola em que não haja a implantação de conhecimentos curriculares, mas que na verdade além desses conhecimentos, a cultura indígena ainda tenha espaço dentro do processo de educação, sabendo que, a cultura indígena é extremamente ampla, e possui diversidades, que variam de povo para povo, onde cada um possui características próprias, preocupando-se sempre em não ferir a autonomia de cada etnia, com um “modelo pré-estabelecido” sobre os costumes, crenças e tradições indígenas.

Ao longo dos períodos históricos, os povos indígenas tiveram que lutar com diversas formas de pré-conceitos, sendo uma de suas vitórias o direito de permanecerem indígenas por tempo indeterminado (Artigo 231 da constituição).

José Airton da Silva Lima, autor do livro ‘Políticas Públicas no Campo da Educação’, aborda em seu livro o conceito que foi formado sobre os povos indígenas durante o período anterior à Constituição Federal de 1988, onde o objetivo era “integrar os indígenas à sociedade não indígena”, onde eles não participavam da elaboração das leis e decretos que os “beneficiariam”, exatamente porque, isso não passava de um acordo entre o Estado, cujo o objetivo era apenas o desenvolvimento do próprio estado nacional, ou seja, acreditava-se que os indígenas deveriam deixar de ser indígenas para se integrarem a sociedade, cenário criado para que a cultura indígena fosse enfraquecida (LIMA, 2012, p. 47). Tendo em vista parte do processo “integrador” do Estado, os representantes indígenas visam a apropriação dos códigos linguísticos, políticos e culturais não indígenas como forma de resistência e entendimento da realidade que estão inseridos.

A educação escolar indígena ainda sofre com a falta de estruturas adequadas para a execução nas comunidades indígenas, como destaca a professora Edite Andrade Coordenadora da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (OPIRR) na Semana dos Povos Indígenas de Roraima do IFRR-CBVZO, “há uma ausência do Estado na questão da educação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o Estado brasileiro se comporta de forma anti-indígena. Não demonstra interesse em fazer cumprir os direitos constitucionais que a população indígena tem direito. Condiciona sua obrigação constitucional a abdicação, do controle sobre o território. Assim, deveriam se fazer cumprir as políticas públicas voltadas para as populações indígenas, todavia não são respeitadas e aplicadas leis e políticas garantidas pela Constituição que defendem os direitos dos povos originários.

REFERÊNCIAS

ASSIS, E. **Direitos indígenas num contexto interétnico: quando a democracia importada.** 207 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: IUPERJ; UFPA, 2006.

BERNADES, A. G. Saúde indígena e políticas públicas: alteridade e estado de exceção. **COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO** v.15, n.36, p.153-64, jan./mar. 2011

Brasil de Fato. Brasil ultrapassa marca de mil indígenas mortos em decorrência da covid-19. 13/03/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/03/13/brasil-ultrapassa-marca-de-mil-indigenas-mortos-em-decorrencia-da-covid-19>>. Acesso em 15 de março de 2021.

CASTRO, E. **Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados.** Belém: NAEA/UFPA, 2001.

COELHO, E. M. B. Políticas Públicas indigenistas em questão: o dilema do diálogo (im)possível. **REVISTA DE POLITICAS PUBLICAS (UFMA)**, São Luís, v. 7, n.2, p. 201-219, 2003.

DRAIBE, S. M. **O Welfare State no Brasil: Características e Perspectivas. Ciências Sociais Hoje.** São Paulo: Vértice, 1989.

DYE, T. D. **Understanding public policy.** Englewood Cliffs, NJ; Prentice-Hall, 1984.

EASTON, D. **A framework for political analysis.** Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1965.

Folha de Boa Vista. Pouco mais de 11% dos roraimenses se declaram indígenas, o maior percentual do país. 19/04/2017. Disponível em: <<http://folhaby.com.br/noticia/Poucos-mais-de-11--dos-roraimenses-se-declaram-indigenas--o-maior-percentual-do-pais/27578>>. Índios: Recenseamento. Acesso em 28 de março de 2021.

GALILEU. Vacinação contra Covid-19 é mais lenta para indígenas da Amazônia. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Saude/noticia/2021/03/vacinacao-contracovid-19-e-mais-lenta-para-indigenas-da-amazonia.html>>. Acesso em 26 de março de 2021

GUIRAU, K. M.; SILVA, C. R. Povos Indígenas no Espaço Urbano e Políticas Públicas. **Artigo apresentado para o Encontro Internacional de Participação, Democracia e Políticas Públicas.** UNESP, Araraquara, 2013.

IFRR. **Projeto Pedagógico Curso Técnico em Serviços Públicos Subsequente.** 2014. Disponível em: <<https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/>>

ensino/cursos/tecnicos/tecnico-em-servicos-publicos/subsequente/plano-de-curso-tecnico-em-servico-publicos>. Acesso em 28 de março de 2021.

IFRR. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública. 2019. Disponível em: <<https://boavistazonaoeste.ifrr.edu.br/ensino/cursos/graduacoes/tecnologia-em-gestao-publica/ppc-superior-de-tecnologia-em-gestao-publica>>. Acesso em 28 de março de 2021.

ISA. 2019. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br>>. Acesso em 28 março de 2021

LASWELL, H. D. Politics: who gets what, when, how. Cleveland: Meridian Books, 1936/1958.

LINDBLOM, C. E. The science of muddling through. Public Administration Review, n. 36, p. 78-88, 1959.

LYNN, L. E. Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis. Santa Monica, Cali: Goodyear, 1980.

MEAD, L. M. Public Policy: vision, potential, limits. Policy Currents, p. 1-4, fev. 1995.

MELO, L. M. Povos indígenas na cidade de Boa Vista: estratégias identitárias e demandas políticas em contexto urbano. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. 220 p.

OLIVEIRA, M. A. Indígenas e o ensino médio em Roraima. Demandas de estudantes Macuxi. 2020. Tese (doutorado) apresentada na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020. 165 f.

PERES, L. Cantos e danças indígenas: a resignificação do conhecimento tradicional da comunidade Boca da Mata no processo das transformações contemporâneas. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. 129 f.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

PONTE, L. A. S. X. Políticas públicas e os índios citadinos: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus

(1988 a 2010) – 2011. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2011. 269 f.:

REDE BRASIL ATUAL. Não há políticas públicas destinadas aos indígenas que vivem nas cidades. 21/07/2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/07/nao-ha-politicas-publicas-indigenas-cidades/>>. Acesso em 27 de março de 2021.

REPETTO, M. Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008. 193 p.

SILVA LIMA, J. A. Políticas públicas no campo da educação indígena no estado de Roraima. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017. 202 p.

SIMON, H. Comportamento administrativo. Rio de Janeiro: USAID, 1957.

SIMONIAN, L. T. L. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: **COELHO, M. C. N.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (Org.) Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais**, Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53. (Série Estado e Gestão Pública).

VIANNA, L. W. Caminhos e descaminhos da revolução passiva à brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, p. 377-392, 1996.

CLIENTELISMO POLÍTICO EM RORAIMA: A PORTA PARA A CORRUPÇÃO

POLITICAL CLIENTELISM IN RORAIMA: THE DOOR TO CORRUPTION

*Ássima Pamela da Silva Rodrigues Medeiros
Clarice Gonçalves Rodrigues Alves
Elaine Ramires Pinto*

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo discorrer sobre o clientelismo político em Roraima, relacionando-o com conceitos como coronelismo, corrupção e cidadania. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa no intuito de compreender o clientelismo estabelecido em Roraima. O procedimento da pesquisa ocorreu por meio de revisão bibliográfica, utilizando artigos, livros e *sites* de notícias que abordam o assunto. Verificou-se que a prática clientelista faz-se bastante presente no estado desde a sua criação, influenciando diretamente no exercício do voto e na presença de candidatos perenes, que independente das suas realizações e incriminações durante seu mandato, continuam sendo eleitos devido ao seu poder aquisitivo e influência diante do cenário político local. Adentrar nestes conceitos não significa restringir a corrupção a poucos fatores, mas demonstrar seus efeitos na política da região para discutir formas de combatê-la. Conclui-se que é imprescindível, portanto, que haja uma educação e conscientização acerca da importância do voto, que se viabilizem as estratégias de desenvolvimento estadual.

Palavras chaves: Cidadania; Clientelismo; Corrupção; Patrimonialismo.

Abstract: *This article aims to discuss political clientelism in Roraima, relating it to concepts such as coronelismo, corruption and citizenship. For that, a research with a qualitative approach was developed, as it sought to understand the clientelism established in Roraima, being explanatory in relation to the proposed objectives. The research procedure took place in a bibliographical way using articles, books and news sites that address the subject, and were used to explain facts. It was found that the clientelistic practice is very present in the state since its creation, directly influencing the exercise of voting and the presence of perennial candidates, who, regardless of their accomplishments and incriminations during their mandate, continue to be elected due to their purchasing power and influence in the local political scene. It is concluded that it is essential, therefore, that there be education and awareness about the importance of voting, which makes the state development strategies viable.*

Key words: *Citizenship; Clientelism; Corruption; Patrimonialism.*

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a corrupção no Brasil é frequente, e não é diferente em Roraima. Distante do centro federativo do país, o estado, criado na Constituição Federal de 1988, o estado é alvo dos inúmeros escândalos de desvio de dinheiro e serviços públicos mal prestados à população que são registrados em várias manchetes envolvendo os representantes políticos em que são denunciados e divulgados diariamente em todos os meios de comunicação, explicitando o clientelismo arraigado nesta unidade federativa. Portanto, este artigo pretende entender o que é clientelismo, como se processa e como diminuir esta prática no cotidiano roraimense.

Assim, foram levantados conceitos de cidadania e seu exercício, educação e sua importância, percorrendo a história política do estado para entender o surgimento do sentimento de paternalismo no povo que favoreceu a abertura da porta para o clientelismo e seus efeitos. Uma das questões levantadas é: onde se inicia essa corrupção tão deplorável? É de conhecimento de toda população a ocorrência de uma atividade ilícita e recorrente nos períodos eleitorais: como a compra de votos em troca de benefícios?

O chamado clientelismo político é a prática mais comum de assegurar o voto “certo” por meio de troca que acontece entre político e eleitor. Nesta relação de troca entre políticos e cidadãos, as opções são inúmeras: desde remédios, materiais de construção, cestas básicas e até dinheiro. Pode ser visto ainda como um meio usado por alguns candidatos para tentar remediar uma situação a seu favor. Ao adentrarmos na história política de Roraima, muitos relembram os “benefícios” ganhos em épocas passadas, oferecidos pelos “políticos paraquedistas”, termo que designa políticos que apareciam apenas em tempos eleitorais, sem conhecimento das reais necessidades da população e que eram eleitos por meio de relações de troca e de vínculos pessoais e familiares. Essa permuta política traz à sociedade uma reação nada desejada durante os quatro anos de exercício político.

Este artigo procura refletir sobre a conduta cidadã dos eleitores, frente a estes atos, tidos como triviais e corriqueiros, mas com grande repercussão nas políticas públicas e na gestão de recursos. Ouve-se falar muito sobre a corrupção dentro da Administração Pública, mas pouco sobre a corrupção que acontece de forma disfarçada entre o eleitor e seu futuro representante, corrupção essa que ocorre no seio da própria sociedade, colocando em questão a conduta e consciência do cidadão ativo.

Devido à baixa divulgação de artigos que explorem o sistema político do estado, e a conduta do cidadão roraimense com o clientelismo político, este trabalho pretende complementar os estudos científicos acerca destes casos. O trabalho divide-se em três seções: a primeira a ser relacionada é a disputa política entre coronéis e fazendeiros existente no estado de Roraima desde o seu período de Território Federal; a segunda parte expõe o clientelismo além de trazer reflexões sobre a corrupção e os danos causados por ela; e última seção abordando sobre cidadania e seu exercício.

O objetivo deste estudo é realizar considerações e análises da conduta do cidadão roraimense mediante práticas clientelistas e corruptas no estado em tempos eleitorais e colaborar para o entendimento da importância da educação política e suas contribuições para a formação de um cidadão que conheça os seus deveres e principalmente os seus direitos estabelecidos na Constituição Federal do Brasil (CF/88).

RORAIMA E SEUS CORONÉIS

Ao abordar o assunto dos coronéis, a memória remete a época da República Velha¹, momento da história brasileira em que os fazendeiros controlavam seus subordinados para que votassem em seus escolhidos. O coronelismo, enquanto prática política, baseava-se na troca e compromissos recíprocos entre o poder público e o poder de domínio do coronel na localidade, ou de forma simplificada, a “troca de favores”. Garantindo ao Estado o poder do coronel, e dando a este o controle dos recursos públicos locais. O coronel prometia apoio ao Presidente da República em troca da segurança dos seus bens estatais. O termo “coronel” não era obrigatoriamente, como um fazendeiro, poderia ser compreendido também como uma pessoa formada, com grau de instrução ou empresário que possuísse vínculos com o poder municipal.

Em Roraima, apesar de não ser diferente o uso desse termo, quando mencionamos os “coronéis” de fato, muitos o são. Os coronéis, brigadeiros e maiores eram enviados pelo Ministério do Interior, para assumir o cargo de

1 Período vivido no Brasil entre 1889 e 1930 marcado pelo poder político descentralizado e coordenado por oligarquias regionais, que teve início com o golpe liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro, e terminando em 1930 com outro golpe contra a estrutura oligárquica da República, liderado por Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/m.historiadomundo.com.br/amp/idade-contemporanea/república-velha.htm>>

governador do estado, já que o poder estava com os oficiais da aeronáutica, no período militar (1964-1986).

Durante o período de 1944 a 1987, Roraima teve 20 (vinte) representantes políticos em seu governo, sendo 15 (quinze) deles capitães e coronéis do Exército, indicados em sua maioria pelo presidente da República². Cabe ressaltar, ainda que as indicações de militares para estarem à frente do estado vem de épocas mais distantes, como no período de colonização das terras pelos portugueses, onde o Forte de São Joaquim do Rio Branco (1775), por exemplo, era governado por capitães. O surgimento do principal município teve a contribuição do capitão Augusto Ximeno de Villeroy (governador do Amazonas) que deu início ao município de Boa Vista do Rio Branco, em 9 de julho de 1890. Anos mais tarde, surgia o Território Federal do Rio Branco, pelo Decreto – Lei 5.812 de 13 de setembro em 1943, tornando-se estado em 1º de Janeiro de 1991, após a primeira eleição (decretada na CF /88) para a escolha do governador do estado (FREITAS, 2017).

Lobo Junior (2015) traz em seu trabalho uma análise realizada por Vieira (2007) e Cirino (2008) que aponta conflitos existentes neste período caracterizadores do tipo coronelista, ou seja, os fazendeiros ditavam as regras políticas, o que gerava enfrentamentos pela mão de obra entre os donos de terras e indígenas. Para este autor, o mandonismo estabeleceu-se a partir dos conflitos políticos gerados entre os latifundiários e os governadores indicados.

O que transparece na obra de Leal (2012) são os seguintes elementos: o mandonismo, característica secundária do sistema “coronelista”, sintetizado como um traço de personalidade que é conferida ao coronel, que usa seu poder de influência para controlar o ambiente local, impedindo a população a ter acesso livre ao mercado e à política; o filhotismo, ou seja, a concessão de vantagens e cargos a pessoas amigas; o falseamento do voto; e a desorganização dos serviços públicos locais. Estes são traços resultantes de uma época onde o povo estava sem voz e sem o direito de opinar e que até os dias atuais causam efeito na política da região. Apesar da reestruturação política em Roraima, as articulações exercidas outrora, colocaram o roraimense às margens das escolhas e o acomodou à espera não só de soluções políticas, mas também de benefícios.

No Brasil, e especialmente, em Roraima, ainda existe uma lacuna ou um desvio de concepção acerca da política. Percebe-se refletido no cenário político local a

2 Informações retiradas do *site*: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Roraima

permanência de um Brasil arcaico cujo povo, excluído do processo político, fica à espera das lideranças que controlam e usufruem dos benefícios deste poder. De fato em Roraima o acesso ao sistema político se configura como privilégio de uns poucos, onde o Estado aparece como uma máquina forte em detrimento de um povo, ou sociedade civil frágil e desarticulada (SANTOS, 1998 *apud* LOBO JUNIOR, 2015).

Com o surgimento do novo estado, um crescimento populacional foi notado no local, esse aumento se deu por conta de alguns fatores que contribuíram para a migração em massa de pessoas de outros estados, que vinham atrás da promessa e esperança de uma vida melhor. Os programas federais que distribuíram terras na Amazônia, garimpo e o estímulo dado pelos governantes para a imigração nordestina, foram uns dos agentes responsáveis pelo aumento e padrão populacional existente no estado. Esses imigrantes, em sua maioria, tinham pouca escolaridade e possuíam renda baixa; o que favorecia o poder de influência dos personagens políticos, pois havia grande demanda de benefícios entregue a fim de conquistar o apoio político, num processo assistencialista que afirmava seu prestígio junto à população.

Com esse cenário favorável para a política assistencialista, novos grupos políticos surgiram neste horizonte. O aparecimento de novos grupos políticos, neste cenário ganhou destaque em 1990 com a chegada de políticos “*paraquedistas*”, candidatos que apareciam de outro estado, apenas para concorrer a deputado federal ou senadores. Esse paraquedismo político pode ter iniciado com as nomeações feitas pelo presidente, para comandar o território.

Os governantes que aqui chegavam eram militares da aeronáutica que vinham de outros estados a serviço do Estado. Esses candidatos que surgiam repentinamente em ano eleitoral, não demonstravam qualquer interesse em solucionar as demandas sociais existentes; apenas buscam por poder, sem estabelecer base no local escolhido para pleito (SANTOS, 2020).

Em Roraima, encontram-se exemplos desta categoria de políticos. Alguns que ficaram marcados na memória do povo, como no caso o candidato Moisés Lipnik, empresário colombiano, três vezes eleito, cuja candidatura e popularidade foram marcadas por entrega de geladeiras, terrenos e entre outras promessas.³ E o emblemático Ottomar de Souza Pinto, marcado pelo populismo, com a entrega de cestas básicas, brinquedos e até peixes em épocas comemorativas da Páscoa. Em contrapartida, sua passagem pelo governo foi

³ Notícias do jornal Folha de São Paulo, 1994. “PF investiga deputado em RR”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/23/brasil/35.html>>.

reconhecida por uma política diplomática com os grupos locais, fez com que vários projetos se desenvolvesse, principalmente na área da agricultura, fazendo com que houvesse no estado uma expansão demográfica e populacional com a migração nordestino para a colonização das terras (LOBO JÚNIOR, 2015).

Outros candidatos também marcaram a política local com uma cultura assistencialista, que podemos observar como uma estratégia para forjar o uso dos bens públicos em prol dos interesses particulares, um estilo patrimonialista em utilizar o bem público, para implementar políticas públicas em favor do voto fiel do favorecido.

CLIENTELISMO E O ATRASO DO DESENVOLVIMENTO

À medida que as transformações nos modelos de governo e administração pública foram sendo implementados durante as décadas iniciais de criação do estado, a forma de praticar a política também foi sendo alterada para atender as necessidades da sociedade.

O patrimonialismo, modelo de administração pública adotado na Primeira República no Brasil, é o sistema de gestão em que não se separa o patrimônio particular do público e seus servidores atuam em cargos como prêmios, o que proporciona a construção do nepotismo e traz grandes disfunções para o atual regime republicano (PEREIRA, 2014). Para Viscardi e Alencar (2016) foi dada à Primeira República a responsabilidade do aumento das desigualdades sociais e regionais, e as fraudes que nos acometem ainda nestes dias atuais, pois o coronelismo foi o modelo político base, para essas raízes.

Segundo Lobo Junior (2015) a política apresentada pelos primeiros governadores e fazendeiros era o coronelismo, marcada fortemente pelo mandonismo, compadrio e conflitos políticos.

Essas práticas induziram o surgimento do clientelismo - termo utilizado para definir a troca do voto pelo apoio político- denotando ligação estabelecida entre eleitor e coronel, em que se associa a finalidade de distribuir favores, empregos e outros benefícios como até mesmo dinheiro ao cidadão (cliente) em troca desse apoio; neste aspecto o beneficiário fica preso politicamente a uma promessa. Essa trama política tem efeitos desastrosos, já que:

[...] as propinas distorcem as políticas públicas, que acabam se tornando ineficientes. A corrupção direciona o governo para a aquisição de produtos e serviços que propiciam ganhos privados – ainda que mais custosos ou mesmo desnecessários...O nível de corrupção do país está relacionado com a eficácia de sua administração, ou seja, governos menos corruptos são mais eficazes (DALLAGNOL, 2017, p 44).

O coronelismo, enquanto prática social, contraria os princípios de uma gestão democrática e transparente e é um fator que deve ser investigado e combatido pelos gestores públicos idôneos. Em contrapartida, deve-se ter o cuidado pois:

Essas ideias do Estado e da política corrupta servem para que se repassem a baixo custo, empresas estatais e nossas riquezas do subsolo para nacionais e estrangeiros que se apropriam privadamente da riqueza que deveria ser de todos. Essa é a corrupção real. Uma corrupção legitimada e tornada, invisível por uma leitura distorcida e superficial de como a sociedade e seus mecanismos de poder funcionam (SOUZA, 2019, p.13)

Nesta perspectiva, entende-se que, representantes e funcionários do Estado podem valer-se da corrupção para privilégios pessoais e coletivos, contudo, restringir ou somente culpabilizar o Estado impede que outras camadas sociais sejam vistas ou descobertas em seu processo de rapina do patrimônio público. Ao defender que o Estado é um alongamento do homem cordial, termo cunhado por Sérgio Buarque de Holanda na famosa obra Raízes do Brasil, pode-se incorrer no erro de ocultar a responsabilidade de uma elite conservadora que detém o real privilégio das riquezas do país.

Na verdade, o Estado é privatizado em todo lugar e, a noção de patrimonialismo apenas esconde mais este fato fundamental, possibilitando uma dupla invisibilização: a dos interesses privados que realmente dominam o Estado e do rebaixamento geral dos brasileiros, que passam a tratar não apenas os estrangeiros mas os interesses estrangeiros, como superiores e produto de uma moralidade superior (SOUZA, 2019, p.145).

Esse mecanismo de clientela ganhou força com o populismo que é apresentado ao eleitor, e que merece um detalhamento neste trabalho. De um lado, temos a ideia de que o líder carismático exerce influência sobre o povo e de outro, o questionamento se esta parcela da população sabe ou não votar, ou seja, adentra-se em questões de soberania popular. Para (LOBO JÚNIOR. M. R., 2014, p.58)

O domínio carismático parece um mecanismo importante para compreender o controle político estabelecido pelos líderes dos grupos de interesse. Suas ações podem ser efetivadas pelas práticas assistencialistas, cujas bases sedimentam-se através do carisma, como pode ser observado nas ações do brigadeiro Ottomar.

Já para Souza (2019, p.147), este assunto é abordado a partir de ideias do voto consciente e sua relação com a soberania popular,

A noção de populismo, atrelada a qualquer política de interesse dos mais pobres, serve para mitigar a importância da soberania popular como critério de qualquer sociedade democrática. Afinal, como os pobres, coitadinhos, não têm nenhuma consciência política, a soberania popular e sua validade podem ser sempre, em graus variados, postas em questão. O voto inconsciente corromperia a validade do princípio democrático por dentro. A proliferação dessa ideia na esfera pública, a partir de sua respeitabilidade científica e depois pelo aparato legitimador midiático, que o repercute todos os dias de modos variados, é impressionante.

Em Roraima, a cultura da gestão patrimonialista, fica registrada no tempo. Passados mais de 15 (quinze) anos do ocorrido, o famoso esquema de corrupção “Gafanhoto” ainda espera uma decisão final para o caso. Com um desvio superior a R\$230 milhões de verbas públicas para o pagamento de mais de (5.000) cinco mil servidores fantasmas. Um esquema que desviou recursos públicos entre os anos de 1998 e 2002 beneficiando deputados estaduais e federais. Participaram ainda deste esquema conselheiros do Tribunal de Contas de Roraima.

O esquema era realizado em incluir nas folhas de pagamento do estado os servidores fantasmas. Os beneficiários dessa ação conseguiam procurações que eram assinadas pelos indivíduos que tinham seus nomes na lista de pagamento e davam aos legatários o poder de sacar o dinheiro. Em entrevista ao G1 o delegado da Polícia Federal que presidiu as investigações, Júlio César Baida disse à coluna que:

Durante os depoimentos, as pessoas identificavam a assinatura delas na procuração, mas a imensa maioria não sabia que estava concedendo um instrumento que autorizava alguém a sacar um salário em nome dela. Não faziam ideia que estavam sendo registrados como funcionários públicos de Roraima. A fraude se aperfeiçoava não só para o consequente enriquecimento ilícito. Essa entrega do pequeno valor para o gafanhoto formava um grupo de eleitores que votaria novamente nesse político para que ele conseguisse se eleger e manter essa ajuda de custo. (G1, 2018).

O cientista político Paulo Racoski fala na mesma entrevista dada ao mesmo *site* que a prática de oferecer ajuda é o que mantém esses políticos no poder apesar das evidências de corrupção e propina. E avalia:

É o toma lá, dá cá, chamado na ciência política de clientelismo. Eles fizeram o sistema de triangulação e pulverização financeira e ajudaram tantas pessoas, mas tantas, que vai ter gente que vai morrer devendo favor para eles. Ou seja, eles nunca ficaram sem dinheiro, sem oportunidade, sem negócios (G1, 2018).

O clientelismo passou a ser executado não só como uma atividade eleitoral, que para uma parte da população carente é esperada com grande expectativa. Mas também é a porta de entrada para a corrupção não só no estado de Roraima, mas para o Brasil. Dessa ajuda se espera o amparo que o Estado deveria dar ao cidadão, mas que somente tem acesso a algum benefício de maneira fácil, quando se inicia o ano eleitoral. Baseada no nepotismo e no uso clientelista da política local, apresenta casos que envolvem corrupção. Tanto no estado como no município de Boa Vista é comum colocar amigos e parentes em cargos públicos e a população é desprovida de ações voltadas ao ensino político (SANTOS, 2020).

CIDADANIA: CONCEITO E EXERCÍCIO

Segundo o ponto de vista jurídico, cidadania é o exercício do cidadão de exercer seus direitos e deveres políticos e sociais, constituídos pela Constituição Federal do Brasil (CF/88). Conjunto esse de atividades que devem ser realizadas por todo indivíduo que se encontra na sociedade. No entanto, o conceito de cidadania é muito mais antigo do que pensamos. Paulo Funari (2003) aponta que *“a luta pelos direitos civis dos plebeus foi o grande motor das transformações históricas a partir da República, por dois séculos V e VI a.C”*.

Costa e Ianni (2018) mencionam em seu trabalho conceitos apresentados por Aristóteles (1973) em “A Política” que ser cidadão significava ter poder público e fazer parte das decisões coletivas da cidade, participando ativamente das decisões políticas. Embora, vale ressaltar, que o *status* de cidadão limitava-se a um pequeno grupo de homens livres, excluindo mulheres, posseiros e estrangeiros naquele período. Durante o processo de evolução histórica da civilização, o termo ganhou várias conceituações, uma

delas fundamentada na teoria contratualista, onde um contrato firmado pelo cidadão com o Estado, fornecia direitos ao homem, base que ganhou grande relevância na formação do Estado-nação.

Segundo Pinsky (2003, p. 44) o conceito de cidadania ganhou força com a independência dos Estados Unidos e a Revolução Francesa, e a partir desses cenários revolucionários o conceito e prática de cidadania foram sendo defendidos. Certamente, formas de cidadania restritivas e seletivas não nos interessam neste momento, apenas nos norteiam dentro da História, a fim de entendermos que o conceito do que é ser cidadão já é discutido pela população e pelo Estado há muito tempo.

Este trabalho buscou evidenciar o conceito de cidadania essencial, onde o cidadão possui direitos e deveres civis, sociais e políticos. De acordo com Marshall (1950, *apud* CARVALHO, 2001, p. 10), a cidadania está relacionada a três elementos e o surgimento de cada um deles se deu em séculos distintos, uma vez que direitos civis teriam se formado no século XVIII; os direitos políticos, no século XIX; e os direitos sociais, no século XX.

Cada país percorreu - ou está percorrendo - uma trajetória histórica específica para chegar ao exercício da cidadania plena, ou seja, ter direitos civis, políticos e sociais e a garantia de seu cumprimento; onde o cidadão pode exercer seus direitos, ter liberdade política, agir social e economicamente, estando sujeito, em contrapartida, a deveres que lhe são impostos constitucionalmente. Cidadania relaciona-se, portanto, à participação consciente e responsável do indivíduo na sociedade, zelando para que seus direitos não sejam violados ⁴.

No Brasil o marco determinante para que o termo caísse na “boca do povo” foi no ano 1985 após o fim da Ditadura Militar (1964-1985). O fato de que a população poderia novamente escolher seus representantes políticos, trouxe a ideia de que um período de liberdade e desenvolvimento teria, enfim, chegado. Mas nem tudo o que se esperava caminhou tão bem assim. Em Roraima, após anos vivendo este modelo coronelista, onde os representantes políticos eram indicados pelo Presidente da República e durante a ditadura militar eram indicados pelo Ministro do Interior, a sociedade roraimense caminhava ainda a passos pequenos e muito lentos nas trilhas da democracia, mesmo com a Constituição Federal do Brasil (CF/88) determinando a eleição para a escolha do governador, foi apenas em 1990 a sua realização efetiva (FREITAS, 2017, p. 176).

4 Disponível em: <<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-ser-Cidadao>>.

Lobo Júnior (2015, p. 42), faz citação das condições favoráveis para a prática clientelista que foram apontadas por Victor Nunes Leal (1997) onde a vida social e econômica inadequada da população contribui para o surgimento da prática de clientela, e características como a dependência do município em relação ao estado e à União e o distanciamento dessas regiões com o resto do país.

O ato civil e político de escolha dos representantes via voto é direito do cidadão e está fortemente atrelado ao desenvolvimento de uma sociedade democrática, porém, sua importância efetiva ainda é pouco ensinada à população, ou seja, a educação política deve chegar às salas de aula para que a população tenha mais informação e acesso a seus direitos. Carvalho (2021) relata que na época colonial já havia a falta de um ensino adequado para instruir e formar cidadãos conscientes de seus direitos, pois não era do interesse dos senhores educar seus dependentes.

Diniz (2018, p. 86) relembra em sua publicação que a educação é estritamente necessária para o desenvolvimento do país, que ela foi e continua sendo necessária para a ampliação de qualquer país, e porque não dizer do nosso estado.

CIDADANIA, DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO POLÍTICA

A construção da cidadania na população está relativamente ligada a educação do povo, para Diniz (2018, p. 18) o sistema educacional apresenta vários problemas, e dois deles são apresentados logo nas primeiras páginas de seu trabalho; o primeiro analisado é a repetência e evasão, apesar de termos um número significativo de crianças nas escolas o número de repetência e evasão são altíssimos. O segundo problema a ser analisado é o alto índice de analfabetismo.

Por meio da emenda constitucional de 1985 o cidadão garantia o direito constitucional de comparecer às urnas para votar, maiores de 18 e com menos de 70 (setenta) anos de idade, passaram a exercer o dever constitucional sem a classificação do sexo, raça, classe social ou grau de conhecimento⁵.

Educar é fazer com que o povo seja detentor e conhecedor dos seus direitos tem sido uma tarefa muito difícil, principalmente para um sistema educacional tão devassado. Uma frase dita pelo deputado na votação da emenda de 1985

⁵ Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos>>.

(WESTIN, 2016) coloca o exercício do cidadão em primeiro lugar, deixando em segundo plano o conhecimento desse eleitor, pois em seu discurso afirma que só será um cidadão pleno e ter direitos quando conseguir votar:

Precisamos dar ao analfabeto escola, mas também força para que reivindique escola para si e para os seus. Como passará a ser cidadão pleno e ter direito? Quando tiver acesso ao voto. Aí passará a ter forças inclusive para reivindicar, exigir escola (WESTIN, 2016, s/n/).

Distinto do argumento apresentado, o senador Miguel Couto (PSD-RJ), afirma que é preciso tirar o eleitor da ignorância antes de lhe dar o direito e decidir os destinos do Brasil (WESTIN, 2016). Em meio a vários argumentos opostos naquela votação, o cidadão hoje tem o poder da escolha política em suas mãos. Mas surge o questionamento: esse povo sabe escolher em prol do bem comum? A falta de educação básica é um indicador forte de que existe uma carência de educação política nos estados e que se espalha pelo nosso país. Não se verifica na maior parte das escolas de ensino fundamental ao médio disciplina que aborda temas como política, direitos e deveres dos cidadãos de acordo à Constituição Federal, fazendo com que a população ao frequentar a escola pública seja detentora de conhecimentos superficiais das leis vigentes? Principalmente para estados e cidades que estão mais afastadas do Centro federativo como o estado de Roraima, estas questões devem ser priorizadas.

Com a CF/88 houve a transformação de Território Federal em estado, mas como foi verificado estas mudanças não foram acentuadas o suficiente para diminuir as ações de apadrinhamento e populistas dos candidatos para com o povo roraimense.

Diniz (2018, p. 31), pontua que “*a educação é um instrumento transformador e libertador dos indivíduos...Ela transforma vidas, histórias e destinos*”. Assim, conhecer os seus direitos para depois executá-los, seria o caminho correto para o exercício pleno do cidadão, cabe ressaltar que é de interesse de alguns políticos que o indivíduo seja cada vez menos instruído, para não questionar sobre as demandas públicas. Pinsky (2011) expõe a prática da cidadania de uma forma funcional pressupondo:

[...] uma série de direitos, deveres e atitudes relativos ao cidadão, àquele indivíduo que estabeleceu um contrato com os seus iguais para a utilização de serviços em forma de pagamento (taxas e impostos) e de sua participação ativa ou passiva, na administração

comum. Por essa definição (mesmo apressada e meramente funcional) se vê sim, o pagamento de impostos, mas também o da fiscalização de sua aplicação; o direito à condição básica de existência (comida, roupa, moradia, educação e atendimento de saúde) acompanhado da obrigação de zelar pelo bem comum. (PINSKY, 2011, p.12).

Desta forma, a educação popular tem uma grande importância. Conforme Carvalho (2001, p. 17):

Ela é definida como direito social, mas tem sido historicamente um pré-requisito para a extensão dos outros direitos. Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política.

Conclui-se a cidadania como atividade democrática do cidadão em participar de maneira ampla das demandas do Estado, dando ao indivíduo o direito de uma vida digna e acesso ao plano civil, político e social. E tal atividade tem enfrentado grande oposição de desenvolvimento, em consequência dos fatores que foram analisados.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que contemplou artigos científicos e obras literárias que abordam conceitos de coronelismo, paraquedismo político, clientelismo, cidadania e educação política; ressaltando a aplicação do conceito desses fatores na realidade do estado de Roraima.

A análise foi embasada em ideias de autores e historiadores brasileiros reconhecidos nos assuntos apresentados. Entre eles: Manoel J. Carvalho, Victor Nunes Leal, Sérgio B. Holanda e entre outros pensadores que apresentam uma importante definição em seus trabalhos, que são pertinentes às questões expostas neste artigo. Para isso foram utilizadas fontes secundárias como artigos, trabalhos acadêmicos, livros, periódicos e reportagens para ajudar na análise dos temas apresentados.

Para a identificação dos artigos e trabalhos acadêmicos, foi realizada uma busca na base de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e no *Google Acadêmico* de todos os estudos publicados entre 2010 e 2021.

DISCUSSÃO

A prática de clientela política nada mais é que a prática da troca de favores, de um lado o político e, do outro, um eleitor. Em geral, alguns políticos com poder e acesso a recursos públicos os utilizam para ‘agradar’ com benefícios prestados pelo estado seus “clientes”. O político faz com esse eleitor que vive em situação de vulnerabilidade e que precisa de emprego, vaga na escola, consulta médica, remédios e dinheiro para ter uma vida digna fique “amarrado” politicamente por meio de “favores”, acesso a bens e serviços em troca do apoio político, ou seja, do voto. O eleitor torna-se, nesta relação, marginal em termos de posição, poder e acesso e não exerce seu poder democrático como deveria, pois vende seu voto em troca de benefícios.

Para conseguir a possível candidatura ou reeleição os candidatos buscam por clientes fiéis que votem. O clientelismo é um dos obstáculos ao avanço da cidadania plena, sendo um empecilho para o desenvolvimento da nossa sociedade roraimense. Em Roraima, nos anos 1990 com o crescimento populacional oriundo das migrações apoiadas pelos chefes políticos da época, fez com que novos concorrentes “caíssem de páraquedas” na política local, a fim de “garimpar” uma vaga nos cargos públicos.

Devido ao surgimento desses novos representantes políticos, a política assistencialista ampliou-se, decorrente de uma disputa acirrada para a conquista de votos estáveis de uma população desorientada no exercício de sua cidadania e escolha política. (SANTOS, 2020, p. 240).

Práticas como estas, favorecem o crescimento da corrupção que tem sido problema social e político em todo o país não só em Roraima, na qual o representante político tenta se apropriar dos bens público e distribuí-los, como se fossem seus. Essa corrupção consiste na elevação dos interesses privados em detrimento do interesse público.

Como resultado, os casos de corrupção influenciaram inexoravelmente a política local, com o objetivo de manter os agentes políticos envolvidos no sistema que é constituído por relações recíprocas e ilegitimidade benéficas entre políticos, empresários e outros (GONÇALVES e ANDRADE, 2019).

Nota-se, portanto, uma ligação entre os conceitos de clientelismo e corrupção, que classifica o segundo como resultado do primeiro. A presença e normalização de práticas como compra de votos é normalizada do estado de Roraima, tornando a mudança de realidade urgente, por meio do incentivo à educação política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista o estudo de temas como: clientelismo, corrupção, patrimonialismo, cidadania, corrupção e soberania popular, percebe-se o clientelismo está relacionado diretamente à exclusão ou falta de acesso aos serviços públicos de qualidade que deveriam ser prestados pelo estado. Ao vincular o acesso aos direitos básicos a ações ou favores de determinado político, a população perde seu poder se exigir políticas públicas de qualidade, uma vez que os gestores públicos eleitos já entram no sistema político de forma inadequada. Logo, qual a seriedade e comprometimento espera-se deles? Há uma distorção entre público e privado e a assistência educacional, de saúde, de saneamento básico, etc. é vista não como uma obrigação da gestão, mas como uma “ajuda” de determinado personagem político, cujo objetivo é fidelizar o voto.

Apesar da estratégia de certos políticos, temos que ressaltar que participantes desse enredo, os eleitores, não são somente vítimas, pois aceitam e toleram os termos, na esperança de alcançarem seus objetivos, seja a moeda de troca um saco de tijolo, dinheiro ou emprego.

No estado de Roraima, onde as práticas populistas e clientelistas são empregadas desde os primórdios da criação do estado, há uma dificuldade natural de grande parte da população de se desvirtuar de tais práticas e exercer o voto de maneira limpa, sem influências ilícitas. Dessa forma, é necessário que haja uma conscientização gradual dos eleitores acerca da importância do voto, por meio de educação política e de políticas públicas voltadas para assistência de uma população avessa a personalismos; e uma maior fiscalização, com emprego de multas e penalizações às práticas de compra e venda de voto que mancham o processo eleitoral local há tantos anos.

Nesta pesquisa, a corrupção não é vista como inata ao brasileiro, ou ao seu “jeito de ser”, mas uma construção social que pode ser revestida, gradativamente, com educação política, estudo e práticas de gestão pública eficazes para que pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, principais alvos desse tipo de prática política corrupta, não venham a comprometer o desenvolvimento do estado por escolha de maus gestores e, conseqüentemente, de más políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, I; OLIVEIRA, V. Escândalo dos gafanhotos: 15 anos depois, mais de 45 processos aguardam julgamento do maior esquema de corrupção em RR. **G1 Roraima**. 26 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/g1.globo.com/google/amp/rr/roraima/noticia/2018/11/26/escandalo-dos-gafanhotos-15-anos-depois-mais-de-45-processos-aguardam-julgamento-do-maior-esquema-de-corrupcao-em-rr.ghtml>>.

CARVALHO, J. M. de.. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual**. Dados [on line], 1997, v.40, n.2, p.229-250. Epub 30 Out 1998. ISSN:1678-4588. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/bTjFzwWgV9cxV8YWnYtMvrz/>>.

CARVALHO, J. M.. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 27.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2021. *E-book* (246p.) ISBN: 978-65-5802-052. Disponível em: Cidadania no Brasil, José Murilo de Carvalho. Disponível em? <<https://play.google.com/store/books/details?id=zwNHEAAAQBAJ>>.

COSTA, M. I. S; IANNI, A. M. C. **O Conceito de cidadania**. São Bernardo do Campo: UFABC, 2018, p43-73, ISBN: 978-85-68576-953. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788568576953.0003>>.

DALLAGNOL, D. **A luta contra a corrupção**. Rio de Janeiro: Primeira pessoa, 2017.

DINIZ, J. **Falta de educação gera corrupção**. Barueri: Novo século Editora, 2018.

FERNANDES, C.. **Velha República. História do mundo**. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/m.historiadomundo.com.br/amp/idade-contemporanea/republica-velha.htm>>.

FREITAS, A. **História e Geografia de Roraima**. 9.ed.Boa Vista: IAF, 2017.

HOLANDA, S. B. de.. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. *E-book* (226p.) ISBN:85-7164-448-9. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/x0v01pdf>>.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município é regime representativo no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Companhia das letras.2012.

E-book (653 p.) ISBN:978-85-359-2130-4. Edição *kindle*. Disponível em: <<https://amz.onl/9lcz9JO>>

LOBO JÚNIOR. M. R., *et al.* Grupos políticos, Clientelismo e Corrupção em Roraima. **Texto & Debate**. Boa Vista, n 25, p. 41-62, 2014. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/textosedebates/search/authors/view?firstName=Manoel&middleName=Ribeiro&lastName=Lobo%20Junior&affiliation=Universidade%20Federal%20de%20Roraima.%20Curso%20de%20Hist%C3%B3ria&country=BR.PDF>>

O que é ser cidadão. **Paraná Governo do estado**. Disponível em: <<https://www.justica.pr.gov.br/Pagina/O-que-e-ser-Cidadao#>>.

PINSKI, J.. **Cidadania e Educação**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2011. *E- book* (132 p.) ISBN: 978-85-7244-847-5. Disponível em: <<https://play.google.com/store/books/details?id=WMhnAwAAQBAJ>>.

PINSKY, C. B.; PINSKI, J.. **História da Cidadania**. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2013. *E-book*: (642 p.) ISBN: 978-85-7244-585-6. Disponível em: <<https://play.google.com/store/books/details?id=8dZnAwAAQBAJ>>.

SÁ. X. PF investiga deputado em Roraima. **Folha de São Paulo**. 23 out.1994. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/23/brasil/35.html>>.

SANTOS, R. R., *et al.* Roraima: do pará- quedismo político ao clientelismo. **Texto & Debate**. Boa Vista, n° 5, p. 7-19, 1998. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v1i5.1014.pdf>>.

SANTOS. R. R., *et al.* Anos 1990: líderes, partidos e clientelismo no contexto político de Roraima. **Revista de Estudos Amazônicos UFAM**. N° 01. p. 231-248), 29 jun. 2020. DOI: <<https://doi.org/10.29327/233099.20.1-16>>. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/7759>>.

SOUZA, J. **A elite do atraso** da escravidão a Bolsonaro. 1.ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil. 2019.

TSE. Emenda constitucional de 1985 garantiu o direito ao voto aos analfabetos. **Tribunal Superior Eleitoral**. 14 fev. 2018. Disponível

em: <<https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/constituicao-de-1985-garantiu-o-direito-ao-voto-aos-eleitores-analfabetos>>.

VISCARDI, C. M. R.; ALENCAR, J. A. **A República Revistada: construção e consolidação do projeto republicano brasileiro**. Porto Alegre: Edipucrs, 2016. *E-book* (332p.) ISBN: 978-85-397-0823-9. Disponível em: <https://play.google.com/store/books/details?id=V_yoDAAAQBAJ>.

WESTIN, R.. Por 100 anos, o analfabeto foi proibido de votar no Brasil. **Senado notícias**. 04 nov. 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/11/04/por-100-anos-analfabeto-foi-proibido-de-votar-no-brasil>>.

WIKIPÉDIA. **Lista de governadores de Roraima**. 2022. Disponível em: <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Lista_de_governadores_de_Roraima>

O DESCARTE DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

DISPOSAL OF HEALTHCARE WASTE: A BIBLIOGRAPHICAL REVIEW

Eliane Pimentel Trajano

Elaine Ramires Pinto

Barbara Moraes da Costa de Souza

RESUMO: O descarte de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) representa uma discussão ampla e polêmica. Sendo assim, o objetivo desta revisão é analisar, dentre as publicações brasileiras no período de 2011 a 2021, as políticas e as práticas voltadas para o descarte de resíduos oriundos do serviço de saúde. Para tanto, recorreu-se à biblioteca virtual SCIELO e à base de dados LILACS, a fim de selecionar o material bibliográfico. Com o intuito de filtrar a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: resíduos de serviços de saúde, coleta externa dos resíduos sólidos de serviços de saúde, sistema de coleta de resíduos, dejetos médicos, resíduos hospitalares, resíduos patológicos. Dos 26 (vinte e seis) artigos encontrados, somente 10 (dez) atenderam aos critérios de inclusão estabelecidos. Além disso, conclui-se que a maioria dos artigos desta revisão bibliográfica sustenta a posição crítica quanto aos processos ainda falhos de manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde, no Brasil. Percebeu-se que ainda há pouca discussão quanto aos riscos decorrentes da produção exagerada e manejo inadequado dos RSS, embora as pesquisas enfatizem a necessidade de capacitação daqueles que estarão em contato com os resíduos para que sejam capazes de realizar o gerenciamento correto. Evidenciou-se que tais resíduos necessitam de gerenciamento adequado com o intuito de atender as normas vigentes determinadas pelos órgãos responsáveis, além de prevenir problemas relacionados à saúde dos trabalhadores, saúde pública e saúde ambiental.

Palavras-Chave: Gerenciamento de resíduos; Resíduos de Serviços de Saúde; Saúde ambiental; Saúde pública.

ABSTRACT: *The disposal of Health Services Waste (RSS) represents a broad and controversial discussion. Therefore, the objective of this review is to analyze, among Brazilian publications from 2011 to 2021, policies and practices aimed at the disposal of waste from the health service. For this purpose, the SCIELO virtual library and the LILACS database were used in order to select the bibliographic material. In order to filter the research, the following descriptors were used: waste from health services, external collection of solid waste from health services, waste collection system, medical waste, hospital waste, pathological waste. Of the 26 articles found, only 10 met the established inclusion criteria. In addition, it is concluded that most of the articles in this bibliographic review support the critical position regarding the still flawed processes of management of Health Services Waste in Brazil. It was noticed that there is still little discussion about the risks arising from the exaggerated production and inadequate management of RSS, although the research emphasizes the need to train those who will*

be in contact with the waste so that they are able to perform the correct management. Therefore, it was evident that such waste needs proper management in order to meet the current regulations determined by the responsible bodies, in addition to preventing problems related to workers' health, public health and environmental health.

Keywords: *Waste from health services; Waste management; Environmental health; Public health.*

INTRODUÇÃO

Nos centros urbanos, o descarte adequado de resíduos sólidos, é assunto de segurança pública e preocupação com o meio ambiente. Dentre os mais variados tipos de resíduos descartados, há os resíduos de serviços de saúde (RSS) que configuram 1% dos descartes (PHILIPPI JUNIOR; ROMERO, 2004).

Os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) registram que, aproximadamente, 85% dos resíduos oriundos do descarte dos setores da saúde (postos, clínicas, hospitais, etc.) correspondem em quantidade aos resíduos de descarte doméstico. Em se tratando dos descartes da área da saúde, cerca de 15% representam perigo social e ambiental, necessitando, pois, do manejo adequado de resíduos químicos, biológicos e radiológicos, para que os trabalhadores envolvidos na coleta não sejam expostos à contaminação (WHO, 2015).

Este assunto, por demais importante, e que toca muito a fundo temas como: saúde pública e meio ambiente, tem requerido das autoridades e especialistas na área certo esmero no trato do tema, principalmente nos riscos proeminentes que o mau descarte de resíduos pode acarretar na população e no meio ambiente.

Por isso, diante da crescente preocupação com o manejo de tais resíduos, têm-se trabalhado arduamente para que os Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) sejam devidamente organizados e coletados por profissionais previamente treinados para a coleta, de sorte a não incorrer eles próprios em risco de saúde, nem, com o mau descarte, oferecer risco aos cidadãos em volta, ou ao meio ambiente.

Logo, o objetivo deste trabalho foi o de revisão e análise, dentre as publicações brasileiras no período de 2011 a 2021, as políticas e as práticas voltadas para o descarte de resíduos oriundos do serviço de saúde. O trabalho possui um viés qualitativo de pesquisa, para que, debruçando-se sobre o assunto, possa o leitor angariar conhecimento eficaz sobre o tema.

Desta maneira, o trabalho segue pautado nas seguintes seções. Seção 2, Conhecimento acerca do RSS no meio acadêmico, neste tópico será tratado como o meio acadêmico vem se posicionando a respeito do assunto. Seção

3, Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde demonstra como órgãos públicos remetem metodologias de gerenciamento destes resíduos e finalmente será discutido sobre a questão de saúde ambiental e humana na seção 4.

O CONHECIMENTO ACERCA DOS RSS NO MEIO ACADÊMICO

O manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde é definido como ações realizadas a fim de gerenciar os resíduos tanto dentro quanto fora de instituições de saúde. Tais ações são organizadas da seguinte forma: “identificação, segregação, acondicionamento, tratamento intermediário, transporte interno, armazenamento temporário, armazenamento externo, tratamento final, disposição (destinação) final são etapas do manejo de resíduos” (OLIVEIRA *et al.*, 2018, p. 2), sendo essas etapas de total responsabilidade daqueles que manuseiam os RSS.

A pesquisa acadêmica sobre o descarte de resíduos de serviços de saúde, assume, de forma geral, posição crítica ao mostrar suas falhas e ao reconhecer a importância da gestão desses materiais no que diz respeito ao bem-estar de indivíduos e do meio ambiente. Contudo, diversos estudos desta revisão evidenciam a insuficiência de informações quando se trata de RSS no meio acadêmico, tanto entre professores quanto alunos e até mesmo entre os profissionais que já atuam nos serviços de saúde.

No que tange à categoria de profissionais atuantes responsáveis pelo descarte de RSS, Bandeira *et al.* (2019), revelou que os trabalhadores pesquisados acreditam que fazem o descarte corretamente, contudo, boa parte sequer consegue descrever as etapas do descarte o que, consequentemente, mostra o desconhecimento acerca do tema.

No mesmo trabalho, os autores identificaram que alguns profissionais tratam o descarte como iniciativa particular, isto é, dependente da “boa vontade” de cada um. Contudo, é importante evidenciar a exigência de cumprimento das resoluções estipuladas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e também, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) quando se trata dos serviços de saúde.

Destaca-se também que o Brasil, a resolução nº 306 de 2004, da ANVISA, e a resolução nº 358 de 2005, do CONAMA, transferiram a responsabilidade de gestão dos RSS para os geradores a partir da adoção do Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), documento baseado nos princípios da ausência e minimização da geração de resíduos (FIGUEIREDO, 2020). Este, de acordo com

as pesquisas que envolvem entrevistas, é de total desconhecimento dos indivíduos entrevistados, embora tal documento tenha sido estabelecido há mais de uma década.

O PGRSS aponta e descreve ações voltadas ao manejo dos RSS considerando suas peculiaridades e riscos mediante estabelecimentos. Contempla ainda os diferentes aspectos referentes às etapas do manejo mencionadas anteriormente, e, além disso, objetiva minimizar a produção de resíduos bem como proporcionar um encaminhamento seguro e eficiente que, sobretudo, proteja os trabalhadores, a saúde pública, os recursos naturais e o meio ambiente (ISHIDA; ALMEIDA, 2019).

Outro fator preocupante é destacado por Gomes *et al.* (2014), quando afirma que embora os discentes da área de saúde reconheçam a importância de aprender sobre resíduos, este é um conteúdo pouco inserido nas diretrizes curriculares, quando, não raro, são totalmente excluídos das instituições de ensino, sejam privadas ou públicas. A partir disso, é cabível entender o motivo pelo qual, em sua pesquisa, os alunos demonstraram desconhecer as práticas de manejo adequados dos RSS, ao passo que deveriam não só conhecer mas, sobretudo, colocar em prática o conhecimento, haja vista que esses discentes, futuramente, estarão exercendo sua profissão nos mais variados âmbitos da saúde.

Todavia, os estudos realizados por Moreschi *et al.* (2014), evidenciam que os participantes conseguiram atribuir conceitos importantes aos RSS, atentando-se para a necessidade de segregação adequada bem como a preocupação com o destino final desses resíduos. Porém, admite-se haver ainda lacunas, referentes à falta de conhecimento dos alunos e dos docentes no que tange à redução dos resíduos de serviços de saúde.

Tais estudos evidenciaram a fragilidade na formação acadêmica acerca do assunto. Porém, é essencial que seja potencializado o envolvimento bem como a participação dos indivíduos quanto à implantação de políticas eficazes na gestão de RSS.

Como proposta de amenizar a problemática Eduardo *et al.* (2016), apresentam um cenário de simulação. Nele, é sugerido que o estudo do conteúdo seja feito em um ambiente que se aproxime ao máximo a realidade. Assim, é simulado que os participantes do local precisam resolver problemas voltados para o manejo do RSS. A avaliação do desempenho, é determinada pelas cenas e ações esperadas já estabelecidas antes do processo de simulação.

Nessa perspectiva, sendo as instituições de ensino superior produtoras de RSS e responsáveis pela produção de saberes, devem colocar-se como exemplos e motivar os futuros profissionais a mobilizarem-se e responsabilizarem-se pelo manejo adequado dos resíduos gerados em suas próprias atividades.

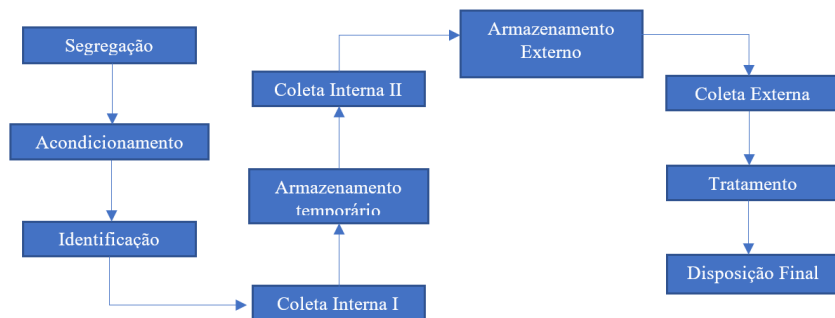
Além disso, as instituições devem fornecer os subsídios necessários para que seus alunos reflitam acerca dos malefícios gerados à sociedade e ao meio ambiente, quando os RSS não são tratados da forma correta, daí a importância do correto gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DA SAÚDE.

Como já enfatizado, a ANVISA e o CONAMA são responsáveis de instruir os estabelecimentos que fornecem serviços de saúde por meio de ações normativas, operacionais e fiscais. Ambos, preocupados com a saúde dos humanos e do ambiente, buscam regulamentar o manejo de RSS, desde sua produção até o destino final.

Nessa perspectiva, Oliveira *et al.* (2016), define o manejo de RSS como ações realizadas a fim de gerenciar os resíduos no interior ou exterior dos estabelecimentos ligados à saúde. Dessa forma, os indivíduos que estejam relacionados a tais ações, são também responsáveis pelas etapas de manejo: “identificação, segregação, acondicionamento, tratamento intermediário, transporte interno, armazenamento temporário, armazenamento externo, tratamento final, disposição (destinação) final são etapas do manejo de resíduos” (p. 02). Na Figura 1, podemos observar como ocorre o processo de resíduos de serviço de saúde.

Figura 1: Etapas do manejo dos RSS



Fonte: Baseada na cartilha de gerenciamento de RSS (2021).

Segundo Macedo (2007), o gerenciamento dos RSS, quando aplicado adequadamente, pode contribuir para a redução de ocorrência de acidentes de trabalho, principalmente os causados pelos perfuro cortantes.

A segregação é uma das intervenções básicas para permitir o cumprimento dos objetivos de um sistema eficiente de manuseio de resíduos e consiste em segregar ou selecionar apropriadamente os resíduos segundo a classificação adotada. Essa atividade deve ser feita na fonte de geração e está condicionada à prévia capacitação do pessoal de serviço (FILHO *et al.*, 2016; BARBOSA *et al.*, 2019).

Conforme preconizado pelas RDC 306 e 222 os RSS devem ser segregados no momento de sua geração, conforme classificação por Grupos. Quando, no momento da geração de RSS, não for possível a segregação de acordo com os diferentes grupos, os coletores e os sacos devem ter seu manejo com observância das regras relativas à classificação (BRASIL, 2006).

Desta forma, cada organização hospitalar precisa formular seu plano de gerenciamento de acordo com as características particulares de cada serviço, contemplando os recursos disponíveis e pessoal necessário para a sua implementação. Para que mudanças ocorram ao sistema de manejo dos resíduos hospitalares, é necessário que ocorra uma capacitação contínua de profissionais da área da saúde, pois são eles que lidam diretamente com o manejo dos diversos tipos de resíduos (VIANA, 2006).

Sobre aspectos técnico-operacionais, é importante saber que o PGRSS contempla: quantificação e classificação de resíduos produzidos em cada serviço médico ou unidade de apoio bem como suas características de periculosidade; seleção de opções técnicas e procedimentos convenientes para o gerenciamento interno, acondicionamento, separação, tratamento e disposição, identificando os responsáveis e recursos necessários em cada etapa; elaboração de planos emergenciais; elaboração de programas e treinamentos para profissionais; elaboração de regras e procedimentos para execução das etapas dispostas no plano e implementação de programas voltados para fiscalização (ROCHA, 2018).

Quanto a destinação desses materiais, Mol *et al.* (2017), entende que os RSS, mediante suas características microbiológicas, poderiam ser depositados em aterros sanitários sem necessidade de um tratamento prévio. Cabe ressaltar que as exigências quanto a este tratamento antes da disposição, baseia-se apenas na hierarquia de ações as quais são definidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e que não consideram os riscos presentes nos RSS.

A PNRS foi regulamentada pelo Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010 e dispõe de objetivos, princípios e diretrizes para um melhor gerenciamento de resíduos sólidos, incluindo até mesmo os classificados como perigosos, excetuando-se somente, os rejeitos radioativos. A referida lei, passa a delegar a responsabilidade dos geradores e do poder público, além de conferir

instrumentos que propiciem um consumo baseado na sustentabilidade com práticas de reciclagem, reutilização de materiais e destinação final em ambientes adequados (LAVNITCKI; BAUM; BECEGATO, 2018).

Os autores enfatizam que a forma de gerenciamento dos RSS consolidada pela resolução ANVISA nº 306/04, configura-se como o procedimento mais eficaz e seguro para evitar contaminações e possíveis acidentes. Tal, gerenciamento, tende a priorizar a segregação dos resíduos logo após sua geração, considerando os riscos de cada grupo e o acondicionamento como barreira de protetiva.

Bandeira et.al (2019) alerta para a importância do gerenciamento dos RSS, destacando ainda que enfermeiros e demais profissionais da saúde podem auxiliar no desenvolvimento do contexto socioambiental em que as pessoas são atendidas.

RSS, UMA QUESTÃO AMBIENTAL E HUMANA

O mundo sustentável, como ideia a ser posto em prática, ainda engatinha em busca de sua concretização, sendo um grande desafio que requer uma enorme força de vontade política e social. Para Souza (2016), cabe às instituições públicas e privadas, a sociedade e aos indivíduos, o esforço contínuo para mudarem seus hábitos prejudiciais e irresponsáveis, tanto com o meio ambiente quanto com a saúde pública, com vistas a um melhoramento urbano e rural, por meio de um conjunto de decisões e práticas conscientes que, efetivamente, converjam para uma mudança em relação ao meio.

Destarte, a equalização do consumismo, a coleta e descarte adequado dos resíduos, o emprego de medidas punitivas aos que desobedecem a lei, e uma instrução maior dos benefícios da sustentabilidade, corroboram para uma mudança social de pequena, média e grande escala.

Nessa perspectiva, Souza (2016), também ressalta que as reformulações dos procedimentos de descarte de RSS exigem que seja reincorporado nas políticas de saúde, questões relacionadas ao meio ambiente. É necessário também que haja um trabalho integrado entre estabelecimentos fornecedores de serviços de saúde, órgãos de fiscalização e demais esferas governamentais, a fim de que seja realmente alcançado os resultados esperados quanto ao descarte adequado de RSS.

Cabe ressaltar ainda que o descarte incorreto dos RSS coloca em risco a vida de trabalhadores, como demonstrado por Filipak *et al.* (2020). Deve-se

considerar que a reciclagem é para muitos, a única forma de subsistência. Contudo, este trabalho envolve riscos e danos quando estes indivíduos são expostos à materiais oriundos dos serviços de saúde; estes danos podem ser químicos, biológicos, físicos, acidentais, ergonômicos e até mesmo emocionais.

Assim, convém que a sociedade como um todo, conscientizada dos benefícios eminentes, contribua assiduamente para a manutenção da higiene em casa, na rua e nos ambientes rurais e urbanos, com o intuito de preservar o meio ambiente. Já aos órgãos reguladores cabe o mesmo esmero no que tange a fiscalização urbana, assim como as empresas, sejam públicas ou privadas, devem prezar por uma coleta eficaz, com o intuito de manejar resíduos e manter o equilíbrio do meio e o bem-estar das pessoas.

MATERIAIS E MÉTODO

A presente pesquisa trata-se de uma revisão literária de caráter qualitativo. Desta forma, a pesquisa qualitativa se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes. (MINAYO, 2014). Toda pesquisa qualitativa, social, empírica, busca a tipificação da variedade de representações das pessoas no seu mundo vivencial (BAUER; GASKELL, 2008) mas, sobretudo, objetiva conhecer a maneira como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano.

O processo de coleta de dados foi realizado com base em alguns bancos de dados como: o *Google Acadêmico*, *Lilacs*, *Bus*, *Scielo*, além de revistas e periódicos. Com o intuito de filtrar a pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: resíduos de serviços de saúde, coleta externa dos resíduos sólidos de serviços de saúde, sistema de coleta de resíduos, dejetos médicos, resíduos hospitalares, resíduos patológicos.

Após buscas e refinamentos por meio dos qualificadores, foram encontrados 26 (vinte e seis) trabalhos voltados para o assunto. O material bibliográfico foi analisado para verificar quais preenchiam os critérios desta revisão, isto é: que versavam sobre conhecimento dos RSS no meio acadêmico, gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) e saúde ambiental e humana. Sendo assim, foram selecionados apenas os que relatavam pesquisas dos últimos 10 (dez) anos dentro dos critérios supracitados.

DISCUSSÃO

Dez pesquisas foram selecionadas. Destas, 4 (quatro) são oriundas da base de dados SCIELO, enquanto as demais foram encontradas a partir das pesquisas no LILACS. Os estudos foram distribuídos quanto ao ano e revista em que foram publicados (Quadro 1).

Título do artigo	Identificação do artigo (Ano)	Revista da Publicação
Descarte de medicamentos: uma questão socioambiental e de saúde	Bandeira et al. (2019)	<i>Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental</i>
Cenário para simulação de resíduos de serviços de saúde: estudo metodológico.	Eduardo et al. (2016)	Online Brazilian Journal of Nursing
“O motor é a gente mesmo”: cuidado em saúde dos trabalhadores da reciclagem.	Filipak, et al. (2020)	Interface - Comunicação, Saúde, Educação
Biossegurança e resíduos de serviços de saúde no cotidiano acadêmico.	Gomes et al. (2014)	Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada
Descarte de medicamentos: programas de recolhimento e novos desafios	Medeiros; Moreira; Lopes (2014)	Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada
Destinação de resíduos de serviços de saúde do subgrupo a4: política baseada em evidência ou em intuição?	Mol et al. (2017)	Engenharia Sanitária e Ambiental
A importância dos resíduos de serviços de saúde para docentes, discentes e egressos da área da saúde	Moreschi et al. (2014)	Revista Gaúcha de Enfermagem
Fatores associados ao manejo adequado de resíduos de serviços de saúde entre profissionais de enfermagem	Oliveira et al. (2018)	Revista Baiana De Enfermagem
Vulnerabilidade no manejo dos resíduos de serviços de saúde de João pessoa (PB, brasil).	Ramos et al. (2011)	Ciência & Saúde Coletiva
Gestão contemporânea e eficientização de recursos nas unidades de saúde	Souza (2016)	Revista Baiana de Saúde Pública

Fonte: Elaborada pelas autoras (2022).

Verificou-se, segundo o Quadro 1, que entre os estudos selecionados, 8 (oito) são de periódicos diferentes: *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental*; *Online Brazilian Journal of Nursing*; Comunicação, Saúde, Educação; Engenharia Sanitária e Ambiental; Revista Gaúcha de Enfermagem; Revista Baiana De Enfermagem; Revista Baiana de Saúde Pública. Dois estudos são oriundos da Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada.

Notou-se também que das 8 (oito) revistas nas quais as pesquisas foram publicadas, 4(quatro) são específicas da área de enfermagem, 2 (duas) são da área das Ciências farmacêuticas, 1(uma) de saneamento e meio ambiente, 1(uma) interdisciplinar, 1 (uma)de saúde coletiva e uma de saúde pública.

Dos estudos selecionados, 3(três) tratam do manejo e importância do descarte adequado dos RSS. No primeiro, Oliveira et al. (2018), investiga os fatores relacionados ao manejo adequado de RSS entre os profissionais da Enfermagem. No segundo, disserta acerca da vulnerabilidade do manejo dos resíduos de serviços de saúde, em 19 (dezenove) estabelecimentos da capital João Pessoa. Já o terceiro, reflete acerca da importância da gestão voltada para o descarte correto dos RSS.

Além disso, 3 (três) textos focam em avaliar o conhecimento de indivíduos acerca do descarte de RSS. Em 2014, dois importantes trabalhos foram realizados, Gomes *et al.* (2014), avalia os saberes dos acadêmicos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) acerca do assunto. Enquanto, que no Rio Grande do Sul, Moreschi *et al.* (2014), analisa o conhecimento de professores e discentes do ensino superior do estado, acerca da geração e descartes dos resíduos de serviços de saúde. Por fim, Bandeira *et al.* (2019), avalia o conhecimento de profissionais de Unidades Básicas de Saúde, no sul da Bahia.

Eduardo *et al.* (2016), apresenta o conteúdo de um cenário a ser empregado em simulações de manejos adequados dos RSS. O cenário é validado com o intuito de estimular o aprendizado acerca do assunto, além de servir como ensino e treinamento dos profissionais ligados à saúde em seus mais diferentes contextos.

Filipak *et al.* (2020), disserta acerca da exposição a qual os catadores de lixo são submetidos ao revirarem as lixeiras em busca do que pode ser sua ferramenta de sobrevivência. Assim, esses trabalhadores são vulneráveis à sérios danos quando entram em contato com tais materiais.

Mol *et al.* (2017), analisam as políticas e normas que regem o descarte de RSS além dos procedimentos comuns utilizados desde a geração desses resíduos.

Da mesma forma, Medeiros; Moreira e Lopes (2014), tratam da legislação brasileira quanto à implantação de programadas destinados ao recolhimento de resíduos de serviços de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos artigos desta revisão bibliográfica sustenta a posição crítica quanto aos processos ainda falhos de manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde, no Brasil. Cabe ressaltar, mediante estudos, que tais resíduos necessitam de gerenciamento adequado com o intuito de atender as normas vigentes determinadas pelos órgãos responsáveis, além de prevenir problemas relacionados à saúde dos trabalhadores, saúde pública e saúde ambiental.

Percebeu-se que ainda há pouca discussão quanto aos riscos decorrentes da produção exagerada e manejo inadequado dos RSS, embora as pesquisas enfatizem a necessidade de capacitação daqueles que estarão em contato com os resíduos para que sejam capazes de realizar o gerenciamento correto.

Conclui-se, portanto, que as práticas de manejo dos Resíduos de Serviços de Saúde, devem embasar-se em uma visão ampla considerando a responsabilidade dos indivíduos com o meio ambiente e com a saúde dos seres vivos.

REFERÊNCIAS

ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da diretoria colegiada - RDC Nº 222, de 28 de março de 2018. Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

BANDEIRA, Eliel de Oliveira et al. **Descarte de medicamentos: uma questão socioambiental e de saúde**. Rev. pesqui. cuid. fundam. (Online); 11(1): 1-10, jan.-mar. 2019.

BARBOSA, R. G. P; Cabral, I. B. O papel do enfermeiro no gerenciamento de resíduos de saúde: revisão da literatura. Rev Cient Esc Estadual Saúde Pública Goiás “Cândido Santiago” v.5, n.3, p. 51-64, 2019.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.. **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático**. Gareschi, P. A. (trad.), 7a edição, Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resolução de Diretoria Colegiada nº 306 de 07 de dezembro de 2004**.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Manual de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CONAMA. **Resolução CONAMA 358 de 29 de abril de 2005**. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 04 de maio de 2005.

EDUARDO, A. H. A. *et al.*. Cenário para simulação de resíduos de serviços de saúde: Estudo metodológico. **Online braz. j. nurs. (Online)**, p. 611-616, 2016.

FIGUEIREDO, G. *et al.*. Resíduos de serviços de saúde (RSS) e seus impactos ambientais: desafios para a gestão e gerenciamento no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 71162-71179, 2020.

FILHO, E. S. R.; ROSA, R. N. S. S.. **Atuação do enfermeiro frente ao Gerenciamento de resíduos sólidos de serviço de saúde**. Faculdade paraense de ensino Curso de enfermagem. Belém, PA, 2016.

FILIPAK, A. *et al.*. “O motor é a gente mesmo”: cuidado em saúde dos trabalhadores da reciclagem. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação [online]**. 2020, v. 24, suppl. Epub 14 Set 2020. ISSN 1807-5762. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/Interface.190472>>.

GOMES, L. C. *et al.*. Biossegurança e resíduos de serviços de saúde no cotidiano acadêmico. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 35, n. 3, 2014.

ISHIDA, Carina Sena Padovan; ALMEIDA, Ana Aparecida. Desafios na implementação do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em hospitais. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, v. 10, n. 1, p. 110-130, 2019.

MACEDO, L. C. *et al.*. **Segregação de resíduos nos serviços de saúde: a educação ambiental em um Hospital escola**. Cogitare Enferm. 2007.

MEDEIROS, M. S. *et al.*. Descarte de medicamentos: programas de recolhimento e novos desafios. **Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada**, v. 35, n. 4, 2014.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2014. 408 p

MOL, M. P. G. *et al.*. Destinação de resíduos de serviços de saúde do subgrupo A4: política baseada em evidência ou em intuição?. **Engenharia Sanitaria e Ambiental [online]**. 2017, v. 22, n. 06, p. 1037-1041. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-41522017152421>>.

MORESCHI, C. *et al.*. A importância dos resíduos de serviços de saúde para docentes, discentes e egressos da área da saúde. **Revista Gaúcha de Enfermagem [online]**. 2014, v. 35, n. 2, pp. 20-26. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2014.02.43998>>. ISSN 1983-1447.

OLIVEIRA, L. P. *et al.*. Fatores associados ao manejo adequado de resíduos de serviços de saúde entre profissionais de enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**, [S. l.], v. 32, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/25104>>.

PHILIPPI JÚNIOR, A. ROMERO, M. de A.; BRUNA, G. C.. Curso de gestão ambiental. [S.l: s.n.], 2004.

RAMOS, Y. S. *et al.*. Vulnerabilidade no manejo dos resíduos de serviços de saúde de João Pessoa (PB, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva [online]**. 2011, v. 16, n. 8 pp. 3553-3560. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000900023>>.

ROCHA, F. W.. **Plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, o que é?**. 2018. Disponível em: <<https://spsolucoesambientais.com.br/plano-de-gerenciamento-de-residuos-de-servicos-de-saude-o-que-e/>>.

SOUZA, L. C. G.. Gestão contemporânea e efficientização de recursos nas unidades de saúde. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 40, supl. 1, p. 124-132, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.22278/2318-2660.2016.v40.n0.a2671>>.

VIANA, F. N. M; TEIXEIRA, P. F. **Monitoramento e adequação da implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de Saúde do Hospital Regional de Sobradinho**. Brasília 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/124356/66.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

IMPLEMENTAÇÃO DO ESTUDO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO ENSINO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE BOA VISTA-RR

IMPLEMENTATION OF THE STUDY OF THE FEDERAL CONSTITUTION IN TEACHING IN STATE PUBLIC SCHOOLS IN BOA VISTA-RR

*Mirian Lopes de Souza
Clarice Gonçalves Rodrigues Alves*

RESUMO: O presente trabalho tem como escopo apresentar a importância do ensino constitucional na educação do ensino médio. Sendo utilizada a investigação bibliográfica a partir de publicações científicas, da Constituição Federal (CF), da Lei nº 70 de 2015, que relata a inclusão da disciplina constitucional no ensino, além de artigos de autores que abordam o assunto. Por não ser uma disciplina presente na grade curricular, os alunos de escolas públicas estaduais desconhecem questões relacionadas à Carta Magna. Apesar de que existam leis em tramitação de uma disciplina ou de conteúdos sobre a CF, seu estudo ainda não é obrigatório no Brasil. Nessa circunstância, o trabalho tem como objetivo analisar as possibilidades da implementação do ensino constitucional, enquanto componente curricular obrigatório de vinte horas/aula (20h/a) no ensino fundamental ou médio, a fim de que seja incluída na grade curricular de crianças e adolescentes para que este conhecimento contribua na conscientização sobre direitos e deveres. A pesquisa apresentada é de caráter bibliográfico, sendo usado o método qualitativo, tanto em meios físicos como digitais, resumos, fichamentos, análises críticas de livros lidos para obtenção de informações sobre a implementação no ensino público da CF, seus objetivos e alguns tópicos de discussão acerca da construção de uma sociedade democrática.

Palavras-Chave: Carta Magna; Ensino Constitucional; Cidadania.

ABSTRACT: *The purpose of this work is to present the importance of constitutional teaching in secondary education. Bibliographic research being used based on scientific publications, the Federal Constitution (CF), Law No. 70 of 2015, which reports the inclusion of the constitutional discipline in teaching, in addition to articles by authors who address the subject. As it is not a subject present in the curriculum, students from state public schools are unaware of issues related to the Magna Carta. Even though there are laws in progress regarding a discipline or content about CF, its study is not yet mandatory in Brazil. In this circumstance, this work has the objective to analyze the possibilities of implementing constitutional education, as a mandatory curricular component of twenty hours/class (20h/a) in elementary school or high school, so that it can be included in the curriculum of children and adolescents so that this knowledge contributes to raising awareness about rights and duties. The research presented is of bibliographical nature, using the qualitative method, both in physical and digital media, summaries, records, critical analyzes of books read to obtain information about the implementation of CF in public education, its objectives and some discussion topics about the construction of a democratic society.*

Keywords: *Magna Carta; Constitutional Teaching; Citizenship.*

INTRODUÇÃO

Atualmente, há uma discussão frequente no âmbito educacional que é desenvolver atividades que sejam significativas para a vida cotidiana dos estudantes. Neste caminho, apresentamos esta pesquisa que busca discorrer sobre a Implementação do estudo da Constituição Federal de 1988 (CF/1988) junto a estudantes do ensino médio, a fim de contribuir para a formação de uma sociedade democrática desde os bancos escolares.

O trabalho tem como objetivo analisar a relevância da implementação do estudo da CF/1988 na grade curricular das escolas públicas, por meio de análise bibliográfica sobre o conteúdo. Com a inspeção bibliográfica pretende-se aprofundar o conhecimento, acerca da implementação de uma disciplina que aborde o estudo constitucional e sirva para a construção de um Estado Democrático¹. Segundo Cardoso 2020 *apud* Lima 2020, o ensino da Constituição Federal é essencial, pois é indispensável para a formação cívica e cidadã, uma vez que trata dos direitos básicos e fundamentais que baseiam o ordenamento jurídico e nacional.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo analisar a relevância da implementação do estudo da CF/1988 na grade curricular das escolas públicas, por meio de análise bibliográfica sobre o conteúdo. Primeiramente, o projeto foi planejado para que houvesse uma pesquisa de campo, contudo, tendo em vista a pandemia do Coronavírus² iniciada em 2020 e com o fechamento das escolas, a proposta visa, a partir de outras experiências, compreender se o estudo da CF é eficaz junto aos estudantes do ensino médio.

A educação é um direito coletivo é um fenômeno universal, e necessário para que o ser humano possa subsistir, já que a educação é considerada a melhor ferramenta de luta contra qualquer tipo de restrição e contra todo tipo de injustiça. A educação possibilita o crescimento individual, a produção e a reprodução social e cultural, tende ao aperfeiçoamento das pessoas e permite a sobrevivência, torna-se um instrumento primordial para preparar os para a vida em sociedade. Por essa razão, este trabalho discorre sobre o ensino da

1 Uma das principais funções da democracia é a proteção dos direitos humanos fundamentais, como as liberdades de expressão, de religião, a proteção legal, e as oportunidades de participação na vida política, econômica, e cultural da sociedade.

2 O coronavírus é um vírus que causa uma doença respiratória —a covid-19— pelo agente coronavírus, identificado em dezembro de 2019 na China. Os coronavírus são uma grande família viral, conhecidos desde meados de 1960, que causam infecções respiratórias em seres humanos e em animais.

CF, a fim de compreender como esta pode contribuir para conscientização sobre direitos e deveres junto aos estudantes do ensino médio.

Referindo-se ao conceito de Constituição Antônio Queiroz (2018, p.01), aponta que “esta pode ser apontada como a lei máxima de um país, que traça os parâmetros do sistema jurídico e define os princípios e diretrizes que regem uma sociedade”. Ou seja, ela organiza e sistematiza um conjunto de preceitos, normas, prioridades e preferências que a sociedade acordou. É um pacto social constitutivo de uma nação.

Segundo Gonçalves (2020 *apud* Silva 2005, p. 19):

A palavra constituição é empregada com vários significados como: Conjunto dos elementos essenciais de alguma coisa: a constituição do universo, a constituição dos corpos sólidos; Temperamento, compleição do corpo humano: uma constituição psicológica explosiva, uma constituição robusta; Organização, formação: a constituição de uma assembleia, de uma comissão; O ato de estabelecer juridicamente: a constituição de dote, de renda, de uma sociedade anônima; Conjunto de normas que regem uma corporação, uma instituição: a constituição da propriedade; A lei fundamental de um Estado. [...]

A constituição do Estado, considerada sua lei fundamental seria, então, a organização dos seus elementos essenciais: um sistema de normas jurídicas, escritas ou costumeiras, que regula a forma do Estado governar, o modo de aquisição e o exercício do poder, o estabelecimento de seus órgãos, os limites de sua ação, os direitos fundamentais do homem e as respectivas garantias. Em síntese, a constituição é o conjunto de normas que organiza os elementos constitutivos do Estado.

Desta forma, é indispensável, para a criação cívica e cidadã, onde trata dos direitos básicos e fundamentais que baseiam o ordenamento jurídico nacional. Partindo desta premissa, esta pesquisa tem por finalidade de analisar, por meio de autores e documentações específicas, quais as vantagens e possibilidades de aplicar este tema por meio de uma disciplina de 20h/a. A pesquisa discorre sobre a implementação do ensino da CF no ensino básico de crianças e adolescentes em Boa Vista-RR.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL E SOCIEDADE

A Constituição Federal é muito bem redigida e suas cláusulas contribuem para o conhecimento da sociedade ao qual pertencemos. Para muitos

estudiosos, a primeira foi a Magna Carta de 1215³, em que, pela primeira vez na História, equiparou um soberano ao povo. As constituições modernas trazem isto e mais um pouco: elas são um limite para o poder estatal.

A Constituição Federal Brasileira abrange todo complexo de direitos fundamentais, organização do Estado e organização dos poderes. É notório que, uma sociedade que conhece seus direitos e deveres diminui as arbitrariedades do Estado, garantindo direitos que são positivos.

Assim, a inserção deste tema desde cedo, seja no ensino fundamental ou médio, busca problematizar sobre a importância do estudo da CF e a inserção deste tema na grade curricular dos estudantes de escolas públicas, para que os acadêmicos tenham conhecimento sobre Direito Constitucional, pois é a base de toda as leis ou atos normativos vigentes no Brasil, onde abrange todas as áreas do conhecimento a respeito do Direito, que em primeiro lugar torna-se benéfico o estudo sobre Administração Pública.

Segundo Dantas (2007) esse estudo permite ao aluno estudar, analisar e aprender os métodos de administrar, controlar e, conseqüentemente, melhorar as organizações públicas e a sociedade em geral.

O segundo benefício é obter o conhecimento de quais são as garantias fundamentais dos cidadãos. Por fim, o terceiro e último benefício baseia-se na proposição de que quem conhece a lei, não perde direitos. A Constituição Federal possui mais de 250 (duzentos e cinquenta) artigos e mais uma centena de adições posteriores. Todas elas são fundamentais para o funcionamento do país e de um bom convívio social, o que – por si só – já justificaria o estudo da CF e temas relacionados ao Direito Constitucional nas escolas.

Conhecer a Constituição Federal é um passo primordial para compreender todo o funcionamento do país, desde seus princípios até seus fundamentos. De acordo com Motta Filho (2003, p. 5, *apud* Silva, 2019), o constitucionalismo nasceu a partir

3 A *Magna Charta Libertatum*, assinada em 1215 pelo Rei João, é um documento que tornou limitado o poder da monarquia na Inglaterra, impedindo, assim, o exercício do poder absoluto. Esse documento foi resultado de desentendimentos entre João, o Papa e os barões ingleses acerca das prerrogativas do monarca. Segundo os termos dessa *Carta*, João deveria renunciar a certos direitos e respeitar determinados procedimentos legais, assim como reconhecer que a vontade do rei estaria sujeita à lei. A *Magna Charta Libertatum* é reconhecida como um dos primeiros instrumentos de limitação do Estado e da preservação dos Direitos Humanos Fundamentais, além de ser o primeiro passo de um longo processo histórico que levaria ao surgimento do Constitucionalismo e da Monarquia Constitucional, que é o que se pretende demonstrar com a apresentação do presente trabalho. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6582/Magna-charta-libertatum>>.

de “uma luta do homem por liberdade em face do Governo [...] e por um conjunto mínimo de direitos a serem respeitados [...] também pelos cidadãos”.

Conquanto, os objetivos da Carta Constitucional e, consequentemente, do Direito Constitucional, e o exercício dos direitos sociais e individuais, são: a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos.

A constituição de 1988, é dividida em 9 (nove) títulos, sendo eles: Princípios fundamentais; Direitos e garantias fundamentais; Organização do Estado; Organização dos poderes; Defesa do Estado e das instituições democráticas; Tributação e do orçamento; Ordem econômica e financeira; Ordem social e Disposições constitucionais gerais.

Assim, conhecer a Carta Magna é o mesmo que obtermos uma liberdade intelectual que influenciará nas nossas ações enquanto cidadãos.

O CONTEXTO HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Na História do Brasil, desde sua Independência, em 1822, após a independência do Brasil já houve a preocupação de criação de um dos documentos mais importantes de uma nação: a Constituição.

Em 1834 teve o surgimento da primeira Constituição e teve como papel principal autorizar as províncias a criarem Assembleias Legislativas. Os principais tópicos desse texto estabeleciam, principalmente: República federativa liberal, com sistema presidencialista de governo; Três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário, sendo que o Poder Moderador foi extinto; Fim do voto censitário ou por renda: seriam eleitores todos os cidadãos. Foi substituída pela Constituição de 1891, criada dois anos depois da Proclamação da República. A Revolução de 1930 levou à Constituição de 1934, que foi revogada com o golpe do Estado Novo e a imposição da Constituição de 1937. Em 1946, com a saída de Getúlio Vargas do poder, veio a Constituição de 1946, que ficou em vigor até que a ditadura militar de 1964 impusesse uma nova Constituição, a de 1967. O fim da ditadura militar de 1985 gerou uma Assembleia Nacional Constituinte, que deu origem à Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição Cidadã, que está em vigor até hoje.

A Constituição de 1824, foi a primeira constituição do Brasil Imperial, bem como a primeira constituição a reger o território brasileiro. Outorgada pelo imperador

D. Pedro I e vigente até a declaração da república em 1889, essa Constituição foi a mais longa e estável do Brasil, com o principal objetivo de se criar uma sociedade progressista, estabelecendo o voto (indireto e censitário) e direitos civis aos cidadãos.

A Monarquia era contra o absolutismo e, desde instalada na Assembleia Constituinte, Dom Pedro I se declarou contra qualquer restrição política intolerável dizendo “Com minha espada defenderia a Pátria, a nação e a Constituição, se fosse digna do Brasil e de mim”. (PINHO, 2014; p.192).

A constituição atual, onde é conhecida como constituição Cidadã defensora dos valores democráticos, por sua vez, foi elaborada por José Sarney, vice-presidente do Tancredo Neves e promulgada no dia 05 de outubro de 1988.

De acordo com Rebello Pinho (2014, p. 204),

A constituição é fruto de um poder constituinte oriundo, que obteve como origem em um árduo processo de transição do regime militar⁴ para o regime democrático. Onde o povo brasileiro pode escolher a forma de governo a ser adotada pelo Estado brasileiro: República ou Monarquia.

A República era uma das cláusulas que não sofria alteração de todas as constituições republicanas. Onde só foi possível a realização da consulta popular em razão de Assembleia Nacional Constituinte possuir poderes próprios de um constituinte originário, não estando subordinado a limitações anteriormente existentes.

A Constituição inaugurou um novo arcabouço jurídico-institucional no país, com ampliação das liberdades civis e dos direitos e garantias individuais. A nova Carta consagrou cláusulas transformadoras com o objetivo de alterar relações econômicas, políticas e sociais, concedendo direito de voto aos analfabetos e aos jovens de 16 (dezesesseis) a 17 (dezessete) anos. Estabeleceu também novos direitos trabalhistas, como redução da jornada semanal de 48 (quarenta e oito) e 44 (quarenta e quatro) horas, seguro desemprego e férias remuneradas acrescidas de $\frac{1}{3}$ (um terço) do salário.

O ENSINO DA CONSTITUIÇÃO NAS ESCOLAS

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), é possível extrair que o ensino tem como objetivo criar cidadãos que exerçam a cidadania

⁴ Regime de caráter nacionalista e autoritário instaurado em 1 de abril de 1964 e que durou até 15 de março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares.

de forma plena, qualificando-a para a vida profissional, como também para a vida política e social.

- Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NO. 9.394/96).
- Art. 22º - A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. (LDB, Lei nº 9394, 1996).

Segundo a legislação que rege a educação nacional, é possível extrair que o ensino tem como objetivo criar cidadãos que exerçam a cidadania de forma plena, qualificando-a para a vida profissional, como também para o exercício da cidadania, reforçando a importância desta discussão no contexto escolar.

A forma como os estudantes compreendem os direitos e deveres que contém na CF é escassa, nota-se a quantidade de adolescente e jovens leigos por falta do conhecimento dos seus direitos e deveres que são instituídos por um Estado Democrático, que asseguram a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, como cita a Constituição de 1988.

Por essa razão, a aplicação da matéria constitucional poderá ser o começo ao empoderamento do cidadão brasileiro, capacitado para mudança de paradigmas “encabrestados”⁵ por governos que visam o interesse das classes dominantes.

A Seção I do Capítulo III (Da educação, da cultura e do desporto) é, portanto, a seção que trata especificamente da educação, determinando os aspectos basilares de direcionamento intencionado a respeito da educação.

A redação do art. 205 da CF/88 disciplina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Portanto, o ensino da CF nas escolas para a formação de bons cidadãos no presente e futuro é de responsabilidade do Estado que é uma entidade

5 [Figurado] Prender, subjugar, dominar.

com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada, e também da família.

Segundo Gonçalves (2020) A sociedade deve atuar também nesse processo, dada a grande relevância da formação educacional na vida do indivíduo, que proporciona o desenvolvimento da pessoa e se relaciona, diretamente, na cidadania e na formação para o mercado de trabalho.

No art. 206, elenca os princípios que se anseia como modelo de ensino:

Art. 206º - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
garantia de padrão de qualidade.
piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

O art. 208, por sua vez, disciplina os deveres do Estado:

Art. 208º - O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
ensino fundamental, obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
progressiva universalização do ensino médio gratuito;
atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;
acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando.
1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.
2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.
3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela freqüência à escola.

O ensino da constituição nas escolas pode formar cidadãos conscientes e críticos, interiorizando seu papel não enquanto indivíduo, mas enquanto ser social. Para que se chegue a um objetivo concreto, com efeitos favoráveis ao contexto, deve ser considerada a relevância necessária da matéria e criar um ambiente favorável ao ensinamento que visa o crescimento da cidadania.

A proposta é que haja o estudo dirigido sobre a Constituição, sobretudo, no que concerne aos fundamentos do Estado Democrático de Direito: soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais e da livre iniciativa e pluralismo político. Por meio de textos, seminários, estudos dirigidos, gincanas e demais ferramentas educativas pode-se expor o tema e familiarizar os estudantes com este importante documento. Desde o histórico da formação das constituições ou tópicos específicos podem ser abordados, bem como os problemas que vivenciamos cotidianamente por não conhecer minimamente seu conteúdo.

METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente artigo foi elaborado de forma qualitativa bibliográfica. A ideia original era a aplicação de questionários como coleta de dados, onde, o mesmo seria elaborado com questões de múltipla escolha, de perguntas abertas e fechadas. Conquanto, a seleção de amostra seria alunos do ensino médio, professores e diretores/coordenadores integrantes da escola pública Severino Cavalcanti. Os dados seriam organizados em planilha eletrônica e posteriormente analisados por meio de gráficos e tabelas. Porém, por conta da pandemia de COVID-19, da preocupação sanitária e das dificuldades para obtenção de respostas no ensino remoto nos anos de 2020 e 2021, não foi possível, optando-se por estudo bibliográfico.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (2009), se ocupa com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, isto é, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Por meio da pesquisa qualitativa, busca-se compreender a complexidade de fenômenos, fatos e processos particulares e específicos.

Ademais, na área de educação, a abordagem qualitativa, de acordo com as ideias de Minayo (2009, p. 21), é utilizada em pesquisas que têm como objetivo principal elucidar a lógica que permeia a prática social que efetivamente ocorre na realidade, “[...] pois o ser humano se distingue não só

por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a busca de formar uma sociedade democrática deve ser constante e a escola pode ser uma aliada para este fim. Esta pesquisa, apesar de não ter sido aplicada em forma de questionário aplicado, pode ampliar nossa compreensão sobre a necessidade do ensino de direitos e deveres junto a estudantes de ensino médio, o que caracterizaria um primeiro passo importante para a educação política. O indivíduo deve ter ciência do seu poder como cidadão, bem como sua forma exercê-lo, enxergando-se como corresponsável pelo governo e pelas legislações, a fim de que possa agir mais participativamente, com a consciência de que o poder emana do povo, e é este povo que diz o que quer que seja feito.

REFERÊNCIAS

CONRADO, P. **A imprescindibilidade da educação para a concretização social do acesso à justiça**. Monografia (Bacharel em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 37, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/5094>>.

FERREIRA, S.. **Direitos e Deveres Constitucionais Como disciplina no ensino das Escolas**. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, p. 48, 2016.

GOMEZ, L.. Conceito de Educação. **Editora Conceitos**. Disponível em: <<https://conceitos.com/educacao/>>.

GONÇALVES, A. C. de A.. O ensino da Constituição Federal nas escolas. **JUS.com.br**. 2020. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/80162/o-ensino-da-constituicao-federal-nas-escolas>>.

LIMA, W. C.; CARDOSO, M. B. B.. **A implementação do estudo da Constituição Federal no ensino básico de crianças e adolescentes**. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito->

constitucional/a-implementacao-do-estudo-da-constituicao-federal-no-ensino-basico-de-criancas-e-adolescentes/>.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PINHO, R. R.. **Da organização do Estado, dos poderes e histórico das constituições**. 15ª ed.. Saraiva: 2014.

QUEIROZ, A. A. de. **O que é e para que serve a Constituição** de um país. Consultor Jurídico. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-out-03/antonio-queiroz-serve-constituicao/>>

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2005. Disponível em: <<https://estudeidireito.files.wordpress.com/2016/03/josc3a9-afonso-da-silva-curso-de-direito-constitucional-positivo-2005.pdf>>.

ALEXANDRE SOARES DE MELO

Professor de Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2002). Graduado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá (2020). Especialização em Gestão Pública pela Escola de Contas Otacílio Silveira (2003). Especialização em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2006). Mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba (2013).

E-mail: alexandre.melo@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0001-8651-1490

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4873633893803562>

ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA

Professor de Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduação em Licenciatura Plena em Física pela Universidade Federal de Roraima (2008). Mestrado em Física com área de atuação em Astrofísica pela Universidade Federal de Roraima (2011).

E-mail: antonio.silva@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0002-2947-9356

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4343795111359429>

ÁSSIMA PAMELA DA SILVA RODRIGUES MEDEIROS

Ex-discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste

E-mail: pamelanogueira300@gmail.com

ORCID: 0000-0003-3221-7864

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1798128579270138>

BARBARA MORAIS DA COSTA DE SOUZA

Professora de Secretariado Executivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduada em bacharelado em Scretariado Executivo pela Universidade Federal de Roraima (2003). Aperfeiçoamento em Disseminadores de Educação Fiscal pela Escola De Administração Fazendária (2013). Especialização em

Secretariado Executivo pela Faculdade UniBF (2020). Especialização em andamento em Assessoria Executiva pelo Centro Universitário Internacional.

E-mail: barbara.souza@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0003-2990-6984

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/4310890889580012>

CAIO FELIPE FONSECA DO NASCIMENTO

Professor de Contabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Roraima (2014). Especialista em Auditoria e Perícia Contábil pela Faculdade Educacional da LAPA (2015). Mestre em Contabilidade e Finanças pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2019).

E-mail: caio.nascimento@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0001-6943-3902

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6263936973786391>

CÍCERO THIAGO MONTEIRO DANTAS DOS REIS

Professor de Economia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Santos (2007). Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (2015). Doutor em Políticas Públicas pela Universidade de Aveiro (2023).

E-mail: cicero.reis@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0003-2158-3746

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0678917278374441>

CLARICE GONÇALVES RODRIGUES ALVES

Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Especialista em PROEJA pelo Instituto Federal de Roraima (2015). Mestre em Educação e Interculturalidade Universidade Estadual de Roraima (2017). Graduação em Gastronomia pela Unicesumar (2021).

E-mail: clarice.duarte@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0003-4397-4799

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6724329034760595>

ELAINE RAMIRES PINTO

Professora de Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduada em Administração pela Universidade Estadual de Montes Claros (2002). Aperfeiçoamento em Formação de Educadores de Inclusão de Jovens pelo Governo do Estado de Minas Gerais (2011). Especialização em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa (2017). Mestrado profissional em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018).

E-mail: elaine.ramires@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0002-7331-5586

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9094211855700317>

ESTER CARDOZO DÍONISIO

Discente do Curso Técnico em Serviços Públicos integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Curso técnico/profissionalizante em Serviços Públicos pelo Instituto Federal de Roraima (2023).

E-mail: cardozoester242@gmail.com

ORCID: 0009-0001-2838-4945

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/9388399446828469>

FABIANA LETICIA SBARAINI

Professora de Educação Física do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista. Graduação em Educação Física Licenciatura Plena, Universidade Federal de Santa Maria (1999). Mestrado em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina (2005); Especialização em Ciência do Movimento Humano, Universidade Federal de Santa Maria (2002). Doutor em Ciências Sociais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2016).

E-mail: fabiana.leticia@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0002-8740-4440

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3544653484325888>

LARISSE VIEIRA NORMANDIA

Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste.

E-mail: larisse.normandia@gmail.com

ORCID: 0009-0000-5040-9662

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3976662455702363>

MALONY VIEIRA GOMES

Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste.

MARCOS ANTÔNIO DE OLIVEIRA

Professora de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduação em Bacharelado e licenciatura em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1998). Mestrado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). Doutorado em educação pela Universidade de São Paulo (2020).

E-mail: marcos.oliveira@ifrr.edu.br

ORCID: 0000-0001-5393-8615

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0893826859526568>

MARIANA DA SILVA SOUZA

Professora de Contabilidade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Federal de Roraima (2011). Especialização em Formação Docente para o Ensino Superior pelo Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto (2016).

E-mail: mariana.souza@ifrr.edu.br

ORCID: 0009-0002-2398-974X

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5553286292951783>

MAYCONN JYMMY CAVALCANTE CORREIA

Servidor Técnico em Assuntos Educacionais da Universidade Federal de Roraima. Graduado em História pela Universidade Federal de Roraima (2014). Especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional (2017). Especialista em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Amazonas (2019). Mestre do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (2022).

E-mail: jymmy.cavalcante@ufr.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4893-4852>
Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/7267012163050053>

MIRIAN SUZANA PEREIRA LIMA

Ex-discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduação em Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Roraima (2022). Graduanda em Pedagogia pela Associação Unificada Paulista.

E-mail: miriansuzanapereiralima@gmail.com
ORCID: 0009-0008-6436-7377
Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5765001999592342>

MIRIAN LOPES DE SOUZA

Ex-discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste. Graduação em Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Roraima (2022).

E-mail: mirianlopes728@gmail.com
ORCID: 0009-0002-2398-974X

NILZA MARIA BARROS DOS SANTOS

Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima- Campus Boa Vista Zona Oeste.

E-mail: nilzamardete2014@gmail.com
ORCID: 0009-0007-7783-6518
Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0254900317579130>

OSMAN JHONNATHAN PEREZ BOLANOS

Graduado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Campus Boa Vista Zona Oeste, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR).

E-mail: osman.jhonnathan.perez.b@gmail.com
ORCID: 0000-0002-7851-4015
Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/1123141195626266>

PEDRO LUCIUS RODRIGUES DE OLIVEIRA

Discente do Curso Técnico em Comércio Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste.

E-mail: pluciusk@gmail.com

ORCID: 0009-0005-2428-5295

Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/6072365029096694>

SARAH RODRIGUES DE SOUSA BONFIM

Discente do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-Campus Boa Vista Zona Oeste.

E-mail: sarahrodriguessousabonfim@gmail.com



Esta obra é uma construção coletiva de projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFRR–CBVZO e busca contribuir teoricamente com a compreensão de temáticas referente à Gestão Pública no estado de Roraima.

